

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO

**AS FORÇAS ARMADAS E A CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL:
um olhar sobre o 8 de janeiro de 2023**

ROBSON VASCONCELOS CARVALHO
BRASÍLIA/DF
2026

ROBSON VASCONCELOS CARVALHO

**AS FORÇAS ARMADAS E A CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL:
um olhar sobre o 8 de janeiro de 2023**

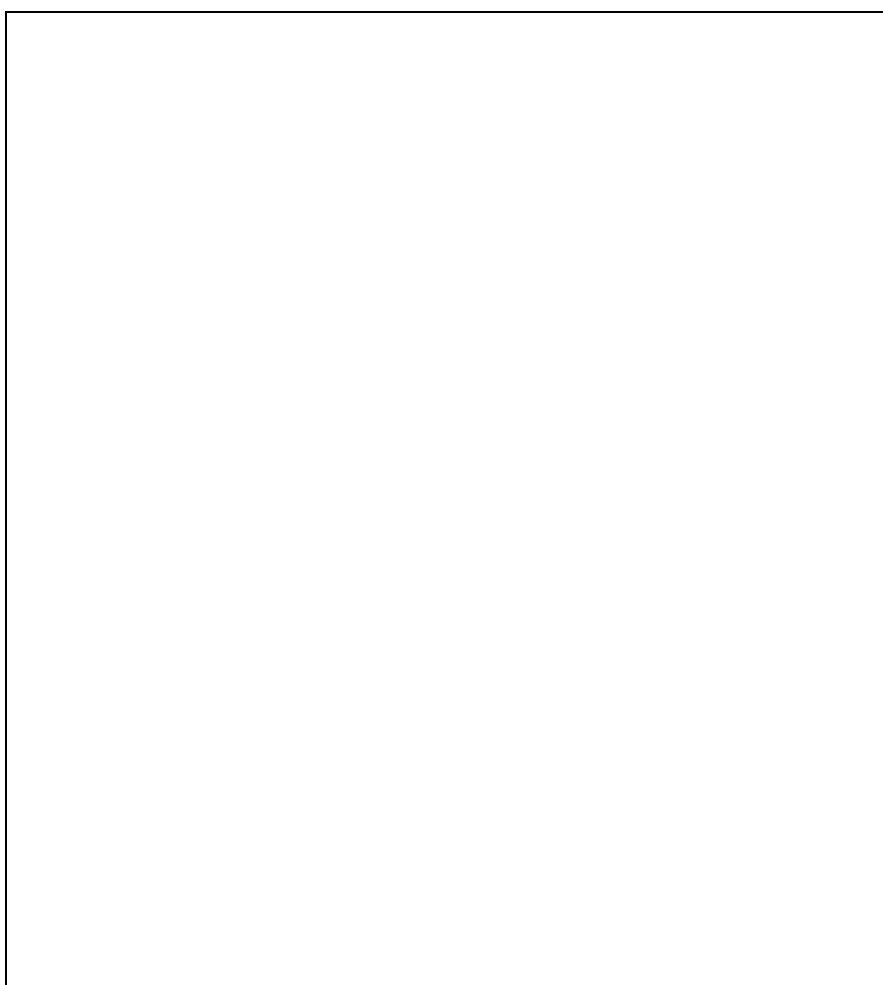
Tese apresentada e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política como requisito final para obtenção do título de doutor em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Aparecido Trindade

BRASÍLIA/DF

2026

FICHA CATALOGRÁFICA





ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Aparecido Trindade – UNB
Orientador – Presidente da Seção

Prof. Dr. Joscimar Souza Silva – UNB
Membro (Titular)

Prof. Dr. Rodrigo Lentz - UFRS
Membro (Titular)

Profa. Dra. Rivana Barreto Ricarte de Oliveira – Defensora Pública, Pres. ANADEP
Membro (Titular)

Profa. Dra. Marisa Von Bülow – UNB
Membro (Suplente)

DEDICATÓRIA

**Às novas gerações,
com o desejo de que possam se apaixonar pela Política
e pela luta por uma democracia inclusiva e plena,
compreendendo-as como caminhos viáveis à construção
de uma sociedade mais justa, humana e solidária.
(Robson Carvalho)**

AGRADECIMENTOS

Essa jornada que ora concluímos, não partiu de um marco zero.

A não ser que consideremos o marco zero, o início de nossa vida.

E toda vida, assim como todo trabalho acadêmico e científico são sempre frutos de vivências e experiências individuais e coletivas.

Têm um pouco de nós, um pouco dos que conviveram conosco e um pouco dos trabalhos que nos antecederam.

Agradeço à minha avó Dora, de 102 anos, meus pais, Carlos e Dorimar, meus irmãos Rogério e Renata, minha prima Bianca, através da qual agradeço aos demais familiares e ao amigo Leonardo Cirne, pela importante rede de apoio que me proporcionaram, estando eu em uma jornada tão solitária quanto é a de um doutorado, aqui em Brasília, longe da minha querida cidade, Natal/RN.

À minha psicóloga, psicanalista, Vivianne Lisboa, companheira semanal dos desabafos, das boas reflexões, dos medos e coragem, angústias, ansiedades e momentos de tranquilidade, alegrias e desencontros, conquistas, derrotas, superação e vitórias.

Igor Valdeir, companheiro com quem convivi ao longo de nove anos, e ao amado Caramelo de Sousa Carvalho, nosso filhote, doguinho/shih-tzu que nos dá tantas alegrias; companheirinho de todas as horas, esteve sempre ao meu lado, como um importante suporte emocional durante a escrita desta tese.

Aos meus orientadores da graduação, Ilza Leão/UFRN, da licenciatura, João Maria Valença, Zuleide Rodrigues/UFRN *in memoriam*, na especialização, Homero Costa/UFRN no mestrado e agora, no doutorado, Thiago Trindade/IPOL/UNB: paciente, amigo e parceiro do meu amadurecimento intelectual; e ainda, Pablo Holmes e Débora Rezende, meus tutores nos estágios como professor de Ciência Política na UNB.

Aos demais professores do Instituto de Política da Universidade de Brasília com quem mais tive a oportunidade de aproximação ao longo das disciplinas cursadas: Marisa von Bülow, Paulo Calmon, Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli, Rebecca Abers, Danusa Marques, Erika Amusquivar, Denilson Coelho, Adrián Albala, André Borges, Michele Fernandez e Lúcio Rennó.

Aos membros da banca examinadora desta tese de doutorado, pelas contribuições: Professora Luciana Ferreira Tatagiba - UNICAMP; Professora Rivana Barreto Ricarte de Oliveira – Defensora Pública, Presidente da ANADEP; Professora Marisa Von Bülow – UNB; Professores Joscimar Souza Silva e Rodrigo Lentz – UNB e, mais uma vez, ao meu orientador e presidente da banca Thiago Aparecido Trindade - UNB.

Gratidão a Deus, a quem compreendo como energia criadora inesgotável, inteligência suprema, causa primária de todas as coisas; Jesus, Maria, José, Iemanjá, Oxum, Chico Xavier, Padre Cícero Romão Batista, São Francisco de Assis, meu paciente e sempre alerta Anjo da Guarda e aos espíritos simpáticos de paz e de bem que me acompanham sempre.

EPÍGRAFE

**"A democracia é o melhor sistema que inventamos até agora, mas é uma porcaria,
porque nos promete legalmente algo que está longe de se concretizar.
Ela não pode ser perfeita, porque os humanos não são perfeitos.
Mas temos que lutar para melhorá-la e não para sepultá-la."**

(Pepe Mujica)

RESUMO

Esta tese se insere no campo de debate e estudos sobre as crises da democracia liberal contemporânea. Identificamos uma lacuna teórica nas obras dos autores Przeworski (2020) e Levitsky e Ziblath (2018), prejudicial à uma leitura mais apropriada a respeito da influência e participação política das Forças Armadas na América Latina e, especificamente no Brasil. Daí surge a nossa Questão de Tese: qual a participação das Forças Armadas na crise da democracia brasileira entre 2018 e 2023? O argumento que defendemos se constituiu no esforço teórico-empírico em demonstrar a presença e a atuação dos militares das Forças Armadas na política brasileira contemporânea, através da seleção de caso único como objeto de estudo: a atuação desses profissionais das armas na tentativa de golpe do 8 de janeiro de 2023. A escolha deste caso foi útil para delimitar e ilustrar no particular a manifestação do fenômeno mais amplo: a crise da democracia no Brasil. E, nos permitiu explicitar o roteiro, as engrenagens e a cronologia dos ataques sofridos pela democracia no Brasil neste evento, urdido com a participação política da cúpula dos militares das Forças Armadas, especialmente do Exército Brasileiro, por meio de ações e omissões e de que modo o mesmo contribuiu com o estado de crise da democracia contemporânea em nosso país. Assim, o objetivo geral perseguido por esta tese foi estudar o papel das Forças Armadas na crise da democracia no Brasil. Como objetivo específico, a partir do foco no evento de tentativa de golpe no 8 de janeiro de 2023, buscamos demonstrar como a participação política das Forças Armadas neste episódio contribuiu com a crise da democracia liberal contemporânea brasileira entre 2018 e 2023. Como resultado dessa trajetória, esperamos ter acrescentado à literatura e ao debate internacional o contraponto e a crítica em relação à forma de manifestação das crises das democracias, a partir da visão de pesquisadores do sul global e do caso estudado, restando claro que: militares das Forças Armadas nunca se afastaram da política no Brasil; que estes atores nunca desapareceram da preocupação, nem das páginas da Ciência Política brasileira; que, mesmo após a derrota e prisão de Bolsonaro e de parte da cúpula das Forças Armadas envolvida, estes atores continuam a oferecer riscos à democracia; e que os golpes podem até não se dar mais nos moldes clássicos, mas, isso não exclui a participação destes atores políticos na erosão da democracia ao agirem politicamente por dentro das instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Crises da democracia; Forças Armadas e Política; Governo Bolsonaro; Extrema-Direita; 8 de janeiro de 2023.

ABSTRACT

This thesis situates itself within the field of debate and studies regarding the crises of contemporary liberal democracy. We identify a theoretical gap in the works of Przeworski (2020) and Levitsky and Ziblatt (2018)—a gap that hinders a more appropriate understanding of the Armed Forces' political influence and participation in Latin America, and specifically in Brazil. From this arises our central research question: what was the role of the Armed Forces in the crisis of Brazilian democracy between 2018 and 2023? Our argument is grounded in a theoretical-empirical effort to demonstrate the presence and actions of military personnel within contemporary Brazilian politics, using a single-case study approach: the role played by these military professionals in the attempted coup of January 8, 2023. Selecting this case served to delimit and illustrate, in a specific instance, the manifestation of a broader phenomenon: the crisis of democracy in Brazil. It also allowed us to detail the trajectory, mechanisms, and chronology of the attacks on Brazilian democracy during this event—orchestrated with the political participation of the Armed Forces' high command (particularly the Brazilian Army) through both actions and omissions—and to show how this contributed to the state of crisis facing contemporary democracy in our country. Thus, the general objective of this thesis was to examine the role of the Armed Forces in the crisis of democracy in Brazil. As a specific objective, focusing on the attempted coup of January 8, 2023, we sought to demonstrate how the Armed Forces' political participation in this episode contributed to the crisis of contemporary liberal democracy in Brazil between 2018 and 2023. Through this process, we hope to have contributed a counterpoint and a critique to the international literature and debate regarding how democratic crises manifest—drawing on the perspectives of researchers from the Global South and the specific case study—thereby making it clear that the Armed Forces have never truly withdrawn from politics in Brazil. that these actors have never ceased to be a concern, nor have they disappeared from the pages of Brazilian political science; that, even after the defeat and imprisonment of Bolsonaro and part of the involved Armed Forces leadership, these actors continue to pose risks to democracy; and that while coups may no longer occur in the classic mold, this does not rule out the participation of these political actors in the erosion of democracy as they act politically from within the institutions.

KEYWORDS: Democratic crises; Armed Forces and politics; Bolsonaro administration; Far-right; January 8, 2023.

LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS

QUADROS

Quadro 1 - Ideologia que influencia na construção do pensamento político dos militares brasileiros.....	75
Quadro 2 - Disparos em massa nas redes e mídias digitais.....	117
Quadro 3 - Eixos de atuação.....	155
Quadro 4 - Tentativa de Golpe de Estado e Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito.....	160
Quadro 5 - Núcleos definidos e ações criminosas.....	162
Quadro 6 - Grupos de perfis do bolsonarismo.....	169
Quadro 7 - Perfil dos manifestantes do 8 de Janeiro e enquadramentos.....	172

FIGURAS

Figura 1 - Fotos de Cartazes das Jornadas de Junho de 2013 em Natal (RN).....	114
Figura 2 - Fotos das Manifestações bolsonaristas no 8 de Janeiro.....	119
Figura 3 - Foto da Chamada Reunião do Golpe.....	166
Figura 4 – Montagem com imagem de Bolsonaro na capa da The Economist.....	177

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da ocupação de cargos DAS/FCPE por militares (2013 a 2021)	124
Gráfico 2 - Militares nos cargos comissionados do Governo Civil.....	126
Gráfico 3 – Força de origem dos militares ocupantes de cargos (2013 a 2021).....	127
Gráfico 4 - Menções às autoridades da Justiça Eleitoral nacional no Twitter (29/08/2022 a 29/12/2022).....	139

TABELAS

Tabela 1: evolução da ocupação de cargos civis e militares por militares da reserva e ativa.....	123
Tabela 2 – Presença de militares em cargos DAS e FCPE, por nível de cargo (2013 a 2021).....	125
Tabela 3 - Os ataques de Bolsonaro às urnas e os alertas do TSE (2019 a 2022).....	136
Tabela 4: Episódios importantes que contribuíram com a ocorrência do 8J.....	148

LISTA DE SIGLAS

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência
ABRADEP - Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político
ABRAJI - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
ACE - Alto Comando do Exército
ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGU - Advocacia-Geral da União
AI-5 - Ato Institucional nº 5
ALERJ - Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
AMAN - Academia Militar dos Agulhas Negras
ANADEP - Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos
ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
APEX - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
BACEN - Banco Central do Brasil
BDF - Brasil de Fato
BGP - Batalhão da Guarda Presidencial
CAC - Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCOMSEx - Centro de Comunicação Social do Exército
CENSIPAM - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CGCINT - Coordenação-Geral de Contra inteligência
CGU - Controladoria-Geral da União
CIENT - Centro de Inteligência
CIISP - Centro Integrado de Informações Estratégicas
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CMP - Comando Militar do Planalto
CNI - Confederação Nacional da Indústria
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COPOM - Comitê de Política Monetária
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CUT - Central Única dos Trabalhadores
CVC - Carlos Victor de Carvalho
DAS - Direção e Assessoramento Superiores
DEM - Democratas
DF - Distrito Federal
DINT - Diretoria de Inteligência
DIP - Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado
EBC - Empresa Brasil de Comunicação
ECA - Escola de Comunicações e Artes (USP)
ECME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ECMI - Escola de Comunicação, Mídia e Informação (FGV)
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EUA - Estados Unidos da América
FA – Forças Armadas
FAB - Força Aérea Brasileira

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FCPE - Funções Comissionadas do Poder Executivo
FDUSP - Faculdade de Direito da USP
FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNARTE - Fundação Nacional de Artes
GDF - Governo do Distrito Federal
GLO - Garantia da Lei e da Ordem
GSI - Gabinete de Segurança Institucional
HD - Hard Drive (Disco Rígido)
HRW - Human Rights Watch
IA - Inteligência Artificial
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IHU - Instituto Humanitas Unisinos
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INMET - Instituto Nacional de Meteorologia
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPA - Instituto Pensar Agro
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPESPE - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas
IPOL - Instituto de Ciência Política (UnB)
IPSA - International Political Science Association
LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e Mais
LSN - Lei de Segurança Nacional
MBL - Movimento Brasil Livre
MEC - Ministério da Educação
MEI - Microempreendedor Individual
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MINFRA - Ministério da Infraestrutura
MMB - Ministério do Meio Ambiente
MP - Ministério Público
MPF - Ministério Público Federal
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NEV - Núcleo de Estudos da Violência (USP)
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OEA - Organização dos Estados Americanos
OGU - Orçamento Geral da União
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PC - Polícia Civil
PCDF - Polícia Civil do Distrito Federal

PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PDS - Partido Democrático Social
PET - Petição
PF - Polícia Federal
PFL - Partido da Frente Liberal
PGR - Procuradoria-Geral da República
PIX - Pagamento Instantâneo Brasileiro
PL - Partido Liberal
PM - Polícia Militar
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP - Partido Progressista
PRF - Polícia Rodoviária Federal
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSD - Partido Social Democrático
PSL - Partido Social Liberal
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PUC - Pontifícia Universidade Católica
QG - Quartel-General
QGEEx - Quartel-General do Exército
RCTV - Radio Caracas Televisão
REVAP - Refinaria de Paulínia
RP9 - Emendas de Relator
SBT - Sistema Brasileiro de Televisão
SEAPE - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SEOPI - Secretaria de Operações Integradas
SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SISBIN - Sistema Brasileiro de Inteligência
SISFRON - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SMU - Setor Militar Urbano
SP - São Paulo
SSP - Secretaria de Segurança Pública
STF - Supremo Tribunal Federal
SUS - Sistema Único de Saúde
TCU - Tribunal de Contas da União
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UNB - Universidade de Brasília
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UOL - Universo Online USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
------------------	----

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	25
----------------------------------	----

CAPÍTULO 1 ALGUMAS VISÕES SOBRE AS CRISES DA DEMOCRACIA LIBERAL CONTEMPORÂNEA

1.1 Crises das democracias na perspectiva institucionalista: visões de autores do Norte Global.....	42
1.1.1 Przeworski e a não percepção da ação sub-reptícia dos militares na política	42
1.1.2 Levitsky e Ziblitz: as Forças Armadas capturaram ou foram capturadas?	45
1.1.3 Mounk e a ‘aceitação popular’ aos governos militares	50
1.1.4 Algumas correlações entre crise da democracia, neoliberalismo e populismo	54
1.2. As crises da democracia vistas do Sul Global, em perspectiva crítica, a partir de autores brasileiros.....	56
1.2.1 Correlações entre populismo, fascismo e autoritarismo no Brasil.....	57
1.3 A contribuição das plataformas de redes e mídias digitais à crise das democracias: ferramentas tecnológicas, instrumentalizadas para uso político pelos militares	68

CAPÍTULO 2 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS MILITARES NO BRASIL E A SOCIEDADE COM BOLSONARO E SEU GOVERNO

2.1 Visões de alguns autores do Sul Global sobre a participação política dos militares no contexto da crise da democracia	72
2.1.1 Militares na Política, do Império a todas as fases da República.....	72
2.1.2 O espírito da formação militar em uma corporação autoritária, e sua interferência política numa sociedade ‘democrática’	77
2.1.3 O histórico de ações militares na política	82
2.2 Bolsonaro envolveu os militares na política ou é parte do projeto de poder dos militares?	88
2.2.1 Quem é e de onde veio Jair Bolsonaro?	89
2.2.2 Por que enxergamos Bolsonaro como uma peça na engrenagem política dos militares	96
2.2.3 A importância da ação política dos militares da reserva e das associações militares na projeção política de Bolsonaro e na sua aproximação com o alto comando	105
2.3 A influência política direta dos militares através da mídia tradicional e a ação via plataformas digitais no Brasil	111
2.3.1 Da histórica relação dos militares brasileiros com os veículos de comunicação ‘analógicos’ à relação no uso das plataformas, como veículos ‘digitais’ na campanha de Bolsonaro.....	111
2.3.2 O processo de formação das redes digitais bolsonaristas: das Jornadas de 2013 à campanha de 2018 que elegeu Bolsonaro.....	113
2.3.3 A participação dos militares na campanha presidencial de 2018 via plataformas: uma estratégia que se perpetuou e culminou no 8J	115
2.4 Os militares e a ocupação do governo Bolsonaro	120

CAPÍTULO 3 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS MILITARES NO PROCESSO QUE CULMINOU COM O 8 DE JANEIRO DE 2023

3.1 A presença dos militares nos eventos e discursos de Bolsonaro	130
3.1.1 Principais antecedentes preparatórios ao 8 de janeiro de 2023.....	134
3.1.1.1 Ataques ao processo eleitoral, às instituições ligadas ao mesmo e às urnas eletrônicas, com a participação dos militares	135
3.1.2 A pressão militar do Exército na proteção aos acampamentos golpistas antes e pós-ataques	150
3.2 Atores envolvidos, denunciados e ações criminosas cometidas no episódio do 8 de janeiro, segundo PF, PGR, STF, CPMI 8J e outras fontes de apoio	153
3.2.1 Enquadramentos jurídicos baseados em documentos da CPMI 8J, PF, PGR e STF	154
3.2.2 Atores de cúpula: os arquitetos do golpe e respectivas ações criminosas na visão dos investigadores e do Judiciário	158
3.3 Bolsonarismo funcionando como base civil mobilizada dos militares no 8J... ..	167
3.4 O perfil e o papel da base civil bolsonarista à serviço da insurreição golpista	171

CAPÍTULO 4 ANALISANDO A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA POLÍTICA E NO 8 DE JANEIRO DE 2023 COMO CONTRIBUIÇÃO À CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL

4.1 O 8 de janeiro de 2023 no Brasil é uma repetição do 6 de janeiro de 2021 nos EUA?.....	175
4.2 Visões, interpretações e análises do 8J na ótica de pesquisadores acadêmicos.....	180
4.2.1 O 8 de janeiro como a materialização de um processo.....	180
4.2.2 O 8 de janeiro como ataque, no contexto da crise da democracia liberal contemporânea.....	182
4.2.3 Enquadramentos do 8J: tentativa de golpe, guerra híbrida, ruptura institucional e fruto do autoritarismo e conservadorismo	183
4.3 Analisando alguns detalhes da participação das Forças Armadas no 8J	190
4.4 A conexão entre os ataques e a crise da democracia: o que estava em jogo no caso do Brasil e ainda segue em disputa?	196
4.5 Correlações entre crise, ataques e 8 de janeiro	202
4.6 O 8J inserido no contexto da crise da democracia brasileira	204

CONSIDERAÇÕES	208
----------------------------	------------

REFERÊNCIAS DA MÍDIA	215
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	227
--------------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215
---	------------

INTRODUÇÃO

O cenário de crise da democracia liberal, bem como, de seu próprio sentido, seus valores e instituições, tem se ampliado na contemporaneidade em boa parte do ocidente. Pesquisadores têm desenvolvido diversos estudos para tentar compreender os principais fatores que têm motivado estas crises, suas particularidades e como elas se apresentam, tanto na Europa, quanto nas Américas, tanto nos países tidos por desenvolvidos quanto nos países periféricos em relação aos países do centro capitalista.

Nesse sentido, múltiplos aspectos têm sido abordados, como: a relação entre as crises e o crescimento da extrema direita mundial; a relação entre essas crises e os ataques à democracia, promovidos por líderes populistas autoritários alinhados à extrema-direita, amparados ou não por forças militares e sob influência ou não do (neo) fascismo; a relação dessas crises com a ascensão do conservadorismo e com fundamentalismo religioso neopentecostal.

Dentre muitas outras linhas de análise, se estuda ainda a sua relação com as políticas econômicas (ultra) neoliberais, assim como a própria relação, sempre problemática e conflituosa, da democracia com o excludente sistema de produção capitalista, que impacta em menos acesso aos bens e serviços do Estado e na diminuição do poder e vontade do *demos*, e acabam, diante de todo esse contexto, desaguando em discussões, narrativas e ações políticas, que disputam os seus sentidos e significados, em detrimento do seu sentido etimológico.

Durante nossos estudos sobre as diversas faces manifestadas pelas crises da democracia, tivemos a oportunidade de conhecer o pensamento de diversos autores nacionais e estrangeiros.

No que diz respeito particularmente a alguns autores estrangeiros, de abordagem com viés predominantemente institucionalista, percebemos que um tópico essencial não fora considerado em suas principais obras, especialmente no que diz respeito à manifestação da crise das democracias espacialmente localizadas no Sul Global: a participação ativa de militares das Forças Armadas na política.

Percebemos este fato, principalmente, por parte de Adam Przeworski (2020), que, em sua obra “*Crises da Democracia*”, desconsiderou veementemente a

participação e interferência desses profissionais das armas na política do Ocidente e, em especial, na América Latina e Brasil.

Para este autor, esses militares não representam qualquer ameaça e não tiveram qualquer relevância enquanto atores, no processo de crises e ataques à democracia, nesta segunda quadra do Século XXI. Como afirmou Przeworski (2020):

A **diferença** final, mas importante entre o passado e o presente, uma diferença **animadora**, é que **os militares praticamente desapareceram da cena política**. As Forças Armadas desempenharam um papel decisivo no colapso de nove das catorze democracias(...). Se este livro fosse escrito quarenta anos atrás, a postura política dos militares teria sido sua preocupação central. Contudo, **eles já não são atores políticos, nem mesmo na América Latina, tendo quase desaparecido das páginas da ciência política**. (PRZEWORSKI, 2020, p. 167). Grifo nosso.

De modo semelhante, mas, menos incisivo que Przeworski (2020), os autores Levitsky e Ziblat (2018), na obra “*Como as Democracias Morrem*”, chegam a minimizar a participação e relevância desses militares no Sul Global, ao afirmarem que os golpes já não se dão mais “*com os tanques nas ruas*”, como se essa fosse a única ou principal forma possível de os militares participarem politicamente e contribuírem com a crise das democracias. Para estes dois autores, a erosão da democracia se daria por dentro das próprias instituições democráticas, mas, os mesmos não vislumbram os militares como importantes atores políticos a contribuírem com a morte da democracia.

No Seminário Democracia em Perspectiva na América Latina e no Brasil, em 12 de agosto de 2025, promovido pelo Senado Federal brasileiro, perguntamos ao professor Steven Levitsky, da universidade de Harvard: como o sr. vê **a participação dos militares no Brasil**, já que, nos moldes tradicionais, como o sr. fala no seu livro *Como as democracias morrem*, não temos mais os “*tanques nas ruas*”, mas, no Brasil, os militares foram os avalistas da candidatura de Bolsonaro à presidência, que é um militar e já estão avalizando a candidatura do governador de SP, Tarcísio Freitas, que é outro militar. Eles foram sócios do governo de Bolsonaro, com todo esse rol de ataques à democracia que nós estamos observando. Então, no Brasil, eles tiveram uma participação no mínimo camuflada. Como o sr. analisa essa questão? Esta **forma disfarçada de participação dos militares na política** estaria acontecendo também em outros países? Ressaltamos que, em 2026, Tarcísio retirou sua pré-candidatura à presidência para disputar reeleição ao governo de SP. Eis a resposta de Levitsky:

Os militares não têm hoje nem perto do papel que eles tinham na Guerra Fria; graças a Deus, golpes militares continuam sendo quase inexistentes no

mundo ocidental e **a maioria dos militares não quer governar**; isso é algo muito bom. **Os militares estão se metendo**, como no caso do Brasil, você mencionou a candidatura de Tarcísio, governador de São Paulo, a parceria de Bolsonaro, **mas, no final do dia, o Exército se opôs ao golpe**; mas, nós **tivemos influência militar aqui no Brasil**. Eu acho que não é igual à década de 80, **mas é muito mais do que era há 20 anos atrás**. E não é só no Brasil: você viu isso em Honduras, El Salvador, no Peru, e eu acho que tem que ser confrontado ativamente (LEVITSKY, 12/08/2025). Grifo nosso.

Esta resposta de Levitsky acaba por respaldar também a nossa argumentação central em relação à participação política dos militares das FA no Brasil – e até mesmo em parte da América Latina. Mas, é necessário pontuar que, pelo menos no caso brasileiro, ao que apuramos ao longo de toda esta tese, estranhamos a afirmação de que “*a maioria dos militares não quer governar*” como avaliado pelo professor e, neste caso, o contrário será demonstrado no tópico 2.4, que explora a ocupação do governo Bolsonaro por esses militares.

Diante da lacuna teórica identificada nas obras dos autores Przeworski (2020) e Levitsky e Ziblat (2018), prejudicial à correta leitura a respeito da influência e participação política dos militares das FA na América Latina e, especificamente no Brasil, surgiu a ideia desta pesquisa, a qual se apoiou na formulação de uma pergunta que foi nossa guia e questão de tese: qual o papel dos militares das Forças Armadas na crise da democracia brasileira no período entre 2018 e 2023?

Sabendo que os citados autores compõem um grupo com uma visão mais institucionalista da democracia, é importante destacarmos que há outros, a exemplo de Ellen Wood (2011), Pierre Dardot e Christian Laval (2016) Wendy Brown (2019), Chantal Mouffe (2019) e Nancy Fraser (26/03/2020), dentre outros, os quais compõem uma visão mais crítica e estrutural das crises das democracias, considerando, sobretudo, os impactos causados pelo Capitalismo e pelas políticas econômicas (ultra) neoliberais. Apesar das discursões propostas por estes autores do Norte Global terem ajudado a embasar as pesquisas de teóricos críticos do Sul Global, para efeito de utilidade nesta pesquisa de tese, nos aprofundaremos apenas nas discursões desenvolvidas por estes últimos, a exemplo de Luís Felipe Miguel, Luciana Ballestrin, Luciana Tatagiba, e Marcelo Moreira, que também contribuíram com uma perspectiva crítica, acrescentando pesquisas científicas a partir do Brasil.

Nesta tese, o argumento que defendemos se constitui no esforço teórico-empírico em demonstrar a presença e a atuação dos militares das FA na política

brasileira contemporânea, através da seleção de caso único como objeto de estudo: a participação desses profissionais das armas na tentativa de golpe do 8 de janeiro de 2023, referido muitas vezes ao longo da apresentação da pesquisa sob a sigla “8J”. A escolha deste caso foi útil para delimitar e ilustrar no particular a manifestação do fenômeno mais amplo: a manifestação da crise da democracia no Brasil, mediante a participação dos militares das FA enquanto atores políticos.

Para desenvolver o nosso principal argumento de tese no plano teórico, em contraponto a Adam Przeworski (2020) e Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), recorremos a autores e pesquisadores do sul global, como Rodrigo Lentz (2022), Ana Penido (2021, 2022, 2026), João Roberto Martins Filho (2014, 2019, 2021, 2022) Gláucio Soares (2001), Piero Leirner (2021, 2022), Eduardo Heleno Santos (2021), dentre outros, que desenvolveram pesquisas e obras fundamentais a respeito da participação dos militares das FA na América Latina, especificamente no Brasil.

No plano empírico, a participação desses profissionais das armas no 8J reforçou a nossa contra argumentação em relação aos autores do Norte Global. Este caso único escolhido para estudo nos permitiu explicitar, de maneira detalhada, o roteiro, as engrenagens e a cronologia dos ataques sofridos pela democracia no Brasil neste evento, urdido com a participação política da cúpula dos militares das Forças Armadas, especialmente do Exército Brasileiro, por meio de ações e omissões, contribuindo com o estado de crise da democracia contemporânea no Brasil.

Com isso, esperamos ter acrescentado à literatura e ao debate internacional o contraponto e a crítica em relação à forma de manifestação das crises das democracias, a partir da visão de pesquisadores do sul global. Esclarecemos que esses militares não só intervieram politicamente no país desde o fim do Império, passando pela fundação da República em 1889 e pelo processo de formação da democracia brasileira, como nunca se afastaram da política no Brasil. Com isso, também acreditamos ter deixado explícito o quanto são vastos os estudos e pesquisas neste sentido, na área da Ciência Política, diferentemente do que defendera Przeworski (2020).

Diante do exposto, o objetivo geral perseguido por esta tese foi estudar o papel dos militares das FA na crise da democracia no Brasil. E como objetivo específico, nos esforçamos para elucidar a participação desses militares na tentativa de golpe do 8J.

No curso da defesa de nosso argumento de tese, destacamos um ponto importante que atravessara a discussão empírica: o militar da reserva Jair Bolsonaro foi

cooptado politicamente pelos militares e não ao contrário, como pensam alguns, que os militares é quem teriam sido cooptados politicamente por Bolsonaro, levando, assim, a política para dentro dos quartéis. Esperamos tornar visível o fato de que Bolsonaro (enquanto presidente) foi fruto de um projeto militar de ocupação do poder político.

Atentemos aqui, ao fato de que Bolsonaro se tornou presidente da república com apoio de militares de cúpula da ativa e da reserva das FA, sem qualquer resistência, pelo menos explícita, sendo por eles lançado oficialmente candidato, em ambiente estritamente militar: na Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN. As portas dos quartéis em todo o Brasil lhe foram abertas para campanha política – e não é crível que isto teria ocorrido sem a anuência dos comandantes. Além disso, após eleito, esses militares compuseram boa parte do governo e governaram junto com ele.

O episódio do 8J, que elegemos como o objeto de estudo empírico para esta tese, também se configura como um contra-argumento à visão dos autores do Norte Global, quando, arquitetado com a conivência da cúpula militar brasileira, teve como um dos principais fatores impulsionadores à ação dos grupos bolsonaristas radicalizados, o questionamento e o desrespeito às urnas eletrônicas e ao resultado eleitoral.

Aliás, bem antes, como se já previssem a derrota, colaboraram de modo significativo para alimentar a desconfiança sobre as urnas eletrônicas, ao postergarem os resultados de uma importante auditoria, da qual esses militares participaram, que apontava ao fato de que as urnas eletrônicas não eram passíveis de fraude.

Justamente sobre a importância do reconhecimento do resultado das urnas, Przeworski (2020) destacara:

As eleições são as sirenes da democracia. Reacendem incessantemente nossas esperanças. Somos seduzidos pelas promessas, arriscamos a sorte apostando nas urnas. Então obedecemos e aguardamos. **O milagre da democracia é as forças políticas em disputa aceitarem os resultados da votação** (PRZEWORSKI, 2020, p. 191). Grifo nosso.

Um pouco adiante destas palavras, a própria História mostrou que nem Bolsonaro, nem boa parte da cúpula militar das FA aceitaram o resultado das urnas e se articularam no sentido de impedir o eleito de governar, inclusive, planejando o assassinato do presidente república e vice eleitos, Lula e Alckmin, do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco e do ministro do STF, Alexandre de Moraes. Descoberto pela Polícia Federal, o plano ficou conhecido como “Punhal Verde e Amarelo”.

Para além disso, destacamos, dentre outras contribuições que serão detalhadas ao longo desta tese, o acolhimento aos acampamentos nas portas dos quartéis pelo Brasil, especialmente na frente do QG do Exército em Brasília, onde intentos antidemocráticos estavam explícitos em faixas e cartazes, ataques foram planejados para o dia da diplomação do presidente eleito, armas foram comercializadas, uma bomba foi planejada para explodir um caminhão carregado de combustível na frente do aeroporto internacional de Brasília e de onde marcharam os bolsonaristas radicais para o ataque às sedes dos três poderes, algo nunca antes registrado na História do Brasil. É difícil crer que a inteligência do Exército Brasileiro, da ABIN e GSI, também sob comando de militares das FA, não tivesse tido o mínimo de conhecimento prévio sobre esses fatos.

Cabe relatar ainda outro fato antecedente pouco lembrado: às vésperas da posse do presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva, os três comandantes militares das três Forças Armadas renunciaram para não prestarem continência ao recém-eleito, como será contextualizado no corpo da tese. Para além do ato antirrepublicano de insubordinação ao civil escolhido pelas urnas, a não aceitação do resultado igualmente se configurou em mais um ato político que expôs a fragilidade da percepção de Przeworski (2019) em relação aos militares das FA enquanto atores políticos centrais no debate sobre a crise da democracia.

Em um contraponto fundamental à visão de Przeworski (2020) e em defesa de nossa argumentação central nesta tese, destacamos mais uma diferença significativa em relação às democracias estudadas pelo autor no Norte Global, e, ao mesmo tempo, desconhecimento em relação ao Sul Global, especificamente à América Latina e Brasil.

De acordo com a primeira citação de Przeworski (2020), a questão da participação política dos militares seria tão irrelevante ou inexistente que não haveria nem mesmo preocupação e produção científica de pesquisadores latino-americanos ou brasileiros com esta abordagem, “*tendo quase desaparecido das páginas da Ciência Política*” da região. Este fato, foi desconsiderado até no prefácio do autor à edição brasileira. É como se o mesmo, focado em sua obra escrita a partir de casos situados ao Norte Global, tivesse generalizado suas conclusões e a mesma visão pudesse ser aplicada para se tentar olhar como a crise da democracia se manifestara no Sul Global.

Assim, nossa crítica fundamental diz respeito tanto ao não reconhecimento desses militares enquanto *atores* políticos na região, especialmente no Brasil, quanto ao

desconhecimento em relação à existência de vastas pesquisas desenvolvidas por profissionais da ciência política no Sul Global, alguns, citados nesta tese.

Ora, notemos que a obra fora publicada já com dois anos de curso do governo Bolsonaro e que o autor, nem mesmo no prefácio à edição brasileira, considerou a participação desses militares como atores políticos relevantes. Tais afirmações do autor, são categoricamente desconstruídas diante de tudo o que acabamos de expor e ainda será defendido nesta pesquisa. Portanto, não, os militares das FA não desapareceram das páginas da Ciência Política latino-americana, nem brasileira e, continuam, sim, mesmo após a derrota de Bolsonaro em 2022, a ser motivo de preocupação.

Quanto à organização do corpo da tese, temos o seguinte:

No Capítulo 1, elencamos algumas visões sobre as crises da democracia liberal contemporânea, sob perspectivas distintas, como, institucionais: crises das democracias na perspectiva institucionalista, a partir das visões de autores do Norte Global; Przeworski e a não percepção da ação *sub-reptícia* dos militares na política; Levitsky, Ziblat e suas percepções sob o emprego das Forças Armadas, iniciando uma análise sobre se as mesmas capturaram ou foram capturadas por Jair Bolsonaro; Mounk e os riscos do crescimento da ‘aceitação popular’ aos governos militares.

Para além das visões institucionalistas, mencionamos, sem aprofundar, as visões críticas e estruturais das crises das democracias, a partir de autores do Norte Global, como Wood, Fraser e Brown, que abordaram temas como a relação entre o capitalismo, o neoliberalismo e a democracia, produzindo uma crise ‘franksteiniana’ e algumas correlações entre a crise da democracia, o neoliberalismo e o populismo. Isto porque, estes autores, com suas leituras das crises da democracia em perspectivas estrutural e econômica, contribuíram com o desenvolvimento dos pontos de vista críticos dos pesquisadores do Sul Global. E neste sentido, para os fins desta pesquisa, aprofundamos a visão crítica da democracia, apenas a partir da visão de autores brasileiros.

Assim, no mesmo capítulo, apresentamos visões críticas de autores brasileiros sobre a democracia liberal e sobre o impacto da vertente estrutural das crises nas democracias, discutimos a contribuição das plataformas de redes e mídias digitais à crise das democracias, enquanto ferramentas tecnológicas, instrumentalizadas para uso político, inclusive pelos militares das FA, bem como apontamos o mecanismo de

funcionamento das plataformas de redes e mídias digitais com o advento da inteligência artificial e seus impactos na crise das democracias.

No Capítulo 2, tratamos da participação política dos militares das FA no Brasil e a sociedade dos mesmos com Bolsonaro e seu governo. Para isso, apresentamos as visões de alguns autores do Sul Global sobre a participação política dos militares no contexto da crise da democracia e a participação dos mesmos na política, do Império à todas as fases da República, abordando inclusive o ‘espírito’ da formação militar nesta corporação autoritária e sua interferência política numa sociedade ‘democrática’. Pontuamos também, o quanto o histórico de ações desses militares na política depõe contra a democracia no Brasil e entramos no aprofundamento da discursão anunciada no Capítulo 1, sobre se foi Bolsonaro quem abraçou o projeto político dos militares ou o contrário. Para isso, tratamos de responder às perguntas: Quem é e de onde veio Jair Bolsonaro? E, em seguida, explicamos por que enxergamos Bolsonaro como uma peça na engrenagem política dos militares.

Pontuamos a existência de outros atores acoplados à candidatura e ao governo civil-militar de Bolsonaro, ao lado da importância da ação política dos militares da reserva e das associações militares na projeção política de Bolsonaro e na sua aproximação com o alto comando. Na mesma linha, entramos em detalhes sobre a influência política direta dos militares através da mídia tradicional e da ação via plataformas digitais no Brasil, a partir do resgate da histórica relação dos militares brasileiros com os veículos de comunicação ‘analógicos’ à relação no uso das plataformas, como veículos ‘digitais’ na campanha de Bolsonaro.

Esboçamos ainda o processo de formação das redes digitais bolsonaristas, iniciado nas Jornadas de 2013 e chegando à campanha de 2018 que elegeu Bolsonaro e tentamos elucidar a participação dos militares na campanha presidencial de 2018 via plataformas, tratando assim, da perpetuação dessa estratégia que culminou no 8J. E, seguimos com uma discussão sobre esses militares e a ocupação do governo Bolsonaro, enquanto sócios políticos das benesses, desgastes e riscos à democracia e participação dos mesmos no que se refere à cooptação dos partidos do “centrão”, em busca da governabilidade.

Focamos o Capítulo 3 na participação política dos militares das FA no processo que culminou com o 8J, coração da nossa tese. Para tanto, fomos desnudando a logística

dos ataques à democracia no governo Bolsonaro que acabou sendo materializada no 8J, detalhando a presença desses militares nos eventos e discursos de Bolsonaro, especialmente na ocasião dos eventos do 7 de setembro, sob o silêncio dos militares e o processo pelo qual alguns discursos de ataque durante o governo Bolsonaro, se desdobraram em ações violentas e no 8J.

Seguimos elencando os principais antecedentes preparatórios ao 8 de janeiro de 2023: ataques ao processo eleitoral, às instituições ligadas ao mesmo e às urnas eletrônicas, com a participação desses militares; discursos e ataques como combustíveis essenciais ao processo da tentativa de golpe; participação e conivência dos militares das FA com os acampamentos golpistas: suporte logístico, financeiro e tolerância política; pressão militar do Exército na proteção aos acampamentos antes e pós-ataques; as ‘faíscas’ necessárias à combustão que resultou no 8J; e a contribuição desses militares à “Festa da Selma”, codinome usado pelos bolsonaristas do que se configurou no 8J.

Ainda neste capítulo, apresentamos em quadros a participação de cada um dos principais atores de cúpula envolvidos, denunciados e ações criminosas cometidas no episódio do 8J, segundo as visões da PF, PGR, STF, CPMI 8J e outras fontes. Nesse sentido, apontamos os enquadramentos jurídicos com base em documentos da CPMI 8J, PF, PGR e STF, e enquadrados os atores de cúpula como arquitetos do golpe, ladeados por suas respectivas ações criminosas na visão dos investigadores e do Judiciário brasileiro. Na sequência, enquadrados o bolsonarismo como base civil mobilizada junto aos militares no 8J, e entramos em detalhes sobre o perfil e o papel dessa base bolsonarista, à serviço da insurreição golpista.

No Capítulo 4, o mais analítico, aprofundamos o foco em relação à participação das Forças Armadas na política e no 8 de janeiro de 2023, vista como contribuição à crise da democracia no Brasil. Com esse objetivo, esboçamos uma comparação para entendermos se 8 de janeiro de 2023 no Brasil seria uma repetição do 6 de janeiro de 2021 nos EUA. Em seguida, dialogamos com algumas visões, interpretações e análises do 8J na ótica de pesquisadores acadêmicos que apontavam pelo menos para quatro perspectivas: o 8J como a materialização de um processo; o 8J como ataque, no contexto da crise da democracia liberal contemporânea; e o 8J como tentativa de golpe, guerra híbrida, ruptura institucional e fruto do autoritarismo e conservadorismo.

Finalmente, embasados mais fortemente em nossa visão, detalhamos e analisamos a participação das Forças Armadas no 8J, apontamos o que entendemos como conexão entre os ataques e a crise da democracia e, sobretudo, o que estava em jogo no caso do Brasil, que ainda segue em disputa. Analisamos as correlações entre crise, ataques e 8 de janeiro e enquadrados como o 8J se inseriu no contexto da crise da democracia brasileira.

Apresentamos nossas últimas reflexões e deixamos uma contribuição a quem desejar encampar pesquisas sobre a temática, uma **Cronologia Geral**, com 68 páginas, disponível no link <https://bit.ly/cronologiageraldatase> , que poderá ajudar em futuras agendas, poupando o trabalho da montagem sequencial de um verdadeiro quebra-cabeças em relação ao que abordamos.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Quanto à revisão de literatura e ao suporte teórico/acadêmico

Sem desconsiderar o que já foi explicado no início da introdução em relação ao suporte teórico e à lacuna por nós apresentada, o primeiro passo para o desenvolvimento da revisão de literatura se deu ao pensarmos em uma temática geral, que pudesse focar nos estudos e pesquisas sobre os ataques à democracia liberal, no que diz respeito às crises e com foco no Brasil.

Desse modo, após pesquisa preliminar foi possível perceber que o período do governo Bolsonaro foi o mais marcante desde a redemocratização em termos de ataques às instituições e valores democráticos e que, aparentemente – e constatado posteriormente – estaria inserido em um contexto mais amplo no que se refere às crises da democracia em outros países e aos tipos de atitudes e comportamentos similares aos de líderes populistas autoritários de extrema-direita em diversos outros países.

No que se refere à revisão de literatura ainda na etapa de escolha do objeto, do objetivo e do delineamento teórico do projeto de pesquisa, o caminho adotado seguiu algumas linhas de leituras, as quais se debruçavam sobre as seguintes temáticas e abordagens teóricas, tanto institucionalistas, quanto filiadas às vertentes mais críticas:

- a) A ascensão da extrema-direita no mundo;
- b) Crises e ataques à democracia pelo mundo;

- c) Relação das crises da democracia com: neoliberalismo; capitalismo; extrema-direita; fascismo; populismo; bolsonarismo;
- d) Crises da democracia no Brasil;
- e) Ataques à democracia no Brasil, especialmente no governo Bolsonaro;
- f) Envolvimento dos militares das Forças Armadas com o governo;
- g) Participação desses militares nos ataques à democracia e no 8J;
- h) O episódio do 8 de janeiro de 2023;
- i) Metodologia;

Assim, para cada temática listada acima, de “a” a “i”, fizemos um levantamento bibliográfico nas plataformas Scielo, Google Acadêmico e repositório da CAPES, buscando, por palavras chaves relativas, materiais produzidos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, dentre os quais, consideramos materiais que refletiram múltiplas visões de pesquisadores, como: cientistas políticos, sociólogos, antropólogos e historiadores, em forma de livros e artigos, teses e dissertações.

Reunida a literatura, passamos à leitura e fichamento dos textos, organizando-os cronologicamente em quadros, de acordo com suas respectivas datas de publicação, e, em consequência passamos a adquirir uma visão panorâmica do contexto e conjuntura global e local, já enxergando indicativos de possíveis recortes, que, adiante se tornaram úteis à construção das peças e consequente montagem de um desenho de pesquisa alinhado aos nossos objetivos e com foco em nossa argumentação.

No que se refere a esta relação de tópicos estudados inicialmente, resolvemos focar, para a efetiva construção da tese na análise do levantamento relativo aos seguintes itens: Crises e ataques à democracia pelo mundo; Relação das crises da democracia com: neoliberalismo; capitalismo; extrema-direita; fascismo; populismo; bolsonarismo; Crises da democracia no Brasil; Participação dos militares das FA nos ataques à democracia e no 8J; O episódio do 8 de janeiro de 2023; e, Metodologia.

Quanto à justificativa da escolha pelo estudo de caso em uma pesquisa qualitativa

Essa delimitação do objeto ao evento da tentativa de golpe do 8 de janeiro de 2023, objetivando explicar o papel dos militares neste contexto e seu impacto na crise da democracia, está embasada em pesquisas previamente realizadas por nós como em Rodrigo Lentz (2022), Ana Penido (2021, 2022, 2026), João Roberto Martins Filho (2014, 2019, 2021, 2022) Gláucio Soares (2001), Piero Leirner (2021, 2022), Eduardo

Helena Santos (2021), onde identificamos neste, um dos períodos em que a democracia brasileira sofrera um dos ataques mais significativos, explícitos e intencionais desde a sua retomada em 1985. E, além disso, por se tratar de um evento ainda não decantado do ponto de vista histórico, e de haver poucos estudos sobre o mesmo, inclusive nenhuma outra tese de doutorado até então, nossa pesquisa desponta como uma oportunidade de conhecê-lo melhor.

De acordo com as características do objeto ao qual nos propomos analisar, considerando os objetivos esperados e diante do contexto teórico e temporal no qual o mesmo está inserido, estivemos diante de uma pesquisa que inspirou a necessidade de uma abordagem qualitativa, até porque, *“A pesquisa qualitativa busca compreender e descrever um dado fenômeno, que está restrito a uma conjuntura particular e específica”*, o que de fato se adequa ao nosso caso (SANTOS, K. S. et al, 2022, p. 657).

Refletindo sobre o modelo de pesquisa mais adequado dentro da abordagem qualitativa, decidimos pelo Estudo de Caso e, mais especificamente, pelo estudo de caso único, para desenvolvermos esta pesquisa, proporcionando um estudo aprofundado do caso escolhido. Como justificativa a esta escolha metodológica, recorremos a dois autores, que igualmente serviram ao embasamento para o desenho, planejamento, execução, análise e conclusão da pesquisa: John Gerring (2004) e John Creswell (2007).

Guerring (2004) argumenta que um estudo de caso é melhor definido como um *“estudo aprofundado de uma única unidade (um fenômeno relativamente limitado), onde o objetivo do acadêmico é elucidar características de uma classe maior de fenômenos semelhantes”* (Guerring, 2004, p.341). Quando fala sobre o estudo intensivo de uma única unidade, objetivando compreender uma classe maior das mesmas, o autor explica que *“Uma unidade conota um fenômeno espacialmente limitado (...) observado num único ponto no tempo ou durante algum período de tempo delimitado”* (Guerring, 2004, p.342); nesta tese, limitamos o período entre 2018 a 2023. Para a compreensão correta da abordagem, segundo sua visão, o método ainda pode ser entendido como *“uma forma particular de definir casos, e não uma forma de analisar casos ou uma forma de modelar relações causais”* (Guerring, 2004, p.341) grifo nosso. Ainda assim, mesmo se tratando de uma unidade única de estudo, Guerring (2004) nos respalda com a indicação de que *“As possibilidades de análise dentro da unidade são, em princípio, infinitas”* (Guerring, 2004, p.344).

Já o outro autor que também consideramos importante como norteador ao nosso desenho e execução de pesquisa foi Creswell (2007). Para ele,

o estudo de uma questão explorada por meio de um ou mais casos dentro de um sistema delimitado (ou seja, **um cenário, um contexto**) [e] é uma abordagem qualitativa na qual o investigador explora um **sistema delimitado (um caso)** ou múltiplos sistemas delimitados (casos) ao longo do tempo, por meio de uma **coleta de dados detalhada e aprofundada**, envolvendo múltiplas fontes de informação (por exemplo, observações, entrevistas, material audiovisual, documentos e relatórios), e apresenta uma **descrição do caso e temas** relacionados (Creswell, 2007, p.73) Grifo nosso.

Portanto, argumentamos que estas definições teóricas nos apontam ao fato de que o esforço empírico empregado no **estudo da participação dos militares das Forças Armadas no evento do 8J**, é compatível como caso único para a tentativa de compreensão, e inserção do citado evento, como parte de um contexto maior, qual seja, a crise das democracias, espacialmente limitada ao Brasil e temporalmente inserida na contemporaneidade. Isso não excluiu a necessidade que tivemos, por se tratar de um processo, de ter pesquisado também o período do governo Bolsonaro, para coleta de fatos que provocaram o desencadeamento do 8J e, igualmente, ter pesquisado material documental até o final do julgamento por parte do STF, de todos os núcleos envolvidos na Tentativa de Golpe e Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito.

Quanto ao detalhamento e à delimitação do emprego do estudo de caso na pesquisa

Guerring (2004), aponta no decorrer do desenho de pesquisa de característica qualitativa, focada em estudo de caso, que, apesar de suas evidentes vantagens, algumas ambiguidades podem ocorrer, e que as mesmas são inerentes e inerradicáveis a este tipo de abordagem. Para Guerring (2004), um estudo de caso “*é melhor definido como um estudo intensivo de uma única unidade com o objetivo de generalizar para um conjunto maior de unidades*” (Guerring, 2004, p. 352).

Considerando seis pontos a se atentar no delineamento do estudo, aos quais o autor chama de possíveis ambiguidades, a primeira se refere, segundo Guerring (2004):

à distinção entre diferentes tipos de evidências covariacionais, onde “os estudos de caso podem observar **uma única unidade ao longo do tempo (tipo I)**, variância sincrônica dentro da unidade (tipo II) ou variância sincrônica e diacrônica dentro da unidade (tipo III). Observe que os tipos II e III, mas não tipo I, envolvem uma mudança no nível de análise, uma vez que os casos são extraídos de fenômenos dentro da unidade primária (conforme definido pela proposição de interesse) (Guerring, 2004, p.344).

Porém, na nossa pesquisa, o estudo de caso se aproxima do tipo III, já que nos debruçamos sobre uma única unidade ao longo do tempo – sendo esta a participação dos

militares das FA no evento do 8 de janeiro de 2023. Neste enquadramento, compreendemos que há mudança no nível de análise, já que estamos diante de casos extraídos de fenômenos dentro da unidade primária, que é a crise da democracia em sua manifestação no Brasil contemporâneo.

Quanto à segunda ambiguidade, essa tese se apresentou mais afeita ao foco em unidade formal, já que, *“é a unidade escolhida para análise intensiva da pessoa, grupo, organização, município, região, país ou outro fenômeno delimitado do qual o escritor tenha conhecimento profundo (...) Quanto maior a predominância de uma única unidade, mais merece a denominação de estudo de caso”* (Guerring, 2004, p.344), ou seja, no nosso projeto a intensão primordial foi a análise aprofundada de um fenômeno delimitado, como já exposto e não a pesquisa em e entre unidades periféricas. Mesmo assim, Guerring (2004) destaca que os estudos de caso assumem uma distinção *“entre unidades formalmente e informalmente estudadas que nunca é totalmente clara, uma vez que estas últimas devem ser trazidas para a análise de alguma forma, mas comprometeriam a noção de um estudo de caso se fossem totalmente integradas”* (Guerring, 2004, p.352).

Dentro do fenômeno geral de crises da democracia, nos referimos agora, olhando para o Brasil, à terceira ambiguidade que nos encaminha para mais uma escolha: análise de unidade única ou de perfil amostral de uma população de casos ou do uso combinado das duas? De acordo com Guerring, (2004), tanto os estudos de caso quanto os estudos das amostras *“procuram representar, de todas as formas relevantes para a proposição em questão, uma população de casos. Uma série de estudos de caso pode, portanto, ser referida como uma amostra; é uma questão de ênfase e de grau”* (Guerring, 2004, p.344-345). A esse respeito, apontamos em termos de delineamento do projeto, maior afinidade com análise de unidade única – e não uma análise de unidades cruzadas, por uma questão de ênfase no fenômeno escolhido, que se espera aqui representado.

A quarta ambiguidade se trata de um alerta que diz respeito ao fato de que todo estudo de caso é ao mesmo tempo pertencente a dois mundos empíricos distintos. Por isso, Guerring (2004) chama atenção ao cuidado em diferenciar um estudo da própria unidade e um estudo de caso de uma classe mais ampla de unidades:

Como estudo, a população fica restrita à unidade sob investigação. Como estudo de caso, a população inclui unidades adjacentes – talvez um grande número delas (...) diferentes proposições dentro do mesmo trabalho geralmente

se aplicam a diferentes populações. Algumas podem estar restritas à unidade em estudo, enquanto outras têm um âmbito mais amplo” (2004, p.345).

No que se refere à quinta, Guerring (2004) aponta para dois caminhos de desenvolvimento dos estudos dentro da finalidade da pesquisa, considerando que o *“estatuto de uma obra pode mudar à medida que é digerido e apropriado por uma comunidade de estudiosos [e] as meta-análises estatísticas como as revisões narrativas da literatura assimilam uma série de estudos, tratando cada um deles como estudos de caso em algum projeto maior”* (Guerring, 2004, p.345). No contexto do desenho dessa pesquisa, a opção foi por trilhar o caminho da revisão de literatura.

A sexta e última ambiguidade apontada, diz respeito ao tipo de argumento que um estudo de caso pretende provar ou demonstrar. Mais especificamente, se refere às inferências que podem ser ilustrativas/sugestivas ou falsificáveis e, neste contexto, detalha Guerring (2004):

Uma espécie de estudo de caso examina um tema geral vagamente definido – guerra, revolução, relações de gênero – num contexto particular, mas não oferece nenhuma proposta específica que possa ser aplicada a um conjunto maior de unidades (...) **um estudo de como um fenômeno mais geral ocorreu no contexto de um país**. Praticamente qualquer estudo intensivo de um tópico relativamente delimitado qualifica-se como um estudo de caso neste sentido mínimo, desde que possa ser ligado a algum tópico mais amplo através de uma palavra-chave. (Guerring, 2004, p.345) grifo nosso.

Neste tópico, a linha de pesquisa seguida foi baseada no objetivo de examinar especialmente um fenômeno mais geral (crise da democracia), em sua manifestação num plano local (participação de militares das FA no 8 de janeiro de 2023 no Brasil).

Além disso, inspirado no que aponta Guerring (2004) sobre o que o pesquisador pode fazer para que se evite confusões e equívocos entre ‘estudo’ e ‘estudo de caso’ ao se ler análises finais de ‘unidade única’, o que ocorre comumente, segundo o mesmo:

Na medida em que as proposições - e seus casos, unidades e populações correspondentes - são declaradas de forma clara e explícita, o autor evita confusão e o trabalho atinge um grau mais alto de falsificabilidade. Isto pode envolver algum sacrifício no fluxo narrativo, mas é justamente considerado como o preço de entrada das ciências sociais” (Guerring, 2004, p.345).

Estamos pagando esse preço e, por isso, novamente, reafirmamos o nosso objetivo que é de pesquisar e analisar uma das formas de manifestação da crise da democracia no Brasil contemporâneo, a partir do embasamento teórico sobre a temática, investigando um aspecto dentro de um caso específico: a participação política de militares das FA no evento do 8J. Assim, esperamos colaborar com uma reflexão em termos teóricos sobre o papel deste evento em relação ao processo mais amplo de crise

da democracia, preenchendo uma lacuna deixada na discussão sobre as crises da democracia por parte de autores do Norte Global e acrescentar elementos significativos a partir da realidade e do debate que se estabeleceu no Sul Global.

Apesar de não haver, de nossa parte, pretensões em generalização dos argumentos e conclusões deste estudo de caso para outras dimensões temporais, espaciais e fenomênicas, e de nos esforçarmos para sermos fiéis ao nosso desenho no curso da pesquisa, Guerring (2004) apresenta dois pontos que amenizam a preocupação, ansiedade e cuidados adotados pelo pesquisador no decorrer da implementação do seu modelo de pesquisa, especialmente diante das ambiguidades por ele apresentadas:

1. “A razão para esta ambiguidade estrutural é que a utilidade do estudo de unidade única repousa, em parte, nas suas duplas funções. **Deseja-se saber tanto o que é particular daquela unidade e o que há de geral nisso** [pois] o estudo de caso normalmente apresenta algum tipo de pesquisa original. Na verdade, é a oportunidade de estudar uma única unidade com grande profundidade que constitui uma das principais virtudes do método de estudo de caso” (Guerring, 2004, p.345).
2. É muitas vezes difícil dizer quais das muitas características de uma determinada unidade são típicas de um conjunto maior de unidades (e, portanto, servem de base para inferências generalizáveis) e quais são específicas da unidade em estudo. A resposta apropriada a tal ambiguidade é o escritor **relatar todos os factos e hipóteses que possam ser relevantes, em suma, reportar em excesso**. [mesmo assim] poderíamos dizer que os métodos, estritamente definidos, tendem a perder a sua forma à medida que olhamos mais de perto para as suas entranhas. Um estudo funde-se num estudo de caso, um estudo de unidade única funde-se num estudo de uma amostra, um estudo longitudinal funde-se num estudo latitudinal, casos informais fundem-se num estudo de uma amostra, casos formais e assim por diante. Métodos que parecem bastante diferentes em design se misturam quando colocados em prática. **A castidade não é necessariamente um atributo a ser valorizado no desenho da pesquisa**” (Guerring, 2004, p.346). Grifos nossos.

Por isso, Guerring (2004) nos alerta que um estudo de caso “*é provavelmente melhor entendido como um tipo ideal, ao invés de um método com regras rígidas*” (Guerring, 2004, p. 346), e diante deste entendimento, apresenta pontos fortes e fracos. Ainda assim, o autor considera que as alternativas abaixo, de acordo com as afinidades e compensações necessárias do projeto de pesquisa, podem aproximar mais o projeto do que o mesmo especifica como *estudo de caso* ou *estudo entre unidades*: Ao tipo de inferência, que pode resultar em descritiva ou causal; ao escopo da proposição, que pode implicar em mais profundidade ou amplitude da investigação, ambas com seus limites; à homogeneidade da unidade, considerando comparabilidade de casos interna ou sua representatividade externa; à visão causal no que diz respeito a mecanismos causais ou efeito causal; à relação causal, invariante ou probabilística; à estratégia de investigação exploratória ou confirmatória; à variância útil, considerando-se o estudo em uma única unidade ou para muitas unidades.

Relacionando estes tópicos apontados por Guerring (2004) ao nosso caso escolhido para estudo, que se refere a **estudo de unidade** e considerando-os para o desenho de pesquisa, chegamos a um projeto em que as características principais do mesmo são as seguintes - apesar de reiterarmos que, de acordo com o próprio autor, não se configuram como leis rígidas e invariantes, mas como afinidades ou compensações:

- 1) **Descritivo, quanto ao tipo de inferência**, “*existe afinidade metodológica entre a inferência descritiva e o trabalho de estudo de caso. (...) as proposições descritivas dos estudos de caso são implicitamente comparativas e estas comparações devem ter um ponto de referência entre unidades*” (Guerring, 2004, p. 347).
- 2) **De profundidade, em relação ao escopo**, pois “*uma proposição com um âmbito restrito será mais propícia à análise de estudos de caso do que uma proposição com um âmbito amplo*” (ibidem, p. 347) [levando em consideração que] “*precisamente porque o seu foco ser tão restrito, os estudos de caso muitas vezes produzem inferências com limites mal definidos. Pode-se pensar em profundidade como uma referência ao detalhe, riqueza, completude, totalidade ou grau de variação que é explicado por um estudo de caso do País ‘A’ [e] por explicar características específicas desse evento – porque é que ocorreu quando ocorreu e da forma como ocorreu*” (ibidem, p. 348) – o que nos pareceu útil para estudar a crise da democracia pelo caso da participação dos militares no 8J, no país escolhido, Brasil.
- 3) **De comparabilidade interna de casos quanto à homogeneidade**, pois “*Estudos de unidade única fornecem casos que provavelmente serão comparáveis um ao outro. Afinal, eles são todos extraídos da mesma unidade (por definição).* ” (...), “*contudo, a força do estudo de caso também sugere uma fraqueza correspondente. Projetos de pesquisa de unidade única muitas vezes ficam aquém de sua representatividade— o grau em que as relações causais evidenciadas por essa única unidade podem ser consideradas verdadeiras para um conjunto maior de unidades (não estudadas)* ” (ibidem, p. 348). No entanto, este projeto não se pretende representativo às generalizações, por suas limitações intrínsecas, definidas desde a sua concepção.
- 4) **De mecanismos causais quanto à visão causal**, pois “*os argumentos causais não dependem apenas da medição dos efeitos causais. Eles também pressupõem a identificação de um mecanismo causal*” (Guerring, no prelo; Hedstrom e Swedberg 1998). “*X deve estar conectado com S de uma forma plausível; caso contrário, não está claro se um padrão de covariação é verdadeiramente causal por natureza. A*

identificação de mecanismos causais acontece quando se reúne o conhecimento geral do mundo com o conhecimento empírico de como *X* e *S* se inter-relacionam. É nesta última tarefa que os estudos de caso desfrutam de uma vantagem comparativa. Muitas vezes, as ligações entre uma suposta causa e o seu efeito tornam-se visíveis quando se examinam as motivações dos intervenientes envolvidos. A intencionalidade é parte integrante da análise causal, como os interpretativistas vêm afirmando há algum tempo”(...) (Taylor 1970). (...) “Da mesma forma, a investigação de uma única unidade pode permitir testar as implicações causais de uma teoria, fornecendo assim provas corroborantes para um argumento causal” (Ibidem, p. 348); (...) “a investigação de mecanismos causais (incluindo tanto o rastreamento de processos quanto a correspondência de padrões) é comumente associada ao projeto de pesquisa do estudo de caso. A análise aprofundada de uma única unidade é útil para elucidar mecanismos causais porque seu estilo característico de coleta de evidências ao longo do tempo e variação dentro da unidade provavelmente fornecerá pistas sobre o que conecta um suposto *X* a um determinado *S*. –(...) os estudos de caso têm maior probabilidade de lançar luz sobre mecanismos causais e menos probabilidade de lançar luz sobre os verdadeiros efeitos causais. (Ibidem, p.348). No caso do nosso projeto, não definimos como objetivo olhar para o evento do “8J” e/ou a participação dos militares com foco uma busca específica por causas e efeitos, mas pela compreensão do evento e seu mecanismo, seu funcionamento, para tentar entender o papel dos militares na ampliação da crise da democracia.

- 5) **Invariante, quando à relação causal:** “Argumentos causais podem ser invariantes (“determinísticos”) ou probabilísticos. Afirma-se que relações causais invariantes são sempre verdadeiras, dado algum conjunto de circunstâncias de fundo. **Eles assumem a forma de argumentos necessários, suficientes ou necessários e suficientes.** Argumentos probabilísticos, em contraste, são verdadeiros em um argumento probabilístico [e] os projetos de pesquisa de estudo de caso têm mais facilidade em abordar causas invariantes” (ibidem, p. 349); **Considere que uma proposição causal necessária ou suficiente pode se dizer comprovada com um estudo de caso único** [e] quando a relação causal é assumida como probabilística, é mais fácil descartar a evidência do estudo de caso; (...) um termo de erro pode ser incorporado ao trabalho de estudo de caso, uma vez que o *N* de um estudo de caso é

indeterminado; no entanto, este termo de erro permanece uma propriedade da análise de unidade única. (Dion 1998, apud Guerring, 2004, p.349).

- 6) **Exploratório, quanto à estratégia de investigação**, pois “A pesquisa inovadora é, por definição, exploratória. A investigação subsequente sobre esse tópico é confirmacionista na medida em que a sua tarefa principal é verificar ou falsificar uma hipótese preexistente ou um conjunto de hipóteses. (...) Os estudos de caso desfrutam de uma vantagem natural em pesquisas de natureza exploratória” (Ibidem, p.349) [ainda segundo o autor] “É necessária uma boa dose de intervenção autoral durante a definição de um tópico de estudo de caso, pois há uma grande margem de manobra probatória [já que] É a própria imprecisão dos estudos de caso que lhes confere uma forte vantagem na investigação em fases exploratórias, pois o estudo de unidade única permite testar uma multiplicidade de hipóteses de uma forma aproximada e imediata. (...) A questão é que a confirmação/desconfirmação da teoria não é o ponto forte do estudo de caso” (Ibidem, p.350) – e este não é o objetivo da pesquisa. Não se pretende provar, refutar ou desenvolver teorias nesta pesquisa, mas, colaborar com o preenchimento de uma lacuna, como explicado na introdução.
- 7) **Para apenas uma única unidade, do ponto de vista da variância útil**, pois “Mesmo quando alguém é forçado a confiar apenas em experiências mentais contra factuais para avaliar afirmações causais, ainda pode preferir o modo de estudo de caso se a variação útil não estiver disponível entre as unidades (...) Grande parte da utilidade do estudo de caso é “contextual” neste sentido especial. Falta o tipo de variação natural ou experimental que tornaria frutífera a análise entre unidades; tais unidades simplesmente não existem e não podem ser geradas. (...) **Isto ajuda a explicar por que os estudos de caso muitas vezes se concentram em acontecimentos raros (“históricos”)** (Ibidem, p.351) grifo nosso. O que diz respeito exatamente ao nosso caso escolhido, o evento histórico do 8 de janeiro de 2023, para estudo da contribuição política dos militares no Brasil na crise da democracia.

Quanto à operacionalização da coleta de dados no estudo de caso

No tópico inicial, que olha para o aspecto da dimensão no método de estudo de caso, apontamos entre as alternativas de múltiplos casos ou de caso único, à escolha de caso único, a qual reforçamos a sua justificativa com o suporte teórico-metodológico de

Creswell (2007), pois o mesmo aponta que este é “*tipicamente selecionado para ilustrar uma questão, e o pesquisador compila uma descrição detalhada do contexto do caso(...); [optar por múltiplos casos] dilui a análise geral; quanto mais casos um indivíduo estuda, menor a profundidade em cada caso individual*” (Creswell, 2007, p.76). E desejamos, justamente, um estudo aprofundado da atuação política de um ator em um evento específico.

Ou seja, temos o respaldo, mais uma vez, agora na visão de outro autor, de que o método está adequado para ilustrar e estudar a questão referente à participação política dos militares no caso único que é o evento da tentativa de golpe do 8J no Brasil, com intuito de compreendermos o impacto desta participação no contexto geral de crise da democracia contemporânea. Necessário reafirmar, que isso não exclui a necessidade que tivemos, por se tratar de um processo, de ter pesquisado também o período do governo Bolsonaro, para coleta de fatos que provocaram o desencadeamento do 8J.

Na nossa pesquisa, atentos às orientações de Creswell (2007), assinalamos que não houve dificuldade para a seleção do caso em si em razão da singularidade do mesmo. Ainda que considerando as atrocidades cometidas durante a ditadura militar no Brasil, a forma como o passo a passo que culminou no 8J se materializou, não tem precedentes em nossa história, menos ainda se considerarmos o período pós redemocratização. O que poderia ser feito em um outro contexto - no que se refere à seleção de casos para análise - seria a realização de uma pesquisa comparativa com o 6 de janeiro de 2021 nos EUA, mas este não é o propósito da nossa pesquisa.

Já em relação à coleta de dados, Creswell (2007) assevera que nas pesquisas de estudo de caso, geralmente “*é tipicamente extensa, utilizando múltiplas fontes de informação, como observações, entrevistas, documentos e materiais audiovisuais*” (Creswell (2007, p.75). Além disso, o autor sugere que:

Ao planejar um estudo de caso, peço aos participantes que **desenvolvam uma matriz de coleta de dados** na qual especifiquem a quantidade de informações que provavelmente coletarão sobre o caso. **Decidir os "limites" de um caso** — como ele pode ser delimitado em termos de tempo, eventos e processos — pode ser um desafio. Alguns estudos de caso podem não ter pontos de início e fim claros, e o pesquisador precisará estabelecer limites que envolvam adequadamente o caso (Creswell, 2007, p.76) grifo nosso.

De fato, mesmo seguindo estas orientações, foi difícil, mas, acreditamos ter conseguido apontar limites, já que o 8J se trata do cume de um processo, que começou antes do início do próprio governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), e foi especialmente

urrido ao longo deste período. Delimitamos o estudo, portanto, ao próprio evento, porém, sem desconsiderar a existência de alguns momentos importantes e definidores que ocorreram no período anterior à tentativa de golpe no 8 de janeiro de 2023 e foram significativos para o desfecho final. Por isso, quanto à coleta de informações, o desafio também não foi fácil. Uma grande quantidade de material foi coletada e houve dificuldade na seleção do material para focar no essencial, especialmente ligado aos nossos objetivos com o estudo deste caso.

Diante deste quadro, justificamos a opção por acessar e analisar múltiplas fontes, por se tratar de um evento ainda “recente” em relação ao desenvolvimento desta pesquisa e ainda não decantado do ponto de vista histórico. Ainda porque o episódio ocorreu no começo de 2023 e desde 2021, ano de ingresso no doutorado, já havia o objetivo de analisarmos o fenômeno da crise da democracia no Brasil, sob o governo Bolsonaro. E a partir dos acontecimentos do 8J, decidimos transformar o trabalho em um estudo de caso, dada a importância simbólica e concreta do evento para o debate.

Mesmo diante do suporte teórico e dos procedimentos de revisão de literatura, já relatados, no decorrer das leituras, sentimos a necessidade de complementação empírica ao conteúdo teórico que apuramos nos artigos científicos, encontrados em bases acadêmicas. Considerando ao mesmo tempo a complexidade do assunto a ser estudado, o fato do objeto refletir a análise de uma história do tempo presente e a preocupação com um resultado cientificamente válido, decidimos recorrer à uma importante complementaridade de dados e informações diversas, que se mostraram úteis à apuração e análise dos fatos.

Com esta consciência, compusemos um tripé, como fonte de dados da pesquisa, acrescentando ao escopo acadêmico mais dois grupos de materiais a serem levantados e analisados para respaldar a operacionalização da tese que estava por se desenhar:

- a) Um suporte documental, produzido por instituições da república envolvidas com a investigação dos ataques em geral cometidos em especial durante o governo Bolsonaro ao episódio do 8 de janeiro de 2023, com recorte temporal final na condenação dos réus por tentativa de Golpe de Estado e Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito; e sem desconsiderar na leitura e apuração dos dados, a intrínseca existência do viés político e do *establishment* que marca as instituições como Câmara de Deputados e

Senado Federal (responsáveis pela CPMI do 8J) e dos órgãos que, respectivamente, investigaram, denunciaram e julgaram o episódio do 8J, como PF, PGR e STF;

- b) E um apoio, limitado ao registro de fatos e episódios relacionados à pesquisa, em fontes da mídia nacional on-line, seguindo o mesmo passo a passo anterior e considerando o levantamento a partir de 2018, quando da campanha presidencial que elegeu Bolsonaro à presidência da República, até 2025, quando muitas informações relevantes ainda estavam sendo apuradas e registradas e posteriormente finalizados, com as devidas condenações, os julgamentos dos réus do evento do 8J. Igualmente, nos debruçamos sobre os dados coletados nestas fontes, sem alegarmos desconhecimento em relação ao viés editorial dos veículos e de seus respectivos interesses, historicamente atrelados a grupos políticos e empresarias nacionais e estrangeiros;

Ressaltamos em relação ao acréscimo destes dois grupos de fontes de dados que não há, em hipótese alguma, a intenção em considerá-los e tratá-los em um mesmo nível de confiança científica com relação aos dados, informações e análises coletadas a partir de fontes acadêmicas, mesmo que em alguns casos ainda insipientes e desenvolvidas no calor dos acontecimentos. Estes grupos surgem e se somam ao projeto de modo complementar, diante da circunstância em que optamos por um estudo de caso, que se refere à ocorrência de um evento ainda recente em termos de curso da história e para o qual informações complementares, especialmente sobre fatos, foram úteis à construção do cenário e, inclusive, à montagem da Cronologia Geral¹, disponível em diante de muitas informações dispersas e não sistematizadas.

Feitas estas considerações, informamos que, em termos quantitativos, por exemplo, o material total lido *inicialmente* – portanto não consta integralmente nas referências – para podermos compreender o contexto mais geral e daí termos noção do “todo” para fazermos a escolha do caso e suas respectivas delimitações para estudo e posterior tratamento, análise e escrita desta tese, foi composto por:

FONTES		QUANTIDADE
Acadêmicas	Teses	01
	Dissertações	01
	Artigos	99

¹ Cronologia Geral, acessando o link: <https://bit.ly/cronologiageraldatese>

	Livros: leitura integral e de capítulos	34
	Eventos	02
Veículos de comunicação	Programas televisivos	02
	Documentários	03
	Matérias/Reportagens/Entrevistas	80
Documentais	Vídeos oficiais de reunião, relatórios da CPMI8J, indiciamento da PF, denúncia da PGR e decisões do STF	08
Total de fontes		230 fontes consultadas

Apesar da dificuldade em trabalhar com um grande volume de informações teóricas e empíricas, a delimitação em relação ao que decidimos pesquisar no período nos ajudou na triagem e seleção deste material, no que foi referente à participação política dos militares das FA, por ações ou omissões e a consciência de que parte do material existente sobre fatos e/ou sobre análises em relação aos mesmos, foram produzidos enquanto muitas peças do quebra-cabeças ainda não estavam disponíveis, ou devidamente esclarecidas.

Em parte, como prevíamos, tais lacunas foram sendo preenchidas com novas informações originadas das investigações da CPMI do 8J e da Polícia Federal, da denúncia da Procuradoria Geral da República e das diligências, depoimentos, quebras de sigilo telefônico, telemático e fiscal, delação premiada e julgamento do Supremo Tribunal Federal, suscitando assim, novos olhares, inclusive acadêmicos, sobre o 8J.

Esta coleta de dados, de maneira mais geral, permitiu a visualização de um cenário que nos ajudou a contextualizar e a entender o evento estudado, a partir do processo de fichamento e seleção dos principais textos para compor esta tese, posicionando-o em tabelas, organizadas cronologicamente de acordo com as datas de publicação. Durante a montagem do quebra-cabeças, nos debruçamos sobre os dados teóricos e empíricos, temas e análises, estabelecendo conexões, formando tópicos e esboçando capítulos, a partir das informações disponíveis e tratadas.

Quanto ao procedimento e as etapas análise no estudo de caso

Na sequência, sob orientação de Creswell (2007), um passo necessário que demos, diz respeito à forma de organização e ao tipo de análise dos dados coletados das diversas fontes possíveis. Segundo o autor, a análise poderia ser:

uma análise holística de todo o caso ou uma **análise aprofundada de um aspecto específico do caso** (Yin, 2003) [e na sequência] dessa coleta de dados, emerge **uma descrição detalhada do caso** (Stake, 1995), na qual o pesquisador detalha aspectos como o **histórico** do caso, a **cronologia dos eventos** ou uma **descrição dia a dia das atividades** do caso. Após essa descrição (...), o pesquisador pode se concentrar em algumas **questões-chave** (ou **análise de temas**), não para generalizar além do caso, mas para compreender a complexidade do caso. Uma **estratégia analítica** seria identificar questões dentro de cada caso e, em seguida, **procurar temas comuns que transcendam os casos** (Yin, 2003). Esta análise é **rica no contexto do caso** ou cenário em que o caso se apresenta (Merriam, 1988); (Creswell, 2007, p.75) grifo nosso.

Com esta inspiração e a partir dos dados dispostos, foi possível construir uma cronologia mais geral dos fatos² que foi posteriormente analisada e recortada com base nos objetivos específicos desta pesquisa e que nos remeteram, como um guia, ao processo que culminou com a tentativa de golpe do 8 de janeiro de 2023, especialmente no que se refere à participação de militares das FA, proporcionando relatar o passo a passo das atividades diárias protagonizadas por estes atores políticos, por meio de ações e omissões, que desaguaram no episódio.

Para a análise mais ampla das informações obtidas, trabalhamos no refino dos dados coletados que remetiam exclusivamente à participação dos militares das forças armadas, especialmente da cúpula. Na condução desta etapa dos trabalhos, enxergamos a necessidade de utilizarmos as técnicas de análise de conteúdo:

Análise de conteúdo é um nome genérico para uma variedade de maneiras de conduzir análises textuais sistemáticas, objetivas, quantitativas e/ou qualitativas que envolvem **comparar, contrastar e categorizar um conjunto de dados** principalmente para testar hipóteses. (...) essencialmente, a análise qualitativa de conteúdo envolve **interpretar, teorizar ou dar sentido aos dados**, primeiro **dividindo-os em segmentos** que podem ser categorizados e codificados e, em seguida, estabelecendo **um padrão** para todo o conjunto de dados, **relacionando as categorias entre si** (Gubrium & Holstein, 1997, Apud Jackson II, Ronald L., Drummond, Darlene K. and Câmara, Sakhile (2007) grifo nosso.

Na sequência, procedemos às releituras/revisões e análises do material delimitado e, por fim, iniciamos o processo de escrita, entrelaçando os conteúdos e análises à luz do que nos propomos a desenvolver enquanto pesquisa e argumento de tese. Posteriormente, aderimos ao que sugeriu Creswell (2007): “*Na fase interpretativa final, o pesquisador relata o significado do caso, seja esse significado proveniente da aprendizagem sobre a questão do caso (um caso instrumental) ou da aprendizagem sobre uma situação incomum (um caso intrínseco)*” (Creswell, 2007, p.75).

^{2 2} Cronologia Geral, acessando o link: <https://bit.ly/cronologiageraldatese>

O mesmo autor, colaborou com uma estrutura geral para a organização do estudo de caso, a qual pode contar com elementos como: uma abertura, cenário ou uma espécie de vinheta de entrada, introdução, (destacando os detalhes do problema, as questões mais relevantes, o caso em si, a coleta e análise dos dados), além da própria descrição do caso e de seu contexto, acompanhada pelo desenvolvimento de questões e detalhes selecionados, seguidos de asserções e uma espécie de vinheta de fechamento. Finalmente, “*o resultado de cada abordagem, o relatório escrito toma forma a partir de todos os processos anteriores*” (Creswell, 2007, p.80) grifo nosso.

Sobre outros fatores que colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa

Por vezes, a intuição e *insights* também falaram e nos auxiliaram ao longo deste cansativo e prazeroso trabalho, mas, não sem embasamento. Para isso, recorremos a um vasto material para leitura, fichamento, análise, argumentação e escrita deste texto final, o qual pudemos classificar, como dissemos acima, no tripé: documentos e relatórios da Polícia Federal, Procuradoria Geral da República, Supremo Tribunal Federal e CPMI do 8J; levantamentos feitos em matérias jornalísticas da imprensa nacional on-line, antes, durante e até dois anos depois do 8J; e em livros e artigos acadêmicos de autores brasileiros e de outros países, que abordaram o tema da crise da democracia liberal contemporânea no Brasil e em outras nações, os ataques à democracia no Brasil antes e durante o governo Bolsonaro e antes, durante e depois do 8J.

É fato que as dezenas de disciplinas e contatos com os professores e especialmente orientadores durante todo esse percurso (Ilza Leão - Graduação, Zuleide Rodrigues - Especialização, Homero Costa - Mestrado e Thiago Trindade - Doutorado), como nos momentos informais, de aulas, seminários ou grupos de pesquisa como GeoUrb, Demodê e INCT Observatório das Metrópoles, contribuíram para o meu aprimoramento e maturidade intelectual, o que nos ajudou bastante nos *feelings* mais importantes, quando precisamos fazer escolhas e tomar decisões que nos guiaram pelos melhores caminhos.

Um outro fator foi a participação em congressos nacionais e internacionais, muitos deles em diversas edições, a exemplo do IPSA, SBPC, ABCP, ANPOCS, SBS, CIENTEC, ENEPCP, RBA, FBCP, FBS, ENAPEGS, ENANPUR e COBICET, dentre outros promovidos por faculdades e institutos de universidades, que oportunizaram a leitura e análise de nossos trabalhos e artigos, os quais receberam diversas contribuições

e acabaram formando boa parte do corpo desta tese e isto demonstra algo muito importante: todo trabalho acadêmico e científico é sempre uma obra coletiva.

Além disso, o processo de construção dessa pesquisa também contou com a experiência profissional de mais de 23 anos que possuo [em 2025] como colunista de jornais, apresentador de programas diários de rádio TV e *podcast*, mantendo por força do trabalho, contato diário com políticos e agentes de políticas públicas, tanto na condição de entrevistador, quanto na condição de entrevistado, compartilhando análises de conjuntura política econômica em rede nacional. Tudo isso colaborou para uma visão mais perspicaz em relação às tramas e aos bastidores da política brasileira, que nos permitiu uma dupla percepção da realidade, pelas óticas da teoria e da vivência prática.

Capítulo 1 Algumas visões sobre as crises da democracia liberal contemporânea

1.1 Crises das democracias na perspectiva institucionalista: visões de autores do Norte Global

Se cada nação tem sua “espécie” de democracia, bem como características históricas e culturais de formação diferentes, elas têm, certamente, seu tipo peculiar de crise. Embora autores como Levitsky, Ziblato, Przeworski e Mounk, dentre outros, estudem as crises da democracia sob uma ótica institucionalista, suas obras não estão focadas empiricamente em análises de países situados ao sul global, portanto, na periferia do capitalismo – como o caso do Brasil. Embora tenhamos críticas a esta forma de compreender as crises, foi possível aproveitar elementos que nos auxiliaram a estruturar a discussão sobre a base teórica que compõe tese.

Assim, da obra de Przeworski, “*Crises da Democracia*” (2020) e da obra de Levitsky e Ziblato, “*Como as Democracias Morrem*” (2018), extraímos a nossa argumentação central, no que se refere à relevância da participação da cúpula dos militares das Forças Armadas enquanto atores políticos.

1.1.1 Przeworski e a não percepção da ação sub-reptícia dos militares na política

Começando por Przeworski (2020), sua grande falha, contra a qual argumentamos nesta tese, é não reconhecer nessa obra, nem mesmo no seu prefácio à edição brasileira, o papel ou qualquer relevância dos militares das FA em termos de interferência política, como se os mesmos não participassem ou não oferecessem qualquer perigo. Ora, é parte estrutural da História da América Latina a participação dos mesmos em golpes militares e desestabilização de regimes democráticos em diversos países e, não somente num passado relativamente distante, mas, recentemente na região e em especial no caso do Brasil, como argumentamos ao longo desta tese.

Iniciamos a nossa abordagem de um modo mais geral, apresentando a obra de Przeworski (2020), “*Crises da Democracia*”, na qual o mesmo compreende a democracia de modo minimalista, enxergando-a como uma espécie de conformação institucional onde o voto, as eleições e o sistema eleitoral desempenham um papel

fundamental. Para o autor, o reconhecimento do resultado eleitoral, especialmente por parte do partido perdedor é um pilar fundamental para a democracia. O que a torna viva e forte é o fato de que quem ganha, governa e quem perde, reconhece a derrota e cumpre o papel de oposição, de modo a que, na eleição seguinte, as instituições estejam funcionando ao ponto de os opositores terem as mesmas chances reais de disputar e vivenciar, em caso de vitória, a mesma situação de ascender ao poder e governar.

A democracia seria então, para Przeworski (2020), um mecanismo erguido por intermédio do voto que serviria para processar conflitos e a sua estabilidade estaria atrelada à capacidade dos governos em gerir esses conflitos, sem que os derrotados recorressem à violência ou ao golpismo.

Para o desenvolvimento deste raciocínio, o autor tomou como base acontecimentos históricos, mesmo reconhecendo que a história não é um guia infalível, os quais destacamos: um, referente à República de Weimar (1919-1933), na Alemanha, marcada por fortes instabilidades políticas, crises econômicas e transformações culturais intensas que forneceram condições à ascensão de Adolf Hitler ao poder, e o outro, referente ao golpe militar dado pelo general Augusto Pinochet no Chile em 11 de setembro de 1973, contra Salvador Allende, que havia sido eleito democraticamente pelo voto popular, mas enfrentava, especialmente por parte do congresso, graves dificuldades de governabilidade.

Além dos dois casos acima onde as crises levaram a democracia ao colapso total, o autor ainda discorreu sobre mais duas crises político-democráticas, que, em sua análise foram solucionadas institucionalmente: nos Estados Unidos, marcada por distúrbios e conflitos sociais, pelos assassinatos políticos de Martin Luther King e Robert Kennedy, em 1968, e pela renúncia do então presidente Richard Nixon, mediante iminente derrota no processo de *impeachment* motivado pelo seu envolvimento no escândalo do *Watergate*, e, na França, em um contexto de grande inquietação social, greves insurrecionais violentamente reprimidas, guerras coloniais e da chegada ao poder legalmente por decreto, do general Charles De Gaulle em 1º de junho de 1958, como resposta ao golpe de Estado na Argélia:

As crises políticas nos Estados Unidos e na França compartilham uma combinação de conflitos intensos sobre guerras externas com questões internas muito polarizadoras. **Nos Estados Unidos de Nixon, o perigo era a usurpação do poder pelo governante**, ao passo que **na França no fim dos anos 1950 a ameaça era um golpe militar**, de modo que esses casos são

comparáveis, respectivamente, aos da Alemanha e do Chile. Nos dois países, as crises foram resolvidas institucionalmente, mas de maneiras diversas: **nos Estados Unidos** as instituições existentes superaram a crise e saíram intactas, enquanto **na França** a solução envolveu conflito e implicou importantes reformas institucionais (Przeworski, 2020, p. 65-66) grifo nosso.

No Século XXI, o ‘arranjo’ que sustenta a democracia, baseado no voto, estaria desmoronando devido às pressões recebidas, advindas de desgastes causados pelo aumento da desigualdade econômica provocada pelo sistema capitalista – prejudicando especialmente as classes mais baixas, e expressivas polarizações políticas nas disputas eleitorais, que implicariam na não aceitação dos resultados das urnas por parte dos perdedores.

Este contexto pode ser lido como desdobramento da ruptura de um “*acordo de classes democrático*”, no qual sindicatos e partidos à esquerda teriam “aceitado” o capitalismo em troca de mais redistribuição e progresso material, que, na ótica do autor, gerou por um bom período estabilidade nas democracias pós Segunda Guerra: “*este acordo foi destruído no Reino Unido e nos Estados Unidos pelas respectivas vitórias de Thatcher e Reagan cujos primeiros alvos foram os sindicatos e desgastou-se aos poucos na maioria dos países*” (Przeworski, 2020, p 139).

Segundo Przeworski (2020), esta conjuntura se mostrou favorável à ascensão de líderes populistas autoritários com discursos antissistema e anti instituições, e à despolitização sobretudo dos mais jovens, especialmente em relação à descrença em relação à própria democracia. Neste sentido, o autor identifica o que considera sinais de que uma crise na democracia poderia estar existindo e se ampliando:

“o colapso dos partidos tradicionais; o avanço da direita radical e das atitudes que a apoiam; o rápido desgaste dos sistemas partidários tradicionais; o avanço de partidos e atitudes xenofóbicas, racistas e nacionalistas; e o declínio no apoio à democracia em pesquisas de opinião pública” (PRZEWORSKI, 2020, p.111-114).

Ainda assim, para o autor, a erosão da democracia se daria por dentro das próprias instituições, urdida por entre as lacunas da própria legalidade ao longo de um processo gradual e não ocorreria de maneira repentina, mas, por meio de uma “*subrepção sub-reptícia*”:

A sub-repção é um processo pelo qual o governo adota certas medidas, nenhuma delas manifestamente inconstitucional ou antidemocrática, mas que acumuladas destroem pouco a pouco a capacidade da oposição de tirá-lo do cargo ou ampliam sua liberdade de formulação política. (...) uso de mecanismos legais existentes em regimes com credenciais democráticas favoráveis para fins antidemocráticos. (...) quando o governo dá passos que

não são flagrantemente inconstitucionais ou antidemocráticos. (...). Algumas medidas que governos reacionários adotam não precisam nem mesmo de atos legais, apenas de mudanças de procedimento. (2020, p. 206; 211).

Esta é, na segunda quadra do Século XXI, para Przeworski (2020), a “nova” forma de derrocada das democracias por ele chamada de “estabelecidas”: não mais *subitamente* por golpes militares violentos, embora os mesmos permaneçam como fiadores finais da força física, mas, por processos *sub-reptícios* e que ensejam retrocessos democráticos e ataques às instituições, com aparência de legalidade, por exemplo, controlando a mídia, enfraquecendo o Judiciário e alterando gradualmente regras eleitorais, de modo a facilitar a permanência do governante no poder.

Cabe comentar aqui que, sob a nossa ótica, isto não nos permite inferir que, especialmente os militares das FA, tenham sumido da cena como atores em processos políticos ou mesmo da preocupação, das pesquisas e das páginas da Ciência Política, pelo menos na América Latina e no Brasil, como argumentamos nesta tese.

1.1.2 Levitsky e Ziblat: as Forças Armadas capturaram ou foram capturadas?

Já em relação a Levitsky e Ziblat (2018), especificamente na obra “*Como as Democracias Morrem*”, nos debruçamos especialmente sobre a defesa de ambos a respeito de que, nesta quadra da contemporaneidade, as tentativas e/ou efetivações de golpes de Estado não se dariam mais com uma abrupta intervenção militar clássica, com a presença tanques nas ruas, ou seja, mediante os golpes *stricto sensu*, mas, através da mobilização de ataques contínuos e quase imperceptíveis à democracia, suas instituições e valores, se lidos isoladamente. Nas palavras de Levitsky e Ziblat (2018):

É assim que tendemos a pensar na morte de democracias: nas mãos de homens armados. Durante a Guerra Fria, golpes de Estado foram responsáveis por quase três em cada quatro colapsos democráticos. As democracias em países como Argentina, Brasil, Gana, Grécia, Guatemala, Nigéria, Paquistão, Peru, República Dominicana, Tailândia, Turquia e Uruguai morreram dessa maneira. Mais recentemente, golpes militares derrubaram o presidente egípcio Mohamed Morsi em 2013 e a primeira-ministra tailandesa Yingluck Shinawatra em 2014. Em todos esses casos, a democracia se desfez de maneira espetacular, através do poder e da coerção militares. **Porém, há outra maneira de arruinar uma democracia. É menos dramática, mas igualmente destrutiva. Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder.** Alguns desses líderes desmantelam a democracia rapidamente, como fez Hitler na sequência do incêndio do Reichstag em 1933 na Alemanha. Com mais frequência, porém, as

democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis. (2018, p. 14-15), grifo nosso.

Esses ataques ocorreriam, na visão dos autores, tanto pelo lado institucional, ou seja, “por dentro” das instituições do Estado, quanto extra institucionalmente, ou seja, “por fora” das mesmas. A defesa de ambos aponta, portanto, ao fato de que, tanto a chegada de líderes autoritários ao poder, quanto o processo de erosão e morte da democracia, se dariam por vias democráticas.

Essa conceituação, que também motiva o nosso argumento central de tese, é apresentada como se nessa forma de erosão não houvesse a participação dos militares das FA ou como se a participação dos mesmos só fosse considerada nos moldes ‘*tradicionais*’ mediante o uso explícito das armas do Estado, dos tanques, fuzis e metralhadoras. E mais: como se esses militares não fossem uma instituição ou um *ator político* passível de agir “por dentro” do sistema, por outros caminhos e de maneira camuflada, não tendo, assim, relevância significativa no processo de erosão da democracia e de suas crises.

Por isso, quando os autores afirmam que “*A democracia pode morrer não pelas mãos de generais, mas de líderes eleitos*” (Levitsky e Ziblat, 2018, p. 14-15) esta afirmação não nos permite inferir que generais militares das FA não estejam por trás, tramando nos bastidores e conduzindo o processo de subversão. Ou seja, é plenamente possível ter líderes eleitos agindo como extensão de generais, dentro de um projeto político, como é o caso que defendemos nesta tese em relação ao Brasil, no que se refere à relação entre Jair Bolsonaro e, especialmente os militares da cúpula das FA.

Os autores consideram ainda que, nos novos moldes de assédio e morte da democracia, os militares das Forças Armadas poderiam ser classificados dentre o que eles conceituam como ‘*árbitros*’, ao lado de membros do Judiciário, Legislativo, Ministério Público, Imprensa, e de serviços de Inteligência, como ABIN, enfim, órgãos com autoridade investigativa e punitiva. Segundo Levitsky e Ziblat (2018):

Para melhor compreender como autocratas eleitos minam sutilmente as instituições, é útil imaginarmos uma partida de futebol. **Para consolidar o poder, autoritários potenciais têm de capturar o árbitro**, tirar da partida pelo menos algumas das estrelas do time adversário e reescrever as regras do jogo em seu benefício, invertendo o mando de campo e virando a situação de jogo contra seus oponentes. É SEMPRE BOM ter os árbitros do seu lado. (2018, p. 81). Grifo nosso.

Para Levitsky e Ziblath (2018), esses ‘árbitros’ podem ser ‘capturados’ pelo líder autocrata que fora eleito democraticamente, mas que, no poder, lança mão de um processo de subversão destas e outras instituições democráticas, especialmente as que têm o potencial e a missão constitucional de lhe impor alguma espécie de controle, como o *sistema de freios e contrapesos* entre poderes, e passa a utilizá-las como instrumentos ou ferramentas a seu favor, muitas vezes direcionando-as contra seus adversários políticos, na tentativa de perpetuar-se no poder e impor agendas. Tudo isso, de uma forma que tenta manter um *verniz democrático*, ou seja, uma fina camada de ‘democracia’, preservando a aparência de que tudo está sendo feito dentro da lei, das regras do jogo e da normalidade.

No que se refere às Forças Armadas, os autores até citam que, nesta lógica de captura dos árbitros, as mesmas podem ser cooptadas pelo líder autocrático que ascendera ao poder, mas, ao que parece, não vislumbram o movimento em contrário.

Essa discussão sobre *captura de árbitros*, que será desenvolvida mais adiante no final deste capítulo, importa a esta tese pelo fato de que o debate público no Brasil, bem como a conclusão de documentos oficiais como o da CPMI do 8J, jornalistas, acadêmicos e até algumas visões de aliados do presidente Lula em seu terceiro mandato, estão, ao nosso ver, em dissintonia com a realidade dos fatos.

Nos referimos a um debate que reflete sobre a questão: **os militares cooptaram Bolsonaro ou Bolsonaro cooptou os militares?** Ou seja, Bolsonaro, enquanto líder eleito democraticamente subverteu a instituição militar, levando a política para dentro dos quartéis ou o mesmo foi um ator que contribuiu com a parte política de um projeto de ocupação do poder pelos militares? **Qual dos dois atores políticos, afinal, foi o protagonista do 8J?**

Mas, por que esse debate importa? Importa porque o nosso estudo de caso está focado na tentativa de Golpe de Estado e Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito, ocorrida no 8 de janeiro de 2023, e porque o nosso argumento central de tese se refere à elucidação do papel político dos militares das FA nesta tentativa de subversão da democracia, que ofereceu uma significativa contribuição à crise brasileira.

Por esses e outros fatores, de acordo com os autores, a democracia necessita do que eles chamam de *grades de proteção*. Para ambos, o exercício da política sem essas grades pode matar a democracia, a exemplo do que ocorrera no Chile e salvá-la a

exemplo do que ocorrera nos EUA. Estas grades podem ser listadas como: o respeito às regras do jogo democrático que podem ser escritas (na Constituição) e não escritas (código de condutas baseado no ‘bom caráter’ dos líderes), onde cada país, tem seu tipo de democracia e suas próprias regras tácitas, tradicionalmente respeitadas e aceitas moralmente pelos jogadores, estejam eles dentro ou fora de campo.

As outras grades de proteção reforçam uma a outra. A *tolerância mútua* e a *reserva institucional*, para Levitsky e Ziblat (2018), representam a lição central do livro:

1. **Tolerância mútua** diz respeito à ideia de que, **enquanto nossos rivais jogarem pelas regras institucionais, nós aceitaremos que eles tenham direito igual de existir, competir pelo poder e governar**. Podemos divergir, e mesmo não gostar deles nem um pouco, mas os aceitamos como legítimos. Isso significa reconhecermos que nossos rivais políticos são cidadãos decentes, patrióticos, cumpridores da lei— que amam nosso país e respeitam a Constituição assim como nós. [Não os tratando como] traidores, subversivos ou desqualificados. (...) **tolerância mútua é a disposição dos políticos de concordarem em discordar**. (Levitsky e Ziblat, 2018, p. 103). Grifo nosso.
2. **Reserva Institucional** significa “autocontrole paciente, comedimento e tolerância”, ou “a ação de limitar o uso de um direito legal”. (...) pode ser compreendida como **o ato de evitar ações que, embora respeitem a letra da lei, violam claramente o seu espírito**. Quando as normas de reserva são robustas, políticos não usam suas prerrogativas institucionais até o limite, mesmo que tenham o direito legal de fazê-lo, pois tal ação pode pôr em perigo o sistema existente. (2018, p. 107). Grifo nosso.

Afora estas questões, cabe destacar nesta seção de apresentação do pensamento dos autores, quatro pontos destacados por Levitsky e Ziblat (2018, p.33-34) que indicariam **sinais** de que a democracia estaria correndo perigo: a recusa em aceitar as regras do jogo com acusação de fraude eleitoral; o não reconhecimento de seus adversários como legítimos, criminalizando sua história pessoal e posição política; a intolerância e instiga constante de violência contra opositores; e a disposição em restringir liberdades individuais e promover ataques à imprensa e às universidades, como supostas fontes de propagação de mentira contra si.

Mesmo consciente de que esta tese não tem como cerne estudar o governo Bolsonaro e o a totalidade do seu comportamento específico enquanto líder populista-autoritário, vale a pena destacar que, no caso do Brasil, esses quatro sinais apresentados pelos autores podem ser exemplificados, respectivamente, com: discursos de apoio ao voto impresso, ataque constante às urnas eletrônicas, questionamento e acusação, sem provas, de fraude nas eleições e não aceitação do resultado; incentivos ao chavão: “*Lula-ladrão seu lugar é na prisão*”; discurso de campanha ao simular uma

metralhadora nas mãos incitando os liderados: “*vamos fuzilar a petralhada...*”; gritos de “*cala a boca*” contra jornalistas, geralmente atendidos em um “cercadinho” e falas como “*a grande imprensa é inimiga*”; nomeação de ministros desconectados das áreas da saúde e da educação, além de ataques às universidades, acompanhados da acusação de serem espaços de “balbúrdia”, muitas vezes usados como justificativa aos cortes de recursos para financiamento do ensino, pesquisa, extensão e inovação nas mesmas.

Conforme ilustrado na citação logo acima, os autores desenvolveram sua pesquisa e escreveram a obra com base em diversos exemplos históricos focados em países da Europa e até mesmo da América Latina, e, a partir daí também colaboraram com um alerta ao papel dos partidos políticos. Para Levitsky e Ziblato (2018), os partidos políticos representam preocupação e ao mesmo tempo esperança, em relação à democracia, onde os mesmos teriam – ou deveriam ter – a capacidade de funcionar como “*guardiões da democracia*”, ou seja, como filtros a impedirem a entrada de políticos extremistas e de perfil populista-autoritário, que, a partir daí não deveriam obter as credenciais para participação do jogo democrático no processo eleitoral.

O contrário desse comportamento de ‘barreira de contenção’, que os autores esperam de partidos e políticos tradicionais, ensinaria a aceitação de *alianças fatídicas* que acabariam por colaborar com ares de legitimidade a líderes autoritários, especialmente *outsiders* com potencial golpista.

Olhando para o Brasil, a realidade é que estavam contabilizados até junho de 2025, vinte e nove partidos registrados no TSE e a maioria deles, dois terços, especialmente do centro à extrema direita, são cartoriais, “de aluguel”, têm donos e sofreram metamorfoses que permitiram mudanças de nomes, e siglas, ressurgindo como novos, mas, recheados internamente pelos velhos chefões e oligarcas locais e nacionais, que não praticam nem mesmo a necessária democracia interna nos “seus” partidos.

E nesse contexto, dificilmente estes partidos funcionam como filtros democráticos. Basta citar o caso do inexpressivo e desconhecido PSL, que, presidido por Gustavo Bebianno, abrigou a candidatura vitoriosa de Jair Bolsonaro à presidência da república em 2018 e logo depois, ambos - o presidente do partido e o partido - foram descartados; o PSL deixou de existir e Bolsonaro filiou-se ao PL de Valdemar da Costa Neto. A mesma coisa aconteceu nas unidades subnacionais da federação, onde a maioria

das legendas foi rifada nas disputas por candidatos com perfis semelhantes ao de Bolsonaro, recrutados para concorrerem a outros cargos eletivos.

No nosso ponto de vista, trata-se de uma mera ilusão crer que os partidos políticos com esse perfil, seriam capazes de impedir qualquer filiação com um bom potencial, até porque, soma votos aos demais, através do impulsionamentos das legendas. Levitsky e Ziblat (2018) reconhecem o problema de que a recusa a esses líderes é difícil diante da crise de legitimidade dos próprios partidos – sobretudo no caso do Brasil, diante da “oferta” – e que alguns “cartolas” chegam a nutrir as esperanças de poder controlá-los, mas, como apontado, não é o que ocorre na prática. Mais ainda, diante de uma viabilidade eleitoral, agregam-se ao projeto, aproximando-se desses partidos, grupos de interesses econômicos, empresariais, culturais e religiosos que os apoiam política e financeiramente, de olho nas benesses em caso de conquista do poder.

Sendo assim, reflitamos: podem os partidos políticos serem base de sustentação da democracia, se não há democracia interna na grande maioria dos mesmos? A questão, ao que nos parece, está em “quem” ou “ao que” estes partidos se dispõem a representar; quem ou quais interesses estão, na prática, representados pelos mesmos.

1.1.3 Mounk e a ‘aceitação popular’ aos governos militares

Yascha Mounk (2019) em “*O povo contra a democracia*”, destaca a decomposição e um desencanto profundo com o sistema político como um todo, o que significa um importante risco à sobrevivência da democracia liberal contemporânea. Para ele, tal decomposição se dá por duas vertentes, implicando no nascimento de dois regimes distintos e instáveis: a um ele chama de *democracia iliberal*, que se traduz em uma forma de democracia sem direitos e ao outro ele chama de *liberalismo antidemocrático*, que se traduz em uma forma de regime com direitos, mas, sem democracia. Para Mounk (2019), este fenômeno ocorre porque dois componentes, que segundo ele formavam um todo coeso, estão em conflito: a democracia e o liberalismo.

Para o autor, no âmbito do tipo de *democracia sem direitos*, se destacam os movimentos populistas, que são marcados por reivindicarem uma representação “exclusiva” daqueles que representariam o “verdadeiro povo”, ou no caso do Brasil, de quem realmente seriam os “*cidadãos de bem*” ou “*brasileiros de verdade*”. Temos aqui

uma noção excludente de povo, que, inclusive, passa a olhar e a tratar os outros que são diferentes deste determinado “modelo de povo” como traidores e adversários, ou até inimigos que devem ser combatidos.

Ainda segundo Mounk, no prefácio que escreveu à edição Brasileira em 2019: *“a eleição de Jair Bolsonaro deve ser encarada como o evento mais significativo na história brasileira desde a queda da ditadura militar: pelos próximos anos, o povo terá de lutar pela própria sobrevivência da democracia liberal”* (2019, P. 10). E assim aconteceu no Brasil.

De acordo com Mounk (2019), quando líderes populistas iliberais chegam ao poder, este fato pode acabar se desdobrando em um governo autocrático, especialmente diante da remoção de ‘obstáculos’ liberais e se voltando contra o próprio povo em sua totalidade, já que estes tipos de líderes podem até ser ‘democráticos’ no sentido de querer fazer valer a ‘vontade popular’ – de uma parte limitada do povo – mas iliberais ao rejeitarem limites à imposição dessa pretensa ‘vontade popular’ por parte de instituições independentes e direitos individuais.

Mounk (2019) destaca que líderes como Jair Bolsonaro, Donald Trump, Viktor Orbán e o partido polonês Lei e Justiça, dentre outros, exemplificam essa tendência quando atacam a liberdade de imprensa, o judiciário e demais instituições. Mounk e Foa (2017) detalham o que acabamos de expor. Segundo a visão de ambos, a essência da mensagem populista:

coloca os populistas em oposição a uma visão pluralista de democracia, na qual grupos com diferentes visões e opiniões precisam superar suas divergências por meio de canais democráticos de diálogo e de conciliação. Em vez disso, o populismo promove uma política iliberal, que usa o poder da maioria para confrontar elites (reais ou aparentes) da imprensa, do judiciário e do funcionalismo público; desconsideram os direitos de minorias impopulares; atacam barreiras institucionais como tribunais independentes, considerados impedimentos ilegítimos à vontade popular. (2017).

Por outro lado, o *liberalismo antidemocrático* é caracterizado pela edificação de um sistema onde pode até haver garantias e proteção de direitos, mas, há uma drástica redução na capacidade popular de influenciar na concepção e execução das políticas públicas, como também no questionamento e contestação de assuntos diversos de interesse público. Esta última situação ocorre especialmente, relata Mounk (2019), diante do deslocamento do poder decisório de representantes eleitos pelo povo para antes não eleitos como o corpo de burocratas que compõem o Estado e o governo,

tribunais constitucionais e organizações internacionais; como também em situações onde bancadas de parlamentares são eleitas com suporte político e financeiro de grupos de interesses/lobbies, e os interesses destes, em detrimento da população acabam sendo representados.

Embora não estivesse olhando para o nosso país no momento em que configurou esta análise, este último caso apontado por Mounk (2019) pode ser exemplificado no Congresso Nacional brasileiro com o que se convencionou chamar de bancadas “da bala, da bíblia e do boi”, que representam interesses de grupos armamentistas, CAC’s, milícias e fabricantes de armas, pastores de igrejas, especialmente evangélicas neopentecostais e do agronegócio.

Segundo Mounk (2019), a crise da democracia liberal, ou, como ele chama, a sua *desconsolidação*, acaba sendo impulsionada também pela ascensão de movimentos populistas autoritários e pela erosão das normas e instituições que lhe deram sustentabilidade até então. Mais ainda, Mounk e Foa (2017) destacam que a democracia deixa de ser o único jogo possível quando, num momento posterior:

uma minoria não desprezível de cidadãos perde sua fé em valores democráticos, é atraída por alternativas autoritárias e começa a votar em partidos, candidatos ou movimentos “antissistema”, que desprezam ou opõem-se aos elementos constitutivos da democracia liberal. (2017).

Estamos, mais uma vez, diante de um retrato que acaba representando algumas condições identificadas no Brasil, inclusive durante todo o processo de ataques à democracia que resultou no 8 de janeiro de 2023.

Segundo Mounk (2019), se por um lado a democracia propugna por uma clara ausência em relação a autoridades tutelares não eleitas, que limitem a capacidade de governabilidade dos civis eleitos, como é o caso dos militares das Forças Armadas, por outro lado, é preocupante que, em virtude da desilusão popular com relação à própria democracia, a ideia desses militares atuarem como uma força política e assumirem governos, tem se tornado sedutora para fatias crescentes da população.

Esse aspecto interessante trazido por Mounk (2019), se conecta de modo cristalino à nossa discussão sobre o papel das Forças Armadas na política, referente a um preocupante crescimento observado na aceitação popular em relação a alternativas autoritárias que contemplariam, para além da eleição de líderes autocráticos, a

existência de um “*governo militar*”. Isso significa uma crescente desilusão e hostilidade em relação à democracia e seus valores, conformando um estado de crise da mesma.

Isso porque, neste ponto também, embora o autor tome como exemplo o caso de pesquisas nos EUA e em outros países, é possível identificar no Brasil, *surveys* que indicam desejos semelhantes, além de campanhas em torno desta ideia antidemocrática, que, inclusive, exposta ao longo do governo Bolsonaro em faixas e cartazes por bolsonaristas, “em nome da democracia”, materializou-se com a tentativa de golpe de Estado no 8 de janeiro de 2023. No caso dos Estados Unidos:

em 1995, apenas 1 em cada 16 americanos acreditava que um governo militar era um sistema “bom”; em 2011, essa proporção subiu para 1 em cada 6. (Mounk, 2019, p.19-20) O apoio ao governo militar cresceu drasticamente entre os jovens e os ricos nos EUA: entre jovens americanos ricos, esse apoio saltou de 6% para 35% em duas décadas. Essa tendência não é exclusiva dos EUA, ocorrendo também em democracias antigas como Alemanha, Reino Unido e Suécia. (Foa e Mounk, “The Democratic Disconnect”, *Journal of Democracy* 27, n.3(jul2016), p.5 apud Mounk, 2019, p.19-20).

No caso do Brasil, podemos ilustrar apontando dois exemplos lembrados por Avritzer (2026), de que, primeiro, mesmo depois de um ano da derrota de Bolsonaro para Lula, e do episódio da tentativa de golpe no 8 de janeiro de 2023, uma pesquisa do Datafolha indicava que nove em cada dez eleitores não mudariam o voto convertido em Bolsonaro, mesmo diante do ocorrido e que, “*Complementando o quadro, pesquisa do Instituto da Democracia em 2024 mostrou um aumento do número de brasileiros que apoiavam um golpe militar em determinadas situações*” (Avritzer, 2026, p.9).

Em nossa avaliação, essa se constitui como mais uma forma do próprio povo, influenciado especialmente por líderes populistas autoritários, se manifestar contra a democracia, para usar a principal linha de raciocínio do autor, mesmo achando, absurdamente, que estão defendendo-a. Para o autor, esta é uma questão alarmante e um componente essencial à aceleração da desconsolidação democrática.

Para além destas questões, Mounk (2019), a partir de sua obra centrada especialmente em países como Hungria, Turquia e Estados Unidos, e que conta com alguns olhares para o Brasil, alerta que, basicamente as crises democráticas têm origens influenciadas de maneira básica por três fatores: Mídias digitais, Estagnação econômica e questões ligadas à identidade e multiétnica.

No primeiro caso, também abordado, mesmo que mais superficialmente por Przeworski (2020), a internet permitiu que instrumentos como as plataformas de redes e mídias digitais desequilibrasse a balança entre políticos *insiders* e *outsiders*, praticamente extinguindo os filtros que poderiam ‘conter’ os apelos populistas-autoritários dos políticos extremistas de direita, algo pouco imaginável quando se contava anteriormente apenas com os veículos de comunicação tradicionais, que, historicamente, davam voz aos às elites políticas integrantes do chamado ‘sistema’.

O segundo fator abordado diz respeito à estagnação econômica, que, por si e entre outros, acabam por servir como combustível aos discursos populistas. Essa estagnação, segundo Mounk (2019), atingira principalmente o padrão de vida da classe média, impactando no fato de que as atuais gerações, desiludidas, não mais acreditavam que seus descendentes viveriam em condições melhores que as suas.

Finalmente, o terceiro fator, igualmente com potencial mobilizador, se refere às questões vividas por algumas nações, inicialmente caracterizadas pela monoetnia, ou seja, pela formação a partir de um único “povo”, passaram por processos que lhes acrescentaram a presença de vários outros povos, identidades e etnias, provocando uma espécie de *revolta contra o pluralismo*, fruto do sentimento de ameaça iminente dos grupos originários em relação aos novos, no que diz respeito à dominância naquele território que os abrigara.

1.1.4 Algumas correlações entre a crise da democracia, o neoliberalismo e o populismo

Inicialmente, é importante ressaltar que, mesmo não se tratando do foco da nossa discussão, e por isso não nos aprofundaremos no tópico, precisamos reconhecer e registrar que o populismo se configura como um fenômeno que atravessa a nossa temática central no que se refere à crise das democracias.

Refletindo sobre o populismo, presente em algumas abordagens teóricas desta tese, é válido ressaltar que se trata de um conceito polissêmico, interpretado e utilizado por diversos autores de maneiras distintas. A maioria deles, por exemplo, no que diz respeito às crises das democracias o veem como um elemento que contribui negativamente enquanto há quem o veja como um sintoma e quem o defenda em certo aspecto como solução à crise, como abordaremos adiante.

Segundo Mounk e Foa (2017), “a essência da mensagem populista coloca os populistas em oposição a uma visão pluralista da democracia [promovendo] uma política iliberal”. Deste modo, para Mounk (2019) o populismo contribui com a crise da democracia liberal contemporânea, funcionando como a forma de *linguagem* que ecoa por meio dos líderes populistas autoritários uma forte crítica ao sistema político e econômico – *establishment* – que tem deixado boa parte das populações em todo o mundo insatisfeitas com a sua situação econômica individual.

Como os impactos do neoliberalismo contribuem para que as promessas da democracia não cumpridas, e os atores que o representam precisam encontrar e apontar culpados à esta situação de desgraça, o populismo praticado pelos líderes da extrema direita com foco nesta forma de mensagem, acabam por se tornarem, contraditoriamente, “intérpretes” desta insatisfação e revolta popular, inclusive, arregimentando seguidores.

Uma conexão importante entre o populismo e o neoliberalismo foi desenvolvida por Brown (2019), para quem o surgimento desses grupos de extrema direita não é obra do acaso, mas resultante – mesmo que sem intenção – de uma sequência de falhas e obstruções provocadas pela racionalidade neoliberal, principalmente no que diz respeito ao seu desprezo pela democracia e pelo ‘político’.

O que ocorre é que o neoliberalismo, no momento em que promove o mercado, a moralidade tradicional e ainda demoniza o *estado de bem-estar social* e a forma democrática de fazer política, acaba criando um vácuo de autoridade e significado que passa a ser preenchido por líderes populistas autoritários, através do emprego de discursos que evocam o nacionalismo e o moralismo, mesmo que falsos.

Przeworski (2020), também crítico em relação ao populismo, reforça a argumentação sobre como alguns fatores que contribuem à crise da democracia se conectam, a exemplo do populismo e do neoliberalismo. De acordo com o autor, com o qual concordamos neste aspecto:

O populismo é um gêmeo ideológico do neoliberalismo. Ambos alegam que a ordem social é criada espontaneamente por um único demiurgo: “o mercado” ou “o povo”, este último sempre no singular (...) e não no plural, como “as pessoas”. Nenhum dos dois vê uma função para as instituições: a espontaneidade basta. Não admira que eles apareçam juntos na cena histórica. (PRZEWORSKI, 2020, p.115). Grifo nosso.

Pontuando a atribuição de sentidos diferentes ao populismo, como dissemos no início do tópico, se para os autores anteriores o populismo é fator que contribui para a crise das democracias liberais contemporâneas, Chantal Mouffe (2019), em “*Por um populismo de esquerda*”, mobiliza este conceito em sentido distinto, trazendo a este debate a noção de que, na verdade, o populismo não seria uma ameaça, mas poderia ser um ‘remédio’ à crise da democracia.

Lutando por uma democracia de bases mais radicais, Mouffe (2019) defende que o populismo poderia servir como uma solução à crise da democracia contemporânea. Mas, teria que ser um *populismo de esquerda*, utilizado como forma de articulação estratégico-discursiva, diante do avanço do *populismo de direita*, para reestabelecer e aprofundar a democracia em moldes que privilegiassem a igualdade, a justiça social e rompessem com a ordem neoliberal.

Para a autora, “*não adianta ter voto, mas não ter voz*” e uma democracia mobilizada por um *populismo de esquerda* poderia criar as condições de uma participação mais influente e mais efetiva do *demos* nos governos, que fosse capaz de assegurar a soberania popular. Em entrevista à UNISINOS, Mouffe (2018) declarou:

Eu acredito que originalmente o que essas pessoas querem é ter voz. Uma coisa do **movimento dos indignados** que eu sempre gostei muito é que eles diziam: “**nós temos voto, mas não temos voz**”. E é verdade: durante o **sistema pós-político** você tem voto, mas não tem voz. A origem desses **movimentos populistas** é que nos escutem, nos deem dignidade, que nos reconheçam. E consideram que os **partidos tradicionais** não o fazem, e é por isso que são atraídos por esses **partidos de direita**. (MOUFFE, 2018). Grifo do editor.

Segundo Mouffe (2019), a própria política é uma atividade onde os *afetos* são importantes para criar *formas coletivas de identificação*, mas, o que ocorre é que tais afetos têm sido utilizados pela extrema direita para *mobilizar* e *engajar* ‘seguidores’, amparados por instrumentos como as plataformas de redes e mídias digitais. Estas questões serão explicadas adiante, a partir de algumas teorias e exemplos empíricos, sendo o principal deles, o caso brasileiro do 8 de janeiro de 2023.

1.2. As crises da democracia vistas do Sul Global, em perspectiva crítica, a partir de autores brasileiros

1.2.1 Correlações entre populismo, fascismo e autoritarismo no Brasil

Dando sequência a esse debate, agora sobre o prisma de autores brasileiros, apontamos algumas visões sobre o próprio conceito e também correlatas ao populismo, igualmente utilizadas como caminho para explicação sobre de que maneira e onde Bolsonaro e o bolsonarismo poderiam ser enquadrados, em meio a todo esse movimento autoritário, populista e extremista de direita. Embora não seja objetivo desta tese se aprofundar neste debate conceitual, fizemos uma breve referência ao fascismo, como mais uma das formas possíveis de explicação e entendimento deste fenômeno que tem se espalhado por várias partes do mundo e no Brasil.

Miguel (2022) enxerga claramente o populismo como um sintoma – e não causa – da crise das democracias liberais contemporâneas. Além disso, o mesmo autor destaca em outra obra que “*a perspectiva populista visa à supressão das diferenças de classe, trazendo à baila o confronto com inimigos vagamente conceituados, como as “elites” e as “ideologias globalistas”*” (MIGUEL, 2021, p. 15) o que, na prática, serve para manter a base em constante mobilização, mesmo que seja por motivos conspiratórios, desviando o foco do que realmente importa, sobretudo das injustiças socioeconômicas que ocorrem sob o manto da democracia liberal. Nessa linha de atuação, a prática populista acaba endossando um *discurso* de “*oposição à própria política e aos políticos tradicionais, tidos como sendo os responsáveis pelas origens de todos os males e tumor à ser extirpado*”. (MIGUEL, 2021, p. 15).

Se correlacionarmos o populismo com o chamado bolsonarismo, encontraremos visões críticas ao bolsonarismo entendido como um tipo de populismo, visto que há autores que o enxergam sob perspectivas diferentes. Para Rennó, Avritzer e Carvalho (2021), assim como no entendimento de Silva e Rodrigues (2021), o bolsonarismo é um **populismo** de direita. Em outra perspectiva, von Bülow e Abers (2022) acreditam tratar-se de uma manifestação do **populismo** da direita radical e Couto (2023) considera que estamos diante do que ele concebe como um **populismo** religioso. Os autores Mendonça e Caetano (2021), por outro lado, afirmam que o bolsonarismo insere-se na corrente do **populismo** de extrema-direita que tem prosperado pelo mundo e, Lynch e Cassimiro (2022) olham para a mesma questão a partir do que eles consideram uma chave analítica, qual seja, a da ideia de **populismo** reacionário. E, finalmente, nessa

discursão, Kaysel e Bianchi (2025) colaboram com uma outra proposta, alternativa aos demais autores que analisam esta correlação:

propomos, alternativamente, compreender a extrema-direita como um conceito espacial e relacional, no qual diferentes tradições ideológicas e discursivas convergem em um campo de disputa política. Partindo dessa perspectiva, definimos o bolsonarismo como uma coalizão discursiva de extrema-direita, que articula quatro vertentes ideológicas principais: neofascismo, ultraliberalismo, conservadorismo cristão e autoritarismo militar. Essa coalizão é sustentada por um antagonismo comum – o anticomunismo e, em sua manifestação recente, o antipetismo. (Kaysel e Bianchi, 2025, p.1). grifo nosso.

O populismo da extrema direita aplicado como estratégia, neste sentido, nos remete mais uma vez ao caso do Brasil, sob a presidência de Bolsonaro, quando este ator político, que agia atacando aos outros políticos como se não fosse um deles, se camuflando como se fosse um *outsider*, em diversos momentos usou desse mesmo expediente, proferindo discursos à sua base, direcionados contra “a oposição corrupta”, à imprensa tradicional “vendida” e ao Supremo Tribunal Federal, que “só atrapalhava, não o deixando governar e interferindo no Executivo”. Conforme detalha Couto (2023), é possível perceber aqui uma conexão entre o populismo e a extrema direita:

Esse **paradoxal ativismo político anti político** (Avritzer, 2020) de **negação da política profissional** e seu principal instrumento (os partidos), bem como das mediações institucionais da democracia liberal, abria espaço para o **avanço do populismo**. Associado ao **antipetismo** e marcado pelo **conservadorismo** (senão reacionarismo), esse ativismo oferecia terreno fértil para o **populismo de extrema-direita**. (COUTO, 2023, p. 5). Grifo nosso.

Já no que diz respeito à noção excludente de povo empregada pelo tipo de populismo aplicado por Bolsonaro, um conjunto de outros inimigos também foi escolhido como alvo, mas, no caso brasileiro, com a característica de que os escolhidos como inimigos, eram internos, ao invés de externos, a exemplo dos populistas autoritários europeus e da América do Norte, que, por exemplo, escolheram mulçumanos, e imigrantes, dentre outros, como detalha Abrúcio et al (2018, apud. Couto, 2023). Entre os ‘eleitos’ no Brasil, estavam:

artistas, intelectuais, comunistas ou homossexuais, enfim, todo tipo de ‘desajustados’ que cotidianamente desrespeitariam os valores majoritários e, assim, deveriam ser eliminados ou subjugados. (...) Nas palavras de Bolsonaro: “As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem” (ABRUCIO et al, 2018, apud COUTO, 2023, p. 8).

Populistas, na tarefa de excluir, usam até mesmo o discurso da liberdade, como escudo para dar respaldo a agendas que, inclusive, significam o oposto dos ideais liberais clássicos, como é o caso da prática da exclusão amparada na raça, gênero e

religião. Reforçando este debate e colaborando com um exemplo que mostra o impacto do neoliberalismo nas questões de gênero e sexualidade, Dowbor (2024), afirma que:

a mobilização anti gênero desempenhou um papel importante na consolidação da direita populista como um movimento transnacional, que aproveita com sucesso a ansiedade, a vergonha e a raiva causadas pelo neoliberalismo. Em país após país, **atores antigênero construíram alianças com populistas de direita: juntos eles atacaram os direitos das mulheres, minorias sexuais e étnicas**, promovendo o que os conservadores chamam de “**valores familiares**”. (DOWBOR, 2024). Grifo nosso.

De todo modo, independentemente de ser causa ou sintoma da crise, o populismo encampado por líderes autoritários oferece riscos à implosão do que ainda resta em termos de verniz e de instituições democráticas. Na visão de Campello (2022):

Os populistas eleitos democraticamente **impõem**, hoje, **os maiores riscos às democracias estabelecidas, não só no Brasil ou na América do Sul**, mas em vários outros países. São **líderes populistas e autoritários eleitos democraticamente**, que têm apoio popular e, com esse apoio, **destroem** as instituições **por dentro**, de forma a tornar os regimes mais autoritários de uma forma muito lenta. Acredito que esse seja o caso do Brasil. (CAMPELLO, 2022, p. 137). Grifo nosso.

Neste contexto, e inspirado no caso do Brasil, Moreira (2020) ilustra com precisão os pontos de insatisfação gerados pela crise neste tipo de contexto que se tornam discursos contra “o sistema”, mobilizados por populistas:

Desemprego, precarização das condições de trabalho, aumento da pobreza, corte nos gastos públicos, desmonte das políticas de bem-estar etc., são vistos como elementos que compõem o cenário de recessão no qual os cidadãos, então, furiosos e frustrados, se “rebelaram” contra o sistema político, saindo às ruas, pedindo a deposição de alguns governantes e também por vezes elegendo candidatos que se apresentavam, oportunamente, contra os interesses das elites. (MOREIRA, 2020, p. 26)

Tratando agora de outro conceito, porém, correlato ao populismo, podemos dizer que, de acordo com a expressão utilizada pelo professor e historiador Francisco Carlos Teixeira, *a forma fascista* seria equivalente ao populismo do ponto de vista de sedução das massas, especialmente no caso de mobilização, em virtude dos ressentimentos e sentimentos de perdas, como o que relatamos em relação às políticas neoliberais:

Ao contrário dos regimes militares clássicos da década de 1960, típicos de ditadores e ditaduras militares, a atual forma autoritária de solapar a Constituição de 1988 e a Nova República, **a forma fascista, é capaz de seduzir amplas massas populares marcadas por ressentimento e pelo sentimento de perda, que pode ser real ou imaginária**, derivada quase sempre da ascensão de novos grupos sociais e étnicos que parecem ‘ocupar seu espaço’. Essa ameaça viria de contingentes de negros e pardos, que ameaçariam os privilégios consagrados de uma minoria branca e dominante na formação histórica do Brasil (IHU, 2022). Grifo nosso.

Ou seja, é como olhar à mesma questão por outras lentes, por outro prisma, a partir de uma outra conceituação, mas, que conduz à análise de um mesmo fenômeno. Semelhante ao que vimos em relação ao populismo, o fascismo age igualmente através da sedução das massas, apontando “*soluções fáceis e inimigos nomeados por velhos setores conservadores (“petralha”, bolivarianismo, “esquerdalha” etc.) como a origem de todos os males do país*” (IHU, 2022). Ainda de acordo com o mesmo professor:

cada fascismo, na sua expressão histórica própria e única, **escolhe** oportunisticamente **o seu próprio “judeu”**, que pode ser um judeu, um negro, um nordestino, um imigrante ou um homossexual. O que importa é apontar um grupo social, étnico, de opção política ou comportamental como o único a ser extirpado, mandado para campos de concentração ou para “a Ponta da Praia” (IHU, 2022). Grifo nosso.

Aplicando este raciocínio ao contexto do Brasil sob o governo Bolsonaro, também é possível identificar os escolhidos como “judeus” a responderem pelos males do país, os quais não estariam entre os estrangeiros ou imigrantes, como no caso de outros países do norte global. Conforme Araújo e Balardim (2024), no Brasil prevalecia a ideia de:

combater a chamada velha política corrupta, a necessidade de conter um perigo iminente na sociedade que “ameaçava” as famílias, os valores morais e o cidadão de bem [e] o perigo estaria em grupos internos ao país, como indígenas, negros, membros da comunidade LGBTQIAP+, a esquerda e o **PT**, dentre vários outros. (ARAÚJO E BALARDIM, 2024, p. 3).

Já do ponto de vista do professor argentino, também historiador, Federico Finchelstein, autor do livro “*Do fascismo ao populismo na história*”, o fascismo se trata:

De uma ideologia política e, às vezes, um movimento e um regime, que envolve glorificação e prática da violência política, perseguição e às vezes eliminação de opositores, ditadura, supressão da imprensa, racismo e xenofobia. E que **adota uma maneira específica de mentir**, que afasta a realidade e tenta nos fazer viver a sua verdade, a serviço de fantasias, paranoias e uma ideologia nas quais os fascistas acreditam como se fossem a verdade. (FINCHELSTEIN, 2019). Grifo nosso.

Mas, nesse debate, o professor Teixeira nutre uma forte crítica que se contrapõe ao uso do termo populismo para estes casos, como o do Brasil e de Bolsonaro, apoiado no pensamento de Michel Lövy, advertindo que:

o uso de **conceitos guarda-chuvas**, como populismos ou ultranacionalismo, é absolutamente incapaz de dar conta da realidade complexa do fenômeno dos fascismos, servindo bem mais para ampliar a confusão conceitual. O uso de um **pseud CONCEITO científico** como estes, entendido como uma forma antissistema e antielitista, **acaba por validar os movimentos fascistas** perante um determinado público e mesmo torná-los simpáticos (IHU, 2022). Grifo nosso.

Porém, gostaríamos de destacar que, à luz do que estamos estudando em relação ao Brasil, com foco em nossas crises da democracia, **concordamos e nos identificamos**

com a conexão tanto histórica quanto conceitual existente entre os dois conceitos, como defende o professor Finchelstein (2020) que argumenta que:

o populismo moderno, surgido após a Segunda Guerra Mundial na Argentina, **é um herdeiro do fascismo** [e que há] uma natureza transnacional desses fenômenos, contestando visões eurocêntricas e enfatizando como **eles representam formas autoritárias de democracia**, mesmo que o populismo preserve eleições e algumas instituições democráticas, ao contrário do fascismo **[e ambos] nos ajudam a entender os desafios democráticos atuais**, especialmente diante da ascensão de líderes e movimentos com traços autoritários. (FINCHELSTEIN, 2020). Grifo nosso.

Nesse sentido, **o populismo** denota discurso e comportamento usado como instrumento, que gera e está concatenado às ações, objetivos e estratégias do líder. **Fascismo** é uma forma estratégica de ação/movimento que integra e mobiliza por meio da coesão de uma massa de seguidores em torno de valores e sentimentos excludentes, necessitando da destruição praticamente total do regime democrático. Finalmente, reiteramos que não os vemos como conceitos excludentes, mas, de certo modo, complementares, no objetivo de estudar a crise da democracia contemporânea no Brasil.

Por fim, refletindo sobre o fenômeno do autoritarismo, que também atravessa a nossa temática central, qual seja, a crise da democracia, cabe ressaltar que tal manifestação, tem convivido em contextos ‘democráticos’, apesar de ser mais um componente a dificultar a construção da própria democracia, estando incrustado inclusive nas instituições e práticas sociais, sendo, portanto, anterior a Bolsonaro.

Contudo, destacamos que este líder político, de coloração populista, trabalhou por meio do discurso e com auxílio das plataformas de redes e mídias digitais, a identificação – e ativação dos valores do autoritarismo já incutidos estruturalmente nas mentes dos seus potenciais liderados, aglutinando-os, assim, no que se convencionou chamar de bolsonarismo. Segundo (Alvarez, Dagnino & Escobar, 2000; Souza & Avritzer, 2002, p. 39-54, *apud* TATAGIBA, ALMEIDA, SILVA E LAVALLE, 2022):

A identificação da **convivência** entre **práticas** políticas **autoritárias e democráticas** nas instituições políticas e nas práticas sociais predominantes conduz a uma interpretação do processo de construção da democracia como não linear, complexo, em jogo permanente dentro e fora das instituições do governo representativo e sempre sujeito a reversões (Alvarez, Dagnino & Escobar, 2000; Souza & Avritzer, 2002, p. 39-54, *apud* TATAGIBA, ALMEIDA, SILVA E LAVALLE, 2022, P. 12). Grifo nosso.

Um ponto importante nessa discussão, conforme aprofundado por Adorno (2021), é que as materializações de violência presentes nas práticas sociais, a exemplo

das observadas na família, juventude, escola, trabalho, campo e nas forças policiais, apontam para um importante “*traço autoritário*” da sociedade brasileira, que é atribuído “*à incompletude do processo de transição democrática*” impedindo:

a efetiva instauração do Estado democrático de Direito no Brasil, como a assimetria entre direitos políticos e direitos sociais, a ausência de mediações institucionais capazes de assegurar a pacificação da sociedade, bem como a predominância de uma **cultura política violenta**, no sentido de um “**autoritarismo socialmente implantado**”. (ADORNO, 2021). Grifo nosso.

Pinheiro, em entrevista (Alvarez et. al., 2021), vai mais longe na interpretação daquilo que ele compreende como as origens deste traço do “*autoritarismo socialmente implantado*”, que marca a cultura política brasileira. Para o autor, as raízes são mais profundas e: “*não é exclusivamente perpetrado pelo Estado, mas um traço perene e latente que permeia toda nossa sociedade, cujas raízes históricas remontam a um passado escravocrata, de desigualdade extrema e violento*” (Alvarez et. al., 2021).

Portanto, como destacamos um pouco mais acima, o autoritarismo se constitui em um traço estrutural que marca a sociedade brasileira e que foi reativado em favor da arregimentação de seguidores, para impulsioná-los à defesa de suas causas antidemocráticas, sendo assim, um componente essencial no processo que implica na perpetuação da nossa crise democrática.

1.2.2 Visões críticas de autores brasileiros sobre a democracia liberal e sobre o impacto da vertente estrutural das crises nas democracias

Alguns entendem a democracia como um processo. Outros defendem que ela é (in) compatível com o capitalismo, ou a interpretam como uma arena que serve à luta entre os interesses das classes e frações de classes. Há ainda quem conceba a democracia como um ideal a ser seguido, uma utopia inalcançável, quando se remete o pensamento à sua origem etimológica em Atenas, na Grécia.

Neste sentido, para Abraham Lincoln “*é o governo do povo, pelo povo e para o povo*”, frase bastante popular e que reflete o entendimento, certamente, de uma boa parte do senso comum. Na visão de Schumpeter (2017) é um método para escolher governantes que competem entre si pelo voto do povo, é, portanto, um mero procedimento. Conforme ilustrado por Miguel (2002):

A concepção corrente de “democracia”, tanto no senso comum como no ambiente acadêmico, está cindida em dois. De um lado, a ideia de “governo do povo”, que corresponde a seu significado etimológico; é a herança dos gregos, que nos deram a palavra e parte do imaginário associado à democracia. De outro, a democracia está ligada ao processo eleitoral como forma de escolha dos governantes. (Miguel, 2002, p. 483).

Essa forma de compreensão da democracia, fruto de uma visão elitista e circunscrita ao processo eleitoral, também é limitada às discussões que ocorrem exclusivamente no âmbito institucional – Parlamento e demais poderes – de maneira que, por exemplo, os movimentos sociais, bem como eventos/ações de protesto, com ou sem conflitos, não são compreendidos por muitos, como parte integrante e legítima do ambiente democrático. Em reforço deste argumento crítico, Miguel e Ballestrin (2025) afirmam que:

enquanto cientistas políticos conservadores operam com a ideia de uma institucionalidade desgarrada por inteiro das condições sociais efetivas, movimentos sociais combativos apreciam a democracia exclusivamente por sua capacidade de enfrentar as desigualdades – e o veredicto, não surpreendente, é de que ela nunca se concretizou de fato (Miguel e Ballestrin, 2025, p.8).

Neste sentido, a autora Ballestrin (2018) defende a posição, com a qual concordamos, de que é necessário incluir a questão do neoliberalismo no seio de um debate que, ainda *mainstream* na Ciência Política, está prejudicado pela falta de compreensão analítica da crise a partir de uma visão mais ampla e estrutural. Como destaca Ballestrin (2018):

diferentes processos de desdemocratização e autocratização em âmbito global, regional e nacional, colocam um urgente desafio analítico e normativo à disciplina da Ciência Política [donde] **é necessária a inclusão da questão neoliberal no debate disciplinar sobre a democracia e sua crise** na contemporaneidade, **entendendo o neoliberalismo como força desdemocratizante**, já há décadas observada nos países latino-americanos” (Ballestrin, 2018, p. 149). Grifo nosso.

Isso nos convida, por exemplo, a considerar um outro aspecto essencial ao falarmos sobre crise e democracia, inclusive enquanto cientista político ‘filiado’ à vertente crítica. De acordo com Miguel e Ballestrin (2025), a crise da democracia global também pôs luz sobre uma crise teórica e disciplinar:

Teórica, pelas limitações não somente das teorias sobre a crise, como também dos próprios modelos democráticos considerados convencionais e radicais; **disciplinar**, porque a ciência política não possui êxito em sua tradicional pretensão de monopólio no tratamento da democracia – distanciando-se intencionalmente das humanidades e falhando também em sua capacidade preditiva, aos moldes das ciências exatas que a inspiram (Miguel e Ballestrin, 2025, p.9). Grifo nosso.

Por isso, nutrimos algumas críticas às abordagens de Levitsky, Ziblat, Przeworski e Mounk, dentre outros, pois, ao nosso ver, operam sob visões institucionalistas, não se adentrando aos problemas e incompatibilidades existentes entre a democracia liberal, o modo capitalista de produção e as políticas econômicas neoliberais implementadas em determinados países, especialmente no sul global, e praticamente isolando o sistema político das dimensões econômicas e culturais. Seguindo neste raciocínio crítico, Moreira (2020) complementa que tais autores:

parecem simplesmente ignorar que a crise das democracias ocorre *pari passu* à crise do capital (...) “isolam” o sistema político da realidade socioeconômica, como se ele funcionasse segundo uma dinâmica interna, regada pelas instituições e pelo comportamento dos atores políticos, de modo que caberia à vontade e à união dos atores políticos (...) superar a crise da democracia contemporânea. (MOREIRA, 2020, p. 42-43).

Outro ponto fundamental é defendido por Ballestrin (2018), e se refere ao debate sobre os limites que devem ser atribuídos à aplicação de um conceito desenvolvido para além das fronteiras do Brasil, o de *pós-democracia*, que não se adequa à nossa realidade, até porque passamos por um processo de constituição de nossa democracia completamente distinto do qual as democracias do Norte Global passaram.

Aliás, se, de acordo com a nossa história, ainda estamos em um processo de implantação e consolidação democrática se comparados às democracias mais longevas, como podemos, mesmo diante de nossas crises, falar em “pós”? Se não tivermos a oportunidade de experimentar ‘etapas’ ou momentos efetivamente – ou imaginariamente democráticos que fizessem com que as políticas públicas mais básicas pudessem alcançar a todos os cidadãos de todos os estratos sociais, como falar em “pós”, mesmo diante das turbulências pelas quais passamos até o momento?

Assim, a autora chama a atenção ao cuidado com a utilização do conceito “*pós-democrático*” no contexto das democracias situadas no sul global, já que ele carrega um anglo-euro centrismo metodológico e um liberalismo ideológico particulares às realidades norte-americana e europeia” (Ballestrin, 2018, p. 149). Compreendemos então, que, qualquer conceito que venha a ser desenvolvido e que se pretenda minimamente explicativo de nossa crise particular, especialmente se não construído a partir de nossa realidade de “ex-colônia”, deverá considerar “os cuidados da importação teórica não contextualizada histórica e geopoliticamente” (ibidem).

Um caminho sugerido por Ballestrin (2025) para uma melhor compreensão da crise brasileira, parte do princípio de que a mesma está conectada a uma crise mais profunda e que, para o seu entendimento de modo mais adequado, o enquadramento da análise deve se constituir pela:

interpenetração da política com a economia, do passado com o presente e do interno com o externo, fornecendo pistas para compreender a crise na fase recente do capitalismo – financeiro, globalizado e neoliberal, ao, considerar a história do desenvolvimento desigual e combinado das democracias ocidentais nas sociedades metropolitanas e pós-coloniais” (Ballestrin, 2025, p.20).

Miguel (2018), situando a crise brasileira neste debate, visto a partir do Sul global, periferia do capitalismo e que por conta desta condição, sofre historicamente coerção das potências estrangeiras e limitações ao exercício de sua soberania nacional, acrescenta que, além de tudo isso, *“estamos vivendo o capítulo brasileiro da falência global da democracia liberal; [vivemos] a Desdemocratização como projeto”* (MIGUEL, 2018).

Em meio a essa discussão iniciada por Ballestrin (2018) e pontuada por Miguel (2018), Teixeira e Trindade (2022), com base no mesmo entendimento, questionam alguns conceitos empregados pela literatura internacional, como *desdemocratização* e *momento pós-democrático*, reforçando a argumentação de que os mesmos não são suficientes para explicar a totalidade da situação brasileira, pois foram desenvolvidos com base em contextos muito diferentes do nosso caso. Por isso, colaboram com a reflexão de que talvez seja *“melhor concebermos a crise da democracia brasileira como um caso de “crise permanente (ou estrutural)”*, ao invés de tentarmos adaptar conceitos forjados a partir de uma realidade tão distinta da nossa” (TEIXEIRA E TRINDADE, 2022, p. 16).

Concordando com a avaliação de que vivemos uma crise estrutural para a qual, ainda não se enxergam soluções práticas, Moreira (2020) destaca que essa se trata de uma crise aparentemente fundada em um modelo de sociedade hegemônico que: *“requer uma drástica redução da soberania popular, mesmo em condições econômicas duramente recessivas. Uma crise, por fim, da democracia liberal, duramente constrangida pelos impactos da “revolução neoliberal”*” (MOREIRA 2020, p. 48).

Esta visão, ao que nos parece, torna-se ainda mais completa se, amparados pelo trabalho analítico de Dowbor (2024), sobre a obra *“Anti-Gender Politics In The Populist*

Moment”, compartilhamos o pensamento das autoras Agnieszka Graff e Elżbieta Korolczuk, em relação à crise da democracia contemporânea:

O que estamos vivendo é uma crise da sociedade como um todo. De forma alguma restrito aos recintos das finanças, é simultaneamente uma crise de economia, ecologia, política e “cuidado”. Uma crise geral de toda uma forma da organização social, é no fundo uma crise do capitalismo – e em particular da forma viciosamente predatória de capitalismo que habitamos hoje: globalizante, financeirizado, neoliberal. (DOWBOR, 2024, p.142).

Pensando a relação dessas questões estruturais com a crise da democracia no Brasil, temos que a mesma se dá pelo fato de que o Estado brasileiro fica fragilizado e passa a entregar à população menos políticas públicas e serviços. Com isso, por óbvio, o povo acaba se voltando contra o próprio Estado, a democracia, suas instituições e o *establishment*, ficando à mercê de discursos populistas que criam e apontam inimigos para imputar-lhes a culpa.

Miguel (2022), aprofundando-se em sua análise da crise da democracia liberal brasileira apresenta componentes peculiares, não sendo “*um acidente de percurso, nem um mero reflexo da crise mundial das democracias, que a literatura mundial aponta desde o começo do séc. XXI (...) está ligada à dificuldade que temos de enfrentar o hiato entre democracia política e desigualdades social*” (MIGUEL, 2022, p. 15).

Em essência, considerando a naturalidade do constante conflito de interesses que a democracia deveria expressar, e não abafar, temos a luta política ofuscada, numa realidade onde se trava um constante duelo entre o privilégio do consenso democrático que permita melhor convivência com as desigualdades sociais, ou mais conflito colocando em risco a democracia liberal, em nome de mais igualdade: “*a desigualdade é o limite da democracia no Brasil. Enfrentar uma, aumenta o risco de perder a outra*” (MIGUEL, 2022, p. 8).

Em uma obra em que discutem o *transe* das teorias da democracia diante das provocações que partem das próprias crises, Miguel e Ballestrin (2025) aprofundam a discussão, acrescentando que:

A dificuldade de consolidação democrática em perspectiva histórica e comparada, especialmente em contextos nacionais com trajetória pendular de democratização, **escancara a coexistência entre desigualdade, injustiça e democracia**, justificando tal entendimento. **Este é o contexto do Brasil. (...) a crise parece ser, assim o modo de operação normal das democracias ocidentais**, um efeito necessário da acomodação entre um ordenamento político nominalmente democrático e uma estrutura econômica capitalista (Miguel e Ballestrin, 2025, p.8-9). Grifo nosso.

Teixeira, Almeida e Moroni (2020) no debate sobre a democracia necessária e a desejada, apontam que um possível caminho pode ser o da reforma política para o aperfeiçoamento do sistema institucional. No entanto, Avritzer (2021) acrescenta que tanto a democracia quanto os seus problemas “*não se reduzem a uma questão de engenharia institucional, mas também envolvem a incorporação de um sistema democrático de valores à ação no interior do sistema político*” (AVRITZER, 2021, p. 134). De todo modo, vale destacarmos a importância da inclusão de olhares a respeito da valorização dos movimentos sociais e da mobilização da sociedade civil, incluindo os novos atores que surgem no cenário do primeiro quarto do Século XXI, que se dão no âmbito extra institucional (TATAGIBA, ALMEIDA, SILVA e LAVALLE, 2022).

Considerando toda essa discussão, e sintonizados com o pensamento objetivo e realista de Nicolau Maquiavel, devemos pontuar que nesta pesquisa estamos estudando e analisando a realidade tal como ela é e se encontra, a qual nos oferece um tipo de democracia, que está em vigor: a liberal contemporânea. Isto é importante porque, conforme a abordagem de Moreira (2025):

Poucas vezes se discute no que consiste essa democracia que precisa ser preservada, cuja defesa é apresentada como obrigatória até para grupos que denunciam vivem situações de opressão, a despeito da institucionalidade democrática. Assim, a defesa de uma democracia abstrata torna-se, na prática, a **imposição de uma aceitação acrítica** do ordenamento liberal, a despeito de todas as suas limitações. (Moreira, 2025, p. 145-179). Grifo nosso.

Assim, podemos, portanto, considerar esta reflexão, mais uma vez sob o ângulo de Moreira (2020): “*talvez, mais do que dizer que a prática ou o ideal da democracia tenha colapsado no século XXI, seria mais prudente assumir que uma determinada concepção de democracia (a democracia liberal) tenha entrado em profunda crise*” (MOREIRA, 2020, p.44).

Realmente, por um lado, não se vive na contemporaneidade em uma democracia que se aproxime da inspiração ou imaginário original, como na antiga Atenas, a partir da qual diversos modelos se desdobraram – tendo como referência o significado etimológico por eles fornecidos Miguel (2002) – nem, por outro lado, se vive em uma forma de democracia no Brasil que seja tão ampla quanto poderia ser, contando com instituições tão permeáveis à vontade popular como seria desejável pelos que se identificam com o modelo da democracia participativa.

Ainda assim, os mais atentos poderiam questionar: diante dessa constatação, por que a esquerda e o campo progressista passaram a defender neste contexto o modelo de democracia liberal ao qual nutriam – e ainda nutrem – diversas críticas?

O fato é que a ausência desta forma ‘liberal’ de democracia, mesmo em um modelo que convive em permanente conflito e contradição sob os parâmetros de uma sociedade desigual e plasmada na periferia do capitalismo, poderia tragar o Brasil de volta às sombras, algo já experimentado na história, a exemplo da ditadura civil-militar e, por isso, deve ser defendida pela esquerda e pelos progressistas.

Portanto, isto não significa dizer que não se deva lutar para transformar a sociedade e que os ideais emancipatórios adquiridos em sua origem não possam ser conquistados em benefício da coletividade; pois, como destaca Miguel (2022), a democracia deve ser compreendida como um campo de permanentes disputas e “*a esquerda deve voltar a pensar a relação entre democracia e capitalismo para reconstruir suas ambições emancipatórias*” (MIGUEL, 2022, P. 72).

1.3 A contribuição das plataformas de redes e mídias digitais à crise das democracias: ferramentas tecnológicas, instrumentalizadas para uso político, inclusive pelos militares

Faço questão de abrir este tópico falando em primeira pessoa, para afirmar que não consigo conceber as crises das democracias nesta segunda quadra do Século XXI, seja no Brasil ou fora do país, sem a utilização das plataformas de redes e mídias digitais, como um instrumento fundamental nas mãos da extrema direita, representada por líderes populistas autoritários.

A importância de considerar e incluir as plataformas neste debate, embora não seja o foco desta tese, conserva sua importância, pois, em nossa visão, se refere a um dos principais instrumentos utilizados nas desestabilizações das democracias pelo mundo e pelo Brasil, tendo sido marcante para a ocorrência do 8J.

Esta percepção ficou ainda mais evidente a partir da constatação de que a utilização de tais instrumentos fora inclusive destacada por autores das crises das democracias citados ao longo desta tese, com alguns detalhes: constam no radar tanto dos que leem a crise por uma ótica institucionalista, e que até interpretam as plataformas

como um importante instrumento a dar capilaridade aos discursos populistas autoritários, quanto pelos autores que concebem as crises das democracias partir de uma leitura crítica-estrutural; e tanto no radar de pesquisadores do Norte, quanto no radar de pesquisadores situados ao Sul Global. Para referendar este nosso argumento, citaremos de modo sintético o pensamento de alguns dos autores que discutem as crises das democracias e que estão incluídos no debate promovido por esta tese:

De acordo com Levitsky e Ziblato (2018), essas empresas privadas transformaram o processo político, contribuindo com a aceleração da erosão das democracias, ao provocarem mudanças na seleção de candidatos, retirando, conseqüentemente, o poder de filtro ou de ‘*guardião*’ dos partidos políticos, transferindo-o ao público das redes, facilitando assim a ascensão de candidatos *outsiders*; ao facilitarem a projeção de líderes populistas, e, ao permitirem a polarização extrema.

Mounk (2019), enxerga as plataformas de modo ambivalente, onde por um lado, criaram condições à expansão da participação política do público em geral, mas por outro lado, põem em risco as liberdades individuais e democráticas ao se constituírem como ferramentas fundamentais ao populismo, à disseminação do ódio e da desinformação e, portanto, à erosão democrática.

Já Przeworski (2020), destaca a forma pela qual essas tecnologias facilitam o autoritarismo e a propagação dos discursos antidemocráticos. Embora não sendo um ponto central para o autor na sua argumentação, segundo o mesmo:

Nossas convicções não têm autoridade sobre os outros porque **são condicionadas por nossa identidade. Numa esfera relativista, as notícias alheias são sempre fakenews** e não há procedimento para determinar sua verdade ou falsidade: é um mundo “pós-verdade”. (2020, p.146). Grifo nosso.

Nesse cenário, pelo que compreendemos, entra o papel das plataformas de redes e mídias digitais que, como instrumentos ou ferramentas, são essenciais aos ataques que impactam na crise da democracia, por meio da disseminação de conteúdo falso e criação mental de realidades paralelas.

Na ótica de Miguel (2025), em *A crise da democracia e a nova economia da desinformação*, tais empresas representam um dos fatores que fragilizam a democracia, especialmente no nosso país, pois, nesse novo ambiente comunicacional onde ocorre boa parte do debate público, o modelo de negócio das mesmas foca no lucro por meio da disputa de atenção dos usuários, favorece a desinformação, a radicalização e a

substituição do debate racional por reações impulsivas e imediatistas. Miguel (2025) colabora ainda afirmando:

o que poderia ser considerado uma saudável abertura do debate público para outras vozes, antes marginalizadas ou mesmo silenciadas, **logo mostra seu lado nocivo**. Muitas dessas vozes não acrescentam nada, uma vez que se baseiam na **reprodução de preconceitos e na negação obstinada da realidade factual**. Não há mais uma fonte quase universal de onde as informações partiam – os meios de comunicação de massa – e que, portanto, fornecia ao menos **uma base comum para as divergências** de interpretações. Talvez mais importante ainda seja **a impermeabilidade cognitiva e psicológica à divergência**, construída nas câmaras de eco das plataformas sociodigitais. (Miguel, 2025, p137-138). Grifo nosso.

Assim, cabe destacarmos nesta discussão sobre a relação nociva entre o debate público, a democracia e as plataformas, que a ideologia ultra e neoliberal que, conforme explicamos, é um dos fatores importantes que contribuem com a crise das democracias, encontrara tribuna e se manifestara em diversas partes do mundo contemporâneo com apoio decisivo dessas empresas privadas de comunicação.

Tais empresas, deram voz a diversos líderes da extrema-direita em amplitude global, facilitando a entrega personalizada de conteúdos falsos por meio da modelagem psicométrica, que auxilia no micro direcionamento desses conteúdos através da identificação de perfis psicológicos, rastreados em meio à mineração de dados, que são captados dos próprios usuários das plataformas, com ajuda de algoritmos. Da Empoli (2019) destaca nesta linha que:

seus “times” conseguem usar os algoritmos para descobrir como cativar os usuários e gerar engajamento. Munidos de dados que revelam, por exemplo, o que causa mais indignação em relação a um político específico, eles são capazes de gerar o conteúdo perfeito não apenas para atrair aqueles que vagam por redes como o Twitter e o TikTok como para mantê-los afastados de políticos rivais. (2023, p. 50-53).

Para surpresa de alguns, estes dados tomados de assalto – por mais que as pessoas “*aceitem os cookies*” e “*concordem com as regras de uso*” – valem mais e proporcionam mais lucros às *BigTechs* que as próprias publicidades comercializadas: são mais valiosos na influência política junto ao debate público e eleitoral, na construção, aprovação ou rejeição de ideias, ideologias e projetos que chegam aos congressos nacionais para votação e no próprio ataque à democracia e à ordem vigente.

Desse modo, essas *BigTechs* foram usadas como instrumentos, a serviço da manipulação de seguidores, mobilizados e engajados pela raiva instrumentalizada, pelo medo, ódio e mentiras disfarçadas de notícias jornalísticas – as *fakenews*, contra os inimigos fabricados para figurarem como culpados pelas mazelas da sociedade. Este

fato, em si, configura ataque que perturba a democracia e colabora com a sua crise. Essas empresas funcionaram como principal instrumento operacional nos episódios estratégicos de ataques à democracia, inclusive sendo manuseado também pelas mãos de atores institucionais, como os militares das FA, conforme será desenvolvido adiante.

Da Empoli (2025) ressalta inclusive que o caos – ou *insurreição digital* – gerada por essa aliança entre *BigTechs* e políticos extremistas, como Donald Trump e Elon Musk, proprietário do “X”, ex-Twitter, representa uma ameaça à democracia e à ordem global. Não estamos, portanto, diante de um fenômeno que se desenvolveu e cresceu apenas no Brasil, o que sugere, portanto, um fator de *transnacionalidade* TARROW (2009) nas *estratégias* adotadas por esses movimentos de extrema-direita, desde o uso de alguns *instrumentos* em comum ao tom e à forma dos *discursos* proferidos.

Como exemplo, citamos atores políticos, além de Bolsonaro, que lançaram mão deste expediente, em que pese as características e contextos peculiares a cada um deles: Trump nos EUA; Javier Milei na Argentina, Viktor Orbán na Hungria; Recep Erdogan na Turquia; Rodrigo Duterte, Filipinas; Matteo Salvini, Itália e neofascistas no parlamento deste país; Oleh Tyahnybok na Ucrânia; Marine Le Pen na França, neonazistas no parlamento da Alemanha; Nigel Farage, “pai” do Brexit no Reino Unido; movimento separatista na Catalunha e em Hong Kong; o movimento de nacionalistas brancos na Escandinávia, e outros (MOUNK, 2019; BROWN, 2019; SANTOS NETO e FERNANDES, 2020; LÖWI, 2020; BARBOSA, 2022; FONSECA E COSTA, 2023).

Finalmente, esta pesquisa contribuirá inclusive com um detalhamento sobre **como militares da ativa do Exército as operaram** na propagação de ideias e ideologias e na forma de comunicação de campanha e de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Além disso, na articulação entre os atores políticos de cúpula e arregimentação de militantes bolsonaristas durante este período, bem como de grupos bolsonaristas radicais no processo que culminou com o episódio do 8 de janeiro de 2023. Ou seja, nas mãos dos militares das FA, as plataformas funcionaram como uma importante ferramenta para fins de uso político e eleitoral.

Capítulo 2 A participação política dos militares no Brasil e a sociedade com Bolsonaro e seu governo

2.1 Visões de alguns autores do Sul Global sobre a participação política dos militares no contexto da crise da democracia

2.1.1 Militares na Política, do Império a todas as fases da República

A pesquisa de Lentz (2022), inicia seu livro *República de Segurança Nacional*, chamando a atenção ao fato de que, na condição de protagonistas ou coadjuvantes, os militares das FA são historicamente relevantes na política nacional, e afirmando que:

a participação dos militares foi a tônica de nossa história institucional e condensa, de forma muito peculiar, **a cultura política brasileira**. Para interpretar o Brasil atual e projetar o futuro político da nação, é imprescindível compreender a **quase bicentenária relação entre civis e militares na disputa pelo poder político**. (Lentz, 2022, p. 11). Grifo nosso.

A partir dessa afirmação e seguindo com a nossa contra argumentação em relação ao pensamento de Levitsky e Ziblath (2018) e Przeworski (2020), no que se refere à participação dos militares das FA na política contemporânea no Brasil, podemos ter a noção do quanto essa anomalia se faz presente em nossa cultura política, através da interferência dos mesmos na política e nas instituições civis democráticas.

Pela forma como Lentz (2022) desenvolve o texto, é perceptível que esta relação, mesmo enraizada no passado imperial, foi transposta e se espalhou por todas as fases republicanas e que, pelo que os dados indicam, continua presente e está longe de podermos imaginar um futuro sem a influência dos integrantes dessa corporação na política nacional. Lentz (2022), reforça que a chamada militarização da política é um:

processo que ocorreu mesmo pós 1988, ascendeu com governos de direita e de esquerda, e atingiu seu ápice com o governo Bolsonaro. (...) **os** militares seguiram na política nacional. Porém, em outra posição estratégica: na supervisão da estabilidade da Ordem de Segurança Nacional. Desde a crise política de 2013, que resultou no golpe de Estado de 2016 e na eleição da chapa militar, essa posição foi alterada e os militares, outra vez pela via eleitoral, regressaram ao comando do poder político (Lentz, 2022, p.15).

Assim, do mesmo modo que houve um sonho não concretizado, marcado por um otimismo nacional em relação ao período pós-redemocratização, no que se refere à concretização dos ideais democráticos em favor da maioria da população brasileira, e de mais permeabilidade à participação política dos civis na luta por direitos e cumprimento

das garantias escritas na Constituição de 1988, constatamos que houve, igualmente, segundo Lentz (2022), um otimismo inocente ou mesmo exagerado, com relação ao afastamento dos militares das FA da política:

A realidade política desfez uma série de mitos criados pelo sonho democrático da Constituição cidadã de 1988. **Tal vez o principal deles foi o de que os militares “abandonaram a política” durante o último período de processo democrático brasileiro.** Depois de liderarem uma longa concertação autoritária nacional, iniciada em 1964, e conduzirem uma “lenta, gradual e segura” transição política de uma inevitável saída do protagonismo político das armas, seria pouco provável conceber que tivessem abdicado do papel de vigilância e regulação dos termos da nova ordem política conquistada por uma longa formação histórica de sua politização. (Lentz, 2022, p. 341). Grifo nosso.

No contexto de uma nova Assembleia Geral Constituinte pós-ditadura, um ponto fundamental para que os militares preservassem algumas prerrogativas essenciais, que lhes permitiram continuar em sua histórica participação política, foi o embasamento legal mantido na CF de 1988. Como destaca Lentz (2022), o fato de não ter havido uma efetiva ruptura do governo civil seguinte com os militares, transformando o período de transição numa espécie de continuidade pactuada, *“o resultado foi a normalização da autonomia dos militares pelos civis, com a definição de Forças Armadas e de suas funções, recebendo praticamente a mesma redação de 1967”* (p.231).

As Forças Armadas têm a sua importância em relação à democracia, mas, deve servir à sua defesa e à preservação do Estado onde a mesma foi instaurada, estando subordinadas ao poder civil. Porém, essa autonomia da corporação foi preservada de tal modo, que, ainda na terceira década do Século XXI, gera dificuldades para um efetivo controle das Forças Armadas por parte dos civis, provocando um efeito negativo, qual seja, de tutela da democracia, de seus valores e instituições.

A constatação desse pesadelo que abalara os sonhos democráticos, era traduzida nos artigos 142 e 143 da Constituição Federal de 1988, onde, especialmente em relação ao Art. 142, repousara, por um lado, a ideia fortemente propagada na população brasileira, de que as Forças armadas possuiriam um “Poder Moderador” ou de tutela sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Seria, segundo esta forçosa interpretação, uma forma de legitimar até mesmo os reiterados pedidos de intervenção militar no governo Bolsonaro, igualmente conclamados no episódio do 8J.

Cabe-nos ressaltar que, posteriormente a este ataque à democracia, no dia 8 de abril de 2024, atendendo a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn 6.457)

ajuizada pelo PDT, o Supremo Tribunal Federal (STF, 08/04/2024) consolidou por 11 a 0, portanto, à unanimidade da corte, o entendimento de que:

O artigo 142 da CF não autoriza as Forças Armadas a agirem como "poder moderador" entre os Três Poderes, rejeitando a tese de tutela militar sobre a democracia. O STF fixou a tese de que o poder das Forças Armadas é limitado, **não existindo "poder militar"** ou "poder moderador" na Constituição de 1988. Grifo nosso. (STF, 08/04/2024)

De todo modo, essa interpretação esdrúxula evocada por esses militares, por décadas, somou-se à manutenção na nova carta constitucional, por articulação dos próprios membros das Forças Armadas, da possibilidade de decreto da Garantia da Lei e da Ordem – GLO, ao serem acionadas pela “iniciativa” de algum dos poderes. Como detalhado por Lentz (2022), com base na CF/88:

definição: se manteve como “Instituição nacional permanente e regular”, organizada com base na hierarquia e disciplina; **subordinação:** seguindo sob a “autoridade suprema da lei”, essa subordinação teve suprimida a condicionante “dentro dos limites da lei”, originada na Emenda Rui Barbosa e mantida até a Constituição de 1967; **finalidade:** além da “defesa da pátria”, a finalidade de garantia do “poder constituído” da Constituição de 1967 foi substituída por “garantia dos poderes constitucionais”. A terceira finalidade, de garantia “da lei e da ordem”, foi mantida, condicionada pela “iniciativa” de qualquer um dos poderes (Lentz, 2022, p.231). Grifo nosso.

Na prática, por um longo tempo, as GLOs têm se constituído como um importante instrumento de permeabilidade social, trânsito político desses militares com atores diversos e interação com a sociedade civil. Além disso, segundo o mesmo autor, esses profissionais das armas conseguiram:

que a **autonomia de autorregulação de sua atividade política**, por meio do Judiciário militar, se mantivesse intacta, inclusive na ausência de vedação para eventual competência para julgamento de civis. O serviço militar seguiu obrigatório e a garantia fundamental ao habeas corpus em caso de punições disciplinares, mesmo aquela de eventual natureza política, seguiu vedada. (...) a CF de 1988 **manteve as polícias militares estaduais e os corpos de bombeiros militares como forças auxiliares e reservas do Exército**, preservando inteiramente o controle das instituições de violência do Estado [e] **manteve a competência dessas polícias militarizadas** para a função do policiamento ostensivo e “preservação da ordem pública”, **conforme o Estatuto Militar**, bem como a reorganização das polícias e o regulamento disciplinar produzidos pela Ditadura de Segurança Nacional (Lentz, 2022, p. 233) Grifo nosso.

Por tudo isso, Lentz (2022) esclarece que, ainda que as instituições do Estado tivessem passado por um processo de realinhamento à democracia, possivelmente, por terem dado as cartas no jogo no processo da transição e “entrega” do poder aos civis, esses militares conseguiram continuar, mesmo camufladamente, a se articular com diversos atores da sociedade brasileira e a manter adormecido por um longo tempo o

que seria a necessária *justiça de transição*, como ocorrera em outros países da América Latina, que puniram exemplarmente os militares criminosos da ocasião do período ditatorial. Como ressaltado por Lentz (2022):

a politização dos militares brasileiros é um **processo histórico de conflitos e cooperações entre civis e militares, classes e grupos sociais, instituições e organizações, na luta pelo poder político**. Mais do que isso, desde a Independência, o regime de dominação foi resultado das diferentes sínteses dessa relação de poder (Lentz, 2022, p.237). Grifo nosso.

Disso, nos parece, resultou a preservação da “*imunidade ideológica, o controle direto das instituições de monopólio da violência, o poder de veto político e, o mais importante, a sobrevivência de seu papel supervisor das crises políticas e sociais*” (Lentz, 2022, p.341), acrescente-se, com o apoio saudosista de parte da sociedade civil, seja por falta de memória, desconhecimento dos fatos que remontam ao período, interesses pessoais, econômicos e/ou empresariais ou ainda por pura identificação com as condutas do autoritarismo fardado.

Pelo que percebemos, estamos diante de uma espécie de vocação camaleônica dos militares das FA, que, historicamente na luta pela ocupação de espaços de poder político, passara por diversas adaptações, camuflagens e interações estratégicas de acordo com a avaliação da conjuntura do momento.

Como citado por Lentz (2022), ao longo do período republicano existiu um fio condutor importante, que além de respaldar institucionalmente a atuação dos militares, lhes proporcionava, apesar de divergências internas, união em torno de um projeto político e justificativa de sua existência perante a sociedade. Trata-se do papel de defesa que, após um processo de mudança, alterou o foco dos inimigos externos para a defesa contra os inimigos internos, mesmo que fabricados, e pela preservação da ‘ordem’.

Além disso, Lentz (2022) alerta ainda que tais constatações visam “*evitar novas ilusões e equívocos decorrentes de se ignorar os temas militares como “apenas” de defesa nacional quando, em verdade, estão diretamente relacionados à disputa política entre classes, organizações e ativistas sociais*” (Lentz, 2022, p.20). Ou seja, muito claramente os militares das FA não só “fazem política”, mas protagonizam disputas políticas como os demais atores sociais, com a vantagem de o fazerem com o poder, no mínimo de pressão e dissuasão, das armas.

Tais políticas foram urdidas especialmente a partir da Escola Superior de Guerra, donde partira, na contemporaneidade, boa parte da *Doutrina de Segurança*

Nacional (DSN) que formara “um pensamento político oficial dos militares no Brasil, com uma estrutura ideológica da organização militar nacional e uma tradição doutrinária de ação política no ambiente civil” (Lentz, 2022, p.16), era, portanto, pensada e difundida estrategicamente, de forma a respaldar as intervenções dos militares, dentro de um projeto de participação política dos mesmos.

A DSN se converteu assim, para os militares, em um Manual Básico, orientador de suas ações dentro e fora dos quartéis. O curioso é que mesmo assim, segundo Lentz (2019), os militares tentam ‘negar’ que o conteúdo dessa doutrina reflita uma ideologia, quando, na verdade, ela se confunde com a sua própria essência e impacta na formação do pensamento militar e numa visão idealizada – e míope – de sociedade:

Embora a doutrina evite se chamar de ideologia, conforme seus próprios “fundamentos axiológicos” é possível perceber claramente a formulação de uma ideologia nacional. Especialmente quando são caracterizadas sua concepção de nacionalidade e valores basilares, emerge um sistema de crenças ontológico sustentado por suas premissas sobre a natureza humana, a organização social e política e a história nacional que conferem um estado de “fato concreto, que, a cada instante considerado, existe independentemente de opiniões individuais (BRASIL, 1983, p. 25, *apud* Lentz, 2019, p. 68).

Nesse sentido, aproveitamos o primoroso esforço de síntese descritiva feito por Lentz (2019) para apresentar e aprofundar, a partir da literatura existente sobre o pensamento político militar, quais seriam as bases da ideologia nacional destes atores, e transformamos o conteúdo final, no Quadro 1 demonstrativo abaixo, pois, concordando com o autor, “*ter clareza da herança autoritária no pensamento político dos militares brasileiros é uma chave de interpretação fundamental do presente*” (Lentz, 2019, p.69).

QUADRO 1: Ideologia que influencia na construção do pensamento político dos militares brasileiros

Crença	Características
Atributos brasileiros	Individualismo, Adaptabilidade, Improvisação, Pacifismo, Cordialidade, Emotividade;
Cristianismo transcendental	A crença em Deus a partir do cristianismo, e nas conseqüentes leis eterna e natural, condicionam verticalmente o pensamento como um todo. Especialmente com a noção de “bem comum” nos termos do cristianismo;
Liberalismo conservador	A verdadeira essência democrática seria aquela desenhada pela sequência “amor-justiça-paz-liberdade-progresso” do positivismo e, no caso brasileiro, as instituições políticas seriam, por ordem histórico-cultural inspiradas nos modelos francês (cultura), inglês (instituições) e estadunidense (república federativa). Essa concepção é resumida na ideia do Brasil destinado a ser uma grande potência;
Anticomunismo	O comunismo é o inimigo-objetivo da doutrina, apontado como o grande conjunto de valores, ideias e crenças antagônicas à doutrina, devido a sua concepção de luta entre as classes sociais, ateísmo, materialismo histórico e visão negativa das instituições políticas, em especial o Estado;

Neocapitalismo	Rejeição ao Estado empresário em favor de um Estado ajustador do capitalismo, especialmente na função consumo, resumidos pelos conceitos de ética do sucesso, individualismo, expansão do poder das grandes empresas e racional-passionalismo dos consumidores;
-----------------------	---

Feito pelo autor, com base em (Lentz, 2019, p.68-69)

Ainda assim, cabe ressaltar que, apesar de uma aparente coesão interna e união na hora do agir político externamente, houve, ao longo da história de formação da doutrina e dos militares, divisões, disputas e cisões internas em relação à tomada de rumos, sobretudo quando se tratava de visões de mundo, concepções políticas e ideológicas, e comando da instituição militar das FA.

Enfim, essa sequência histórica de fatos, levou o autor a cunhar uma expressão que, em sua ótica, reflete o processo sinérgico pelo qual tem passado as relações entre civis, militares das FA, política e democracia no Brasil, especialmente na fase republicana: República de Segurança Nacional.

2.1.2 O espírito da formação militar em uma corporação autoritária, e sua interferência política numa sociedade ‘democrática’

Mesmo diante do que já abordamos, sobre o quanto democracia e militarismo ou autoritarismo não combinam, mas, ao contrário, conflitam, diversos autores brasileiros contribuem também para desvendar o mito da não participação dos militares das FA na política, especialmente contrapondo o fato de que essa sempre foi a tônica de atuação dos mesmos.

Entendemos que o envolvimento dos militares com a política, é parte de uma cultura institucional que acompanha as Forças Armadas desde a sua luta por se firmar enquanto tal, originada no Império (Lentz, 2022), embora com modificações ao longo do tempo sobre as justificativas e a forma de intervir e participar politicamente, igualmente relacionadas à auto compreensão sobre a razão de sua existência e função precípua do seu emprego na sociedade (Penido, 2024).

Nesse sentido, conforme detalhado por Penido, Costa e Janot, (2021), a participação dos militares na política se confunde com a própria formação do Estado brasileiro e são a regra e não, a exceção ao longo da história:

Em países com história colonial, como é o caso do Brasil, estudar as **FFAA** impõe também o estudo do **Estado Nacional**, pois o surgimento e consolidação de ambos se entrelaçam. Neles, além das funções de defesa, **os militares auxiliaram na coesão e modernização do Estado, intervindo na política com posturas pró ou contra o governo, previstas ou não na Constituição, com ou sem o apoio popular**. Isso significa que, **em terras brasileiras, as participações militares na política**, nem sempre de maneira golpista, **são a regra, e não a exceção**; e que as relações entre Estado, sociedade e forças armadas foram, na maior parte do tempo, pouco harmoniosas (Penido, Costa e Janot, 2021, p.1). Grifo nosso.

Ana Penido (2024) em sua obra *“Como se faz um militar”*, reforça o fato de que as Forças Armadas *“estiveram presentes em todos os eventos políticos importantes da história política do Brasil, na maioria das vezes, como protagonistas”* (Penido, 2024, p.11). Porém, junto a outros pesquisadores, destaca que essa atuação, nem sempre por meio de golpes, recebe forte contribuição não só da maneira como o processo de formação de seus dirigentes passou a reforçar esse impulso dos mesmos à ação política, mas, também, de outros fatores, como o da forma como a sociedade se constituiu:

(...) o **militar pode ser profissional e essa profissionalização precipitá-lo irremediavelmente à política**. (...). Entretanto, isoladamente, isso não basta. Outras variáveis são necessárias, principalmente aquelas que lançam luz sobre **a formação da sociedade em questão** e sobre **como um determinado povo enxerga a si mesmo e ao Estado** que o organiza politicamente. (Penido, Costa e Janot, 2021, p.1). Grifo nosso.

Desse modo, essa interseção entre os militares das FA e a política, ao que compreendemos, não se dá sem amparo em uma motivação. Ela se fundamenta a partir da educação militar, compreendida como parte fundamental de um processo de profissionalização e é *“condicionada pelas características do Estado a que elas servem, e precisa estar conectada a uma estratégia de desenvolvimento nacional”* (Penido, 2024, p.22) e não apartada das características históricas e culturais do território onde as mesmas estão circunscritas.

Assim, é de se esperar que, cada Estado, a possuir naturalmente as suas próprias características histórico-culturais, econômicas e de relações peculiares entre “o soldado e o civil”, produza processos de formação diferentes para seus militares individualmente e institucionalmente, com conteúdo, doutrina e objetivos de ação diferentes, moldados ao lugar de sua implantação. Penido (2024) ressalta que a nossa profissionalização não pode ser compreendida de maneira intransitiva, a partir de um receituário restrito, pois, pelo contrário, ele é diverso e transige de acordo com inúmeras variáveis.

Então, além de não se constituir como uma formação abstrata, como uma finalidade em si mesma, essa formação, que se dá como base essencial à ação dos

militares e também sofre influência da relação entre os mesmos, os civis e o Estado, é variável de acordo com a época em que coexistiram numa determinada sociedade. Portanto, de acordo com a autora, a profissionalização:

é influenciada pelo processo de formação do Estado, pela cultura política da sociedade, pelas ameaças que certo território sofre, assim como pelas múltiplas possibilidades de emprego das Forças Armadas. Nesse sentido, é possível falar de uma **profissionalização à brasileira**. (Penido, 2024, p.22).

Entra aqui o papel das escolas militares, tanto na formação e direcionamento ideológico, quanto na profissionalização de seus membros, que, do modo como ocorre na Academia Militar das Agulhas Negras, na qual se embasou a pesquisa de Penido (2024), com foco nos cadetes, tem impacto a longo prazo, *“uma vez que se forma hoje o cadete que será general daqui a trinta anos”* (Penido, 2024, p.22).

Nesse sentido, a respeito da influência da AMAN, na formação desses futuros generais, Penido, A. A.; Mathias, S. K.; e Faustini, A. C. M (2022) afirmam que:

da sua arquitetura ao currículo, busca deixar claro para o cadete seu compromisso com a **perpetuação de tradições**, sendo por esse motivo eminentemente **conservadora**. O aprendizado de “como ser militar” acontece, principalmente, pelo dia-a-dia na academia, e existem diversos **rituais** que auxiliam o processo de **ressocialização**. Na escola, o binômio hierarquia e disciplina é apreendido através do ensino **formal e informal**. Mesmo alunos de anos distintos têm relações hierárquicas entre si. Funcionando em **regime de internato**, pode-se afirmar que durante o seu principal período de formação, **o futuro general praticamente não tem contato com civis ou mesmo militares de outras Forças**, algo que favorece a formação de laços de lealdade e de corporativismo, assim como **distancia as visões de mundo civis e militares**. (Penido, A. A.; Mathias, S. K.; Faustini, A. C. M (2022, p.24). Grifo nosso.

Ou seja, praticamente esses cadetes são formados dentro de uma bolha epistêmica, privados de conviverem com a realidade em volta da academia, o que, além de imprimir ideologicamente uma visão conservadora de mundo, os aparta da experiência real de mundo experimentada pelos civis, muitas vezes, proporcionando-lhes em uma falsa percepção de superioridade em relação a estes. E este, é um ponto essencial, também detectado por Soares (2021), em análise e referência ao livro de memórias do general Villas Bôas, o qual usa o termo *“mundo exterior”* em referência aos não militares: *“Esse fosso, essa divisão com o Brasil é a razão de toda a ação política deles. No fundo, para eles, os civis são incompetentes, corruptos, fragmentados, mesquinhos e traíras. A “família militar” é o oposto”*. (Soares, 2021)³).

³ Disponível em <https://p.dw.com/p/3pY7U>. Acesso em 22/10/2025.

Cabe considerar então, consequentemente, que os cadetes de hoje, munidos dessa visão de mundo distorcida, serão os dirigentes da instituição militar de amanhã, agindo na sociedade, inclusive politicamente, conforme a doutrina incorporada. De acordo com a autora, as características do que ela chama de *profissionalização à brasileira*, inculcadas na mente desses militares, são:

Profissionalização por iniciativa militar, enfrentando resistência de civis; forte retórica anticomunista; Forças Armadas profissionalizadas antes de outras burocracias do Estado; **baixa cultura política e desinteresse pela defesa**; regime escolar em forma de internato; ocorreram **junto das intervenções militares na política**; ausência de uma elite civil com preocupação nacional; conteudismo x praticismo; influência externa – Portugal, Alemanha, França e Estados Unidos; **contou com elevada autonomia, com militares definindo as próprias diretrizes e sem participação civil**; influência positivista e da doutrina do soldado cidadão; funcionou como força modernizadora, inclusive da base econômica; formação para múltiplas possibilidades de emprego externas e internas; personalismo; sentimento de inferioridade militar (orfandade) x sentimento de superioridade militar sobre civis (salvaguarda nacional); baixa valorização do docente. (Penido, 2024, p.126)

O processo de profissionalização que segundo Penido (2024) impacta sobre a formação do *esprit de corps* – representado por símbolos tradições e cultura institucional, do corporativismo, ou das demais características como o comportamento político e sobre a organização da profissão enquanto uma burocracia estatal ou uma instituição total – refletindo o seu enclausuramento em si mesma, apartada – e por vezes acima – da sociedade civil. Como enfatiza a autora, junto a outros pesquisadores:

mereceu atenção a dimensão informal e igualmente relevante do processo de aprendizagem: a ressocialização do aluno através da exposição permanente a situações com forte carga simbólica, quando se formam noções de hierarquia, disciplina e sobre o que é ser militar diante do ‘civil’ (Penido, A. A.; Mathias, S. K.; Faustini, A. C. M (2022, p.1)

Penido (2024) critica, portanto, o currículo que forma os militares, destacando especialmente a pobreza da formação, que tem foco em estudos básicos, técnicos, tecnológicos, nos símbolos nacionais (bandeira, hinos e brasões) e no amor à pátria, mas, carece de conteúdo objetivo em relação à própria constituição dessa pátria a ser defendida, sobre o povo brasileiro, sua real história e características culturais, raciais e econômicas que estruturaram o seu desenvolvimento e poderiam acrescentar aos militares uma maior e mais efetiva identificação com o povo do território ao qual se formam para servir – ou, muitas vezes, intervir indevidamente, como ocorrera no Brasil.

Acreditamos poder dizer que essa ‘formação’ dos militares, com as lacunas até o momento detalhadas, tenha implicado na maneira dos mesmos atuarem politicamente. Ao que parece, se somam a essa atuação, os interesses pessoais e institucionais dos que

constituem a corporação. Juntos, protagonizam a militarização da política, negada por alguns segmentos militares, e reafirmada por outros, por exemplo, diante da evidente e fenomenal ocupação de cargos políticos pelos militares no governo Bolsonaro.

De todo modo, para além da militarização de um governo civil nesses moldes, há outras formas de se “fazer política”. Além da participação desses militares em jogos esportivos, olimpíadas militares, mobilização de reservistas para disputarem cargos em campanhas políticas, Penido, Lentz e Mathias (2026) identificam ainda:

Que há um conjunto de práticas eminentemente políticas que fazem parte do cotidiano da caserna, como **o lobby parlamentar, cursos e viagens conjuntas com elites civis, e a distribuição de premiações a personalidades** – com indicativos sobre as possíveis implicações [dessas homenagens] como um espaço de capital simbólico compartilhado entre civis e militares em torno do poder político. (Penido, Lentz e Mathias, 2026, p.25). Grifo nosso.

Ou seja, estamos diante de diversas formas de participação política, explícitas ou camufladas, formais ou informais, por meio do que se convencionou chamar de Partido Militar, definido, conforme Penido, Lentz e Mathias (2026) como:

um **agrupamento informal** de pessoas cujo vínculo maior é pertencer direta ou indiretamente às fileiras militares. **Seu objetivo é promover a visão de mundo e os interesses dos seus membros e simpatizantes.** Como não pode ser um partido em sentido estrito, com inscrição no TSE, seus membros buscam legendas para atuar e se fazerem presentes nos cargos representativos, como o senador Hamilton Mourão e o governador Tarcísio de Freitas, ambos eleitos pelo Republicanos”. Cf. Penido; Kalil, 2021. (p.26).

As pesquisadoras Ana Penido, Suzeley Mathias e Jorge Rodrigues (2020), citados por Lentz, (2022), sustentam a hipótese de que esse Partido Militar:

não tenha, de fato, “morrido” depois da ditadura, mas apenas hibernado em sua cíclica “crise de identidade”, se reorganizando e acumulando forças até voltar à cena. Com **existência e organicidade garantida pelos militares da reserva**, esse partido teria sido finalmente reengajado politicamente, dentre outros fatores, pelos megaeventos esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas) e as Missões de Paz, responsáveis por impulsionar o **oficialato da ativa na disputa pelo poder político** (Lentz, 2022, p.332). Grifo nosso.

Há ainda uma outra missão fundamental que fora desempenhada com a participação efetiva do Partido Militar, segundo a hipótese defendida pelos pesquisadores: *“a relação entre a instituição militar enquanto burocracia oficial e o partido militar enquanto agrupamento político **dirigiu, junto a outras forças, o governo Jair Bolsonaro**”*. (Penido, Lentz e Mathias, 2026, p.2-3) grifo nosso.

Esse ponto de vista também reforça a nossa argumentação, que será desenvolvida a partir do próximo tópico, em relação ao fato de que Bolsonaro é um

produto sobretudo de uma parte expressiva da cúpula dos militares das FA e não ao contrário, e que os mesmos assumiram forte protagonismo no governo, como restará claro adiante, articulados a outros atores políticos com os quais construíram relacionamentos ao longo do tempo em que estiveram hibernando, estreitando-os na campanha eleitoral de 2018 e, aprofundando-os a partir da conquista do governo, até por uma questão de governabilidade.

2.1.3 O histórico de ações militares na política

De acordo com o que aprendemos em Soares (2001), Soares (2021), Martins Filho (2021), Lentz (2022), Penido (2024) e Avritzer (2026), se considerarmos o fator histórico de herança da ação política dos militares das FA, que do Império foi transposta à República e, assim, sucedendo em todas as fases desta última, até pelo menos o período de estudo desta tese, temos uma marca importante na História do Brasil, a qual, antes mesmo da existência do regime democrático, já convivía com este tipo de relação.

Estamos diante de um fenômeno, que pela sua constância, atravessando todas essas fases da história, marca, além da própria, um dos traços socioculturais da nação, impactando inclusive na visão que os civis têm das Forças Armadas, transmitido de geração a geração, pelo meio interno e externo à corporação, e pela ideologia e doutrina transmitidas no processo socioeducativo que forma a mentalidade militar e a visão que os próprios compreendem em relação ao que deveria ser o seu emprego profissional, seja militar ou militarizado.

Por isso, estudar o peculiar comportamento dos militares das FA, requer adentrar nas entranhas de seu pensamento e formação, em geral, apartados da sociedade, como um organismo externo e, por vezes, tido pelos próprios, como ‘superior’ aos civis. Como alertado por Soares (2021):

é impossível deduzir o comportamento dos militares a partir de teorias baseadas em outras instituições, grupos ou classes. Tampouco, é possível estudar eventos nos quais os militares tiveram participação decisiva [como o que estudamos envolvendo o governo Bolsonaro e o 8J] a partir de teorias e dados sobre a sociedade como um todo. **Nesses casos, militares têm que ser pesquisados diretamente** (Soares, 2001, p. 370). Grifo nosso.

Todo esse processo que plasmou o que temos por Forças Armadas no país, atravessou e, diversas vezes, foi responsável por soluções ou interrupções no processo de

formação do tipo de democracia liberal contemporânea que temos, e que ainda passa por constantes conflitos, crises de identidade e dificuldade de efetividade para com objetivos que nutre em relação ao *demos*. Além disso, em que pese as críticas que nutrimos em relação a uma leitura institucionalista do processo democrático, os partidos políticos por exemplo, na visão de muitos estudiosos são essenciais ao funcionamento da democracia, sofreram uma brutal interrupção no período crucial em que tentavam se consolidar, como relembra Soares (2021):

Não sabemos o que teria acontecido com o sistema partidário se os militares não dessem o golpe [de 1964]. As tendências do período são conhecidas, mas a experiência democrática era recente. **Os avanços foram claros e a promessa era grande, mas a história foi curta. O golpe militar interrompeu uma experiência que mal começara.** (Soares, 2001, p. 322). Grifo nosso.

Como temos dito, e exemplificaremos no tópico 2.4, que trata da participação dos militares das FA no governo Bolsonaro, o comportamento autoritário e hierárquico dos militares é incompatível com o *modus operandi* dos regimes democráticos. Como ressaltado por Soares (2021), referente a uma análise sobre o golpe de 1964:

O pensamento militar é mais simples do que as teorias explicativas do golpe. No Brasil, tal pensamento girava ao redor de uma noção muito particular (da instituição militar) e exigente de ordem, de previsibilidade; ele **rejeitava e não conseguia conviver com o conflito social, desenvolveu-se num ambiente ferozmente anticomunista**, sempre muito cioso da autonomia da corporação e da hierarquia dentro dela. **A hierarquia, conceito fundamental dentro das Forças Armadas, não convive bem com a igualdade, conceito fundamental dentro da democracia. Pior: a democracia não é ensinada nas academias militares.** (Soares, 2001, p. 371). Grifo nosso.

Assim, todas as instituições democráticas e o próprio Estado, consequentemente, sofreram com este turbulento processo de formação, muitas vezes impactado pelas intervenções e pensamento militar, e ainda convivem com todas as incompatibilidades impostas pelo sistema capitalista, com o qual, a formação econômico-ideológica e doutrínaria militar também conserva afinidades. Apenas para se ter uma ideia, “o anticomunismo era aceito como função precípua dos militares e não como atividade eminentemente política! Um oficial que combatia ativamente as ideias da esquerda, era definido como apolítico!” (Soares, 2001, p.363).

Feitas estas considerações e para não nos distanciarmos do nosso período focal nesta tese, sigamos com mais uma importante coletânea organizada por Martins Filho (2021), *Os militares e a crise brasileira*, que reúne diversos autores estudiosos das relações civis-militares no Brasil há décadas que, por si, também contrapõe o pensamento de Przeworski (2020) de que os militares já não seriam motivo de

preocupação da ciência política, que não faziam política em nossa região e que não ofereciam riscos à democracia.

A obra, colabora com uma análise minuciosa em vários ângulos, sobre a atuação sócio-política dos militares, com foco no período que vai da chamada Nova República ao ano de 2020, abarcando nesse ínterim, quase dois anos de andamento do governo civil-militar de Jair Bolsonaro. Configurando-se como um clássico para os estudos das relações civis-militares, sobretudo em suas peculiaridades contemporâneas, aborda aspectos ligados à ‘abertura’ do regime e participação política dos militares das FA, à História, ideologia, educação, profissionalização e tutela militar, como também fatores ontológicos que influenciam sobre o comportamento dos militares como o autoritarismo, além de uma visão colonial, salvacionista, anticomunista, anti indigenista, militarista/militarizada e extremista de direita.

Em um dos capítulos da obra, as autoras Penido e Mathias (2021) abordam justamente a temática da educação na caserna, que sob um regime democrático, é desenvolvida mediante um processo de endoutrinação e adestramento de indivíduos que se ‘transformam’ em militares. Segundo as autoras, o processo educativo implantado nas escolas de formação militar, resultou no fato de que as mesmas se puseram como guardiãs de uma cultura peculiar, própria das Forças Armadas e, nesse âmbito, foram asseguradas as condições de manutenção da trincheira de autonomia militar. Quando a sociedade civil passara por uma situação de crise e fragilidade política, a cúpula militar de então enxergou uma oportunidade, junto a Bolsonaro, de ascender ao poder, porém, imprimindo ao seu exercício, um sentido militar.

Segundo Mello (2021), em diálogo com obras clássicas que focam nas relações civis-militares, Penido e Mathias (2021) criaram a categoria da *orfandade profissional*, que representa “*Um hiato entre a formação militar e o emprego profissional*” e oferece riscos à democracia. Neste sentido, para as autoras:

A temática educacional é questão-chave para o estabelecimento de relações civis-militares democráticas. Sobretudo em um contexto onde se multiplicam as escolas militares (VILELA, 2021), torna-se fundamental discutir, questionar e ampliar o debate sobre o que se ensina, como, por que, e com qual finalidade nas academias militares. [Alerta que] **A possível militarização da educação e da própria sociedade é risco grande e não pode ser negligenciada** (LUIS, 2020). (Mello, 2021, p. 6). Grifo nosso.

O sociólogo e professor da UFPR, Ricardo Costa Oliveira, colabora nesta coletânea de Martins Filho (2021) com o esclarecedor capítulo “*Hereditariedade e*

família militar”. Com a experiência de décadas de estudos sobre as relações de parentesco entre políticos e seus familiares, trata da origem social e da transmissibilidade familiar dos militares, trabalhando o conceito de *capital político-familiar*, derivado do conceito de capital político do sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Pelo seu ângulo de estudo, Oliveira (2021) contribui nessa nossa discussão com um primoroso relato auto etnográfico que se esforça em explicar a endogenia e a reprodução familiar das normas e visões de mundo repassadas por meio do íntimo seio familiar, bem como a construção de condições que favorecem a transmissão do poder interno de comando dos quartéis, por influência do parentesco.

Nesse sentido, segundo Oliveira (2021), a partir de um estudo sobre a origem sócio familiar de dezessete oficiais gerais que ocuparam cargos políticos no governo Bolsonaro, chegou ao resultado em que, destes, **70% são filhos de oficiais, sejam das Forças Armadas ou mesmo das demais forças de Segurança**. Inspirado nos conceitos de Bourdieu, Oliveira (2021) desnuda o fato de que não se chega a ocupar o posto de general, menos ainda, de general quatro estrelas, sem possuir o acúmulo de fortes capitais sociais, políticos e familiares – o que muito condiz com as práticas relacionadas ao nepotismo. Além disso, fica claro que a promoção em uma instituição como essa, fortemente hierárquica, pode ser lida também como um coroamento endógeno na casta militar, ambiente onde são partilhadas ideologias e culturas políticas.

Esta leitura de Oliveira (2021) é fundamental para compreendermos de quem estamos falando, por exemplo, ao tratarmos do governo Bolsonaro, que transcorreu sob forte influência de militares de alta cúpula das FA.

Ao questionarmos sobre **quem seriam estes militares**, de onde vieram, quando e sob quais condições se formaram nas respectivas academias da corporação, encontraremos no texto a resposta de que estes escolhidos para estudo, compuseram uma geração adentrou na academia militar nos anos de 1970, em pleno contexto da ditadura civil-militar, e ainda, que, muitos dos pais e avós destes foram apoiadores efusivos do golpe de 1964, como detalharemos mais adiante.

Por fim, no que se refere a origem social, se destaca o fato de que os generais ocupantes de cargos políticos apontam à tendência de serem herdeiros e a esboçarem parentesco com grupos superiores das antigas classes dominantes proprietárias, ou das elites sociais regionais e locais, com raríssimas exceções (Oliveira, 2021, p. 39-40).

Como percebemos, a “transição sem justiça de transição” fora inclusive tão lenta no Brasil, que, considerando os elementos elencados até aqui, estamos diante do fato de que a mesma não se concluiu. Neste sentido, e em reforço dessa constatação, Teixeira da Silva (2021), em *“Militares, “abertura” política e bolsonarismo: o passado como projeto”*, trata do que denomina uma *“transição falhada”*, onde determinados grupos embutidos nas Forças Armadas, conspiraram diuturnamente contra a Nova República, por meio de uma atuação que colaborou com a corrosão das instituições, no intuito de, com esse resultado, chegarem a novos autoritarismos.

Teixeira da Silva (2021) cita que esse caso pode ser ilustrado com a atuação de Bolsonaro e que, em sintonia com o que demonstrou Oliveira (2021) estamos diante de um determinado agrupamento de militares das FA, com raízes no passado e que vinham conspirando desde a 4ª República (1945-1964) – o que coincidiria com um momento significativo em que foram registradas derrotas sucessivas da União Democrática Nacional (UDN) – partido com o qual os mesmos possuíam relações estreitas, apontando ao fato de que havia uma população com direito ao voto disposta a lhes impor outras derrotas nas urnas.

Pelo que compreendemos, para transpor as barreiras do tempo, e diante de uma *“transição falhada”*, este **agrupamento, inconformado e ressentido**, se ramificou nas polícias, escolas e academias responsáveis pela doutrinação e formação militar, recompondo suas forças e relações com grupos de civis afins, para, no encontro de uma oportunidade, voltar ao poder.

Tal momento, acabou se materializando diante do encontro entre o projeto de poder elaborado pelo gal. Villas Bôas, com o terreno fértil apresentado pela conjuntura política de 2013 a 2018. Nesses termos, para nós, faz sentido a ideia que fora defendida por Schurster e Teixeira Da Silva (2021) *“de que o risco a democracia no Brasil vem da simbiose entre os setores mais duros das Forças Armadas, com adesão de parcela significativa da sociedade construindo uma linguagem e ação política brutal, fruto da nossa democracia inacabada”* (Schurster e Teixeira Da Silva, 2021, p. 167).

Para Teixeira da Silva (2021), essa transição eivada de falhas é fruto também da incapacidade do país em punir na justiça, sobretudo a cúpula desses atores políticos – abertamente defensores da tortura e eliminação dos seus opositores civis. E, além disso, essa falha fora responsável por criar condições ao surgimento de Bolsonaro como

candidato à presidência, a tal ponto que o autor considera também o bolsonarismo como uma consequência e não causa da presença histórica e continuada deste grupo de tendências fascistas, inclusive porque, o ex-presidente representara a oportunidade de reavivar o passado tutelar que os militares deste agrupamento derrotado almejavam. Nesses termos, concordamos com a lúcida visão, destacada por Atássio, Pinto e Guzmán (2021), que, igualmente, reafirma o nosso principal argumento de tese:

a caserna atuou como um verdadeiro tutor da democracia (e dos governos civis) e nos raros momentos em que foi confrontada operou abertamente para derrubar o poder constituído, reforçando a ideia de que não só **os militares** se colocam como os senhores da república, outorgando a si mesmos o direito de sustá-la, como também – contrariando o senso comum – **jamais deixaram de fazer política, a seu modo.** (Atássio, Pinto e Guzmán, 2021, p. 195).

No capítulo escrito pelo próprio Martins Filho (2021), “*Maquiavel, Bolsonaro e os soldados*”, colabora com um alerta fundamental aos que defendem que política não combina com polícia, ou com militares, especialmente das FA, e que esse resultado é sempre prejudicial e oferece riscos à democracia, a partir do resgate de um ensinamento de Maquiavel: “*a sociedade que desconhece seus componentes fardados fica sujeita a riscos*” (Martins Filho, 2021, p. 39). Há, segundo o autor, uma trajetória histórica, quando se fala em participação dos militares na política.

O autor trata da conturbada forma de governar de Bolsonaro, que chegou ao poder pelas mãos dos militares das FA, e compreende que estes, por um lado, teriam alimentado a ilusão de que, em algum momento, poderiam ter acreditado que o tutelariam, mas, como o autor afirma, eles sabiam exatamente de quem se tratava Jair Bolsonaro e conheciam em detalhes o seu comportamento. Mas, seguiram em frente, enxergando que no capitão “*dono de uma fé de ofício pobre, reprovável, brutal e curta*” (Martins Filho, 2021, p.39), estava a caricatura de um tipo de representante que poderia tocar uma agenda autoritária, que se punha latente desde o fim da ditadura civil-militar.

Em sintonia com o pensamento de Maquiavel, Martins Filho (2021) afirma que simplesmente a graça da *fortuna* [sorte], de uma conjuntura favorável que, por exemplo, proporcionou sua chegada ao poder, não é suficiente para garantir a um governante sem *virtù*, um bom desempenho na condução do governo.

Segundo o autor, como resultado, os militares, especialmente generais das Forças Armadas, colheram o desgaste do que plantaram, diante da forma como Bolsonaro conduziu o governo, conforme detalharemos adiante, e pelo modo como

Bolsonaro entrevistou, por exemplo, para tentar proteger a si mesmo e para salvar o filho Flávio Bolsonaro do alcance e das investigações da justiça e da Polícia Federal, na ocasião da apuração de desvio de recursos públicos da Assembleia Legislativa do RJ, no caso conhecido nacionalmente por “Rachadinha”.

Cabe reforçar que foram os próprios atores da cúpula militar quem conduziram o governo junto com ele, do começo ao fim, sendo sim, por isso, creditários da imagem negativa que se propagou na sociedade, do mesmo modo que ocorre em geral com governantes e líderes de partidos políticos que compõem governos.

Nesse sentido, compreendemos que, para Souza (2021), os militares que governaram junto com Bolsonaro, sobretudo os do alto escalão do Exército, pensaram, agiram e se comportaram como um partido: *“Tudo isso caracteriza a existência, ainda que ‘invisível a olho nu’, de um forte, consistente, coeso e cada vez mais poderoso sustentáculo, similar a um grupo político de natureza hegemônica: o partido militar”* (SOUZA, 2021, p. 128).

Finalmente – e por isso, a sociedade brasileira precisa conhecer de fato o caráter político e ideológico dos fardados: para ter a exata noção dos riscos que os mesmos causam à democracia quando abraçam outras funções e missões que não as constitucionais, e subordinadas ao mando civil. Quem tem as verdadeiras condições de “salvar” a pátria não são os militares, especialmente em um país como o Brasil, até porque, não temos contencioso com nenhum outro país. Qualquer pretensa “salvação” em relação às nossas questões domésticas, somente será efetiva se partir dos próprios cidadãos, participando mais ativa e conscientemente da política.

2.2 Bolsonaro envolveu os militares na política ou é parte do projeto de poder dos militares?

Com a devida vênia pelo trocadilho, iniciamos o tópico compartilhando a nossa visão de que, assim como não existiria Bolsonaro-presidente em 2018 sem os militares, não existiria o 8 de janeiro de 2023 sem Bolsonaro e sem os militares.

Adiantamos, de antemão, que todo o conjunto de estratégias, discursos e instrumentos mobilizados para a concretização dos atos e ações em ataque à

democracia, desde um pouco antes, durante e um pouco após o governo Bolsonaro, culminou com o evento mais explícito de tentativa de golpe contra o resultado democrático das urnas e contra os poderes constituídos: o 8 de janeiro de 2023.

Neste episódio, que será analisado em mais detalhes sob a ótica de um processo, podemos adiantar que todos os elementos já estavam dados e que o mesmo foi urdido ao longo do governo Bolsonaro, em parceria com seus familiares e aliados, e com o suporte fundamental dos militares da cúpula das FA, da ativa e da reserva, não tendo o 8J, portanto, acontecido de modo espontâneo, “do nada”, ou muito menos, tendo sido algo articulado apenas e tão somente por um grupo de bolsonaristas radicalizados, que invadiram e atacaram às sedes dos três poderes, símbolos da democracia. Foi à sombra da conivente omissão em alguns momentos e proatividade desses militares em outros, portanto, que o governo Bolsonaro forneceu os componentes para o processo que se materializou no episódio do 8J.

2.2.1 Quem é e de onde veio Jair Bolsonaro?

Caracterizaremos em maior profundidade neste tópico, o ator político Jair Bolsonaro. Ex-presidente da república e líder da extrema direita no Brasil, mas, antes de tudo, **militar da reserva**, desde a sua pré-campanha já deixava claro os sinais de conexão ideológica e política com os líderes de extrema-direita mundial (EL PAÍS, 2018; GASPARI, 2018; Brasil De Fato, 2018). Bolsonaro “*não é o primeiro populista de direita no mundo*” (EL PAÍS, 2021), mas, conforme alertara corretamente Mounk (2019) ainda no primeiro ano de seu governo: “*é o adversário mais poderoso que a democracia brasileira já enfrentou em meio século*” (MOUNK, 2019, p.11).

No caso do Brasil, de acordo com Callegari (2023), fatores como “o agravamento da situação econômica, em 2013/2014, e o impeachment em 2016, criaram as condições políticas para o avanço de uma ideologia **aparentemente** “outsider”, que, a partir das eleições de 2018, revelou a face oculta desse movimento **supostamente** neutro e apartidário”. (CALLEGARI, 2023, p. 43) grifo nosso.

E no caso do próprio Bolsonaro, a palavra ‘aparentemente’ também cabe, pois, longe de ser um *outsider*, somava mais de trinta anos de exercício de mandatos parlamentares como vereador e deputado federal, vinculado ao chamado baixo clero da

Câmara de Deputados. Bolsonaro já havia passado por oito partidos políticos até 2018, chegando ao nono em 2021, e mobilizara o *capital político-familiar* Monteiro (2016) para eleger seus filhos a outros cargos, realidade que se repetiu em 2022, 2024 e nas eleições de 2026. Como reforçado por Couto (2023), portanto

a categoria de outsider é inadequada para definir o tipo de político que era o então deputado Jair Bolsonaro. (...) Sua **marginalidade institucional e extremismo ideológico lhe conferiram a aparência de outsider**, mesmo sem propriamente o ser” (COUTO, 2023, p. 6). Grifo nosso.

Acoplado explicitamente aos militares, à milícia do Rio de Janeiro, à uma parte do “centrão”, a líderes evangélicos neopentecostais, às elites político-financeiras do país e com a mobilização via empresas privadas estrangeiras de redes e mídias digitais, chegou à presidência da República. Segundo suas próprias palavras, em reunião oficial com ministros de seu governo, sua eleição foi “*uma cagada*”.

Candidato a presidente da República em 2018, o capitão do Exército brasileiro, ao lado de um general, também do Exército, como vice – Hamilton Mourão, foram eleitos, e tomaram posse em janeiro de 2019. E então, o discurso e o comportamento antidemocrático, antipolítico, e o temperamento impulsivo e colérico que muitos acreditavam que teria sido ‘apenas’ retórico da parte de Bolsonaro, para mobilizar eleitores na campanha, começou a se materializar por meio de ações – ou inações, condutas individuais e em grupo, bem como na forma de ‘governar’. Além disso, ele:

se intitulou o condutor, o messias, o mito para a nova era. (...) encarnou o que a classe média ressentida sempre desejou: ser quem a levaria para os píncaros da glória e do poder de Estado, servindo aos bons empresários, aos políticos avessos aos partidos políticos, às senhorinhas que posavam de empoderadas ou defensoras de direitos humanos, às caricaturas de lideranças minoritárias de moral retrógrada e reacionária. (PASSETTI E LUCATO, 2023, p. 4-5).

Registre-se que, dois anos depois do início do seu governo, quando muitos ainda achavam que Bolsonaro seria controlado ou amenizaria o tom, ele dobrava a aposta nos ataques às instituições democráticas e no comportamento autoritário e negacionista, prolongado durante todo o governo e até mesmo posteriormente ao processo eleitoral de 2022, que marcou sua derrota e a vitória do presidente Lula.

Segundo Martins Filho (2019), até mesmo “*Generais foram atacados por setores próximos ao chefe de Estado, demitidos ou limitados em sua esfera de poder. Enquanto isso, Bolsonaro [parecia] concentrar cada vez mais força em suas mãos*” (Martins Filho, 2019, p. 186). Nesse sentido, Victor (2022) afirmara que:

Para forçar o alinhamento da corporação ao governo, o presidente trocou três vezes o comandante da força terrestre durante o mandato, algo que não ocorria em quase sessenta anos. Enquanto isso, Bolsonaro e os militares aproveitaram para escrever a sua própria versão da história. (Victor, 2022, p. 11).

Mas, ainda assim, pelo que interpretamos ao longo de nosso estudo, Bolsonaro permanecia ‘controlável’ por uma parte da cúpula formada por militares das FA, mas, para o público externo e para alguns pesquisadores, a imagem era a de que Bolsonaro é quem exerceria poder sobre os militares.

Para nós, isso está claro, pois, ainda que diante de ataque e demissão de militares que compunham o governo ou comandavam diretamente a corporação, uma espécie de “núcleo duro” permanecia governando com ele. Trocas, de fato, aconteciam, mas, militares continuavam, o que, no máximo, esboçaria disputa interna de poder entre os próprios. Talvez isso representasse, como expresso por Martins Filho (2019), uma “*ordem desunida*”, mas que, no final das contas, ‘funcionava’.

Apesar de tudo, outras forças também disputavam espaço no governo, como é o caso da “*extrema direita civil, ativa e militante, que parece ter desmontado os generais, abalando seus planos de tutela sutil de Bolsonaro e expondo-os a uma sequência inacabável de situações inusitadas*” (Martins Filho, 2019, p. 175).

Mas, pelo que compreendemos, isso se deve aos melindres da atividade política e não é crível que, os militares, que por decisão própria, se imiscuíram completamente na política e no governo, junto a Bolsonaro, não soubessem o que os esperava. Os próprios, inclusive, articularam o desembarque do “centrão” no coração do governo. Assim, naturalmente, a própria política:

tenderia inevitavelmente a arrastar os generais do Planalto para as lutas palacianas e para o centro dos conflitos com a oposição e das contradições sociais, prejudicando seriamente os planos de contenção do capitão Bolsonaro – com sua proverbial incapacidade de controlar as palavras, a personalidade explosiva e a tendência à mobilização permanente de suas bases eleitorais, características que já eram bastante conhecidas por seu comportamento enquanto parlamentar. (Martins Filho, 2019, p. 174).

Portanto, os generais continuariam a mandar, mesmo que diante de algumas dissidências do próprio grupo e do fato de terem, em alguns momentos, que ceder alguns espaços para seguirem governando e exercendo uma forte influência sobre o então presidente. Para nós, isso fica claro diante da constatação de Martins Filho (2019):

a manifestação mais próxima de ser interpretada como expressão dos sentimentos da alta cúpula do Exército veio na voz do general de reserva Etchegoyen. Em linguagem cifrada, ele afirmou que **a demissão de Santos**

Cruz não tinha explicação, mas enfatizou que ela não alteraria os rumos do governo. Embora se possa dizer que nessa afirmação estava implícita a ideia de que **os militares continuariam a ocupar lugar central na política**, o experiente general defendeu que Bolsonaro escolheu não o **general Ramos**, mas a pessoa Ramos como substituto de Santos Cruz. Esquecia-se de que a nomeação foi discutida com o ministro da Defesa e o comandante do Exército, tendo o apoio implícito do Alto Comando [e] que a medida desfalcava o Exército de um general na ativa de quatro estrelas, licenciado do Alto Comando, em prejuízo das promoções na fila para general de quatro estrelas. **Para Etchegoyen, ao aceitar participar do governo, os militares davam prova de competência, seriedade e, sobretudo, honestidade. Admitiu que havia divergências com a nova situação, mas defendeu que as concordâncias eram mais fortes. Ainda assim, ressaltou que o comandante do Exército, o general Pujol, estava certo em manter “distância da política”.** Essa informação parecia contradizer o que disse a seguir: **“A instituição não vai se engajar mais do que já está”.** (Martins Filho, 2019, p. 180). Grifo nosso.

Portanto, ressaltemos, desnudava-se aí, não um conjunto de atitudes tresloucadas ou verborragias sem sentido em muitas das declarações, e ações no coração do governo, mas, uma clara estratégia adotada tanto por Bolsonaro, quanto, em alguns momentos, por oficiais de alta patente *“que, na verdade, seguiam uma estrutura ideológica sólida [das Forças Armadas], uma das mais importantes instituições do Estado Nacional brasileiro”* (Lentz, 2019, p.69), que fundara o pensamento político dos militares, lastreado por uma herança autoritária. Era a teoria se materializando em prática, neste caso, por meio de discursos e comportamentos classificados por muitos como “excêntricos”, “autênticos” ou “antissistema”, especialmente no caso de Jair Bolsonaro.

Ainda no que diz respeito ao governo em tela, segundo a avaliação de Couto (2023), que não o considera normal do ponto de vista institucional, sendo chamado, assim, de governo-movimento, este caracterizou-se pelo: *“populismo extremista de fundo religioso, excludente e anti pluralista (...) em vez de tomar o quadro institucional como dado, atuou solapando”* (COUTO, 2023, p. 1). Isto, segundo o autor, provocara um hiperativismo institucional, gerador de uma armadilha que minava a própria legitimidade da instituição atacada.

Seu estilo – e método, populista autoritário, se compunha ainda da ativação de sentimentos majoritariamente negativos, e de raiva contra os estabelecidos, para mobilizar sua base. E este não parece ser um caso isolado, pois, como ressalta Fontes (2024), baseado no pensamento de Hannah Arendt:

Tem havido uma tendência recente para **ligar o apoio a movimentos populistas à expressão de sentimentos negativos**, como a ansiedade provocada por mudanças sociais de longo alcance. Do mesmo modo, **a raiva contra o estabelecido tornou-se uma marca registrada dos**

protestos anti austeridade, anti vacinas e outros. A base parece ser, portanto, **emocional**, com estas duas emoções negativas como meios de comunicação. (...) **O populismo parece ser mais apelativo para cidadãos e cidadãs zangadas do que ansiosas.** As componentes definidoras do populismo – a atribuição externa da culpa e a sua perspectiva moral e de confronto feroz – ressoam fortemente nas avaliações subjacentes à raiva, o que torna o populismo particularmente bem-adaptado para expressar essa emoção. (FONTES, 2024, p. 175). Grifo nosso.

Como percebemos, então, a sintonia de discursos, pautas e práticas da extrema-direita nos mais diversos países, não parece se enquadrar como meras coincidências, apesar dos diferentes contextos socioeconômicos, geográficos e culturais. Podemos lembrar, para citar alguns breves exemplos: o acontecimento do 6 de janeiro de 2021 nos Estados Unidos e o 8 de janeiro de 2023 no Brasil; o comportamento impaciente, irritado, raivoso, agressivo e misógino dos líderes desse campo político; a estética, inclusive nos cabelos e na forma de vestir, como nos casos de Donald Trump, Boris Johnson, Jair Bolsonaro e Javier Milei; os discursos negacionistas anticiência, antivacina e antiambientalistas dos líderes; a postura ultra neoliberal na economia em defesa de reformas que cerceiam direitos previdenciários e trabalhistas, atacam direitos civis e diminuem direitos sociais em nome de um Estado mínimo, ‘eficiente’ e que deveria ser gerido como uma empresa privada.

O exercício do populismo autoritário, como no caso de Bolsonaro, especialmente ao ter assumido a presidência do país, é também uma forma de ataque à democracia, conforme denotado por Mouffe (2019) e Levitsky e Ziblath (2018). Aliás, a própria história de vida do militar da reserva já deixava claros sinais neste sentido, o que ficou ainda mais nítido quando entrou para vida pública.

Enquanto deputado federal pelo RJ, já pré-candidato à presidência – e este foi um marco na corrida presidencial, quando ele votou favorável ao impeachment em 2016 pela derrubada de Dilma, na ocasião do voto, homenageou a memória do general Carlos Alberto Brilhante Ustra, referência das mais sanguinárias e negativas da ditadura militar brasileira. A atitude gerou espanto até mesmo dos mais fervorosos defensores do golpe de Estado contra o mandato de Dilma (MIGUEL, 2019), contra quem, nada ficou provado, sendo a mesma inocentada posteriormente à unanimidade pelo STF, que inclusive presidiu na ocasião, a seção da cassação de seu mandato. Neste sentido, de acordo com Finchelstein (2020), Jair Bolsonaro:

tem essa mistura: **é um populista de extrema direita com comportamentos fascistas**, pelo uso que faz da mentira, da glorificação da violência e da discriminação de minorias (...) **mente** como um fascista, **elogia ditaduras e**

ditadores como um fascista, glorifica a violência, **mas talvez "nunca será o fascista que gostaria de ser"**, por estarem ausentes no Brasil as condições para um regime desse tipo prosperar. O populismo, ocorre em democracias formais, e ele foi eleito em uma democracia. Mas é um líder que às vezes parece que gostaria de **destruir a democracia por dentro** e criar uma ditadura fascista. (FINCHELSTEIN, 2020). Grifo nosso.

Bolsonaro é, finalmente, no nosso entendimento, um líder populista autoritário de inspiração neofascista, e foi, como candidato e presidente, **um produto final dos militares**: depois de um processo de reaproximação, que detalharemos adiante, já que estava proibido de acessar os quartéis e academias militares, foi lançado na Academia Militar dos Agulhas Negras, seu governo foi composto de forma expressiva em todos os escalões, por militares de todas as patentes, da ativa e da reserva e o mesmo, nesta relação sinérgica, soube retribuir o apoio recebido, tendo-os como sócios do governo, concedendo-lhes privilégios e atendendo aos seus interesses.

Portanto, se para alguns, como Neto e Acácio (2020), em que pese a visão crítica dos mesmos nesta relação, os militares teriam aderido à Bolsonaro, o que estamos desenvolvendo como argumentação nesta pesquisa demonstra exatamente o contrário. Estes autores, em defesa do seu ponto de vista, argumentam que a motivação política real que impulsionou os militares a aderirem a Bolsonaro teria sido *“um conjunto de fatores de natureza ideacional e material [pois] sempre foi o representante “sindical” das Forças Armadas durante seus 28 anos como parlamentar, lutando por seus interesses salariais e corporativos”* (Ibidem, p.14). Ambos nutriam a visão de que os militares teriam, com Bolsonaro presidente, a restauração de um lugar central, como fora entre 1889 e 1985. Para os aurores, *“Bolsonaro integrou os militares ao seu governo apelando para interesses materiais e para o salvacionismo e o anticomunismo latentes nas Forças Armadas, em particular no Exército”* (Ibidem, p. 15).

Apenas para termos uma noção prévia do que desenvolveremos adiante, o antropólogo Piero Leirner, que há mais de três décadas pesquisa sobre os militares e sua relação com a política, afirma que *“O livro de memórias do **general Villas Bôas** explicita politização do Exército iniciada durante o governo Lula e o **endosso consensual dos generais do Alto Comando à candidatura de Bolsonaro**”* (Soares, 2021)⁴. Grifo nosso.

⁴ Disponível em: <https://p.dw.com/p/3pY7U>. Acesso em: 13/07/2024

Soares (2021) destaca ainda que o pivô da aceleração na participação política dos militares de alta patente da ativa e da reserva do Exército, lastreado em um antigo projeto de poder, se deu a partir de uma reação “à homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e [foi] intensificada em 2010, quando Lula enviou ao Congresso o projeto de lei que criaria a Comissão Nacional da Verdade (CNV) Soares (2021). A primeira, segundo o autor servia como cortina de fumaça ideológica, por meio da alegação de que isto poria em risco a soberania nacional, e a segunda, também sendo enquadrada por Soares (2021) como parte do escopo da *guerra híbrida* brasileira, alimentava uma teoria conspiratória na qual essa atitude serviria para fracionar e desestabilizar as Forças Armadas.

Ou seja, na prática, ambas as justificativas, serviram à coesão dos generais e das tropas. Nesse sentido apontado por Soares (2021), Martins Filho (2019) já confirmara esses dois pontos abordados, como um consenso entre os pesquisadores de temas militares, que, somados, teriam impulsionado a corporação militar, especialmente o Exército, a lançarem e catapultarem a candidatura de Bolsonaro e se associarem ao seu governo: por um lado, o protagonismo do general Villas Bôas como mentor do projeto político de ocupação do poder pelos militares e, por outro, a divulgação, em 2014, do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (Martins Filho, 2019).

É necessário pontuar que foi a presidenta Dilma Rousseff quem criou, através da Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, a Comissão Nacional da Verdade, que instalada em 16 de maio de 2012, irritou ainda mais os militares da ativa e da reserva, transformando-os mais adiante em ‘militares militantes’ contra o seu primeiro governo e importantes apoiadores, quiçá também artífices, de sua deposição do segundo em 2016.

No mais, antes de seguirmos ao próximo tópico que buscará responder detalhadamente à pergunta: Bolsonaro cooptou os militares ou os militares foram cooptados por ele? Vale atentarmos à algumas “coincidências”: Quem era Bolsonaro antes de entrar para a política? Um militar. Quem lançou Bolsonaro à presidência em 2018? Os militares. Quem eram os seus vices no pleito de 2018 e no de 2022? Militares, respectivamente General Hamilton Mourão e General Walter Braga Netto. Em que se baseou boa parte do seu discurso? Em uma alusão a militares ditadores, ao período ditatorial, e geralmente eivado por um tom bélico, um tom de guerra ao inimigo, linguagem comum aos militares. Quem governou com Bolsonaro até o fim? Os

militares. Quem deu guarida aos golpistas nas portas dos quartéis pós eleição e pós insurreição golpista no 8 de janeiro de 2023? Os Militares. Quem assumiria o comando na Capital Federal do Brasil em meio ao caos do 8 de janeiro se tivesse sido decretada uma “Garantia da Lei e da Ordem – GLO” ao invés de uma “Intervenção Federal” em Brasília? Os militares. Com quem os grupos bolsonaristas radicalizados que protagonizaram o 8J esperavam contar pós empreitada golpista? Com os militares. Se para alguns o projeto de poder dos militares terminou por aí, cabe mais uma pergunta: quem era o candidato no desejo dos militares ao pleito presidencial de 2026? O militar da reserva Tarcísio de Freitas, ex-ministro de Bolsonaro e governador de São Paulo (2023-2026), eleito para este cargo com o suporte dos mesmos e de toda a estrutura do governo federal.

2.2.2 Por que enxergamos Bolsonaro como uma peça na engrenagem política dos militares

Se por um lado o capitalismo neoliberal não forma um bom par com a racionalidade democrática – como vimos o Capítulo 1, por outro lado, pode resultar em um casamento perfeito com racionalidade autoritária.

Como racionalidade autoritária, consideramos princípios que norteiam o comportamento humano baseados na imposição vertical, por exemplo, nas tomadas de decisão e, conseqüentemente, na resistência ao processo de construção de consensos e dificuldades de lidar com o pluralismo de ideias e valores; a mesma, apoia-se nas hierarquias e rigidez, em detrimento da liberdade de pensamento e vontades individuais, em nome de uma suposta construção ou manutenção da “ordem”.

Por outro lado, quando falamos em racionalidade neoliberal, ancoramos nosso pensamento em Dardot e Laval (2016), para os quais essa racionalidade diz respeito ao fato de que o neoliberalismo é mais que um conjunto de diretrizes, ideias e práticas econômicas: molda, para além do “mercado”, as condutas do próprio Estado, da sociedade e do comportamento humano, acentuando a necessidade da competição em detrimento da cooperação entre os indivíduos “*empreendedores de si mesmos*”.

Além disso, na prática, esse casamento entre as racionalidades autoritária e neoliberal, acabou desfazendo mais um mito em relação ao pensamento e orientação ideológica dos militares das FA, desta vez, no que se refere ao quesito economia e, consequentemente, soberania nacional. Se muitos ainda eram crentes na ideia de que esses militares seriam desenvolvimentistas e valorizariam as empresas públicas, sobretudo estratégicas, como na área de energia, a realidade sob o governo Bolsonaro, filho bastardo deste casamento, mostraria o contrário, por exemplo, com a privatização de pedaços da Petrobrás e da totalidade da Eletrobrás, as quais possuíam militares de alta patente nomeados em seu comando. O mesmo, referente à forma como se posicionaram ou silenciaram em relação ao “teto de gastos” e às reformas trabalhista e previdenciária que fizeram evaporar direitos essenciais – não dos mesmos – mas, das classes trabalhadoras, em detrimento das elites empresariais.

Conforme destacou Lentz (2022-B), ao analisar a ação política das Forças Armadas, idealizada pela Escola Superior de Guerra – ESG, levando em consideração as publicações desde o governo Geisel (1974-1979) até o 1º governo Dilma (2011-2014), e buscando rastrear as diretrizes que foram preservadas em relação ao pensamento econômico dos militares pós período da edição da Constituição Federal de 1988, principalmente no que se refere aos papéis do Estado, mercado e sociedade:

Identificou-se a permanência da crença no capitalismo de livre mercado e intervenção mínima do Estado, contrariando a imagem “estatizante” e “nacionalista” dos militares na economia. Na década de 1980 ocorreu uma virada neoliberal no pensamento econômico pelo abandono do “Estado keynesiano”, ajustador do capitalismo e da justiça social como atribuição do sistema econômico. Por fim, houve a confirmação da hipótese de coesão ideológica entre as elites militares e empresariais enquanto empreendimento hegemônico de classe, sendo o capitalismo de mercado e o anticomunismo a espinha dorsal do pensamento econômico dos militares no Brasil (Lentz, 2022-B, p.46). Grifo nosso.

Portanto, se temos objetivos autoritários, precisamos de atores autoritários para implementá-los. Sobretudo, quando se tratam de objetivos atrelados a pautas tão duras e polêmicas, especialmente na área econômica, que ensejam disputas lastreadas em conflitos de classe. Pois, a lógica de organização e funcionamento militar é diferente da lógica democrática; no militarismo, onde impera a hierarquia, quem está acima na cadeia de comando, dá a ordem e quem está abaixo, obedece sem pestanejar; na democracia, as vontades e os interesses são discutidos, questionados e há espaços de participação e margem para conflitos e/ou construção de consensos entre grupos sociais.

Portanto, é nesse sentido que **os militares das FA** se constituíram como um ator político importante em todo esse contexto, pois foram forjados em uma educação aquartelada e autoritária, em oposição à formação democrática e participativa.

Assim, mesmo com o foco da pesquisa voltado para a participação desses militares no episódio do 8 de janeiro de 2023, sentimos a necessidade de nos debruçarmos sobre um período de tempo mais amplo (2018-2023) para o aperfeiçoamento dos nossos estudos, pois nos restou a clareza de que esse episódio de ataque à democracia, suas instituições e valores foi resultado de um processo político que contou com ampla participação dos militares, como explicado no próximo capítulo.

Da análise deste recorte mais amplo, e à luz do embasamento teórico que referencia esta tese, depreendemos que, em pleno regime democrático, esses militares necessitavam, para além de um ambiente recheado de facilidades históricas e culturais, de um *ator* – representante político civil de perfil autoritário, porém carismático e popular – ou populista, que pudesse, em chegando ao poder pela via democrática e por meio do voto, atuar sob vossa tutela por dentro das instituições democráticas, em articulação com outros atores e grupos de interesses.

Nesta configuração, ou, neste ‘combinado político’, Bolsonaro seria a figura de proa e os militares da cúpula das FA seriam uma espécie de eminência parda, ou, atores em segundo plano, porém, com influência direta e significativa na condução do governo e decisões de Estado. Talvez, isso justifique o que, não à toa, segundo Victor (2022):

levou o Exército a reabilitar e afiançar um oficial insubordinado, que entre o final dos anos 1980 e o início dos 1990 **era persona non grata na corporação**. [A obra] Poder camuflado [Victor, 2022] reconstitui o percurso percorrido por Bolsonaro, do capitão proibido pelos comandantes de entrar em quartéis até o deputado federal que **fez um comício dentro da principal academia de formação de oficiais** da força terrestre **para anunciar** aos cadetes **que se lançaria candidato à Presidência**, e, por último, o candidato abraçado em peso pelos militares. (Victor, 2022, p.11). Grifo nosso.

Para nós, isso fica muito claro desde os momentos iniciais de uma incipiente campanha que focava o nome de Jair Bolsonaro, mesmo sem qualquer perspectiva de sucesso à época. De acordo com Leirner (2021)⁵:

O projeto Bolsonaro presidente foi uma construção de generais da ativa e reserva que se efetivou a partir de 2014 e teve o aval de todos que passaram pelo Alto Comando desde então. Não é que antes eles não tivessem projeto de poder, pelo contrário. Apenas não tinham batido o martelo que ia ser

⁵ Disponível em: <https://p.dw.com/p/3pY7U> ; acesso em 23/08/2025.

assim. Fazer **campanha dentro de uma Academia Militar, além de ilegal, só pode ser obra de um consenso** (Leirner, 2021). Grifo nosso.

Restava então, para firmar o projeto de conquista e ocupação do Estado brasileiro, desenvolver conexões e sinergias junto a outros atores representantes de interesses político-religiosos-empresariais-econômicos, ideológicos e culturais, ávidos por se aglutinarem, protagonizando assim, a metamorfose do neoliberalismo no Brasil. É o que buscaremos explicar a seguir.

Para Leirner (2021), a execução deste projeto de poder dos militares, se daria por meios não tradicionais, ou seja, sem fuzis e tanques nas ruas como no passado. A operacionalização ocorreria por um caminho “legal”, por meio do que o autor chama de *“rotação do papel militar da defesa externa para o que eles entendem como ameaças internas”* (LEIRNER, 2021, p. 83). Ou seja: o comunismo, ou mesmo o seu “fantasma”, por exemplo, pôde ser, nestas circunstâncias, evocado pela doutrina militar como um inimigo interno a ser combatido em uma *“guerra por outros meios (...) prevendo uma atuação em segundo plano com militares controlando vários setores do Estado e agindo em seus interesses por procuração”* (ibidem, p. 83).

Com relação às chamadas *operações de dissimulação* na implementação da estratégia de ocupação do Estado, cujo desejo mais recente vem desde o pós-ditadura, numa aparente inconformidade com a subordinação ao poder civil, está presente a ideia de que os militares das FA não seriam os operadores nem os idealizadores das missões que os civis estavam visualizando. De fato, outros atores protagonizavam certos papéis, porém, sob instrução de execução militar, de maneira camuflada.

Esses militares se constituíram assim como atores fundamentais, ou seja, protagonistas, desde pelo menos o lançamento da candidatura de Bolsonaro na Academia Militar dos Agulhas Negras – AMAN, ressonando automaticamente nos quartéis Leirner (2021), ao curso de todo o seu governo, do qual foram sócios majoritários, considerando os espaços de poder ocupados do primeiro ao último escalão, por oficiais da ativa, da reserva e de todas as patentes. Mas, por outro lado, como *“não existe almoço grátis”*, segundo um popular discurso dos neoliberais, nada disso saiu de graça e os militares somaram uma série de privilégios e benefícios durante todo este período, ao ponto de os mesmos, como fiadores do governo e desta costura política, serem rotulados de “centrão fardado”.

Avaliamos então, que esses militares foram fundamentais à conquista do poder por Bolsonaro e governaram com ele até o fim, como será detalhado. Além disso, lembremos que ascenderam ao poder pela via institucional, pelo voto e tentaram permanecer por meio de um movimento que articulou o campo institucional, ou seja, agindo por dentro, mobilizando as estruturas internas do governo, em sincronia com o campo extra institucional, a partir de movimentos bolsonaristas, com atores externos, na posição de ataque às instituições e valores democráticos. Estiveram ainda, na posição de direção de diversos órgãos de governo que, atacados pelo então presidente, deram como resultado a descontinuação de diversas políticas públicas, inclusive, em alinhamento com os discursos ideológicos da extrema direita: FUNAI, Ministério do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e da Saúde, IBAMA e ICMBio, para citar alguns, além dos diversos outros ministérios, especialmente do núcleo central do governo e inteligência, como abordaremos nos próximos tópicos.

Contudo, apesar da sua importância e atuação significativa, é necessário pontuar que os militares das FA não foram os únicos atores neste processo de chegada ao poder, nem no empreendimento de esforços para tentarem permanecer no governo após a derrota eleitoral, como detalharemos adiante.

Nesse sentido, Leirner (2021), destaca um ponto importante: desde o primeiro governo Dilma Rousseff, **os militares se constituíram como um ponto de conexão com estes outros atores** para promover sinergia entre os mesmos, a fim de que em algum momento, quando da chegada ao poder federal, cada grupo conquistasse seu espaço e pudesse influenciar no governo e fazer valer os seus interesses.

E, para tanto, vale lembrar que o caminho oficial, por dentro das instituições, porém camuflado, passava também pela implantação do projeto idealizado pelo **general Villas Bôas**, denominado **SISFRON**⁶, que, segundo Leirner (2021), uma vez colocado em prática, foi um passo importante para:

o Exército começar a **promover** de forma amparada **oficialmente** sua sinergia com o Judiciário, “necessária” inclusive para que o Sistema operasse, posto que todo ele tocava na legislação interna brasileira, em diversos níveis. **O responsável pela articulação entre todas as instâncias –**

⁶ O **SISFRON** (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras) é apresentado oficialmente pelo EB como um programa estratégico focado na vigilância e defesa dos 16.886 km de fronteiras terrestres do país. Funcionaria como um "muro virtual" tecnológico, integrando radares, sensores, drones e sistemas de comunicação sob a alegação de combater crimes transfronteiriços como contrabando, tráfico de drogas e armas.

Executivo, Legislativo e Judiciário – designado em 2012, **foi o vice-presidente Michel Temer**, por determinação de Dilma Rousseff. **Com o SISFRON, o Exército ampliou muito seu contato** não somente com parlamentares, mas também com policiais, governadores, procuradores, juízes, desembargadores, agentes do TCU, CGU, de outros ministérios, e de outros países envolvidos na cruzada norte-americana anticorrupção. (LEIRNER, 2021, p. 105). Grifo nosso.

Tal projeto, segundo Leirner (2021), está descrito no livro do maior estrategista militar de então, **general Villas Bôas Castro** (2021), juntamente com uma série de outros detalhes sobre o passo a passo da ocupação do poder pelos militares, que há muito ansiavam por protagonismo e hegemonia política. Para nós, considerando esse contexto, não restam dúvidas sobre a participação dos militares das FA em todo esse processo que implicou também no ataque à democracia e às suas instituições, mesmo que de modo camuflado.

Esta constatação, assim como desconstrói o argumento de Przeworski (2020), também contraria frontalmente o pensamento de Levitsky e Ziblatt (2018) na obra “Como as Democracias Morrem”, ao afirmarem que “*Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder*” (LEVITSKY e ZIBLATT. 2018, p. 15, grifo nosso), pois, no caso do Brasil, um conjunto de militares da ativa (principalmente) e da reserva, da base e da cúpula (especialmente), estiveram por trás de todo o planejamento e execução deste, arquitetado pelo general Villas Bôas, ao qual Leirner (2021) considera como **a parte militar de um processo político**.

Em Leirner (2022) nos deparamos com outro esclarecimento importante, no que diz respeito à uma ideia, difundida estrategicamente, que fez com que o senso comum tivesse por um bom tempo, uma clara noção de que haveria divergência entre Jair Bolsonaro e os militares, como se houvera uma “ala ideológica” em contraponto a uma “ala militar”. Segundo o autor, estamos diante de uma *contradição fabricada* com o objetivo de camuflar, ou blindar os militares, para que os mesmos fossem sempre credores do bônus e se livrassem do ônus, quando algo dava errado e repercutia mal.

De igual modo, as estratégias políticas atribuídas à Bolsonaro, como criar dissonâncias, polêmicas e muitas vezes caos, para depois aparecer como restaurador da ordem, são vistas como táticas clássicas de operações psicológicas militares, no universo da **guerra híbrida**, que dissolve as distinções entre guerra e paz, e guerra e política. Quanto mais imperceptível e subliminar fosse a operacionalização do que está

no “manual de instruções” desta forma de guerra, que incorporou adaptações feitas por militares brasileiros, maior seria a probabilidade de sucesso de tal estratégia.

Finalmente, essa forma de **guerra híbrida**, que segundo Leirner (2022) é a parte de um processo que depende de uma constante alimentação e retroalimentação, entre diferentes atores e ideias, provoca uma divisão que polariza a sociedade e é responsável pela captura de indivíduos, transformando “cativos em soldados”, que acabam por replicar a lógica da guerra. Isso nos lembra o que explicamos no tópico sobre os efeitos da ação das plataformas de redes e mídias digitais, que, na repercussão dos discursos que ressonam por entre os apoiadores, acaba por envolvê-los em câmaras de eco, ou naquilo que se conhece popularmente por bolhas.

Este argumento da *guerra híbrida* é interessante, pelo fato de poder ser uma alternativa a explicar a desestabilização democrática, não só aqui, como no mundo, usando como instrumento as plataformas de redes e mídias digitais. De fato, cabe lembrar que, como empresas estrangeiras de comunicação, as *BigTechs* estiveram presentes na desestabilização de democracias e chegada ao poder da extrema direita em diversas partes do mundo, e em boa parte alinhada a interesses americanos: na ocupação da praça Tahrir, que culminou com a derrubada de Hosni Mubarak no Egito em 2011, nos movimentos separatistas na Catalunha em 2017 e de independência em relação à China em Hong-Kong com pico em 2019, no Brexit em 2020, na eleição de Trump nos EUA em 2016 e sua volta em 2024, nas jornadas de 2013, derrubada de Dilma em 2016, eleição de Bolsonaro em 2018 e a insurreição bolsonarista em 8 de janeiro de 2023 no Brasil, e na eleição de Javier Milei em 2023, dentre outros.

Voltando os olhares para o que ocorreu no Brasil, cabe lembrar que, no que diz respeito à conjuntura, conforme destacam Fonseca e Costa (2023), o país passava por uma sequência de crises entre 2013 e 2018, que contribuíram com o aumento da insatisfação dos cidadãos com a própria democracia e suas instituições.

Mesmo com tudo isso, em 2018, até por volta de setembro, Lula permanecia pré-candidato, apesar de preso “*desde abril acusado de corrupção em uma ação que tem sido considerada como parte de um golpe para impedir sua candidatura. Mesmo da prisão, Lula estava com 40% das intenções de voto, seguido de Bolsonaro com 20%, de acordo com as pesquisas de agosto*” (KALIL, 2018, p. 3).

Em setembro, foi impedido pela justiça eleitoral de concorrer ao cargo, e Fernando Haddad, que era seu vice, assumiu de última hora a candidatura à presidência, no auge do desgaste do PT. Acrescentemos a este cenário, que o bloqueio da candidatura de Lula em 2018 e a pressão em 2022 para que o mesmo não se tornasse elegível novamente contou com **incisiva articulação e pressão política dos militares**.

Neste caso, inclusive, ficou ‘famoso’ o *twitter* do **general Villas Bôas** neste tom em relação ao STF e posteriormente o próprio deixou o fato claro em seu livro de memórias (CASTRO, 2021; CARTA CAPITAL, 2021). Juntamente com a interpretação de Martins Filho (2019), eis o conteúdo do tuíte:

“assegurar à nação” que o Exército compartilhava “o anseio de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia de todos os cidadãos de bem” (...) “nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do país e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais”. Noticiada em seguida no Jornal Nacional, **a mensagem foi imediatamente vista como interferência militar indevida nas decisões do Supremo. Mas o mal já estava feito: por seis votos a cinco, o STF autorizou a prisão antecipada de Lula**, e este foi levado à sede da Polícia Federal em Curitiba por ordem imediata de Moro. (Martins Filho, 2019, p. 172) grifo nosso.

Do outro lado do espectro político, o candidato preferido das elites empresariais e financeiras do país, Aécio Neves (PSDB), desistiu de sua candidatura por conta das denúncias de corrupção feitas pela operação lava-jato. Seus eleitores, conhecidos por vestirem camisetas com a mensagem: “a culpa não é minha, eu votei no Aécio”⁷ ficaram desnorteados, sem saber em quem votar. Na sequência, o PSDB ainda tentou em 2018 uma aliança com o então presidente Michel Temer, do PMDB, que desejava ser candidato à reeleição, porém o mesmo contabilizava quatro por cento de aprovação de seu governo e a aliança não prosperou, pois, além disso, o mesmo também sofrera várias acusações de corrupção que o tirou do páreo.

Sem condições morais de encararem os fatos, e praticamente sem alternativas a uma candidatura minimamente viável naquele contexto, os representantes de ocasião do perfil antipetista, não hesitaram, e posteriormente, converteram apoio e voto em Bolsonaro.

⁷ <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/02/ex-presidenciavel-senador-aecio-neves-anuncia-pre-candidatura-a-deputado-por-minas-gerais.ghtml> ;
<https://oglobo.globo.com/politica/aliados-pmdb-psdb-ja-medem-forcas-para-corrida-presidencial-de-2018-20261551>. Acessos em 18/07 2025.

Com tudo isso, o terreno apresentava-se fértil e o caminho ficou praticamente livre à uma alternativa autocrática, *outsider*, antissistema, anti pluralista e antipetista. De acordo com Leirner (2022), foi neste contexto que **os militares das FA**, já posicionados no tabuleiro eleitoral, enxergaram o vácuo político e a chance de catapultar a candidatura do deputado federal Jair Bolsonaro, que inicialmente pontuava nas pesquisas de modo insignificante. Era uma forma desses militares participarem direta e ativamente do jogo político-eleitoral, envolvendo inclusive a própria instituição, mas, de modo camuflado. Nesse contexto, como narra Leirner (2022):

Bolsonaro se torna o ponto disfuncional de todo o sistema, e simplesmente **se oblitera** quem foi **o agente operacional** por onde sua campanha presidencial começou e se consolidou: **o Exército**. Não estou falando dos militares, mas sim da **Instituição Militar**, pois **a campanha começou dentro dos quartéis**, portanto na ativa e **com o aval da cadeia de comando**, em 2014 (MARTINS FILHO, 2021; LEIRNER, 2020a). Assim, vemos uma atuação em forma de “pinça” em termos de guerra comunicacional. De um lado, **a imprensa pinta os militares como uma “ala moderada”** que pode conter os arroubos de Bolsonaro e, por outro, os apoiadores do presidente veem as **Forças Armadas como solução** para o problema de “não deixarem ele governar”. Por qualquer lado que se olhe, os militares se apresentam como uma **solução para certos problemas (que eles mesmos criaram)** (LEIRNER, 2022, p. 109-110). Grifo nosso.

Daí em diante, **os militares das FA operaram com muita intensidade as redes e mídias digitais**, o que se configurou como um importante diferencial à época, demonstrando também a conexão, sintonia e sinergia entre os principais atores e os principais instrumentos envolvidos em todo o processo. Segundo Leirner (2022), a operação descentralizada através das redes era fundamental para a forma de comunicação e difusão dos conteúdos definidos e criados pelos militares, como assinalado em sua obra, com destaque para o **General Rêgo Barros**, que cuidava da **comunicação do Exército** e posteriormente fora nomeado Porta-Voz da Presidência de Bolsonaro. Este, no discurso de despedida do órgão de comunicação, assumira:

[coube ao Exército] mergulhar de cabeça no ‘submundo’ das mídias sociais – Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp, Portal Responsivo, E-blog, etc – e se tornar o órgão público com maior influência no mundo digital no Brasil exigiu sangue frio na interlocução sem rosto, típica da internet, suor à frente do teclado e lágrimas de emoções pela conquista do cimo” (2022, p. 294).

Além dessa declaração que expõe o uso da máquina pública, especialmente no que diz respeito ao órgão de comunicação do Exército Brasileiro em favor do candidato Jair Bolsonaro, os militares aprofundaram as articulações que já vinham de um longo processo, com os demais atores e perfis políticos do cenário brasileiro que entraram no projeto: as elites empresariais via FIESP e financeiras da Faria Lima, via Roberto

Campos Neto e Paulo Guedes, que desejavam ampliar as reformas iniciadas com Michel Temer, e evangélicos, via pastores como Silas Malafaia e Edir Macedo (oficialmente ao final do primeiro turno), dentre outros, que pretendiam conquistar mais benesses e isenções fiscais junto ao governo e ampliar sua representação política no Congresso.

Quando o perfil distópico foi sendo naturalizado, e Bolsonaro foi se tornando viável eleitoralmente – inclusive por causa da conjuntura que eliminara outras candidaturas, começou a acontecer a adesão dos políticos fisiológicos do “centrão”, da direita e extrema direita, que buscavam assentar seu apoio à uma candidatura viável, além de oportunistas de ocasião, de olho em futuros espaços no governo, e de outros atores com interesses específicos.

2.2.3 A importância da ação política dos militares da reserva e das associações militares na projeção política de Bolsonaro e na sua aproximação com o alto comando

Este grupo de atores também colaborou com a extrema direita logo após o início da redemocratização e mais adiante, com a chegada de Bolsonaro ao poder presidencial, desde, pelo menos, quando a ex-presidente Dilma Rousseff decidiu criar a Comissão da Verdade, com a finalidade de apurar crimes no período da ditadura militar ocorrida no Brasil, para fazer justiça, por um lado, tentando punir criminosos que torturaram e em muitos casos assassinaram manifestantes da esquerda e comunistas, sem até hoje [2026] sabermos o que ocorreu com os corpos de muitas das vítimas, negando às suas famílias, no mínimo o direito a um sepultamento digno. Por outro lado, para corrigir distorções e assegurar indenizações, acerca do ocorrido e de informações falsas que negavam, inclusive nas certidões de óbito, o que de fato ocorreu com essas pessoas.

Tal fato gerou uma revolta nos círculos militares não só da ativa, como também, da reserva, os quais, reunidos em associações, engrossaram o caldo para a deposição da ex-presidente, como também atuaram pavimentando o caminho à chegada de Bolsonaro, articulando todo o setor e seus familiares e ainda se posicionando na imprensa por meio de diversas notas, de teor político, assumindo posições e influenciando além do próprio, segmentos simpáticos aos militares das FA e às ‘causas’ por eles defendidas.

Além disso, os militares da reserva agiram em sincronia com os militares da ativa, em alguns momentos, ocupando cargos no governo, por dentro das instituições e

em outros momentos, atuando na articulação por fora das instituições republicanas junto a outros atores, estratégias e missões que lhe eram repassadas pelos companheiros da ativa. No caso deste grupo, também se mostrou evidente o uso das plataformas de redes e mídias digitais como instrumentos de articulação e comunicação entre si, familiares, amigos, aliados da ativa, políticos e demais atores.

Configuram-se, portanto, como importantes atores dentro de todo o processo que estamos explicitando, ao lado dos principais, os da ativa. Lembremos que a vida na caserna cria condições para a formação de uma espécie de sentimento de pertencimento que remonta a uma *‘família militar’* – conforme conceituada anteriormente, importante em cadeias de confiança, sobretudo quando se trata de temas políticos.

Como aprofundado em detalhes por Santos (2021), mesmo diante do fato de que a redemocratização tenha dado condições à uma abertura – ainda que estreita, e que levou ao surgimento de um novo *status quo*, que ansiava por subordinar as Forças Armadas ao poder civil, como deve ser em um regime democrático:

certas continuidades do discurso autoritário e anticomunista do regime militar serão observadas nas décadas de 1980 e 1990, **expressas em um ativismo militar de extrema-direita, conformado por oficiais da reserva.** As ações destes grupos de pressão se inserem na dinâmica das relações civis e militares do período, e seus discursos são marcados pelo **ressentimento em relação aos civis**, pelas **soluções autoritárias** e pelo **anticomunismo (...)** **que será mais tarde utilizado por Bolsonaro** em suas prédicas. Bolsonaro, por sua vez, **desde o início da década de 1990, será um dos articuladores de outro ativismo militar, relacionado à melhoria salarial, e que aglutinará as baixas patentes.** (Santos, 2021, p. 277-278). Grifo nosso.

Ou seja, segundo Santos (2021), uma base eleitoral importante de Bolsonaro – à época rejeitado pelos oficiais de alta patente – quando da trajetória de vereador a deputado federal pelo Rio de Janeiro, será formada eminentemente por oficiais da reserva (e também da ativa) de baixa patente e seus familiares, que reivindicavam melhorias salariais, pensão militar e melhorias no acesso à saúde dos militares.

Os reservistas se organizavam principalmente por meio do ativismo sindical, através da formação de grupos alocados em associações diversas pelo Brasil e por meio de uma federação que chegou a ter Bolsonaro como um dos dirigentes, na qualidade de vice-presidente – Associações de Servidores Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas e Auxiliares (ASMIR), reunidas na **Federação de Associação de Militares da Reserva (FAMIR)**. Assim, conforme salientado por Santos (2021), Bolsonaro se tornou conhecido na década de 1990 por:

suas declarações polêmicas em defesa do regime militar e de soluções golpistas. **A defesa do regime militar é ainda hoje uma das bases do Bolsonarismo.** Entendemos esse fenômeno político como a ascensão de uma extrema-direita, na década de 2010, ancorada em algumas temáticas específicas, como o **anticomunismo**, o **reacionarismo**, o **ressentimento** em relação aos civis (...) contra o avanço das esquerdas, para defender as ações ocorridas no regime militar e **para criticar a nova ordem democrática** (...) uma visão da democracia na qual apenas a direita conservadora é levada em consideração; a defesa dos valores conservadores; a defesa do regime militar; a defesa da intervenção militar e, por fim, um nacionalismo exacerbado. (...) e em algumas práticas, como a **militarização da máquina pública**, o **tensionamento das instituições** e a **manipulação midiática e das redes sociais**. (Santos, 2021, p. 279-281). Grifo nosso.

Nesse contexto, havia ainda uma divisão, onde, de acordo com Santos (2021):

As associações de militares seriam parte dos grupos de pressão patronais, voltadas à questão salarial, econômica; **e os grupos anticomunistas** de oficiais da reserva estariam enquadrados na definição dos grupos de pressão política relacionado às pautas ideológicas como a memória do regime militar, a questão da anistia, a participação política dos militares, a condução política do governo, a valorização do status social do militar. (Santos, 2021, p. 286).

Bolsonaro, por muito tempo foi banido pelos militares de alta patente, do alto comando e até mesmo possuía pouca influência junto aos grupos de pressão da corporação, pois não era visto como um interlocutor confiável. Tudo isso, fruto de sua indisciplina e das suas ações, como movimentos políticos, tentativa de explosão de bombas nos quartéis e discursos radicais que feririam a institucionalidade militar e aos comandantes, quando fazia reivindicações por aumentos salariais. Para se ter uma ideia, segundo Santos (2021):

Ao folhearmos as páginas do jornal Ombro a Ombro, notamos a pouca influência que Bolsonaro tinha, pelo menos até o ano de 1992, entre os grupos de pressão política de vocação ideológica. **No âmbito das Forças, ele era proibido de entrar nos quartéis**, e sequer fez parte da comissão de parlamentares que visitaria o Estado-Maior em 1992 para discutir a questão salarial (Santos, 2021, p. 287). Grifo nosso.

Com o passar dos anos e diante de algumas mudanças conjunturais, houve o sentimento em meio a esses grupos internos e externos aos quartéis, pela formação de uma **bancada militar**, no contexto de uma onda de crise que levava ao *impeachment* de Fernando Collor de Melo. De acordo com Santos (2021), “*Cabe destacar que a ascensão e a queda de Fernando Collor de Mello haviam mobilizado os militares da reserva em uma série de grupos de pressão política*” (Santos, 2021, p. 287-288).

Adiante, na ocasião do governo Itamar Franco, vice de Collor, começou o ensaio de aproximação entre esses grupos e Bolsonaro e adiante, no governo do seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, quando da implementação de uma política pública de Direitos Humanos, que criou a Comissão de Mortos e Desaparecidos e

buscou indenizar as famílias vitimadas no contexto da ditadura militar. Nesse contexto, começou uma reação em contrário, como detalhado por Santos (2021), gerando uma nova onda de grupos de pressão, que partiram para o enfrentamento, questionando essas indenizações e a abertura da “caixa preta” que estava revelando os envolvidos nos crimes de lesa humanidade na ocasião da ditadura civil-militar:

Como resposta a essa política, serão criados os grupos Catarina (SC), Terrorismo Nunca Mais (RJ e DF) e Quero-quero (RS); e o Clube Militar, sob administração do general Ibiapina, terá importante papel na disseminação de uma memória positiva sobre o regime militar. É neste período que haverá uma aproximação dos discursos de Bolsonaro na Câmara com a prédica destes grupos de pressão política (...). **No final do governo Itamar, Bolsonaro discursa, pela primeira vez na Câmara dos Deputados, defendendo a “revolução” de 1964**, reproduzindo uma carta de autoria do coronel da reserva Ney Salles. Em março de 1996, discursa ao plenário, afirmando que **“a tentativa de reabrir casos de terrorismo do passado, lançando culpa nos militares, parece ser a ordem do dia dos irresponsáveis de sempre”** (Câmara dos Deputados, 1996-a, p.07196) (p.290). Para Godoy, a atuação do tenente-coronel João Noronha Neto, agente do Centro de Informações do Exército, teria sido **determinante para a reaproximação entre Bolsonaro e o Exército** (2021, p.55). **O aspecto geracional** foi um fator que distanciou Bolsonaro destes militares da reserva e que acabaria, anos mais tarde, aproximando-o dos novos **chefes do Exército**. A partir da década de 2000, Bolsonaro passa a ser **distinguido com condecorações e medalhas** militares nas três Forças – **é neste período que os oficiais que entraram na academia militar na década de 1970 passam a integrar a alta cúpula** (Santos, 2021) (Santos, 2021, p. 290-291). Grifo nosso.

Na conjuntura da pré-campanha, Bolsonaro amplia seu espaço, com o aval da cúpula militar para transitar entre os quartéis e formaturas, fazendo política. E, ao que nos parece, **a chancela do alto escalão à sua candidatura à presidência**, se dá no momento da consolidação da chapa militar, tendo Bolsonaro com candidato a presidente e o **general da reserva Hamilton Mourão como seu vice**. Como assinalou Santos (2021), com o apoio explícito do *“Clube Militar e outros contemporâneos, o general Hamilton Mourão se reaproximou do capitão Bolsonaro para fazer parte da chapa que concorre às eleições de 2018. A hierarquia militar e os ressentimentos serão postos de lado, em prol das eleições”* (Santos, 2021, p.121). Além disso, havia o pensamento oculto de que Mourão emprestaria a credibilidade do Exército à chapa e que ele “controlaria” Bolsonaro, de perfil deveras conhecido, ou se a questão se agravasse e o governo se desmantelasse, Mourão até mesmo assumiria o lugar de presidente.

Destaquemos por fim que, segundo Santos, Kubic e Cunha, (2024), apesar de tudo isso, não haveria uma homogeneidade no Exército em relação à atuação desses grupos de pressão política e que existiriam várias correntes distintas dentro da instituição, sendo umas com mais visibilidade e outras ocultas. Contudo, segundo

Santos (2021), um elemento importante neste quebra-cabeças foi o fato de que “*Imerso no anticomunismo, no ressentimento e na desconfiança sobre a política civil, os discursos que elegem Bolsonaro repetem a ideologia da extrema-direita militar dos anos 80 e 90*” (Santos, 2021, p.292).

Todos esses fatos elencados, engrossam as fileiras de nossa argumentação central de tese em relação ao envolvimento dos militares das FA, da ativa e da reserva e dos vários escalões com a política, mesmo pós início do processo de redemocratização e reforçam o fato de que esses militares nunca deixaram de fazer política, pois, o que diferia, conforme a conjuntura, era que o faziam de modo mais implícito, explícito, ou de modo direto e ostensivo.

Analizamos que esse movimento de reaproximação em relação a alguém que estava banido pelos militares de alta patente das FA, também contribui para reforçar a nossa argumentação de que Bolsonaro entrou no projeto político dos militares – e não ao contrário, e que, no mínimo, esse processo se deu a partir de mais uma convergência de interesses. Isso produziu uma verdadeira relação simbólica e simbiótica, imersa em uma conjuntura em que, vendo-se ameaçados, os militares queriam ampliar o seu poder político, para além do lançamento de diversas candidaturas a vários cargos, como havia ocorrido ao longo da história, mesmo pós-redemocratização.

Era o momento para dar um passo a mais, antenados ao projeto de poder esboçado pelo **general Villas Bôas**, para abraçar definitivamente uma candidatura à presidência, na tentativa de fazer os militares retornarem ao poder, como o fizeram, de maneira explícita. E o resultado foi a vitória da chapa militar com Bolsonaro/PSL e Mourão/PRTB em 2018, “*nucleando a emergente extrema direita, neoliberais e militares. O PSL sozinho conseguiu eleger 39 dos 71 militares que passaram a ser parlamentares das assembleias estaduais e do Congresso*” (Santos, Kubic e Cunha, 2024, p. 123) grifo nosso.

Como posto, a convergência era de interesses ideológicos, de traços culturais, de visão econômica neoliberal e de mundo, conservadora, reacionária e extremista à direita. Um fato interessante, é que, quando se adentra aos perfis desses públicos, praticamente se tem uma radiografia do perfil dos grupos que compõem o bolsonarismo. Nesse sentido, como destacado por Santos, Kubic e Cunha (2024):

O crescimento da popularidade de Bolsonaro tem profunda relação com a recuperação do **discurso militarista e anticomunista**, e nesse aspecto, Bolsonaro mais repetiu os chavões das entidades de militares da reserva e de novos grupos extremistas civis do que criou um discurso. **O bolsonarismo tem**

vinculação direta com o militarismo. Vejamos pelos seguintes aspectos: ressentimento aos civis, a defesa do regime militar, a crença de que os militares são superiores aos civis e que as forças armadas são as intérpretes do patriotismo. A despeito destas características o bolsonarismo agrega mais dois elementos: carisma e culto à personalidade (Santos, Kubic e Cunha, 2024, p.123). Grifo nosso.

Como compreendemos, esses traços, que já se encontravam espalhados e latentes pela sociedade brasileira, encontraram na soma das figuras populista de Bolsonaro e autoritária, peculiar ao ethos militar, a oportunidade de auto identificação, como num efeito provocado pelo espelho e de expressão pública, que ajudava os mesmos a se integrarem em grupos sociais semelhantes.

Ainda assim, tudo bem falarmos em não-unanimidade interna aos quartéis, mas, a hipotética divisão entre os militares que alçaram Bolsonaro ao poder, ao que nos parece, em concordância com Leirner (2022), mais se aproximam de uma divisão combinada e estratégica, provocando o que este autor chamou de efeito “pinça”. Por exemplo, no que destacam Santos, Kubic e Cunha (2024):

Ancorado no culto, na mitologia e não no profissionalismo militar, **o militarismo profissional vinculado a Bolsonaro produziu um dos efeitos mais prejudiciais à imagem, hierarquia e disciplina das forças armadas brasileiras.** Mas também ali, de certa forma, a tragédia poderia ter sido ainda **pior se não houvesse um mínimo de controle civil sobre os militares,** e de controle dos militares do alto comando sobre a cadeia hierárquica. (Santos, Kubic e Cunha, 2024, p. 126).

É importante entender que, se estava em jogo a imagem dos militares de proa e da instituição FA, será que tudo isto já não estava considerado e calculado antes? Seria possível crer que se imiscuiriam de tal forma no processo político-eleitoral e no governo e de ambos sairiam ilesos? De fato, no texto acima se fala de controle. Porém, mesmo as mudanças no âmbito do governo passavam também pelos militares sócios de Bolsonaro na gestão, o que parece implicar em atitudes de cumplicidade entre irmãos de uma mesma família, ou ainda do conceito de “*família militar*”. Irmãos discordam e até brigam, mas, não deixam de pertencer àquela família, neste caso, ao ethos militar.

Como também, no âmbito das Forças Armadas, lembremos das trocas de comando. Inclusive, uma das trocas se dera para que os líderes das três armas não prestassem continência ao novo presidente eleito. Mas, como explicar o comportamento silente de militares, no caso da cumplicidade do general e ministro da defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, em relação ao discurso de fraude nas urnas, quando detectou em auditoria junto ao TSE, que a urna não era fraudável? E no caso do almirante Almir Garnier, comandante da Marinha, onde “*em agosto de 2021 tropas da*

Marinha foram mobilizadas em um desfile na Esplanada dos Ministérios para pressionar o Congresso e o Superior Tribunal Federal em torno do voto impresso” (Santos, Kubic e Cunha, 2024, p.126). E, no caso da tentativa explícita de golpe? Se fora uma iniciativa apenas de Bolsonaro, como explicar o silêncio dos comandantes que não concordaram? Prevaricação? Proteção da instituição? Corporativismo? Ao que nos consta, só houvera pronunciamento após as descobertas reveladas pela Polícia Federal, e em depoimento ao Supremo Tribunal Federal. Aí sim, ocorrera o rompimento pontual do silêncio.

Tudo isso, enfim, ao que nos parece, reflete o espírito de corpo da corporação, o ethos da “*família militar*”, a lógica de funcionamento que influencia o comportamento dos militares, oriundos desde as suas próprias afinidades ideológicas como cidadãos, passando pelo processo de socialização e de formação nas escolas militares, como vimos, baseados na Doutrina de Segurança Nacional, via, pelo menos, ESG/AMAN.

Estamos, portanto, diante de escolhas bancadas pela cúpula militar, de dentro e de fora do governo. As Forças Armadas, não foram “vitimadas” pela ação da extrema direita ou mesmo de Bolsonaro. Seus gestores fizeram a escolha por se somarem a esses grupos, por interesses políticos que nutriam aspirações semelhantes em termos de projeto de poder, de país e de mundo. E os que não se somaram, pelo menos oficialmente, ao tido por núcleo duro, no mínimo foram omissos e consequentemente coniventes, mesmo que, em nome de “salvar” as Forças Armadas e a nação deles mesmos e do projeto político que eles apoiaram.

Interferiram na democracia, causando-lhe prejuízos sérios e incalculáveis, não somente do ponto de vista material, mas, também simbólico, que reverberarão por gerações. Por isso, ainda que de forma mínima, acabaram pagando o preço pelo desgaste e em alguns casos, pela primeira vez na história do país, pelas condenações e prisões que chegaram à cúpula militar.

2.3 A influência política direta dos militares através da mídia tradicional e a ação via plataformas digitais no Brasil

2.3.1 Da histórica relação dos militares brasileiros com os veículos de comunicação ‘analógicos’ à relação no uso das plataformas, como veículos ‘digitais’ na campanha de Bolsonaro

Marquesi e Agostinho (2023) afirmam que: “*Durante seu governo, Bolsonaro elegeu essas redes [digitais] para proferir pronunciamentos oficiais em alternativa à imprensa tradicional*” (p. 63). Já conforme detalham Cadermartori, Cadermartori, Barreto Júnior (2023), a influência do grande capital via meios de comunicação tradicionais permanecia, mesmo diante do campo fértil da internet servir igualmente como espaço de manipulação do debate público e eleitoral.

Isso porque, ao atacar boa parte da imprensa tradicional em um primeiro momento e se utilizar de “canais próprios” numa comunicação direta com seus seguidores militantes e simpatizantes, Bolsonaro os isolava estrategicamente do acesso às possíveis críticas dos veículos de imprensa tradicionais não aliados, aos quais acusara literalmente de mentirosos. Ainda assim, mesmo diante da predileção na operação estratégica da comunicação de Bolsonaro pelas plataformas digitais, alguns veículos tradicionais também se fizeram aliados explícitos do Bolsonaro ‘candidato e presidente’, e, de um modo geral, “*a ascensão e governo de Jair Bolsonaro, tiveram sua imagem antidemocrática suavizada pela mídia especialmente no segundo turno de 2018 e após a vitória nas urnas*” (VIEIRA, CAVASSANA, FERES, 2021 *apud* DRUMMOND E MANGINELLI, 2023, p. 8).

Dentre os principais veículos tradicionais aliados, estavam as TVs Record, do pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, o SBT, de propriedade do empresário Silvio Santos – então genro do ministro das comunicações de Bolsonaro, Fábio Faria/PSD, do Grupo Jovem Pan, Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho, além de outros veículos de menor expressão, mas festejados pelos bolsonaristas, como o Jornal Gazeta do Povo, o programa Terça Livre e o Brasil Paralelo, dentre outros. Detalhe importante é que mesmo em se tratando de concessões públicas, as emissoras de rádio e TV estão nas mãos de empresas privadas, posicionadas à direita do espectro político, e, em parte, foram concedidas com a chancela de militares.

Como salientado na pesquisa de Pieranti (2006) sobre concessões para empresas de radiodifusão entre o **regime militar** e o início da Nova república, “*o uso político por meio da distribuição de emissoras de rádio e televisão ficou evidente nos governos Figueiredo e Sarney*” (PIERANTI, 2006, p. 92). Houve nesse período uma grande expansão desse fenômeno, que praticamente desenhcou a composição das redes de comunicação privada mais expressivas existentes no Brasil até hoje [2026] e que continua a influenciar o debate público e eleitoral. Neste governo, registramos que

Antônio Carlos Magalhães, do então PFL (ex-ARENA na ditadura militar) era o titular do ministério das comunicações, que fora criado **no governo do militar Castello Branco** (PIERANTI, 2006) e neste período se deu o uso político em troca de concessões públicas no momento de fundação da nossa ‘nova’ Constituição.

O que se apreende disso tudo é que estamos lidando em todos os aspectos com empresas privadas de comunicação e vale a pena lembrar o quão importante, na História do Brasil e do mundo – especialmente das guerras tradicionais ou híbridas (LEIRNER, 2022), o uso destes instrumentos tem sido fundamental, ao influenciarem cotidianamente o debate público e eleitoral, com um claro viés histórico à direita ou extrema direita – que é o caso das *BigTechs*.

2.3.2 O processo de formação das redes digitais bolsonaristas: das Jornadas de 2013 à campanha de 2018 que elegeu Bolsonaro

Segundo Garrossini, Santos, Tonhá e Guimarães (2023), vale a pena olharmos um pouco antes, aproximadamente 10 anos atrás, para as “Jornadas de junho de 2013” e para o Movimento Passe Livre, por exemplo, dentre outras manifestações, pois assim, compreenderemos melhor o potencial prático do uso dessas plataformas. De acordo com os autores, as mesmas sofreram um processo “*de mineração de dados, leitura dos perfis dos manifestantes, construção de bolhas nas redes, inicialmente no Facebook que acabaram por produzir a partir de manifestações plurais e legítimas um **falseamento** de povo/multidão nas ruas*” (p. 37-38).

No início das mobilizações das “Jornadas de 2013”, onde se lutava “*pela porra toda*”, como aponta a Figura 1, com diversos tipos de cartazes e reivindicações, todos eram instados a tomarem as ruas para defender algo que lhes era caro. Com isso, reuniram-se públicos diversos, com reivindicações diversas, de tendências políticas variadas, promovendo movimentos de grande impacto e visibilidade nas ruas, conforme ilustramos abaixo em fotos tiradas por nós em junho de 2013.

Figura 1 - Fotos de Cartazes das Jornadas de Junho de 2013 em Natal (RN)



Fonte: Instagram @ROBSONCIDADÃO (20/06/2013)

Talvez por isso, a impressão inicial dos diversos atores políticos, à época, tenha sido positiva em relação às plataformas, pois parecia, naquele momento, que as mesmas seriam fortes aliadas à participação política democrática e plural.

Porém, como destacam os mesmos autores, quando recordamos do trágico 8 de janeiro de 2023, quase dez anos após os primeiros protestos de 2013, é impossível não considerar “*todo o trabalho de desconstrução da informação, para compreender o que aconteceu. [Por isso] Podemos sim, refletir sobre diversos e, quiçá utópicos pensamentos sobre a potência que a internet teria para a (des) construção democrática em nosso país*” (GARROSSINI, SANTOS, TONHÁ E GUIMARÃES, 2023, p. 39).

Como ressaltam esses autores, uma sequência de episódios pós jornadas de 2013 acabou culminando, em um primeiro momento, nos protestos contra a então presidente Dilma Rousseff. Inclusive, pesquisas desenvolvidas por Penteado e Lerner (2018), indicaram a participação de grupos militares nas redes sociais na ocasião da mobilização do impeachment de Dilma em 2016. Era visível uma espécie de direcionamento a algo que parecia ser difuso e espontâneo e “*de repente observa-se o nascimento de uma massa, uniformizada de verde amarelo, que tomou para si tanto as cores da bandeira quanto o uniforme da seleção de futebol do Brasil. Essa massa uniforme e uniformizada caminhou a passos largos em direção aos movimentos de extrema direita*” (GARROSSINI, SANTOS, TONHÁ E GUIMARÃES, 2023, p. 38).

Estávamos diante do que parecia ser o embrião das transformações mais significativas na comunicação e no debate público, como abordamos no capítulo teórico. Em alguns momentos é como se as praças públicas e as ruas tivessem se transformado em ambientes virtuais, mas, ao mesmo tempo presenciais, aparentemente sem controle ou censura, mas, ao que se percebeu ao longo do tempo, é que toda aquela

massa amorfa – aparentemente sem uma identidade política, se movia sob uma espécie de controle das plataformas de redes e mídias digitais, que ajudaram a dar rumos a conjuntos dispersos de insatisfações dos que protestavam, e o rumo desaguou justamente, após um processo de uniformização de discursos, nos pedidos de *impeachment* em relação à então presidenta Dilma.

Adiante, o conteúdo que inundava as redes, passou por um processo de micro direcionamento – ‘*microtarget*’ e foi impulsionado a públicos segmentados que compuseram o que se convencionou chamar de bolsonarismo, por meio de mensagens mais apelativas e mais radicais com objetivo de gerar engajamento automático, especialmente pela disseminação de medo e ódio. Esse impacto causava nos receptores a sensação de que deveriam fazer algo para impedir aquilo que eles mais temiam, mesmo que se tratasse de fantasmas, ilusões ou notícias falsas compartilhadas entre seus semelhantes.

2.3.3 A participação dos militares na campanha presidencial de 2018 via plataformas: uma estratégia que se perpetuou e culminou no 8J

Como dito anteriormente, **os militares** abraçaram as tecnologias de maneira incisiva, conforme declarado pelo **general Otávio Santana do Rêgo Barros**, militar que chefiava o setor de comunicação do Exército Brasileiro e se tornou porta-voz da presidência da república posteriormente.

No momento inicial, os perfis bolsonaristas nas redes ainda eram marginais, sem muita expressão e repercussão, mas, foram turbinados após passarem por um trabalho significativo de **estratégia, investimento e operação desses instrumentos por parte desses militares** e “*é a partir dessa conformação que vislumbramos o que ocorreu nas eleições de 2018, com um oceano de notícias falsas, utilizando o lugar simbólico do medo à diferença, do medo aos “costumes”, e da intolerância às diferenças, a eleição de Jair Messias Bolsonaro*” (Garrossini, Santos, Tonhá e Guimarães, 2023, p. 38).

O afrouxamento da disciplina em relação ao princípio de “não levar política para dentro dos quartéis”, fez com que, a partir do exemplo da cúpula militar das FA e através da capilaridade das redes digitais, chegasse à tropa, que, em boa parte agia conforme seus superiores. Como apresentado por Martins Filho (2019):

um levantamento feito pelo jornalista Marcelo Godoy com base em perfis de oficiais da ativa no Twitter durante o ano eleitoral de 2018 e nos primeiros meses do novo governo mostrou que **a indisciplina que antes se resumia à destemperança verbal de alguns oficiais gerais espalhou-se pela rede**. Examinando as contas de oito generais, oito coronéis, um 2º tenente e um subtenente do Exército e dois brigadeiros, a reportagem concluiu que **“apenas duas das 220 manifestações mostravam desacordo com o governo”**. Quinze dos vinte perfis foram criados após a já mencionada manifestação do general Villas Bôas sobre o julgamento do habeas corpus do presidente Lula, a 3 de março de 2018. [Além disso], com o início da campanha eleitoral, em agosto, o ativismo em rede atingiu também a Força Aérea. **O brigadeiro Marcelo Fonseca, do Estado-Maior da Aeronáutica, “tuitou cinco vezes** entre 2 e 9 de agosto mensagens de apoio ao candidato Bolsonaro: **‘eu voto em Bolsonaro’”** (Martins Filho, 2019, p. 181). Grifo nosso.

Posteriormente, a estrutura, além de se manter ativa durante todo o governo e pós-governo, foi ampliada e passou a contar com o suporte do chamado “Gabinete do Ódio”, que, como enfatiza Leirner (2022), nada mais é do que um punhado de pessoas que operam as redes e que podem facilmente ser alcançados pela própria Polícia Federal, para ocultar o real suporte que se dera por trás, via Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e Gabinete de Segurança Institucional – GSI, munidos na ocasião de muitas outras ferramentas, inclusive espionagem, que também serviram de suporte à esta forma de comunicar, manipular, mobilizar e pressionar aliados e adversários.

Enfim, ao que percebemos, a mesma estratégia que se viu nas “Jornadas de 2013”, foi aperfeiçoada para arregimentar pessoas de diversos perfis e camadas sociais com o objetivo de amontoar gente nas ruas, em sintonia com a formação de uma onda identificada com a pessoa que mais radicalmente ecoava todos esses discursos, que eram destilados de modo personalizado via plataformas de redes e mídias digitais para esses grupos específicos. Na mesma linha do que defendemos, apontamos a pesquisa de Garrossini, Santos, Tonhá e Guimarães (2023), para os quais, nas redes:

Bolsonaro era um verdadeiro camaleão, dando conta tanto de defender posicionamentos extremamente machistas como as inúmeras agressões contra as mulheres jornalistas, quanto proferir discursos de ódio em desfavor de minorias. Por outro lado, mesmo mulheres e minorias foram capturadas por outros discursos, como exemplo, dentro de uma lógica de nós contra eles, dizer que as mulheres da esquerda exibiam seus seios em vias públicas e eram feias, que mulheres da direita eram mais lindas e princesas. (GARROSSINI, SANTOS, TONHÁ E GUIMARÃES, 2023, p. 39).

Para respaldar esse argumento, citamos o resultado do trabalho desenvolvido por Kalil (2018), sobre o perfil dos eleitores potenciais de Bolsonaro, que se mostrou composto por uma multiplicidade de padrões, apontando em detalhes quem são e no que eles acreditavam, revelando a estratégia comunicacional do ex-presidente e como ela foi capaz de mobilizar e arregimentar seus apoiadores em torno de suas ideias:

a estratégia de comunicação (...) se baseou em segmentar as informações para os diferentes perfis de potenciais eleitores. Para quem acompanha a trajetória de Bolsonaro **parece haver uma série de contradições e incoerências em seus discursos**. Esta forma de se comunicar e se posicionar em relação a assuntos polêmicos gerou **uma reação do campo progressista** que passou a identificar nele elementos como a falta de coerência, baixa capacidade de articulação política ou ainda a presença de posicionamentos desprovidos de sentido. **No entanto, ao segmentar o direcionamento de suas mensagens para grupos específicos**, a figura do “mito” (...) **consegue assumir diferentes formas, a partir das aspirações de seus apoiadores**. (KALIL, 2018, p. 2). Grifo nosso.

Como reflexo do volume de pessoas engajadas presentes às ruas, da visualização de pessoas de seu grupo de WhatsApp e de sua bolha, que pensavam de modo semelhante e se engajavam nas mesmas coisas, fortalecia-se o sentimento de pertencimento e de certeza – tecnicamente chamado de *viés de confirmação*, de que estariam certos no acreditavam existir, por mais absurdo que fosse.

É muito difícil crer que a montagem de toda essa estratégia e de seu nível de articulação seria possível, sem a participação das empresas proprietárias das plataformas de redes e mídias digitais, utilizadas como instrumento para tal. Pois o acesso exclusivo aos mapas de perfis diversos captados pelas redes e a leitura de seus comportamentos e principais medos, fruto da mineração de dados, o mapa dos influenciadores e perfis mais curtidos e com maior número de seguidores (parte cooptados), ajudava no micro direcionamento de conteúdos a públicos específicos, além do que, tudo isso se somava, inicialmente nas eleições de 2018, a um grande esquema de disparos de mensagens em massa que foi montado pela equipe bolsonarista – e posteriormente descoberto, como detalham as reportagens mencionadas no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Disparos em massa nas redes e mídias digitais

VEÍCULO	TÍTULO	LINK
BBC (2018)	Eleições 2018: Como telefones de usuários do Facebook foram usados por campanhas em 'disparos em massa' no WhatsApp.	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45910249
FOLHA DE SP (2018)	Como telefones de usuários do Facebook foram usados por campanhas em 'disparos em massa' no WhatsApp: Ferramentas custam até R\$ 1,3 mil e são facilmente encontradas e ensinadas:	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/como-telefones-de-usuarios-do-facebook-foram-usados-por-campanhas-em-disparos-em-massa-no-whatsapp.shtml
UOL (2019)	Mil telefones em 10 minutos Rede de <i>fakenews</i> com robôs pró-Bolsonaro mantém 80% das contas	https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/19/fake-news-pro-bolsonaro-whatsapp-eleicoes-robos-disparo-em-

	ativas.	massa.htm?cmpid=copiaecola
G1 GLOBO (2020)	Disparos de mensagens em massa se aproveitam de bancos de dados e informações públicas em redes sociais; entenda: Reportagem do jornal 'Folha de S.P.' mostrou que empresas continuam oferecendo o serviço, mesmo após ele ter sido proibido pelo TSE em 2019.	https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/10/07/disparos-de-mensagens-em-massa-se-aproveitam-de-bancos-de-dados-e-informacoes-publicas-em-redes-sociais-entenda.ghtml
UOL (2020)	CPI chega a principais contas de disparo irregular de WhatsApp nas eleições	https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/01/16/cpmi-fake-news-whatsapp-25-numeros-linhas-internacionais-disparo-em-massa.htm?cmpid=copiaecola

Fonte: várias notícias, acima. Autoria: Elaboração do autor.

Além disso, redes de *fakenews* eram movimentadas e turbinadas por *bots*, ou “robôs”, que se alimentavam de conteúdos produzidos pelo “gabinete do ódio”. À essa forma de campanha, somavam-se “influenciadores digitais”, por afinidade ideológica, interesse político ou por dinheiro, ampliando o alcance e repercussão do conteúdo para outros públicos. Conforme reforçado por Cadermatori, Cadermatori e Barreto Júnior (2023): “*Nas eleições de 2018, restou clara a influência das fakenews no processo eleitoral, que terminou por eleger um representante da extrema direita, amplamente conhecido por seus reiterados ataques às instituições democráticas*” (Ibidem, p. 14).

Mais adiante, no que diz respeito ao processo eleitoral de 2022, um estudo desenvolvido por Ruediger *et al* (2023, p. 11), apontou tanto no primeiro quanto no segundo turno das eleições a alta capacidade de conexão e mobilização das bases bolsonaristas, instadas inclusive ao engajamento em campanhas que fomentavam ações criminosas, com base em falsos conteúdos e fraudes.

Nesse contexto, tomando como base o Twitter/”X”, as redes serviram para dar suporte às estratégias e *modus operandi* do bolsonarismo, seguindo três linhas de ação, segundo exemplificam (RUEDIGER *et ali*, 2023, p. 11): “1) *levantar suspeitas sobre o judiciário*; 2) *reforçar a narrativa de nós versus eles*; 3) *esvaziar a pauta sobre os riscos à democracia*”.

Como dito, essas redes estruturadas, permaneceram em atividade durante todo o governo Bolsonaro e boa parte ainda continuou a atuar posteriormente. De acordo com Da Empoli (2019), os grupos de atores políticos, chamados por ele de “times”:

conseguem usar os algoritmos para descobrir como cativar os usuários e gerar engajamento. Munidos de dados que revelam, por exemplo, o que causa mais indignação em relação a um político específico, eles são capazes de gerar o conteúdo perfeito não apenas para atrair aqueles que vagam por redes como o Twitter e o TikTok como para mantê-los afastados de políticos rivais. (DA EMPOLI, 2019, p. 50-53).

Toda a estratégia e uso dessas tecnologias não neutras, reiteramos, encontra similaridade com a forma contínua de mobilização, discurso e engajamento que impulsionou uma horda de seguidores de Bolsonaro, imersa em um mosaico de representação de interesses imaginários-difusos e mobilizada por *fakenews*, ao episódio do 8 de janeiro de 2023. Além disso, segundo a conclusão do Relatório da CPMI8J (2023), mesmo após o atentado antidemocrático:

As milícias digitais continuam ativas e operantes: fazem da retórica do ódio o seu meio, e das *fakenews* o seu objeto. Continuam os linchamentos virtuais, a criminalização da política, a multiplicação de falsos especialistas, a circulação irrestrita de mentiras e teorias conspiratórias, a dissonância cognitiva. (CPMI8J, 2023, p.982).

Ou seja, afirmando de modo mais direto, o conteúdo falso que circulava massivamente, com a temática da fraude nas urnas, foi equivalente ao principal discurso-combustível a impulsionar os bolsonaristas ao ataque às sedes dos três poderes. E certamente, para muitos deles que lá estavam, aquele não foi o primeiro evento do qual participaram sob os mesmos efeitos conspiratórios. Portanto, estamos diante do uso da mesma estratégia que explicamos e diante de um público semelhante, minimamente do ponto de vista amostral, que, engajado por essas redes ao longo de um processo, foi às ruas em diversas ocasiões, como na do fatídico 8J, conforme observamos na Figura 2.

No nosso entendimento, diante do potencial e das prerrogativas da ABIN e do GSI, que contaram por tanto tempo com dirigentes militares das FA, não é crível que a cúpula não tivesse conhecimento do que estava se avizinando. Sendo assim, nos parece plausível considerar que as FA, neste tópico que se refere à mobilização via plataformas e redes digitais, contribuíram, minimamente, por meio da omissão.

Figura 2 - Fotos das Manifestações bolsonaristas no 8 de Janeiro



Fonte: Jovem Pan (18/08/2021), Uol (2023) e Agência Pública (08/09/2022).

2.4 Os militares e a ocupação do governo Bolsonaro

A seguir, apresentaremos um panorama detalhado a respeito da ocupação de todas as áreas e escalões do governo na gestão Bolsonaro, a partir de militares da ativa e da reserva, de todas as patentes. Em sintonia com o argumento central desta tese, este ponto igualmente respalda o que defendemos no que diz respeito à participação política dos militares, neste caso, oficialmente e por dentro do governo. Para darmos uma ideia do que detalharemos em números, segundo a pesquisa de Victor (2022):

Nos últimos quatro anos, graças à aliança entre o chefe do Executivo e representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, **operou-se em escala inédita a politização das Forças Armadas e a militarização do governo. Num precedente temerário para a democracia, oficiais exerceram cargos políticos enquanto ainda estavam na ativa**, confundindo sua carreira de Estado com as funções no governo. (Victor, 2022, p. 10). Grifo nosso.

Neste tópico, precisamos atentar ainda a um ponto fundamental: Jair Bolsonaro, mesmo com a cooptação política do centrão e demais atores que contribuíram com a sua campanha e estavam dispostos a lhe dar sustentação no governo, não possuía grupo político qualificado ou mesmo amplo o suficiente de maneira que pudesse lhe oferecer quadros de gestores técnicos ou mesmo políticos para governar a extensa máquina do Governo Federal. Essa lacuna, pelo menos do ponto de vista da natureza da ‘confiança’, fora preenchida por militares.

Os dados indicaram uma forte aceleração na ocupação do governo Bolsonaro pelos militares das FA, inclusive em áreas estratégicas, dentro do projeto de poder que os motivaram a agir desde pelo menos o movimento pela derrubada de Dilma Rousseff, passando pelo governo de Michel Temer. Só no cargo de ministros, por exemplo, os militares ocuparam 8 dos 22 ministérios (Lentz, 2022, p.13). Dando nome aos militares em seus cargos ocupados no governo Bolsonaro, Martins Filho (2019) elenca:

O chefe do GSI, **Augusto Heleno Ribeiro Pereira** (que nomeou como seu assessor especial o ex-comandante do Exército, **Eduardo Villas Bôas**), o titular da Secretaria de Governo, **Carlos Alberto dos Santos Cruz**, o porta-voz da Presidência da República, **Otavio Rêgo Barros**, além do vice-presidente, **Hamilton Mourão**. A esses veio juntar-se, com a queda do ex-deputado Bebiano, na Secretaria-Geral da Presidência, o **general Floriano Peixoto**, até então secretário executivo da pasta. **Esse grupo de oficiais-generais, todos da reserva, com exceção de Rêgo Barros, formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), como aspirantes a oficiais, no período do governo do presidente Geisel, entre 1974 e 1978, inclusive o próprio Bolsonaro.** É o caso também do ministro da Defesa, **Fernando Azevedo e Silva**, e do titular da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, **Maynard Santa Rosa**. A única exceção é Heleno, decano do grupo, que recebeu a espada de aspirante a oficial em 1969 (Martins Filho, 2019, p.168). Grifo nosso.

Além dos nomes apresentados, o autor nos traz uma informação preciosa, que remonta à origem e formação dos militares que assumiram o comando de unidades, chegaram ao posto de generais e compuseram o governo. Estamos diante de um grupo de indivíduos que estão conectados diretamente pelo fio da história, por um alto grau de socialização entre si – que fortalece o *esprit de corps* e pelo vínculo contextual e ideológico de sua convivência e formação no período que nos remete à ditadura militar. Isso, além de auxiliar na identificação mais primorosa dos seus respectivos lugares de fala, acaba por reforçar o porquê do descontentamento com a Comissão Nacional da Verdade, que provocara os efeitos já explicados, de impulsioná-los à política.

Outro conjunto de informações que também reforça a nossa argumentação de que os militares da cúpula das FA ‘cooptaram’ Bolsonaro e não o contrário, que os próprios e não Bolsonaro levaram a política para dentro dos quartéis e que mostra o grau de interferência política desses militares nas instituições brasileiras, foi apresentado por Lentz (2022), com base em Marcelo Pimentel (2021), tenente-coronel do Exército que foi para a reserva em 2018:

Dos 17 generais-de-Exército da reunião do Alto Comando que debateu, em fevereiro de 2016, a deposição institucional da presidenta, 15 [estiveram] engajados na política, em sua maioria no governo Bolsonaro: um vice-presidente, quatro ministros de Estado, um ministro do Superior Tribunal Militar, um embaixador, três presidentes de empresas estatais, um presidente de fundo de pensão estatal, um secretário de Segurança Pública, três secretários-executivos ou similares. Quer dizer, **88% do Alto Comando do Exército em 2016 esteve na política.** [Foi] esse grupo de generais que, utilizando a posição de comando da instituição militar, a instrumentalizou politicamente e **dirigiu Bolsonaro** nas principais questões estratégicas e em momentos de crises. (Lentz, 2022, p.331-332). Grifo nosso.

Por si, o detalhamento dos dados que seguirão, ao falarem sobre os ganhos e privilégios da categoria, podem indicar, além de desvio de função, uma forma indireta de financiamento de uma ‘militância’ muito específica e fiel: se, como observamos, já estava dado um alinhamento ideológico, sobretudo pela influência da doutrina militar na formação dos mesmos, tivemos que uma boa parte desses militares se tornaram ainda mais dedicados em seu serviço e militância ao ocuparem cargos no Poder Executivo.

Nesse sentido, segundo Souza (2021), o especial tratamento orçamentário destinado às Forças Armadas, configura-se em um caminho cristalino para se comprovar o aparelhamento militar do governo. Para o autor, quando o governo, por exemplo, equiparou os vencimentos dos militares da ativa e da reserva, abriu as

porteiros para uma convergência de novos militantes da causa militar em todos os níveis da administração pública. Certamente, mais remuneração e mais acesso a orçamentos e postos de comando, resultaram naturalmente em mais fidelidade política, reforçando ainda mais a ideia de *Partido Militar*.

Agregados como se fossem políticos em um partido, esses militares apoiaram a candidatura de Bolsonaro, o qual, depois de eleito, repartiu parte do espólio do governo conquistado com a ajuda dos mesmos e com outros atores políticos que também contribuíram, até por uma questão de governabilidade. Inclusive, muitos desses cargos que deveriam ser ocupados por servidores civis, independente de orientação ideológica, foram preenchidos por apoiadores leais, reforçando a rede de confiança e obediência que constitui a *família militar* e se constituindo como um fator fundamental para o cumprimento de ordens e execução de ações, sem questionamento.

Refletindo sobre condições objetivas e subjetivas para o exercício do poder, é possível afirmarmos que um duplo comando de autoridade dos militares se sobrepôs em relação ao controle dos seus subordinados: o contexto de hierarquia e disciplina dos quartéis, incutidos na formação desses militares ocupantes do governo, somava-se à obediência política no exercício de cargos comissionados, como na política partidária.

Os dados que já foram e os que ainda serão apresentados, somam-se em reforço do nosso argumento que contesta o pensamento de Levitsky, quando em sua participação em evento no Senado⁸, respondeu a uma pergunta nossa: “*no fim do dia, os militares não querem governar*” (no Capítulo 4, o tema será detalhado) e de que uma das formas de erosão da democracia ocorre quando o líder populista autoritário eleito captura os árbitros – militares sendo um deles – Levitsky e Ziblath (2018) como se o contrário não pudesse ocorrer.

Do mesmo modo, incrementa a nossa contraposição em relação à afirmação de Przeworski (2020), de que os militares das FA não são atores políticos relevantes, ou sequer objeto de preocupação dos cientistas políticos na América Latina ou no Brasil. As próprias pesquisas apontadas aqui, refutam essa hipotética falta de preocupação e os seus resultados, ao mesmo tempo, refutam a atribuída inofensividade e confirmam a participação desses militares enquanto atores políticos, sobretudo ocupando postos estratégicos no governo Bolsonaro.

⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=8duWEkIQsmg> na minutagem 1:17:28. Data 12/08/2025.

Analisando as tabelas e gráficos a seguir, será possível ter ideia da evolução na capilaridade e influência dos militares, no que se refere aos postos ocupados no governo, bem como do controle de vultosos orçamentos públicos a ele subordinados.

Tabela 1: evolução da ocupação de cargos civis e militares por militares da reserva e ativa

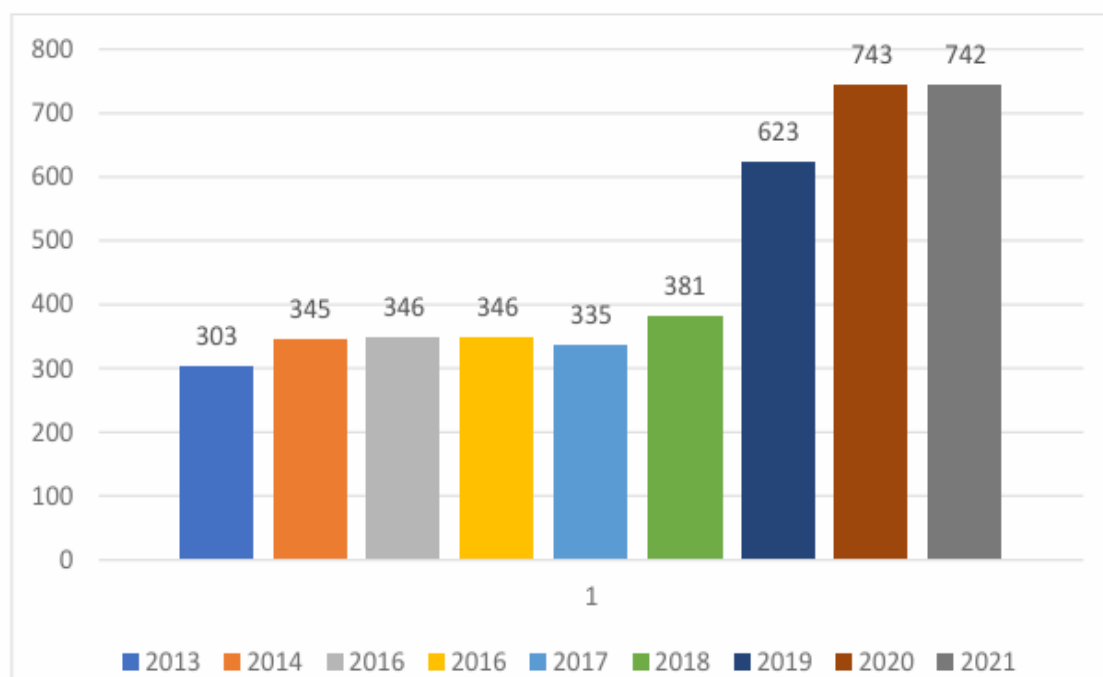
TOTAL DE MILITARES EM CARGOS CIVIS								
2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
370	441	467	593	603	638	930	1074	1085
TOTAL DE MILITARES EM CARGOS MILITARES								
2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1539	1628	1686	1737	1627	1734	1822	1948	1956

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir de dados do Portal de Transparência e do SIAPE.
 Autoria: adaptada pelo autor com base em Schmidt, (2022, p. 8).

Na Tabela 1 acima, é possível perceber o crescimento da presença de militares ocupando cargos tanto de natureza militar, quanto de natureza civil, o que demonstra claramente o aparelhamento do Estado brasileiro, especialmente no caso dos cargos civis, espalhados por todos os escalões: neste caso, temos um salto de 593 cargos em 2016, na transição entre os governos Dilma e Temer para 1.085 em 2021, penúltimo ano do governo Bolsonaro e no que se refere a militares ocupando cargos militares, também registramos um crescimento de 1737 em 2016 para 1956 em 2021.

Um ponto importante a se destacar é que, nesse contexto, especialmente no governo Bolsonaro, o número disponível de cargos e funções civis diminuiu, enquanto uma quantidade maior de militares os ocuparam, e o número existente de cargos e funções militares aumentou, como também o seu preenchimento pelos próprios militares (SCHMIDT, 2022).

Gráfico 1 - Evolução da ocupação de cargos DAS e FCPE por militares (2013 a 2021)



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro/dados do Portal de Transparência e SIAPE. Elaboração de Schmidt (2022, p. 13). Obs: em todos os anos, os dados apresentados se referem a mês/junho.

Já no Gráfico 1 acima, se observa em detalhes, além da expansão, o nível estratégico de aparelhamento militar na ocupação de cargos civis e militares, que têm o poder de direcionar os rumos ou desmantelar as políticas públicas desenvolvidas pelo poder executivo central. Isso porque, tais cargos sinalizados abaixo, são os cargos de maior relevância financeira e estratégica do governo federal, como “DAS/CCE” e “FCPE/FCE”, demonstrando, qualitativa e quantitativamente, o “tamanho” do privilégio e influência dos militares das FA no exercício do mandato de Bolsonaro.

Tanto no Gráfico 1, acima, quanto na Tabela 2, abaixo, um fato interessante a se notar, é que já com Michel Temer, que sucedeu à presidenta Dilma, se começa a observar um aumento na ocupação desses referidos cargos pelos militares, o que ganha escala e velocidade no decurso do governo Bolsonaro, e que nos permite aquiescer, diante das evidências, o pensamento defendido por Leirner (2022) de que já havia anteriormente um projeto dos militares de ocupação do estado brasileiro, que acelera e se consolida no governo de Jair Bolsonaro.

Tabela 2 – Presença de militares em cargos DAS e FCPE, por nível de cargo (2013 a 2021)

DAS + FCPE POR NÍVEL	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Variação % 2013-2021
NÍVEL 1	62	78	87	80	72	84	99	125	137	121,0%
NÍVEL 2	70	77	76	76	68	78	97	113	111	58,6%
NÍVEL 3	65	76	77	76	68	82	102	151	156	140,0%
NÍVEL 4	79	85	79	83	81	87	178	197	185	134,2%
NÍVEL 5	19	21	19	24	36	38	110	120	114	500,0%
NÍVEL 6	8	8	7	7	10	12	37	37	38	375,0%

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir de dados do Portal de Transparência e do SIAPE.

Autoria: Elaboração de Schmidt (2022, p. 14). Observação: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes ao mês de junho.

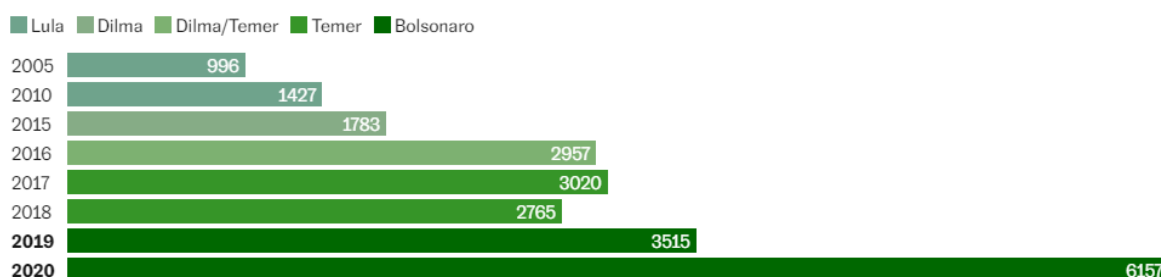
De acordo com Carta Capital (2022), com base em dados do Tribunal de Contas da União, chegou-se no governo de Jair Bolsonaro ao número de 2.643 militares alocados em cargos comissionados diversos, além dos 1.969 militares que já estavam na inatividade e foram contratados por tempo indeterminado para atuação em órgãos como o INSS, além dos 1.249 que acumularam cargos civis como profissionais da área da saúde e também dos 179 que passaram a atuar como docentes.

E mais ainda, especificamente em relação aos militares da reserva, um número estarrecedor, nos chama a atenção. Segundo apurado pela pesquisa de Lentz (2022):

8.450 militares da reserva das Forças Armadas ocupavam cargos de “tarefa de tempo certo” em grande parte do Executivo; das 46 estatais controladas diretamente pela União, **16** foram comandadas por militares da ativa, incluindo a **Petrobras e a Eletrobrás** [posteriormente privatizada] que, contabilizando as subsidiárias (49 e 69 respectivamente), deixaram sob o comando militar **61% das empresas direta ou indiretamente ligadas à União** (ocupação dez vezes maior do que no governo anterior) (Lentz, 2022, p.13). Grifo nosso.

Conforme representado pelo Gráfico 2 abaixo, somados, esses grupos significam mais da metade (55,2%) dos 6.157 militares identificados no governo tido por civil, que se espalharam também, em outras funções civis, segundo nota do IPEA citada na mesma reportagem, por agências reguladoras, Cargos de Natureza Especial, Direção e Assessoramento, Funções Comissionadas do Poder Executivo e empresas estatais federais registrados no SIAPE.

Gráfico 2 - Militares nos cargos comissionados do Governo Civil



Fonte: Siaple, Atlas do Estado Brasileiro, TCU e Professor William Nozaki/Fonacate.

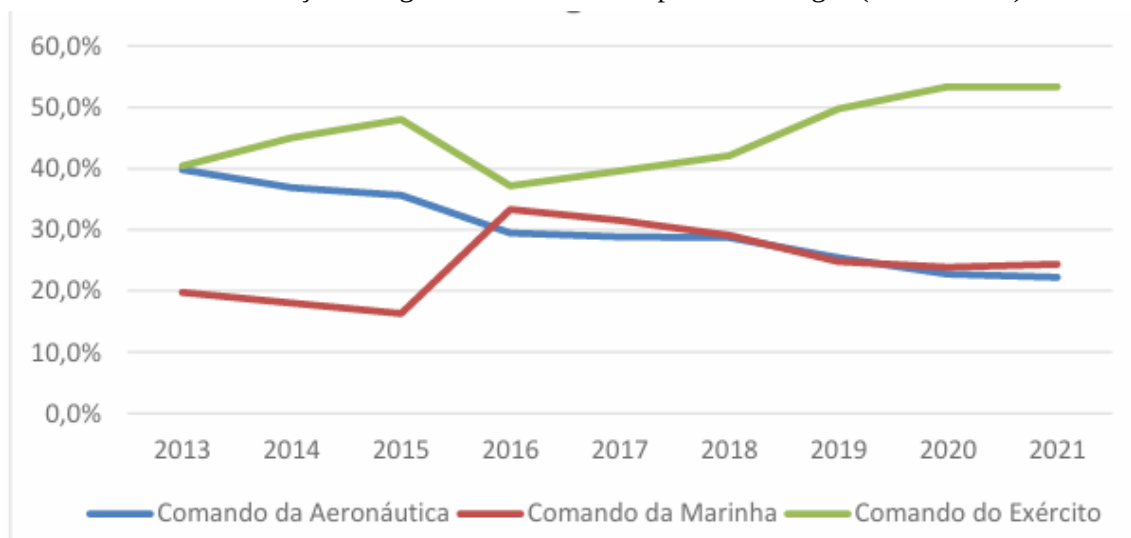
Autoria: El País (12/01/2025).

E o fato, como está sendo demonstrado, é que a presença e influência dos militares neste governo cresceu tanto que estes passaram a atuar, servir e serem vistos, conforme assinalamos, como uma espécie de partido político informal, garantindo apoio e sustentabilidade política do começo ao fim, enclausurados em um grupo político, sem exposição e convívio com o contraditório, como declarado pelo **General Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva**, em depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do 8 de janeiro de 2023: “*Todos nós somos da bolha militarista, da bolha de direita, conservadora. A maioria de nós é dessa bolha, raramente um de nós frequenta outra bolha*” (CPMI 8J, 18/01/2023, p. 174).

Ressaltamos, a respeito da patente dos ocupantes, que Schmidt (2022) identificou que durante o período, o grupo mais expressivo – exceto em 2015 – foi “*o dos oficiais superiores. [E que] Ao longo do período os oficiais gerais perderam importância relativa na composição de postos e graduações que foram nomeados para os cargos analisados neste documento*” (SCHMIDT, 2022, P. 20). Certamente permaneceram nos bastidores, camuflando suas ações de suporte ao governo.

No que diz respeito à participação de cada uma das forças armadas no governo Bolsonaro, o **Exército**, segundo a pesquisa de Schmidt (2022), **foi a que mais ocupou espaço**, praticamente colonizando todas as áreas da burocracia estatal. Observando o Gráfico 3 abaixo, até por contraste visual fica nítido que neste governo de face autoritária, o Exército contabilizou, com folga, a maior quantidade de pessoas que deixaram os quartéis para cumprir “missões” no projeto de ocupação do Estado.

Gráfico 3 – Força de origem dos militares ocupantes de cargos (2013 a 2021)



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir de dados do Portal de Transparência e do SIAPE. **Elaboração de Schmidt (2022, p. 20).** **Observação:** em todos os anos, os dados apresentados são referentes ao mês de junho.

Notemos também, o claro declínio da presença de militares da Força Aérea Brasileira e da Marinha. Neste último caso, talvez, decorrente do lamentável desmonte sofrido pela indústria naval brasileira, ou mesmo da escolha estratégica de expansão do Exército, como força designada para ser a principal muleta na ação de governar, e por ser, também, força de origem dos principais líderes militares, inclusive formados na AMAN – Academia Militar dos Agulhas Negras – que deram suporte à chegada de Bolsonaro ao poder e à sua manutenção no mesmo.

Igualmente, em totalidade, foram os militares dessa mesma força que abrigaram nas portas dos quartéis os grupos bolsonaristas radicais que atacaram às sedes dos poderes no 8 de janeiro de 2023 e que estiveram no comando, na cúpula do governo e na articulação e execução do plano golpista, conforme investigado pela Polícia Federal, denunciado pela Procuradoria Geral da República e aceito pelo Supremo Tribunal Federal no inquérito sobre a tentativa de Golpe de Estado e Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito (Pet. 12.100/DF), fato detalhado no próximo capítulo.

Diante do que estamos constatando, há quem diga que isso ocorre também porque “tudo na vida tem um preço”. E, ao que parece, não foi de graça que se deu a sinergia e ‘lealdade’ entre militares, Bolsonaro e seu governo – para além de interesses específicos. Como arremata Lotta (EL PAÍS, 2021), são notórios o interesse e a lógica corporativista, que ancoram a militarização dos cargos civis. Para a autora, os militares

acabam, de fato, funcionando como base de apoio, mas, em troca de aumentos de cargos e de salários. Além do que já citamos, o ex-presidente sancionou a previdência dos militares com uma série de privilégios, se comparada à dos civis: sem idade mínima e com mais vantagens, conforme destacado por algumas reportagens da mídia nacional.

Sobre o Orçamento Geral da União projetado para 2021, foi proposto R\$ 107, 9 bilhões de Reais para a Defesa e R\$ 73 bilhões de Reais para a Educação (VEJA NEGÓCIOS, 2020). Em outra linha de repasses, segundo O GLOBO (2021), esse governo destinara, em ano eleitoral, para investimentos “livres” (além das despesas obrigatórias) na área da Defesa, cerca de R\$ 8,8 Bilhões (oito bilhões e oitocentos milhões de Reais) o que representava quase duas vezes o destinado à saúde R\$ 4,6 Bilhões, no ano da pandemia da COVID19 e quase três vezes o destinado à educação, equivalente a R\$ 3,6 Bilhões.

Cabe destacar, diante destes dados que expomos, o impacto causado pela exponencial presença desses militares na condução dos órgãos de governo e das políticas públicas, estando o governo sob a égide constitucional de um regime civil, que se impõe democrático, e que é, em termos de formas de pensar e agir, valores, comportamentos, *modus operandi*, linguagem, e, enfim, de natureza, oposto ao do autoritarismo, que é peculiar à hierarquia militar.

Esses fatos contribuem, em essência, com crise da democracia brasileira por meio da confusão intencional de papéis que deveriam ser desempenhados por civis com funções que, desvirtuadamente, acabam sendo operadas por militares, com a consequência do fortalecimento político destes últimos e da degradação das instituições democráticas. A militarização do governo serviu, a partir desse desvirtuamento, a uma estratégia do governo para conseguir lealdade, fidelidade, obediência e disciplina na máquina administrativa, e mais apoio político, por meio da capilaridade por todas as outras forças de segurança e pela política partidária, por meio de eleições para cargos no congresso e cargos diversos deputados estaduais, vereadores, prefeitos e vices.

Além disso, o prejuízo às políticas públicas é digno de nota, até do ponto de vista das competências, pelo fato de as formações curriculares civis e militares serem diferentes, já que o nível e o foco na qualificação dos civis, para as principais funções dos próprios, que os militares passaram a ocupar indevidamente e sem conhecimento é muito mais adequado. As competências necessárias para se gerir uma política pública

são absolutamente diferentes das competências esperadas dos que se habilitam tecnicamente às guerras nos tradicionais campos de batalha – e até mesmo neste caso de atividade fim, não se pode afirmar que as Forças Armadas brasileiras tenham, além da teoria, experiências comprovadas que atestem tais capacidades.

Restou perceptível que os atores **militares** desempenharam ao longo de todo este período, o papel de **escudo protetor e garantidor de suporte** não só a um governo autoritário que ajudaram a eleger e do qual foram sócios até o fim, mas, de uma política deliberada de governo em sua face mais explícita, expressa por um conjunto de *ações e inações* que acabou **assegurando a implementação de tópicos da agenda econômica ultraliberal e anti ambientalista**, fato que conserva sintonia, e semelhança de interesses entre discurso e prática, com Donald Trump, Javier Milei e demais políticos de extrema-direita. Como destaca Machado (2023):

Com o avanço da “**política militar**” (MATHIAS, et al, 2019), tanto no Poder Executivo, com o aumento de militares em todos os escalões do governo e de recursos para as diversas operações, quanto no Poder Legislativo, com o avanço de **pautas “ultra neoliberais”** (TUBINO et al, 2020) em parceria com diversos setores, como o **agronegócio, a mineração e a exploração de madeira**, quem acaba pagando o preço de maneira mediata e imediata são os povos e comunidades tradicionais que vivem na Amazônia. Essa **renovação da militarização na Amazônia** é uma **renovação do colonialismo interno militar**. (MACHADO, 2023, p. 47). Grifo nosso.

Bolsonaro, no projeto político dos militares, encarnou o personagem que reuniu as características necessárias para desempenhar o papel de atrair para si a todo tempo as atenções, como um para-raios, desviando como intenção ou consequência o foco do debate público para o que realmente importava. É inegável, contudo, que **esses militares, completamente imiscuídos na política**, mesmo sob camuflagem da imagem de Bolsonaro, pagaram o preço do desgaste a quem estiveram vinculados, como no caso de Bolsonaro e seu governo. Os militares não tiveram como desvincular-se da pecha de terem exercido o papel de dividir o governo com Bolsonaro, sendo, portanto, creditórios dos malfeitos, inclusive dos piores momentos da condução na resposta à pandemia da COVID19: o Exército produziu cloroquina e um de seus generais, Pazuello, assumiu o Ministério da Saúde no momento mais trágico, ampliando o caos na pasta. Em cada um destes e outros tópicos, estão presentes as digitais dos militares e impressos os desgastes causados também à imagem da instituição Forças Armadas.

Capítulo 3 A participação política dos militares no processo que culminou com o 8 de janeiro de 2023

Compreendemos que a logística dos ataques à democracia no governo Bolsonaro, acabou sendo materializada no 8J. Nesse sentido, de acordo com Leirner (2021), os elementos que compuseram o caldo que entornou no 8 de janeiro vieram de muito antes e por articulação dos militares das FA que lançaram Bolsonaro à presidência em 2018. Além disso, no mesmo sentido do nosso argumento, complementa o autor que *“Se olharmos em um tempo reverso, vendo Bolsonaro como resultado de um processo que envolveu certos cálculos, chegamos hoje a um punhado de elementos que se encadearam como discursos mais ou menos prontos”* (LEIRNER, 2021, P. 91).

Uma referência importante a todo esse projeto de poder dos militares, à chegada de Bolsonaro ao poder e ao que se deu em seu governo, é o já citado livro do general Villas Bôas, o qual contém vários dos temas repercutidos estrategicamente por Bolsonaro e que, ao longo desse período, foram alvo de coberturas da mídia e de artigos publicados.

Além disso, como demonstramos no capítulo anterior, os discursos de Bolsonaro também refletiram os discursos autoritários e reverberaram tópicos ideológicos incutidos na doutrina e pensamento militar – urdidos na Escola Superior de Guerra – ESG, os ‘ensinamentos’ extraescolares repassados no processo de socialização dos militares e boa parte do conteúdo discursivo da extrema direita mundial.

3.1 A presença dos militares nos eventos e discursos de Bolsonaro

Dentre o rol de eventos utilizados por Bolsonaro para arregimentar e se comunicar com seu público de aliados e seguidores, estavam alguns oficiais, onde o mesmo se beneficiava da estrutura institucional, como no caso das formaturas – desde a pré-campanha – na AMAN e homenagens nos quartéis, além de datas comemorativas como o 7 de setembro, e outros extraoficiais como carreatas, passeatas e motociatas.

Os eventos presenciais se davam em distintas formas de mobilização, que colaboravam estrategicamente com a ativação e reforço dos discursos propagados via redes e mídias digitais pelo então presidente, perante seus apoiadores, muitas das vezes, com a presença de militares da ativa e da reserva, dos diversos escalões das FA.

De modo geral, esses eventos de arregimentação e ativação de apoiadores serviam para reforço de discurso-ação e algumas vezes ocorriam com parte das despesas pagas com cartões corporativos. Os mesmos contabilizavam, diversas vezes, ataques ao processo eleitoral e à segurança das urnas eletrônicas, além da defesa do voto impresso tanto nos eventos presenciais quanto nas *lives*. O Estado brasileiro financiou assim, em muitas ocasiões, o ataque às próprias instituições democráticas que o constitui.

Ficou perceptível na data do 7 de setembro de 2021, dia da independência do Brasil, e no evento do bicentenário, em 2022, o uso da estrutura do evento oficial, paga pelo governo federal, como dos demais recursos, cargos e divulgações oficiais, em favor dos interesses particulares do presidente, que ansiava pela reeleição.

Apesar das estruturas paralelas de palanques montadas nas proximidades dos eventos oficiais, simulando uma separação do que seriam “eventos à parte”, os desfiles militares serviam como grandes motivadores que atraíam o público expectador. Este mesmo público, introjetava e reverberava pelas plataformas digitais os discursos do então presidente, amplificando o alcance da mensagem política, independente do fato dos mesmos terem sido proferidos no âmbito institucional ou extra institucional.

Na sequência de ataques ao STF, Bolsonaro ameaçou em discurso que não poderia admitir o sistema eleitoral nas condições em que se encontrava, sem o voto impresso e “auditável”. Não poderia haver, segundo o então presidente em reportagem do Poder 360 (2021), “*eleições que parem dúvidas sobre os eleitores*”, disparando em seguida uma série de desinformações sobre hipotéticas chances de se fraudar as eleições, sem apresentar qualquer prova ou mesmo evidência do que estava afirmando e inculcando nas mentes de seus apoiadores.

Em 2022, em triplo ataque aos ministros da suprema corte, Bolsonaro “*criticou Luiz Fux, considerou inquéritos de Alexandre de Moraes uma "enganação", chamou Luís Barroso de "criminoso" [e ainda] considerou "cara de pau" e "sem caráter" quem assinou o manifesto da USP*” (CORREIO BRAZILIENSE, 2022), em defesa do Estado Democrático de Direito, tudo isso em numa entrevista concedida à Rádio Guaíba:

Que maravilha de sistema esse que ninguém quer, a não ser Bangladesh, Butão? Venezuela, também parece que usa esse negócio [urna eletrônica]. Com todo o respeito ao Fux, de vez em quando nós trocamos algumas palavras aqui, ele é chefe de Poder (...) **Fux deveria estar respondendo processo lá no inquérito do Alexandre de Moraes**, se fosse um inquérito sério e não essa mentira, **essa enganação que são esses inquéritos do Alexandre de Moraes**. (CORREIO BRASILIENSE, 2022). Grifo nosso.

Por mais que ele tivesse pressionado, o Congresso Nacional acabou votando pela rejeição de uma emenda à Constituição que era fomentada por Bolsonaro, dentro da estratégia de descredibilização do processo eleitoral.

Como temos argumentado, o 8J se deu mediante um processo de ataques, por dentro e por fora do campo institucional. Neste subtópico, apontaremos alguns sinais de discursos de Bolsonaro, em parte comuns à extrema direita mundial e a líderes com perfil populista autoritário e de inspiração neofascista, que acabaram por se converter em ações práticas, especialmente na materialização em grande escala e magnitude no 8J.

Tal fenômeno, se manifestara a partir da interiorização e incorporação desses *discursos* por parte de apoiadores e seguidores diversos, que acabaram por concretizá-los por meio de ações práticas. No mesmo sentido do nosso argumento, segundo o The Conversation (2024), toda essa retórica “*foi compilada para preparar a base eleitoral bolsonarista nos últimos anos, caso a tentativa de reeleição não fosse efetivada. Para a ala mais atuante dessa base, a derrota eleitoral de 2022 foi uma manipulação das urnas eletrônicas, engendrada pelo TSE e STF*” (THE CONVERSATION, 2024), conforme conteúdo disseminado pelas plataformas de redes e mídias bolsonaristas.

Considerando a tônica de ódio, violência e ataques contida em muitos dos discursos, alguns pesquisadores, após análises minuciosas, atestaram que, assim como em uma crônica anunciada, “*o estado de convulsão anunciado textualmente no discurso analisado, por meio de atos ilocucionários ameaçadores inscritos nas escolhas referenciais operadas por Bolsonaro, teve implicações nos ataques terroristas ocorridos em Brasília*” (MARQUESI E AGOSTINHO, 2023, p. 54). De maneira mais incisiva, os mesmos pesquisadores cancelaram ainda que:

os crimes de ódio e de violência praticados durante os ataques terroristas ocorridos na capital do Brasil, [no 8J], contra as casas dos três poderes da república brasileira foram precedidos de um discurso que incitava o ódio e atitudes violentas, na própria voz de Bolsonaro (p. 55).

Na mesma linha de confirmação em relação às conexões entre os ataques por meio de discursos de Bolsonaro e ações práticas de seus seguidores, o pesquisador da

FGV Ergon Cugler afirma: “Os ataques de Bolsonaro contra as urnas eletrônicas **coincidem com o timing** das principais desinformações contra urnas eletrônicas que circularam no período” e este, foi um dos principais elementos mobilizadores dos ataques do 8J (Monitor do Debate Político no Meio Digital da USP e FGV; JORNAL GGN, CONGRESSO EM FOCO, 2023).

Igualmente, os ataques por meio de discursos do então presidente a jornalistas e à imprensa em geral, por exemplo, acabaram reverberando na prática, junto às atitudes de seus apoiadores. É como se os discursos do líder ‘autorizassem’ e motivassem seus seguidores à mesma postura: “Quando envolvem personalidades públicas, cuja posição social exerce influência em relação às demais pessoas de uma sociedade, como um chefe político, o apelo a uma linguagem violenta pode conduzir os cidadãos a enfrentamentos hostis” (MARQUESI e AGOSTINHO, 2023, p. 55) que contribuem, diante de um longo processo de repetição, ao enfraquecimento da democracia.

Mas, como restou claro no próprio 8J, não apenas a imprensa fora vitimada pelos discursos de Bolsonaro. Como destrinchado pelos pesquisadores Tiago Medeiros, Rodrigo Ornelas, Sinval Silva de Araújo e Fábio Baldaia (IHU, 2023), a respeito das conexões entre discurso e estímulo à ação, não foi difícil “perceber a ligação entre o comportamento agressivo e hostil do ex-presidente e de seus próximos” (IHU, 2023); além disso, da mesma forma e, com as consequências aqui já abordadas:

fustigou e acicatou o poder Judiciário, estimulando atos de ameaça ao STF repetidas vezes. Ocorre-nos aquele evento carregado de simbolismo em que fogos de artifício foram lançados contra o prédio do Supremo. Ainda mais eloquente, o discurso do 7 de setembro de 2021, quando insultou e xingou os magistrados, dobrando todas as apostas e **semeando a percepção popular de antagonismo à instituição** em questão [com] coisas do tipo: “só depende de vocês”, vez por outra, associado ao outro: “povo armado jamais será escravizado” (IHU, 2023).

No seio do Judiciário, o ataque também ganhou corpo, como já apontado, em relação à justiça eleitoral e às urnas eletrônicas. Dentre as ameaças, Bolsonaro disparou uma que se tornara peça chave nos ataques do 8J, conforme matéria do Jornal O Globo (2023-B): “**Se não tivermos voto impresso, vamos ter problema pior que nos Estados Unidos**”. Grifo nosso. Ainda de acordo com a reportagem:

O **discurso com teor golpista** do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 7 de janeiro de 2021, tornou-se **símbolo de uma estratégia de radicalização alimentada ao longo dos últimos três anos e que culminou na invasão às sedes dos três Poderes** pela parcela extremista de seus apoiadores. Levantamento do GLOBO aponta que, desde o início de 2020, quando

adotou **uma rotina de ameaças explícitas** ao Judiciário, Legislativo e às eleições, Bolsonaro fez um ataque a cada 23 dias, nos quais **sugeriu rupturas institucionais** (O GLOBO, 2023-B). Grifo nosso.

Para fechar a questão, a fim de tornar ainda mais evidente o potencial destrutivo dos *discursos*, sobretudo quando violentos e advindos do principal líder do Poder Executivo de uma nação, destacamos que **“o emprego de discursos violentos está na gênese de toda forma de violência, como se fosse um estágio embrionário de seu desenvolvimento”** (MARQUESI e AGOSTINHO, 2023, p. 55). Grifo nosso.

3.1 Principais antecedentes preparatórios ao 8 de janeiro de 2023

Como dissemos, o que se viu no 8 de janeiro foi o acontecimento de um episódio que se materializou logo após uma sequência de ataques e disseminação de ódio, que recrutou na mesma linha uma parte da população, que agiu sob a influência desse conjunto de ataques menores e dos discursos de Bolsonaro que se davam dentro de uma estratégia de desconstrução das imagens das instituições democráticas e das reputações de autoridades que as representavam, à sombra da cúpula dos militares das FA que governavam com Bolsonaro. Conforme esclarece o Relatório Final da Polícia Federal sobre a investigação destes crimes ocorridos no 8 de janeiro, embora a atuação:

da organização [criminosa] tenha se acentuado ao longo do ano de 2022, é certo que, desde 2019, já se anteviam condutas de integrantes do grupo direcionadas a propagar a ideia de vulnerabilidade e fraude no sistema eletrônico de votação do país como apontado na presente investigação e nos INQ 4781 e INQ 4878 (RELATÓRIO-PF, 2024, p. 58-59).

Cabe destacar que as ameaças, além de concretas, eram cada vez mais visíveis. Relembramos aqui, a realização de *lives* nas instalações do Palácio do Planalto, *lives* também negacionistas que atacavam as vacinas, a reunião oficial com Embaixadores estrangeiros para desacreditar as urnas no Palácio do Planalto, a “reunião do Golpe” pós primeiro turno com ministros no Palácio do Alvorada, o uso do gabinete presidencial, estrutura e cargos civis e militares do Governo Federal, bem como de demais gabinetes, estruturas, recursos materiais e financeiros e cargos de familiares e aliados possuidores de mandatos nos três níveis federativos. Como ressaltado pelo advogado Diogo Rais, co-fundador do Instituto Liberdade Digital e professor de Direito Eleitoral e Direito Digital:

os ataques de Bolsonaro são "gravíssimos", por ocorrerem **dentro da própria estrutura do poder**. Isso pode provocar uma espécie de implosão, **uma bomba colocada dentro de um prédio**. Quando o presidente ataca o processo eleitoral, ele não ataca um procedimento eleitoral. Ataca uma instituição que tem um arranjo constitucional muito forte, já que o presidente do TSE é um dos ministros do STF. O ataque é gravíssimo dentro da estrutura estatal (CONSULTOR JURÍDICO, 2021). Grifo nosso.

Ressaltamos que, para a execução dos atos e ações aqui expostas, foi necessária a mobilização de diversos instrumentos, dentre os quais temos destacado nesta tese um dos mais importantes, que é representado pelo conjunto das plataformas de redes e mídias digitais, pelo seu uso político e estratégico, inclusive por parte dos militares.

3.1.1 Ataques ao processo eleitoral, às instituições ligadas ao mesmo e às urnas eletrônicas, com a participação dos militares

Destacaremos aqui alguns pontos e dados estatísticos de um dos principais temas de ataques à democracia durante o governo Bolsonaro e que serviram como combustível fundamental ao impulsionamento dos grupos bolsonaristas radicais que protagonizaram o episódio do 8 de janeiro de 2023. Nos referimos aos ataques ao processo eleitoral, às instituições ligadas aos mesmos e seus representantes e às urnas eletrônicas.

Antes de desenvolvermos o tópico com base no nosso período de análise, cabe um breve resgate histórico, para mostrar que os ataques ao processo eleitoral e às urnas, por parte de Bolsonaro, não constituíra uma novidade na ocasião em que fora eleito presidente. Bolsonaro atacava às urnas desde pelo menos a década de 1990, porém, com discursos invertidos em relação à 2018 em diante: antes, defendia que havia fraude e que, por isso deveria acabar o voto impresso, clamando pelo voto eletrônico; posteriormente, atacava às urnas eletrônicas, defendendo o voto “impresso e auditável”.

Segundo Santos (2021), havia uma descrença de militares da reserva e de baixa patente – bases eleitorais de Bolsonaro à época – sobre a política, que era materializada por meio de discursos contra todo o sistema democrático e em favor do autoritarismo dos militares de outrora, e, que, certa vez, acabara sendo reproduzida em uma pequena nota do Jornal do Brasil, de 21 de agosto de 1993:

Entre os pontos que chamam a atenção, está **a defesa, por parte de Bolsonaro, de um sistema de urnas eletrônicas, que seria mais fiável que o de papel**. Afirmo ele, que “esse Congresso está mais do que podre. Estamos votando uma lei eleitoral que não muda nada. **Não querem informatizar as apurações pelo TRE**. Sabe o que vai acontecer? **Os militares terão 30 mil votos e só serão computados 3 mil**” (Sholl, 1993, p.4). (Santos, 2021, p. 289). Grifo nosso.

Feito o resgate histórico, destacamos que os militares das FA, que compuseram de modo inédito a comissão de avaliação das urnas do Tribunal Superior Eleitoral em 2022, acabaram colaborando para o fortalecimento da desinformação sobre a segurança das urnas eletrônicas, pois, além de terem retardado a divulgação de suas apurações que não indicavam chances de fraude, quando divulgaram, o fizeram de maneira dúbia, mantendo acesa a chama da desconfiança que impulsionou os golpistas ao ataque do 8J.

Com base na Tabela 3 abaixo, é possível perceber o quanto este tema, disseminado muitas vezes em forma de discursos do próprio Bolsonaro e por meio dessas plataformas, foi importante ao convencimento dos seguidores do ex-presidente e úteis à mobilização e impulsionamento dos mesmos a protagonizarem a tentativa de Golpe de Estado e Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito no 8J.

Tabela 3 - Os ataques de Bolsonaro às urnas e os alertas do TSE (2019 a 2022)

AFIRMAÇÕES FALSAS MAIS FREQUENTES	QUANT	%	ALERTAS DO TSE	%
“A urna eletrônica não é segura”	80 vezes	43,72	173 vezes	64,07
“A urna eletrônica não é auditável”	57 vezes	31,15	58 vezes	21,48
“O código-fonte do software de votação não é aberto à comunidade”	22 vezes	12,02	25 vezes	9,26
“Só o Brasil utiliza urna eletrônica, ela é desatualizada”	22 vezes	12,02	10 vezes	3,70
“A urna eletrônica é projetada por empresas privadas”	2 vezes	1,09	4 vezes	1,48

Fonte: Silva (2023). Elaboração: Autoria própria.

Segundo Silva (2023), os dados levantados por sua pesquisa, para além do que expomos na Tabela 3 acima, chegaram na totalidade aos seguintes números: de modo geral, a urna eletrônica foi atacada 183 vezes entre 2019 e 2022, e, no mesmo período, o Tribunal Superior Eleitoral identificou e disparou 270 alertas relativos a tais ataques, na tentativa de repor a verdade em relação à circulação desses conteúdos falsos.

De acordo com o mesmo pesquisador, entre maio e agosto de 2021, houve 105 ataques, ou percentualmente, 57,38%, demonstrando a intensidade no período pré-eleitoral, ao nosso olhar, significando uma espécie de preparação. Até porque, como temos dito, estamos diante de um **processo**, e, neste caso, um processo que precisa de **tempo para assimilação e naturalização** dos conteúdos falsos por parte dos seus seguidores e aliados, para que os mesmos se sintam convencidos e encorajados a tomarem atitudes. Como forma de explicação, podemos ainda recorrer à frase do ministro de Adolf Hitler, Joseph Goebbels, responsável pela propaganda na Alemanha nazista: “*uma mentira repetida muitas vezes, se torna verdade*”.

Como dissemos, não somente o processo eleitoral e as urnas foram atacados. Levantamento feito entre 2019 e 2022, por Silva, Castro e Santos (2023), utilizando técnicas de *web scraping*, por meio do *Python*, a partir de 19.802 conteúdos como publicações, discursos, *lives* e entrevistas do então presidente, selecionou e categorizou 334 conteúdos que abordavam especificamente o Poder Judiciário.

Após análise, foi apurado que no período investigado, este mesmo número representou a quantidade de vezes que esta instituição foi atacada pelo chefe do Poder Executivo, das quais “214 (68%) eram ataques às decisões do Judiciário, 50 (16%) direcionados a algum membro do Judiciário e 48 (14%) direcionados à institucionalidade do Judiciário, [e] 2 ataques categorizados como outros” (SILVA, CASTRO, SANTOS, 2023). Segundo os mesmos autores, essas ações se davam de tal maneira que indicavam que a campanha era contínua, apesar de alguns picos identificados em algumas séries temporais.

Em outro artigo, considerando o período eleitoral de 2022 até os ataques do 8 de janeiro de 2023, Ruediger (2023) apontou, com base em um levantamento no Twitter, o registro de 15 milhões de menções relativas ao TSE, enquanto o STF foi mencionado 20 milhões de vezes. No mesmo estudo, foram identificados 9,5 milhões de *tweets* mencionando o presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, o qual, disparadamente, se tornou o mais atacado dentre as duas cortes e no próprio judiciário brasileiro como um todo. No mais, “A articulação de manifestações antidemocráticas foi identificada em diferentes momentos do período analisado, especialmente no contexto do 7 de Setembro, data do Dia da Independência, e no pós-eleições, até os ataques de 8 de Janeiro” (RUEDIGER, 2023, p. 6-7).

O mesmo autor destaca ainda o acompanhamento das discussões que permearam o debate público sobre as eleições presidenciais de 2022, realizado pela Escola de Comunicação, Mídia e Informação da FGV, no período de 29 de agosto de 2022 a 08 de janeiro de 2023, que contou com um levantamento multiplataformas, inclusive o Twitter, o Facebook, o Instagram, o Youtube e o Telegram, onde o foco da busca repousava sobre os fluxos de desinformação e ameaças de ruptura democrática.

De acordo com RUEDIGER (2023), ficou evidente a natureza dos ataques contra as instituições, além de *“um predomínio da narrativa de fraude nas urnas (...) e sua relação com teorias anticomunistas e contra o “globalismo”, além de contestações sobre a segurança das urnas e pedidos por intervencionismo e voto impresso”* (RUEDIGER, 2023, p. 10).

Além disso, se identificou os momentos de maior fragilidade do sistema eleitoral como um todo, em meio ao debate público digital, *“como durante o segundo turno das eleições, quando as menções à segurança das urnas tiveram um crescimento de 1.153%”* (ibidem, p. 10).

Finalmente, de setembro de 2022 a janeiro de 2023, ou seja, do auge do período eleitoral de 2022 às vésperas do episódio do 8J, foi identificado um verdadeiro bombardeio no Twitter, com a finalidade de descredibilização das instituições que conduziam o processo eleitoral, como o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais, possibilitando a identificação de *“estratégias, acontecimentos e narrativas sobre a Justiça Eleitoral brasileira [onde] alguns tópicos se destacaram, como a narrativa de um suposto conluio entre TSE, STF, a esquerda e a imprensa nacional, ideia predominante em todo o período de análises* (RUEDIGER, 2023, p. 11).

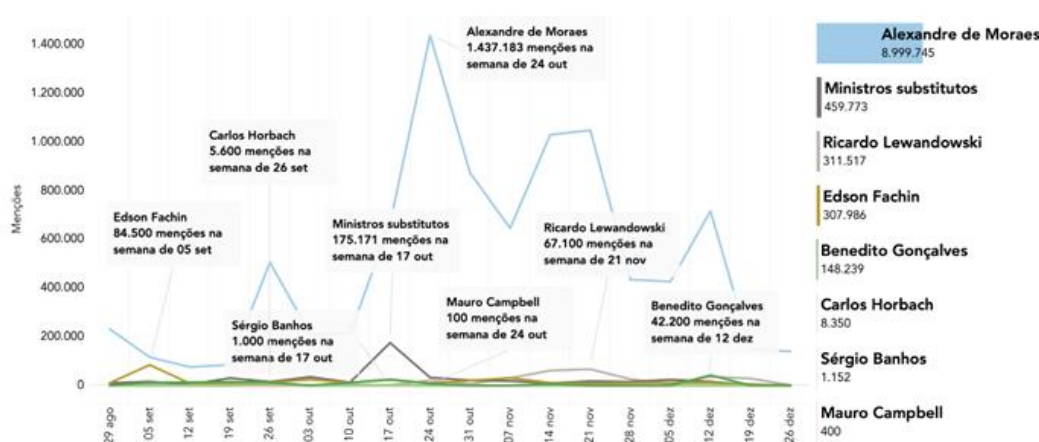
Esta forma de ação, por óbvio, trouxe consequências. O ataque de Bolsonaro constantemente direcionado ao Poder judiciário, por exemplo, resultou no ativismo judicial, já que, mesmo sendo provocado de maneira intencional, acabou tendo que reagir, atuando como uma força de contenção e, nesta situação, os atores judiciais, segundo Couto (2023):

caem numa armadilha circular: precisam agir mais porque mais provocados; ao agir mais, são acusados de invadir competências alheias; isso os leva a terem de se defender, o que suscita novas acusações de excessos judiciais e de parcialidade, numa espiral de radicalização (COUTO, 2023, p.8).

Esta foi mais uma forma de atacar estrategicamente à democracia, suas regras e suas instituições, visto que ao atuar para fazer valer o sistema constitucional de pesos e contrapesos, o Judiciário, em sua corte máxima, acabou se desgastando e transmitindo uma mensagem ao público, interpretada pelos apoiadores do presidente como uma perseguição ao mesmo e que não o “deixaria trabalhar”, pois tudo que ele pretendia fazer era “barrado pelo STF”. Na suprema corte, os principais alvos dos discursos de ódio direcionados pelo presidente, como Alexandre de Moraes, também se tornaram os alvos prediletos dos seus apoiadores, que reverberavam tudo pelas redes digitais.

Em socorro desse nosso argumento, o Gráfico 4 abaixo, apontado pelo trabalho de Ruediger *et. al* (2023) e tendo como referência uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, ilustrou o significativo bombardeio em uma guerra digital, sem qualquer vestígio da existência de “paridade de armas” dada a não-neutralidade das plataformas, e à concentração dos ataques em alvos específicos, onde suas consequências transpuseram ao ambiente virtual.

Gráfico 4 - Menções às autoridades da Justiça Eleitoral nacional no Twitter (29/08/2022 a 29/12/2022)



Fonte: Twitter. Elaboração: FGV e ECMI.

O Gráfico 4 demonstrou com clareza a concentração dos ataques na pessoa física do ministro Alexandre de Moraes, que circulava livre, especialmente nas redes bolsonaristas e nesse caso, no Twitter, onde o tom dos ataques, muitas vezes era convertido em ameaças ao ministro, além de insinuações no evento do 7 de setembro de 2022, por parte de Bolsonaro, de que o próprio ministro estaria tentando dar um golpe: “*Tenta fraudar, Xandão. O recado está dado*”.

Além disso, no mesmo contexto, houve “um aumento de 1278% nas menções a Edson Fachin, devido ao ministro ter derrubado trechos do decreto de Bolsonaro sobre compra de armas e munições. O mesmo ocorreu com o ministro Benedito Gonçalves, crescendo 318% após a proibição do uso de imagens das manifestações do 7 de setembro na campanha de Bolsonaro (RUEDIGER et ali, 2023, p. 12-13).

Ataques em relação ao ministro Alexandre de Moraes, se davam também por outras frentes e motivações: o ex-presidente chegou a dizer em palanque, que não mais acataria nenhuma decisão do citado ministro, que também conduzia uma investigação sobre interferências ilegais na Polícia Federal, como nomeações internas no órgão com interesses pessoais, vazamento de documento sigiloso da PF por motivos políticos e propagação de notícias falsas sobre o sistema eleitoral (HRW, 2022).

No dia seguinte, conduzido pela estratégia de sempre, de ataque e recuo, “publicou uma carta à nação redigida com a ajuda do ex-presidente Michel Temer (MDB). No documento, o presidente do Brasil disse que, às vezes, fala “no calor do momento” e que nunca teve “nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes”. (JORNAL METRÓPOLES, 2022). Mas, como dissemos, depois que a palavra é propagada, mesmo sendo apagada ou havendo pedido de desculpas, a missão da mensagem termina sendo cumprida junto aos seus apoiadores, pela velocidade com que, por exemplo, seus *prints*, áudio ou vídeo circulam nos grupos de WhatsApp e Telegram.

Ressaltamos que, segundo relatório da Polícia Federal, denunciado pela Procuradoria Geral da República e aceito como denúncia no STF, houve por parte de membros do governo Bolsonaro e com possibilidade – a ser investigada – de ter havido o seu consentimento, um plano, “Punhal Verde Amarelo” para matar Alexandre de Moraes e o presidente e vice eleitos no contexto do empreendimento golpista do 8J.

Outras formas de ataque à democracia, ou de *destruição institucional*, termo usado por Campello (2022), são apresentadas pelo autor, onde “desmantelar” parece ser, estrategicamente, a palavra de ordem de Bolsonaro, enquanto líder populista e autoritário: “Como todo governo populista e autoritário, este atua para destruir instituições e usa uma estratégia muito interessante, que é a de descrédito e desativação” (CAMPELLO, 2022, p. 138).

3.1.2 A participação e convivência dos militares com os acampamentos golpistas: o suporte logístico, financeiro e a tolerância política

A fim de reconstituir mais este ato preparatório, o qual também consideramos como uma das principais centelhas necessárias à combustão que culminou com o 8 de janeiro de 2023, não há como não por luz à convivência dos militares em relação aos acampamentos golpistas, ante a série de atos de vandalismo e bloqueio de rodovias que provocaram o caos pelo Brasil. Lembremos que esses atores, foram sócios de Bolsonaro desde a empreitada de sua candidatura ao exercício do poder.

Os passos rumo a esse trágico processo foram acelerados especialmente após o primeiro turno das eleições de 2022, quando o então presidente, ministros, demais assessores e aliados perceberam a iminência da derrota para o então candidato Luís Inácio Lula da Silva. Como reforçado pela análise de Arantes, Frias e Meneses (2023), baseados nos resultados da Operação *Tempus Veritatis* da Polícia Federal:

A insurreição vinha sendo preparada e alimentada desde antes da eleição e da vitória de Lula em duas esferas distintas: na esfera do poder e do dinheiro, [articulando] Jair Bolsonaro, o clã, assessores, políticos, especialistas em mobilização de redes, militares, pastores e empresários, que talvez pudessem ser caracterizados como os **mandantes do golpe** [e] na esfera do “gado”, dos *manés*, da **massa de manobra convocada para dar à insurreição um caráter “popular”**, [que], acampados em frente aos batalhões das Forças Armadas, instaurariam a desordem [e] na sequência, militares e policiais interviriam, restabelecendo a “ordem” e, com ela, instaurariam o golpe fascista. (ARANTES, FRIAS E MENESES, 2023). Grifo nosso.

Por mais que nos esforcemos muito, é difícil crer que o mesmo nível de tolerância e tratamento se dariam se os acampamentos fossem compostos por movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terra – MST, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, ou qualquer movimento sindical, que estivesse protestando em favor de uma causa nobre, o que não era, nem julgando com muita boa vontade, a causa dos bolsonaristas. Pelo contrário, as ocupações se davam explicitamente em torno de ideias e movimentos golpistas, antidemocráticos e que clamavam por intervenção militar, ou seja, pelo fim da própria democracia e do Estado Democrático de Direito. Como ilustra a matéria da Folha de São Paulo (18/01/2024):

Com a vitória de Lula (PT), apoiadores de Bolsonaro promoveram em todo o país uma série de protestos, bloqueando estradas, e passaram a se aglomerar em frente a unidades militares, onde manifestavam seu inconformismo com o resultado das urnas. **Para os investigadores, esses episódios serviram como uma espécie de preparação** para o ataque que ocorreria em 8 de janeiro (FOLHA DE SÃO PAULO, 18/01/2024). Grifo nosso.

No mais, lembremos ainda que o ataque do 8 de janeiro de 2023 ocorreu bem no princípio do 3º governo Lula, quando o mesmo ainda estava sendo montado e que na transição entre governos, se firmou a permanência dos acampamentos, nas portas dos quartéis. Nesse interim, de acordo com o que apontam Silva e Schurster (2023), os demais grupos bolsonaristas ali misturados, se aproveitaram da situação: *“O governo Lula, empossado em 1º de janeiro de 2023, chegou ao dia 8 de janeiro sem ter tido tempo suficiente para substituir os responsáveis pela segurança e inteligência, indicados pelo governo anterior”* (SILVA e SCHURSTER, 2023).

Como não é possível levantar e sustentar um acampamento sem recursos materiais e financeiros, percebamos agora o quanto as digitais dos militares das Forças Armadas ficaram evidentes, ladeadas pelas digitais de outros atores políticos com os quais interagiram ao longo do tempo. Restará claro o resultado da convergência de interesses de atores distintos, mas, unidos em torno da causa antidemocrática e golpista.

Focando nos acampamentos e destacando o de Brasília, que abriu as portas à ocorrência do episódio principal aqui estudado, compartilharemos a seguir alguns pontos contidos no relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a CPMI do 8J, no relatório da Polícia Federal e na denúncia da PGR, julgada pelo STF.

Neste caso, uma grande soma de esforços se mobilizou para dar cobertura e apoio aos acampamentos em todo o Brasil, especialmente no principal deles, em frente ao Quartel General do Exército em Brasília, de onde partiram os bolsonaristas rumo à *“Festa da Selma”*, codinome usado para se referir aos ataques, e colaborando financeiramente com vultosa quantia, como ficou explícito na delação do Ten. Cel. Mauro Cid que será detalhada mais adiante. Além disso, de acordo com a CPMI do 8J:

O acampamento golpista em Brasília teve um custo de R\$ 376.043,64 para a União. O total corresponde a quase R\$ 5 mil por dia. O Comando Militar do Planalto precisou colocar 200 homens a mais em prontidão e realizar patrulhamentos na área durante os 70 dias de ocupação ilegal da área de servidão em frente ao quartel-general do Exército. A par do custo para os cofres públicos, o acampamento — que, como indicado acima, contava com uma infraestrutura sofisticada e incluía distribuição diária de refeições e materiais de higiene gratuitos — tinha custos de manutenção apreciáveis. Relatórios enviados ao STF pelas Polícias Militar, Civil e Federal e pelo Ministério Público apontaram uma ampla rede de financiamento, por meio de transferências Pix, vaquinhas virtuais, doações de empresas e também em mercadorias, prestação de serviços e dinheiro vivo (CPMI 8J, 2023, p.577).

Como mais uma evidência da sinergia entre os espaços e atores institucional e de fora da institucionalidade, apontamos algo muito nítido e noticiado de maneira vasta

pela imprensa local e nacional, neste caso, nos apoiando nas palavras do pesquisador Piero Leirner em entrevista à Agência Brasil:

os militares forneceram água, luz, banheiro e segurança no acampamento dos bolsonaristas. Diante do Quartel General do Exército em Brasília, estavam totalmente conscientes do que acontecia ali e eles não permitiram a desmobilização do acampamento (AGÊNCIA BRASIL, 2024).

Ou seja, no campo institucional, dentre os principais recursos materiais e financeiros do **Exército Brasileiro**, de políticos com mandato e de alguns partidos aliados, identificamos a colaboração com a sustentabilidade logística e “vigilância 24h” dos acampamentos golpistas nas frentes dos quartéis em todo o Brasil, de onde partiram “representantes” ao acampamento maior, às vésperas do 8J. Até mesmo máquinas tipo “patrol” do Exército foram disponibilizadas para terraplanagem do local, oferecendo melhorias à “infraestrutura” montada pelos golpistas.

Nesse contexto, um fato interessante registrado em nossa Cronologia Geral⁹, entre os dias 26 e 30 de dezembro de 2022, foi protagonizado corajosamente pelo pesquisador da UFSCAR, Guilherme Lemos da Silva Moreira, à paisana, no acampamento golpista, objetivando, coletar material para uma pesquisa de antropologia social. Segundo a reportagem da Revista Piauí (02/06/2023), o pesquisador:

Testemunhou o **corpo mole da Polícia do Exército**. “Eles quase pediam desculpas por terem de chamar a atenção dos acampados por algum motivo”, conta Lemos. Segundo ele, **os militares ajudavam com o trânsito** quando os manifestantes partiam para fazer buzinaços **e apartavam eventuais brigas. O estacionamento da Poupex**, a previdência privada do Exército, **foi até liberado para uso dos acampados motorizados**. A única vez que o pesquisador presenciou ação mais contundente dos militares foi quando **dois repórteres estavam sendo espancados por bolsonaristas**. Usaram gás de pimenta para apartar (PIAÚÍ, 02/06/2023). Grifo nosso.

Já por fora da institucionalidade, mas com suporte também de um ator fundamental do campo institucional em articulação, pudemos identificar: dinheiro vivo, conforme delatado à PF pelo Ten. Cel. Do Exército Mauro Cid, ajudante de ordens, da extrema confiança de Bolsonaro e dos militares; recursos arrecadados em ‘vaquinhas’ virtuais e presenciais para compra de armamentos e munições; estruturas de palco, geradores, iluminação, tendas, lonas, banheiros químicos, materiais de higiene e limpeza; trios elétricos e carros de som; água e alimentação, distribuição gratuita de refeições prontas e mercadorias em geral; prestação de serviços; suporte ao de celulares;

⁹ disponível em <https://bit.ly/cronologiageraldatase>

combustível; viagens e deslocamentos diversos de carro, ônibus fretados e passagens individuais e passagens de avião; e, hospedagens de bolsonaristas que se juntaram aos acampados em Brasília e ao ataque às sedes dos três poderes.

Para além desses casos, ressalte-se a negociação escusa de diversas e milionárias joias sauditas, recebidas pelo governo brasileiro e contrabandeadas por prepostos de Bolsonaro matriculados no alto escalão das Forças Armadas, como o caso de pai e filho, **general Lourena Cid e Tenente coronel Mauro Cid**, que articularam a venda das mesmas nos EUA, utilizando prerrogativas diplomáticas no trânsito entre os países e o escritório da APEX Brasil (General Lourena Cid) como apoio para a venda ilegal que rendeu a entrega de dinheiro vivo nas mãos de Bolsonaro, segundo Mauro Cid, no contexto em que Bolsonaro deixava o Brasil antes da virada do ano de 2022 para 2023. Logo mais, acontecera o evento do 8 de janeiro de 2023 (G1, 12/02/2025).

As iniciativas para financiar os acampamentos deflagraram ainda o cometimento de outros crimes e ações clandestinas, com a participação do mesmo personagem: Ten. Cel. Mauro Cid. Como nos mostra um trecho da matéria do Nexo Jornal (2025), tendo como suporte, provas materiais colhidas pela Polícia Federal, que:

captou conversas entre Mauro Cid e o major Rafael Martins de Oliveira para levar pessoas do Rio de Janeiro ao acampamento em Brasília. Na troca de mensagens, **Cid pergunta ao major se a quantia de R\$ 100 mil seria suficiente para bancar transporte, alimentação e hotel de bolsonaristas que se deslocariam para a capital federal** – a ideia era que os acampamentos ficassem cada dia mais lotados para a data da invasão aos Poderes, tratadas pelos bolsonaristas como **“Festa da Selma”**. Oliveira apenas respondeu **“em torno disso”**, sobre a quantidade de dinheiro sugerida por Cid (NEXO JORNAL, 2025). Grifo nosso.

Os áudios interceptados pela Polícia Federal deixaram claro quem eram tanto os atores que trabalhavam em sintonia, como os financiadores, materiais financiados e quantitativos financeiros que eram mobilizados na clandestinidade, focados nas mobilizações e eventos que desaguaram na tentativa de golpe de Estado e Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito, codificado como *“Festa da Selma”*.

Na colaboração premiada do ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, registrada no Inquérito 4920 (STF, 2023), ficou exposto um dos episódios mais graves que estavam por acontecer, em sincronia com a tentativa do golpe de Estado: a tentativa de assassinato do presidente e vice eleitos, Lula e Alckmin e do ministro do STF, Alexandre de Moraes, orquestrada por grupos de militares das Forças Armadas, especialmente os “kids-pretos” e intitulada “Punhal Verde e Amarelo”.

Para o financiamento do *Punhal Verde e Amarelo*, segundo a delação, o **general Walter Braga Netto**, então vice de Bolsonaro na chapa derrotada de 2022, entregou em uma sacola de vinho, uma quantia em dinheiro ao **major Rafael Martins de Oliveira**, kid-preto, militar das forças especiais, para que o mesmo providenciasse o assassinato dessas autoridades.

O golpe, ainda segundo o militar do Exército Mauro Cid, era “*uma questão de honra*”, como fica claro no episódio a seguir, que envolveu articulações e trânsitos livres mais amplos, em sincronia com outros atores institucionais e extra institucionais:

Investigadores da PF chegaram ao **militar da reserva Aparecido Andrade Portela, suplente da senadora Tereza Cristina (PL-MS) ex-ministra da agricultura, pecuária e abastecimento de Bolsonaro**, [parlamentar reconhecidamente da bancada do agro no Senado]; o mesmo, frequentador assíduo do Planalto, atuava como **intermediário entre o governo** do então presidente, e **financiadores** do Mato Grosso do Sul, solicitando e arrecadando recursos financeiros. Em mensagens trocadas com Mauro Cid, Portela **cobrava a “realização do churrasco**”, que seria o golpe de Estado, “**pois estão colocando em dúvida a minha solicitação**” [de dinheiro]. **Cid garantiu: “vai sim, ponto de honra”** (Inquérito 4920; STF, 2023; NEXO JORNAL, 2025). Grifo nosso.

Estamos diante de claras evidências, inclusive, do pleno conhecimento por parte desses militares das FA e autoridades públicas do que estava para acontecer. Isso nos permite inferir que é, portanto, inconcebível imaginar que articulações tão graves estivessem ocorrendo sem a consciência e anuência da cúpula militar e civil que governou o país, especialmente pelo controle total e direto que possuíam da ABIN, do GSI e das próprias FA, com todo o seu aparato de espionagem.

Também segundo o relatório da CPMI 8J, além de grupos de usuários de redes e mídias digitais e empresas ligadas ao agronegócio, análises conduzidas a partir do Relatório de Inteligência Financeira elaborado pelo COAF, apontaram outras áreas empresariais ligadas ao financiamento, como mineradoras formais e garimpos ilegais (inclusive em terra indígena), empresas de informática, açougues e supermercados, postos de combustíveis e empresas de locação de tendas.

Tudo isto, parece se conectar à estratégia e às linhas do discurso populista extremista de direita de Bolsonaro, que usou instrumentos e constantes ataques a tudo e a todos, como já dito, para gerar uma cortina de fumaça, dividindo as atenções da imprensa e do debate público, ao passo em que a agenda econômica ia sendo tocada, as terras indígenas invadidas, o garimpo ilegal se alastrava, a grilagem de terras se ampliava e o desmatamento e as queimadas promovidas por madeireiros e setores do

agro interessados em mais pasto para o gado, crescia sem controle e os agrotóxicos eram cada vez mais pulverizados pelas terras brasileiras. As ações de governo e o conteúdo do discurso bolsonarista, como se percebe, conservam afinidades e se relacionam bem com o discurso, valores e interesses ultra neoliberais, como antiambientalismo, colonialismo e extrativismo, defendidos também por líderes similares à extrema-direita, como Donald Trump e Javier Milei, por exemplo.

Constatamos que **tal devastação ambiental, inclusive, não seria possível sem o apoio dos militares**, mesmo que camuflada sob o manto de operações de defesa do território nacional, como fica claro na pesquisa de Machado (2023) sobre a atuação dos mesmos na Amazônia:

Com o avanço da política militar (MATHIAS, et al, 2019), tanto no Poder Executivo, com o aumento de militares em todos os escalões do governo e de recursos para as diversas operações, quanto no Legislativo, com o avanço de pautas ultra neoliberais (TUBINO et al, 2020) em parceria com diversos setores, como agronegócio, a mineração e a exploração de madeira, quem acaba pagando o preço de maneira mediata e imediata são os povos e comunidades tradicionais que vivem na Amazônia. Essa renovação da militarização na Amazônia é uma renovação do colonialismo interno militar. (MACHADO, 2023, p. 47).

Além disso, notamos que o perfil identificado dos que atuaram ao longo do governo Bolsonaro nos diversos eventos e de alguma maneira apoiaram os acampamentos, condizem com parcelas dos grupos de interesses que desejavam a permanência do ex-presidente no poder. Como salientado por Silva e Schurster (2023), o que ele considera como bases sociais do bolsosfascismo agregam *“alianças entre grupos econômicos (lobby pró-garimpeiros, bancada "boi, Bíblia e bala") e partidos políticos que se converteram a pautas extremistas, adotando um discurso antissistema e manipulando informações. Acampamentos em frente a quartéis serviram como locais de sociabilidade e preparação aos atos terroristas”* (SILVA E SCHURSTER, 2023).

Mas, de todo modo, fica claro que **os militares acabaram servindo como escudo protetor e garantidor de suporte**, não só ao governo autoritário que ajudaram a construir, com o qual se afinaram e se compuseram em todas as áreas, mas, de uma política deliberada de governo, expressa por ações e inações alinhadas ao discurso e modelo econômico ultra neoliberal, propalados pela extrema direita mundial.

Os militares da cúpula das Forças Armadas, especialmente do Exército, foram, portanto, sócios e corresponsáveis pelos resultados inconsequentes desta forma de governo, do desenrolar do 8J e puseram em evidência a liga que uniu grupos de atores

tão distintos na defesa desesperada de um grupo político que pretendia permanecer no poder: dentre outros, nos referimos, especialmente, aos interesses econômicos. Em reforço do nosso argumento, encontramos o que Passetti e Lucato (2023) assinalaram:

[os acampamentos] contaram com aportes financeiros consideráveis por parte de uma série de empresários, principalmente do ramo dos transportes e do agronegócio, setor beneficiado pelo governo, em especial, a partir da adoção ou tentativas de implementar políticas voltadas à flexibilização de determinadas restrições relativas à mineração em terras indígenas, uso de agrotóxicos, esvaziamento de órgãos que se dedicam à tutela e à fiscalização das terras indígenas, como FUNAI e ICMBIO, invasões dessas terras por garimpeiros financiados, queimadas aceleradas, etc. e tal (PASSETTI e LUCATO, 2023, p.17-18).

Foi neste contexto que a mobilização antidemocrática começou a inflar e foi tomando proporções cada vez maiores, como esclareceram Passetti e Lucato (2023), mas, as tentativas de prevenção por parte do governo recém-eleito, não foram suficientes:

durante a semana [anterior ao 8J], cerca de 200 bolsonaristas estavam acampados diante do QG de Brasília. **Durante o fim de semana**, estima-se que **aproximadamente 4.000 pessoas** passaram a integrar o acampamento. O elevado contingente provocou reações por parte do governo Lula. No sábado, com a chegada de, aproximadamente, **100 ônibus** de manifestantes bolsonaristas em frente ao QG da capital federal, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, publicou portaria convocando a Força Nacional para segurança na Esplanada entre 07 e 09 de janeiro [e] reuniões bilaterais entre autoridades do governo eleito e representantes da segurança pública do DF nas vésperas da invasão (p. 14). Grifo nosso.

Cabe reafirmar que uso das plataformas como instrumentos na pulverização de opiniões sem filtros, bagunçou o debate público e a percepção da realidade, que se sobrepôs aos fatos. Mas, mesmo assim, era de se esperar maior iniciativa por parte das autoridades de segurança do GDF, da ABIN e do GSI – ainda em processo de desligamento dos bolsonaristas e dos militares do governo anterior – como “forças permanentes de Estado”, em relação ao que estava para acontecer. Até porque, sempre monitoraram tudo inclusive, movimentos sociais, como declarado pelo general Heleno, chefe da ABIN (Carta Capital, 25.10.2019). Como ressaltado por Garrossini, Santos, Tonhá e Guimarães (2023):

de um lado tínhamos um superdimensionamento do acampamento e do outro lado uma subestimação do seu poder de destruição. A temperatura e o temor foram aumentados ao longo do dia 8 de janeiro e perplexos assistimos, na mídia hegemônica e nos perfis de redes sociais e Youtube, à destruição gratuita provocada por uma massa irracional que ocupou a Esplanada dos Ministérios destruindo com força animal os prédios dos três poderes, patrimônio mundial da humanidade (...) a destruição seguiu com ataques às obras de arte, móveis históricos, documentos e toda sorte de objetos. (p. 36). Grifo nosso.

A “Festa da Selma” já estava anunciada por meio de convocações públicas e muito claras em relação ao objetivo de “ocupação e tomada do poder”. Porém, falhas graves – ou omissão e conivência – do GDF e dos militares ainda incutidos na ABIN e GSI – nos primeiros dias do governo Lula III, propiciaram o desfecho do caos.

Tomando como respaldo as palavras do pesquisador Teixeira (IHU, 2024) elencamos na Tabela 4 abaixo estes pontos, que também estão presentes na Cronologia que organizamos e se encontra na totalidade em <https://bit.ly/cronologiageraldatese>.

Tabela 4: Episódios importantes que contribuíram com a ocorrência do 8J

7/9/2021 Feriado da Independência do Brasil	• Discurso Bolsonaro sobre possível não aceitação de resultado eleitoral, ataques violentos aos ministros do TSE e STF e ao processo eleitoral: “<i>Se esse mesmo continuar, sem a contagem pública, eles vão ter problema porque algum lado pode não aceitar o resultado. Esse algum lado, obviamente, é o nosso lado</i>”. (CPMI8J, p. 404) • Partidarização da data e ataques ao STF e Alexandre de Moraes. Na Avenida Paulista, Bolsonaro chamou as urnas eletrônicas de farsa e atacou o STF discursando em tom agressivo: “<i>Qualquer decisão do ministro Alexandre de Moraes este presidente não mais cumprirá (...) acabou o tempo dele. Sai, Alexandre de Moraes, deixe de ser canalha</i>”; (UOL, 07/09/2021). • “<i>Quero dizer àqueles que querem me tornar inelegível em Brasília: só Deus me tira de lá</i>”, afirmou. Os atos de apoio a Bolsonaro, por intervenção militar e contra o STF foram organizados em diversas cidades em momento de crise e queda de popularidade do presidente. BBC BRASIL, 07/09/2021).
30/10/2022 2º TURNO DAS ELEIÇÕES	• “No dia 30 de outubro, o domingo da eleição, a PRF realizou, apesar da proibição expressa, centenas de blitzes contra veículos de transporte de passageiros para os locais de votação: foram 324 ônibus fiscalizados no Nordeste, 152 no Centro-Oeste, 65 no Sul, 79 no Sudeste e 76 no Norte. Ou seja, cerca de 46% dos ônibus abordados no Brasil foram no Nordeste. O número de abordagens no segundo turno foi 70% maior do que na primeira etapa do pleito e se concentrou no Nordeste, região em que Lula era o candidato mais votado” (VALOR ECONÔMICO, 30/10/2022). • Na noite de domingo, foi definida a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno para presidente da República, com 60.345.999 votos (50,90% dos votos válidos), contra Jair Bolsonaro, que obteve 58.206.354 votos (49,10% dos votos válidos) (TSE, 2022). • ATAQUE À DEMOCRACIA PELO SILÊNCIO DIANTE DA DERROTA ELEITORAL: Não reconhecimento do resultado

	da eleição: ao final da contagem dos votos e divulgação de Luís Inácio Lula da Silva como presidente eleito pela 3ª vez, as luzes do palácio do Alvorada se apagaram por volta das 22h, sem haver qualquer palavra de reconhecimento do resultado à nação e em especial aos seus seguidores; posteriormente, o caos foi iniciado no país protagonizando cenas grotescas; ocorreram mais ataques à democracia, acampamentos foram levantados por bolsonaristas nas portas dos quartéis do Exército e rodovias foram interditadas; estava se armando o “capitólio brasileiro” (CNN BRASIL, 31/10/2022). Grifo nosso. • “Durante a própria apuração do pleito, já circulavam, em grupos de WhatsApp e Telegram, mensagens de que as eleições haviam sido fraudadas. As mensagens reproduziam o discurso da fraude de 2014, segundo o qual haveria um padrão na totalização de votos que supostamente evidenciaria a presença de um “algoritmo”” (CPMI8J, p. 473). • “A partir do dia 30 de outubro, quando começaram as mobilizações, o número de bloqueios aumentou, atingindo o ápice entre os dias 1º e 02 de novembro, quando foram registrados cerca de 450 pontos de interrupção” (CPMI8J, p. 512).
12/12/2022 Dia da diplomação do presidente Lula. Mensagens cifradas e ataques violentos.	• Silêncio e ataques graves: no dia da diplomação do presidente eleito, Luís Inácio Lula Da Silva, Bolsonaro aparece aos apoiadores, mas permanece sem reconhecer resultado eleitoral (CNN BRASIL, 12/12/2022). • Foto diante de apoiadores com a bandeira do Brasil: Cerca de uma semana após o início de acampamentos diante de quartéis pelo país, Bolsonaro publicou uma foto sem legenda, em posição de comando e cercado por apoiadores, com a bandeira do Brasil ao fundo. Foi sua primeira postagem após o período eleitoral. • Terrorismo e violência ocorrem no mesmo dia: Manifestantes bolsonaristas diversos e indígenas incendiaram veículos e ônibus, bloquearam vias e tentaram invadir a sede da Polícia Federal em Brasília, sob o alegado pretexto da prisão do cacique Tserere (METRÓPOLES, 12/12/2022; CORREIO BRAZILIENSE, 13/12/2022; REVISTA FÓRUM, 12/12/2023; • Esses bolsonaristas mantinham articulação com George Washington, que tentou explodir um caminhão tanque no aeroporto de Brasília, mais adiante, na véspera de Natal, em 24/12/2022 (BBC BRASIL, 27/12/2022).

Fonte: <https://bit.ly/cronologiageraldatese> Elaborada pelo autor.

Importante pontuarmos que na transição de 2022 para 2023, o governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha, havia nomeado na área da segurança pública, Anderson Torres, recém ex-ministro da Justiça e Segurança Pública de Bolsonaro, que assumiu o cargo e logo em seguida viajou para os EUA – como o seu ex-chefe, mesmo diante do

momento de tensão que sombreava a capital federal. Destacamos que entre os pertences de Torres, mais adiante, fora encontrada pela Polícia Federal uma das provas da premeditação do golpe que estava em curso, a chamada de “**Minuta do Golpe**”:

documento, que simulava um decreto presidencial, na casa do ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, o qual respaldaria a intervenção na Justiça Eleitoral brasileira para anulação das eleições presidenciais, e mediar a prisão de determinados ministros do STF (SILVA E SCHURSTER, 2023, p. 58).

Ou seja, vários eventos prenunciaram, cada um, de maneira mais grave que o outro, que a insatisfação dos grupos bolsonaristas radicais, insuflada pela cúpula política e pelo silêncio dos militares das FA, que algo pior estava por acontecer. Eram como testes para medir até que ponto ações subsequentes seriam reprimidas ou não.

No mais, ao que nos parece, refletindo sobre este tópico é que o volume principal que dera suporte a tudo o que presenciamos, do governo Bolsonaro ao 8 de janeiro de 2023, fora a própria estrutura do Estado brasileiro, via Exército e militares da ativa e da reserva que compunham o alto escalão do governo, somada ao apoio de alguns representantes de setores beneficiados no desenrolar desse governo, além de um sem número de diversos, pequenos e difusos seguidores, mais fervorosos das bolhas bolsonaristas, que fizeram vaquinhas presenciais e eletrônicas para arrecadar dinheiro e colaborar na manutenção dos acampamentos e de si próprios em relação aos custos empregados nessas participações.

3.1.2 A pressão militar do Exército na proteção aos acampamentos golpistas antes e pós-ataques

Se já era inconcebível normalizar a proteção dada pelo Exército Brasileiro à montagem e manutenção dos acampamentos, o que podemos inferir da gravidade protagonizada por esta Força Armada em confrontar ordens judiciais, a polícia militar do Distrito Federal, e o Interventor nomeado pelo presidente da República, inclusive após a destruição das sedes dos três poderes pelos golpistas, estando o DF sob Decreto de Intervenção Federal parcial?

Estamos diante, mais uma vez na História do Brasil, da insubordinação militar ao controle constitucional pelo poder civil, por meio da negativa em cumprir as ordens

do Poder Executivo, baseadas nas leis editadas pelo Poder Legislativo, e que resultaram em determinações do Poder Judiciário. Nesse sentido, compartilhamos da visão de Piero Leirner, segundo a qual, em relação ao papel dos militares no episódio do 8J, o comprometimento era total e estes estavam:

Dando o direcionamento desse movimento e sustentando esses acampamentos, mesmo que não fosse uma ordem direta. As pessoas que protagonizaram os ataques formavam um grupo heterogêneo, mas com uma variável comum: a tal **família militar**. Havia militares da reserva e parentes de militares entre eles. Quando esse pessoal começava a perder o gás, aparecia um militar ali no acampamento para dar gás de novo. Esse foi, por exemplo, o papel do general Villas Bôas, que chegou a passear de carro pelo acampamento de Brasília (LEIRNER, FOLHA DE SP, 2023-A). Grifo nosso.

Pelo menos três, foram as tentativas de desmonte do acampamento bolsonarista na porta do Quartel Geral do Exército em Brasília, conforme relacionamos abaixo, com base em nossa Cronologia Geral da tese, disponível no link <https://bit.ly/cronologiageraldatese> , até que a situação foi se agravando, como detalharemos na sequência, entre os dias 8 e 9 de janeiro de 2023.

- a) No dia 12/11/2022, primeira tentativa frustrada de retirar os acampados. O plano da Segurança de Segurança Pública do governo distrital chamava-se “Operação para a Retirada do Acampamento”. Com medo de que o documento vazasse e irritasse Bolsonaro e os acampados, o Exército pediu para mudar o título para “Operação para Reprimir o Comércio Ambulante”. Quando a operação teve início – começando pela retirada dos ambulantes – os fiscais do DF foram hostilizados pelos acampados. Deixaram o local sob o risco de linchamento. A PM, que se posicionava ao lado do acampamento, nada podia fazer para proteger os fiscais. E a Polícia do Exército permitiu que fossem hostilizados e expulsos. Mais tarde, os servidores do governo do DF deixaram registrada em documento a inação dos militares (PIAUÍ, 02/06/2023; CPMI8J, p. 565).
- b) A segunda tentativa, ocorreu no dia 07/12/2022: “quando o acampamento já contava com quase 50 mil pessoas, organizou-se nova tentativa de desmobilização. Novamente, na hora H, os fiscais do DF foram expulsos pelos acampados. Em vídeos na internet, pode-se ver a polícia protegendo acampados que atacam os fiscais. De novo, o Exército abortou a operação porque não havia “condições de segurança das equipes de fiscalização” (PIAUÍ, 02/06/2023).
- c) No dia 29/12/2022, a Terceira tentativa frustrada de desfazer o acampamento golpista: “em acordo com o general Gustavo Dutra, do Comando Militar do Planalto Às 6h30 da manhã, os fiscais de comércio ilegal do DF começaram expulsando os ambulantes – e, mais uma vez, foram atacados pelos acampados. O general Dutra, que acompanhava a ação in loco, não se indignou com os ataques aos servidores do DF, mas com a quantidade de policiais. Ali mesmo, mandou uma mensagem de WhatsApp a um funcionário da Secretaria de Segurança Pública do DF reclamando: “Estou preocupado com a quantidade de meios [policiais] que vieram. Conforme pleiteado, deve ser sem violência”. E voltou a lembrar os limites da ação: “Retirada das estruturas [barracas] vazias. A tropa hipo [cavalaria], só em último caso. Não podemos subir a temperatura hoje”. A Polícia do Exército não protegeu os fiscais, entrou em atrito com a PM e o general Dutra, novamente, abortou a operação de retirada dos acampados”. (PIAUÍ, 02/06/2023). O planejamento foi consubstanciado no Protocolo de Ações Integradas 215/2022, mas foi frustrado por falta de apoio da Polícia do Exército, não tendo sido dada

autorização de entrada da PMDF no SMU a fim de apoiar os auditores do DF LEGAL” (CPMI8J, p. 569).

Conforme resgatado pela Revista Piauí (PIAUÍ, 02/06/2023) em relação à fatídica noite do 8 de janeiro de 2023 – pós-destruição, o Comandante Geral da PMDF, coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, afirmou em depoimento à CPI do 8J no DF, que:

a) Ao posicionar a tropa de choque para ação, foi abordado por um **tenente do Exército**. Exaltado, o militar dizia que o coronel não podia estar ali fazendo prisões porque era “área do Exército”. O coronel prosseguiu com as prisões, levando cerca de cinquenta pessoas. Minutos mais tarde, viu uma cena insólita. “**Quando eu olhei para trás, tinha uma linha de choque do Exército, montada com blindados**”, disse. “Eles não estavam voltados para o acampamento. Eles **estavam voltados para a PM, protegendo o acampamento**”.

b) Conforme a Piauí apurou, o então interventor do DF, Ricardo Cappelli, teve uma conversa dura com o **general Dutra**, comandante militar do Planalto, que começou prevendo uma catástrofe se houvesse prisões: – “Se o senhor entrar [no acampamento], haverá um banho de sangue”, disse Dutra.

– Cappelli perguntou: “Banho de sangue por quê, general? Por acaso tem manifestante armado dentro do acampamento, sendo protegido pelo Exército?”.

– O general respondeu que não. “É porque está de noite, os ânimos estão exaltados, vai ter gente que vai correr, vai ter enfrentamento, as pessoas podem se machucar”.

c) Ricardo Cappelli encontrou-se com o **comandante do Exército, Júlio Cesar Arruda**, no prédio do Comando Militar do Planalto. O general estava irritado com a tentativa de prender os baderneiros que se refugiaram no acampamento depois de depredar a Praça dos Três Poderes.

Arruda abriu a reunião usando sua artilharia verbal.

– O senhor ia entrar aqui com tropas sem a minha autorização? – Indagou Arruda, dirigindo-se a Cappelli.

– Não, general. Eu ia consultá-lo – respondeu Cappelli, constrangido com a abordagem à queima-roupa.

– Eu acho que tenho uma tropa um pouco maior que a sua, não é, coronel Fábio Augusto? – Provocou Arruda, virando-se para o comandante da PM, que presenciava a conversa.

Cappelli argumentou que a situação daquela noite era absurda, que o acampamento tinha de ser desfeito e as prisões precisavam ser efetuadas o quanto antes.

– O senhor não concorda, general? – Perguntou Cappelli.

– Não – cortou Arruda. – O senhor tem que entender que o Brasil está dividido. (PIAUÍ, 02/06/2023).

Nesse sentido, de acordo com a opinião da reportagem da Revista Piauí, com a qual concordamos, “*A resposta do comandante do Exército, que descumpria uma ordem para prender os baderneiros, deixava claro de que lado estavam os militares*” (PIAUÍ, 02/06/2023).

O Exército Brasileiro, mesmo pós-ataques antidemocráticos e severamente destrutivos, ignorou completamente e de uma só vez, por meio de ameaça e mediante o uso do seu poder de pressão armado, os três poderes, agindo politicamente a atacando, portanto, com essa atitude, a própria democracia, contribuindo assim para reforçar o seu estado permanente de crise. O desfecho da repudiável noite do 8 de janeiro de 2023,

ainda segundo o depoimento Comandante Geral da PMDF, coronel Jorge Eduardo Naime Barreto foi o seguinte:

Que o general DUTRA não permitiu que fossem feitas prisões dentro do Acampamento. QUE ouviu que em determinado momento DUTRA teria ligado para o presidente Lula. QUE DUTRA chamou o Coronel FABIO e o coronel KLEPTER para uma reunião dentro do QGEX. QUE FABIO voltou e disse para o declarante liberar a tropa e retornar com ela no dia seguinte às 06h00 para fazer a desmobilização do acampamento, o que foi feito. Fonte: Depoimento de Jorge Eduardo Naime à CPI na ALDF (CPMI8J).

Ora, se as Forças Armadas sempre se arvoraram de “garantidoras dos poderes e da Constituição”, como conceber que acoitariam e protegeriam aos que atacaram de modo explícito e violento o próprio Estado Democrático de Direito, donde surgiram as leis que chancelam a sua existência? Como compreender a ação de proteção aos que provocaram a desordem e o regresso democrático, quando sempre se auto intitularam como defensores da ordem e do progresso?

A única justificativa plausível é que, de fato, estivemos diante da ação político-partidária, do Exército Brasileiro, ou, porque não dizer, de uma facção do *Partido Militar*, em favor do espectro político da extrema-direita, materializada nos comportamentos ilegais e criminosos do seu comandante, general Arruda, e do comandante do Planalto, general Dutra.

3.2 Atores envolvidos, denunciados e ações criminosas cometidas no episódio do 8 de janeiro, segundo PF, PGR, STF, CPMI 8J e outras fontes de apoio



"como querem fazer crer alguns,
o 8 de janeiro não foi um passeio no parque
em que velhinhas com a bíblia na mão, passeavam em um domingo ensolarado"
(Alexandre de Moraes, AGÊNCIA BRASIL, 26/03/2025).

Uma série de narrativas pós-8J, especialmente diante do julgamento dos réus envolvidos no episódio foram criadas pelos bolsonaristas para tentar cravar a desinformação de que as investigações não seriam isentas, os julgamentos seriam injustos e estaria a Primeira Turma do STF condenando “velhinhas com bíblias nas mãos”. Em meio aos ataques terroristas, haviam, de fato, algumas pessoas portando bíblias e orando ajoelhadas em meio ao caos, respaldando o ocorrido, mas, nem de longe era um número significativo diante da multidão violenta que invadiu e destruiu tudo o que viu pela frente nas sedes dos três poderes em Brasília. Como descrito pela reportagem da CNN (2024-C), o dia 8 de janeiro foi marcado por:

revolta desmedida, que quando dirigida às instâncias legitimadas de poder, carrega o nome de tentativa de golpe. É o que a nossa Constituição tipifica como tentativa violenta de abolição do Estado Democrático de Direito, crime pelo qual pessoas estão sendo investigadas e condenadas pelo STF (CNN, 08/01/2024).

Os fatos são incontestáveis e as imagens e marcas de destruição foram tão vastas e nítidas, que fizeram com que a falsa narrativa caísse por terra, sem muitas dificuldades. Estamos diante, sem dúvidas, da maior depredação da história da democracia republicana no Brasil contemporâneo.

3.2.1 Enquadramentos jurídicos baseados em documentos da CPMI8J, PF, PGR e STF

Segundo a Polícia Federal, a investigação que se desenvolveu após 8 de janeiro de 2023, está relacionada com os fatos desencadeados pelos *atores*, os quais foram enquadrados como uma organização criminosa, dividida, apesar de articulada, em cinco “**Eixos de Atuação**”, sendo que há subdivisões nas investigações dos eixos apontados no Quadro 3 abaixo, que são chamados pela Polícia Federal, pela Procuradoria Geral da República e pelo Supremo Tribunal Federal, de “**Núcleos**” (Relatório PF, 2024, P. 1-2).

Na primeira leva de julgamentos do STF, foi considerado como prioridade, dentro do Eixo “c”, o que o tribunal chamou de “**Núcleo Crucial**”, equivalente à **cúpula** responsável pelo direcionamento dos principais crimes cometidos que desaguarão na tentativa de Golpe de Estado e Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito, por óbvio também priorizada no julgamento, finalizado em dezembro de 2025.

EIXOS DE ATUAÇÃO

a) ataques virtuais a opositores;

b) ataques às instituições (STF, TSE), ao sistema eletrônico de votação e à higidez do processo eleitoral;

c) tentativa de Golpe de Estado e de Abolição violenta do Estado Democrático de Direito;

d) ataques às vacinas contra a Covid-19 e às medidas sanitárias na pandemia e;

e) uso da estrutura do Estado para obtenção de vantagens, o qual se subdivide em:

e.1) uso de suprimentos de fundos (cartões corporativos) para pagamento de despesas pessoais;

e.2) Inserção de dados falsos de vacinação contra a Covid-19 nos sistemas do Ministério da Saúde para falsificação de cartões de vacina; e

e.3) Desvio de bens de alto valor patrimonial entregues por autoridades estrangeiras ao ex-Presidente da República, JAIR MESSIAS BOLSONARO, ou agentes públicos a seu serviço, e posterior ocultação com o fim de enriquecimento ilícito” (fls. 3-4).

Fonte: Pets 13.236/12.100/STF e Inquérito/PF. Autoria: Elaborada pelo autor.

Ao longo desta tese e especialmente na **Cronologia Geral**¹⁰, é possível encontrar vários pontos importantes, relativos às investigações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do 8 de janeiro de 2023 – CPMI 8J, do relatório de conclusão da investigação elaborado pela Polícia Federal, pela revisão e aceitação da denúncia por parte da Procuradoria Geral da república e pelo acolhimento da denúncia e julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

O relatório final da CPMI 8J, elaborado pela senadora Eliziane Gama (PSD/MA), foi aprovado em outubro de 2023. No corpo desta pesquisa, vários dos elementos levantados pela CPMI 8J podem ser encontrados entrelaçando e respaldando nossas análises e o documento completo pode ser localizado no site do Senado¹¹. Segundo a Agência Brasil (07/01/2024), em resumo:

O documento pediu o indiciamento de 61 pessoas por crimes como associação criminosa, violência política, abolição do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado. Entre elas, o ex-presidente Jair Bolsonaro e ex-ministros como Walter Braga Neto, da Defesa, Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), e Anderson Torres, da Justiça (AGÊNCIA BRASIL, 07/01/2024).

¹⁰ Disponível em: <https://bit.ly/cronologiageraldatese>

¹¹ CPMI 8J. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos do 8 de Janeiro de 2023. **Relatório Final**. 17 out. 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2023/10/17/relatorio-cpmi-versao-consolidada_231017_100010.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

Uma crítica à CPMI do 8 de janeiro, identificada pela equipe de pesquisadores do Tricontinental (2024), com a qual concordamos, é que, apesar de sua importância à manutenção da agenda política com fins de responsabilização dos atores da tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do estado Democrático de Direito, não progredira, até o seu fechamento, em relação às investigações já abertas pelo STF, que posteriormente avançou, complementada por novas informações, fruto de operações posteriores. Além disso, segundo os pesquisadores, o próprio governo Lula:

Empreendeu esforços para poupar gerais de depoimentos em nome da “pacificação”. Mesmo com essa postura, fracassou em proteger o único [tido por] “general lulista”, que caiu após desgaste por sua gestão temerária no GSI, sobretudo nas semanas que antecederam o 8J. Ao final, **a CPMI poupou Gonçalves Dias e indiciou coronéis e gerais do GSI, do Comando Militar do Planalto e do Batalhão da Guarda Presidencial, assim como de comandantes da PM do DF e as principais lideranças militares do governo anterior: Bolsonaro, Augusto Heleno e Braga Netto.** Em meio a CPMI, a estratégia da conciliação levou o governo a recuos (TRICONTINENTAL, 2024, p. 5). Grifo nosso.

Outra discordância que apontamos em relação ao relatório da CPMI do 8 de janeiro é o fato de que em alguns trechos de sua introdução e de sua conclusão, embora tenha contabilizado a participação dos militares por ações e omissões, enquanto atores no processo que levou à tentativa de golpe e em aliança com civis, afirma, no que se refere ao que abordamos no tópico 2.2, “Bolsonaro cooptou os militares ou os militares cooptaram Bolsonaro? ”, que integrantes das FA teriam sido cooptados CMPI8J (2023):

O oito de janeiro **é produto direto da herança autoritária**, que ainda teima em persistir em **alguns setores militares**. (...) **é resultado da omissão do Exército** em desmobilizar acampamentos ilegais que reivindicavam intervenção militar; da **ambiguidade das manifestações e notas oficiais das Forças Armadas**, que terminavam por encorajar os manifestantes, ao se recusarem a condenar explicitamente os atos que atentavam contra o Estado Democrático de Direito; **e de ameaças veladas à independência dos poderes, como a praticada pelo então comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas**, na véspera de importante julgamento no STF (p. 47). Setores das **Forças Armadas** continuam a flertar com o autoritarismo: acolhem e recompensam os que pregam a supressão do Estado Democrático de Direito; apelam à disciplina e à hierarquia, mais do que à coragem e ao valor; defendem não o Brasil de todos os brasileiros, mas seu projeto exclusivista de Nação (p. 981-982). **A cooptação de integrantes das Forças Armadas — seja por meio da militarização da Administração Pública, seja pela concessão de benefícios e vantagens exclusivos —** jamais buscou o interesse do País (p. 983). De pouco adiantou a omissão premeditada e deliberada da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal. **De pouco valeram a conivência e a leniência de setores das Forças Armadas.** Pouco acrescentou o treinamento, a preparação, a articulação dos manifestantes, de seus instigadores e financiadores. O Oito de Janeiro não deu certo (p. 986). O Oito de Janeiro não foi um fenômeno pontual: envolveu estrutura capilarizada, com financiamento difuso, e a organização em múltiplas células. **Os golpes modernos** são multifacetados e multitudinários.

Ocorrem nas ruas e nas redes. **Envolvem civis e militares** (p. 987). CPMI8J (2023). Grifo nosso.

Neste trecho anterior e no seguinte, apresentado pela senadora Eliziane Gama, relatora da CPMI8J, ao que nos parece, há uma contradição, pois, o relatório também afirma a convivência e leniência das Forças Armadas, mas chancela que as mesmas ou seus integrantes é quem teriam sido cooptados por Bolsonaro e pelo governo, que aparece como o grande responsável, a exemplo também da condenação final do STF, que imputou ao ex-presidente a maior pena, apesar de ter, pela primeira vez na História do Brasil, condenado comandantes da cúpula militar:

o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, foi autor intelectual e moral dos ataques perpetrados contra as instituições que culminaram no dia da intentona da extrema direita (p. 815). O ex-mandatário usou seus seguidores para tentar escapar aos próprios crimes (p. 985) a intenção seria estimular uma insurreição que deixasse os poderes constituídos de joelhos; uma rebelião que enfraquecesse o governo que apenas começava e que espalhasse o caos; um processo anárquico que disseminasse o medo e que inspirasse, aos setores mais moderados da sociedade, o desejo de contemporização (p. 984-985) a invasão e a depredação dos prédios públicos seriam apenas o estopim. A anarquia se espalharia. O Brasil se contagiaria. A República cairia (CPMI8J, 2023, p. 985).

Porém, como defendemos e desenvolvemos detalhadamente no tópico 2.2, o que aconteceu foi justamente o contrário, e que inclusive, o próprio Bolsonaro foi lançado pelos militares e se tornou um instrumento dos mesmos para a chegada ao governo, dentro de um projeto de ocupação de poder pelos militares, admitido no livro de uma das maiores lideranças do segmento, o general do Exército Brasileiro, Villas Bôas. No mais, boa parte deste relatório foi composto também por conteúdos que podem ser encontrados com riqueza de detalhes na investigação da PF e PGR, como do julgamento do STF, conforme demonstraremos na sequência.

No dia 11 de novembro de 2024, a Polícia Federal declarou o encerramento das investigações, onde buscou apurar a existência de uma organização criminosa, que segundo a instituição, atuou de forma coordenada, articulando atores e instrumentos institucionais e por fora da institucionalidade – na tentativa de manter, de modo antidemocrático, Bolsonaro no poder, mesmo tendo sido derrotado nas urnas em 2022.

A Polícia Federal encaminhou ao STF neste relatório final o pedido de indiciamento de 37 pessoas – atores – envolvidos nos crimes enquadrados juridicamente como sendo de tentativa de “*abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa*”. Já os tipos penais apontados pela PF, foram: Art.

2º da Lei 12.850/2023 e Arts. 359-L, 359-M do Código Penal e as provas foram obtidas por meio de “*diversas diligências policiais realizadas ao longo de quase dois anos, com base em quebra de sigilos telemático, telefônico, bancário, fiscal, colaboração premiada, buscas e apreensões, entre outras medidas devidamente autorizadas pelo poder Judiciário*” (POLÍCIA FEDERAL, 2024; POLÍCIA FEDERAL, 2024b; STF, 2024; MPF, 18/02/2025).

A Procuradoria Geral da República, no dia 18 de fevereiro de 2025, tornou público que identificou na peça da Polícia Federal indícios de materialidade e autoria dos crimes imputados aos atores investigados, denunciando-os ao Supremo Tribunal Federal, estando localizáveis na internet a partir da referência: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA; ASSCRIM/PGR N. 212310/2024 (MPF, 18/02/2025).

Na sequência, em 26 de março de 2025, a primeira turma do Supremo Tribunal Federal acolheu a denúncia oferecida pela PGR, tornando efetivamente réus os investigados, conforme abordaremos a seguir, mas disponíveis e facilmente localizáveis na internet sob a referência: Petição n. 12.100 – BRASÍLIA/DF Relator: Ministro Alexandre de Moraes.

Como tem ficado perceptível ao longo do que já expomos nesta pesquisa e do que virá na sequência, estamos diante praticamente dos mesmos atores, motivados pelos mesmos interesses – políticos, econômicos ou religiosos – e mobilizados pelos mesmos discursos que deram liga a estes diferentes grupos, unindo-os, sinérgica e sincronamente, em torno de Bolsonaro e dos militares das FA, desde a pré-campanha, durante e pós-governo, como também no episódio do 8 de janeiro de 2023.

E, por mais que tenhamos feito algumas observações e críticas aos documentos aqui apresentados, é importante deixar claro o rigor da apuração, a riqueza dos detalhes, a vastidão de provas materiais obtidas e a minuciosa identificação dos autores e respectivos crimes praticados por atores de dentro e de fora das instituições.

3.2.2 Atores de cúpula: os arquitetos do golpe e respectivas ações criminosas na visão dos investigadores e do Judiciário

No quadro 4 a seguir, a partir da consulta a vários documentos elencados abaixo, reunimos informações a respeito dos principais investigados, indiciados pela Polícia Federal e referendados pela Procuradoria Geral da República em relação aos crimes de

abolição violenta do Estado Democrático de Direito e tentativa de golpe de Estado e a participação atribuída a cada um pelos investigadores. Consta no quadro também a condenação e imputação da pena a quase todos os envolvidos, considerando o que foi divulgado oficialmente pela Primeira Turma do STF nas **Ações Penais 2668, 2693, 2694, 2696** (STF, 17/12/2025) que criamos especialmente para informações complementares desta tese, se encontra um quadro mais completo com os 42 denunciados, condenados e suas respectivas penas. De acordo com o quadro no link¹², **dos 42 indiciados**, inicialmente nos núcleos do Eixo “C”, **28 são militares e estão em posição de destaque** no que se refere à gravidade dos atos cometidos contra o regime democrático brasileiro. Isso significa que um percentual de **67,66% dos denunciados, são militares das Forças Armadas**. Ou seja, mostra claramente que estes representam bem mais que a metade da cúpula dos que cometeram crimes contra a democracia no processo que desaguou no 8 de janeiro de 2023, segundo o STF.

E, mesmo não tendo ocorrido a efetivação do golpe como desfecho final, este fato se constitui em mais um importante indicador que confirma a nossa argumentação central de tese, no que se refere ao envolvimento direto dos militares com a política e no ataque à democracia, em contraponto a Przeworski (2020) e Levitsky e Ziblato (2018), para os quais, os militares já não representariam um perigo à erosão democrática.

Além disso, **dos 8 indiciados dentro do chamado “Núcleo Crucial”** (em destaque no Quadro 4, pela PF e denunciados pela PGR, **6 são militares das FA**. De todo modo, tal fato se configura nitidamente como mais um reforço à defesa do nosso argumento central nesta tese, quanto à participação efetiva desses militares, inclusive, em maioria e na posição de protagonistas, figurando literalmente entre os arquitetos da tentativa de Golpe de Estado e Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito. Segundo a Ação Penal 2268 do STF, este núcleo foi o “*Responsável pelo planejamento e pela articulação dos atos golpistas*” (STF, 2025, AP 2268).

Um deles, o delegado da PF, Alexandre Rodrigues Ramagem, em virtude de ter assumido o mandato de deputado federal, teve os efeitos processuais em suspenso por um período, mas, após fugir do Brasil para os EUA, para não ser preso e responder pelas condenações que ocorreram logo após, teve declarada a sua perda de mandato pelo

¹² Disponível em: <https://bit.ly/indiciadoscrimespenasgolpe8j>

STF e confirmada pela Câmara de Deputados. Pelo menos até maio de 2026, o mesmo, foragido do Brasil, fora capturado pelo “ICE”, a polícia de imigração dos EUA.

Um fato interessante a ser notado é o envolvimento e comprometimento de integrantes das demais forças de segurança, representados no quadro completo¹³, onde se encontra o indiciamento de 6 agentes, junto a todo o enredo que se processou do governo Bolsonaro ao 8 de janeiro de 2023. Não é foco da nossa tese, mas, fica a recomendação para que outras agendas de pesquisa possam se aprofundar neste tópico.

Quadro 4: Tentativa de Golpe de Estado e Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito

PRINCIPAIS INDICIADOS NOS NÚCLEOS DO EIXO “C”: TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO E ABOLIÇÃO VIOLENTA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO;	
INDICIADOS, E CONDENDOS	CARACTERIZAÇÃO DO RÉU, ENVOLVIMENTO CRIMINOSO, PENA IMPUTADA PELO STF E OUTRAS INFORMAÇÕES
1. ALEXANDRE RODRIGUES RAMAGEM (Núcleo Crucial) AP 2268	Delegado da PF , ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, Abin, no governo Bolsonaro – época em que o órgão foi usado para espionagem ilegal, no escândalo conhecido como Abin Paralela – e se elegeu deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro em 2022. Em 2024, foi derrotado na disputa pela prefeitura da capital fluminense. Não está respondendo ao processo em curso, do “Núcleo Crucial”, por ter assumido antes do processo o mandato de dep. Federal; denunciado pela PGR; PENA : 16 anos de prisão – regime inicial fechado.
2. ALMIR GARNIER SANTOS (Núcleo Crucial) AP 2268	Almirante de esquadra e ex-comandante da Marinha no governo Bolsonaro, assinou nota em defesa dos acampamentos golpistas em frente aos quartéis e teria colocado as tropas em favor do golpe. Núcleo de Oficiais de Alta Patente com Influência e Apoio a Outros Núcleos; denunciado pela PGR; PENA : 24 anos de prisão – regime inicial fechado.
3. ANDERSON GUSTAVO TORRES (Núcleo Crucial) AP 2268	Ex-delegado da PF , ex-ministro da Justiça e Segurança Pública de Bolsonaro e, do DF na época dos ataques golpistas em Brasília. Já havia sido indiciado, junto com o ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques, por prejudicar o deslocamento de eleitores no dia da votação no segundo turno das eleições de 2022. A PF encontrou com ele a primeira minuta que sugeria a decretação de Estado de Defesa para intervenção nas eleições. Núcleo de Desinformação e Ataques ao Sistema Eleitoral; Núcleo Jurídico; denunciado pela PGR; PENA : 24 anos de prisão – regime inicial fechado.
4. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA (Núcleo Crucial) AP 2268	Foi capitão do Exército na ditadura. É general da reserva do Exército e ex-ministro do GSI, no governo Bolsonaro. No plano golpista, Heleno seria, ao lado de Braga Netto, o comandante do “gabinete de crise” que seria instalado pós assassinato de Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes. Formado na Academia Militar das Agulhas Negras, onde lecionou. Núcleo de Inteligência Paralela; denunciado pela PGR; PENA : 21 anos de prisão – regime inicial fechado.
5. JAIR MESSIAS BOLSONARO (Núcleo Crucial) AP 2268	Ex-presidente da República, ex-deputado federal e capitão da reserva do Exército . Segundo a PGR, teria participado da formulação e edição de minutas do golpe, e estaria totalmente a par do plano "Punhal Verde Amarelo", para assassinar Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes. Em sua sala, na sede do PL em Brasília, foi encontrada a segunda minuta do golpe, defendendo e anunciando a decretação do Estado de Sítio e de uma “GLO” no país; duas condenações pelo TSE: ficou inelegível até 2030, por abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação em um encontro com embaixadores e diplomatas estrangeiros no Palácio do Alvorada, fez acusações nunca provadas sobre as urnas eletrônicas,

¹³ <https://bit.ly/indiciadoscrimespenasgolpe8j>

	apontando falta de segurança e fraudabilidade; e novamente declarado inelegível pela mesma corte, por abuso de poder político e uso eleitoral das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil em 07/09/2022. Denunciado pela PGR; PENA: 27 anos e 3 meses de prisão – regime inicial fechado.
6. MAURO CESAR BARBOSA CID (Núcleo Crucial) AP 2268	Tenente-coronel do Exército , afastado, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. Formado pela AMAN. Considerado peça chave nas investigações por conta da delação premiada. Foi preso também em outra operação que investiga dados falsos sobre vacinação nos sistemas do Min. da Saúde. Núcleo de Desinformação e Ataques ao Sistema Eleitoral; Núcleo Responsável por Incitar Militares à Aderirem ao Golpe de Estado; Núcleo Jurídico; Núcleo de Inteligência Paralela; denunciado pela PGR; PENA: 2 anos de reclusão – regime aberto.
7. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (Núcleo Crucial) AP 2268	General, ex-comandante do Exército . Foi ministro da Defesa no governo Bolsonaro. Também foi da Academia Militar das Agulhas Negras. Enviou um ofício em junho de 2022 com queixas ao TSE de que sete propostas feitas pelas Forças Armadas não estariam sendo devidamente consideradas. Núcleo de Oficiais de Alta Patente com Influência e Apoio a Outros Núcleos; denunciado pela PGR; PENA: 19 anos de prisão – regime inicial fechado.
8. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Núcleo crucial) AP 2268	General da reserva do Exército , ex-ministro da Defesa no governo Bolsonaro e candidato a vice na chapa do ex-presidente em 2022. Segundo a PF, chefou um gabinete de crise para realizar novas eleições e participou da elaboração dos planos golpistas. Declarado inelegível pelo TSE, por abuso de poder político e uso eleitoral das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil em 2022. Núcleo Responsável por Incitar Militares à Aderirem ao Golpe de Estado; Núcleo de Oficiais de Alta Patente com Influência e Apoio a Outros Núcleos; denunciado pela PGR; PENA: 26 anos de prisão – regime inicial fechado.

Fonte: denúncia apresentada pela Polícia Federal, p. 5; dados do STF na PET/STF/DF: 12.100, p. 5, 7, 8, 9. Ações Penais 2668, 2693, 2694, 2696 /STF (STF, 17/12/2025). The Intercept Brasil. Autoria: Elaborado pelo autor. Lista completa dos 42 denunciados, condenados, núcleos e penas, disponível no link: <https://bit.ly/indiciadoscrimespenasgolpe8j>

Há algumas diferenças entre as listas de indiciados pela PF, PGR e acolhidos pelo STF. No quadro disponibilizado no link, não constam os nomes de **Eder Lindsay Magalhães Balbino** e **Alex de Araújo Rodrigues** mencionados respectivamente na PET/STF 12.100, nos núcleos de Desinformação e Ataques ao Sistema Eleitoral e Operacional de Apoio às Ações Golpistas. **Fernando de Sousa Oliveira**, ex-secretário executivo da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) e o general Teófilo, foram absolvidos, pois, o colegiado do STF entendeu que a PGR não comprovou os fatos apontados na denúncia, deixando dúvida razoável sobre a adesão do réu à trama golpista. Além disso, segundo o STF, em relação a outros efeitos das penas:

Os condenados que eram **servidores públicos** tiveram decretada a perda do cargo. **Em relação aos militares** com pena superior a dois anos, o Superior Tribunal Militar (STM) foi comunicado para análise a Declaração de Indignidade para o Oficialato, que pode levar à perda do posto e da patente. (...). Outro efeito da condenação é a **suspensão dos direitos políticos de todos** os sentenciados desde o julgamento até oito anos depois do cumprimento da pena. (STF, 17/12/2025). Grifo nosso.

Esclarecemos que a PF apontou pelo menos 42 envolvidos na trama golpista, e que, segundo STF “*A partir das denúncias apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), foram julgados 31 réus, resultando em 29 condenações e 2 absolvições*” (STF, 17/12/2025). Com base na denúncia oferecida pela PGR, aceita pelo STF, os 42 denunciados nesta etapa foram acusados de cometer os cinco crimes a seguir, com seus respectivos enquadramentos legais: Organização criminosa armada (art. 2º, caput, §§2º, 3º e 4º, II, da Lei n. 12.850/2013); Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L do Código Penal); Golpe de Estado (art. 359-M do CP); Dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima (art.163, parágrafo único, I, III e IV, do CP); Deterioração de patrimônio tombado (art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998). De acordo com as fontes apontadas, além da BBC (2025) e Jota (2025), as peças acusatórias se basearam em “*manuscritos, arquivos digitais, planilhas e trocas de mensagens que revelam o esquema de ruptura da ordem democrática e descrevem, de forma pormenorizada, a trama conspiratória armada e executada contra as instituições democráticas*” (ASSCRIM/PGR N. 212310/2024; BBC, 2025; JOTA 2025) grifo nosso.

Quadro 5 - Núcleos definidos e ações criminosas

NÚCLEOS DEFINIDOS E AÇÕES CRIMINOSAS	
NÚCLEO	FORMA DE ATUAÇÃO / CRIMES IDENTIFICADOS
De desinformação e Ataques ao Sistema Eleitoral	Produção, divulgação e amplificação de notícias falsas quanto a lisura das eleições presidenciais de 2022 com a finalidade de estimular seguidores a permanecerem na frente de quartéis e instalações, das Forças Armadas, no intuito de criar o ambiente propício para o Golpe de Estado, conforme exposto no tópico "Das Medidas para Desacreditar o Processo Eleitoral" constante na presente representação.
<u>Incitar Militares à Aderirem ao Golpe de Estado</u>	Eleição de alvos para amplificação de ataques pessoais contra militares em posição de comando que resistiam às investidas golpistas. Os ataques eram realizados a partir da difusão em múltiplos canais e através de influenciadores em posição de autoridade perante a "audiência" militar.
Jurídico	Assessoramento e elaboração de minutas de decretos com fundamentação jurídica e doutrinária que atendessem aos interesses golpistas do grupo investigado.
Operacional de Apoio às Ações Golpistas	A partir da coordenação e interlocução com o então Ajudante de Ordens de JAIR BOLSONARO, MAURO CESAR CID, atuavam em reuniões de planejamento e execução de medidas no sentido de manter as manifestações em frente aos quartéis militares, incluindo a mobilização, logística e financiamento de militares das forças especiais em Brasília.
De Inteligência Paralela	Coleta de dados e informações que pudessem auxiliar a tomada de decisões do então Presidente BOLSONARO na consumação do Golpe de Estado. Monitoramento do itinerário, deslocamento e localização do Ministro do Supremo Tribunal Federal ALEXANDRE DE MORAES e de possíveis outras autoridades da República com objetivo de captura e

	detenção quando da assinatura do decreto de Golpe de Estado.
De Oficiais de Alta Patente com Influência e Apoio a Outros Núcleos	Utilizando-se da alta patente militar que detinham, agiram para influenciar e incitar apoio aos demais núcleos de atuação por meio do endosso de ações e medidas a serem adotadas para consumação do Golpe de Estado. Esse núcleo foi denominado inicialmente de: Operacional para Cumprimento de Medidas Coercitivas

Fonte: PET/STF/DF: 12.100, p. 5, 7, 8, 9. Autoria: Elaborado pelo autor.

Vale observar que em relação ao último núcleo do Quadro 5 acima, “Núcleo de Oficiais de Alta Patente com Influência e Apoio a Outros Núcleos” poderia constar também os ministros e demais atores civis, de alto escalão do governo, ou partidários, que, se valendo de seus cargos e posições políticas, atuaram na mesma linha.

Notemos também que, ao analisarmos o Quadro 4, o qual identifica os atores e em quais núcleos se encontram, um importante respaldo do que também apontamos nesta tese, para além do nosso argumento central: a sinergia e a sincronia visíveis a partir da interação entre os atores dos núcleos, espaços, e âmbitos institucional e extra institucionais. Os ataques à democracia e o específico evento do 8J, expõem que os mesmos se davam por dentro e por fora, e mediante articulação entre civis e militares – da ativa e da reserva, muitas vezes com os últimos, detentores do poder de uso das armas do Estado e de cargos de alto escalão governamental, pressionando os primeiros.

Detalhe importante é que quase todos os integrantes da cúpula das Forças Armadas foram formados na AMAN, onde alguns integraram a mesma turma, como outros serviram no mesmo período no Haiti e eram da ativa no período da ditadura. Identificamos ainda, parentes de ditadores, inclusive presidente e ministros que integraram o governo Bolsonaro e ou também constaram na denúncia da PGR. Tais fatos reforçam a sinergia, a relação de proximidade, amizade, familiaridade e confiança que envolve boa parte dos denunciados e integrantes da cúpula governista e reforça a clareza na participação com grande nível de influência, dos militares das FA na política.

Nesse contexto, esses atores nos remetem literalmente à visualização de uma organização criminosa com fins não somente de dar um golpe de Estado, atentando contra o Estado Democrático de Direito, mas, para além disso, é fundamental pensarmos sempre no que estava em jogo, caso os mesmos deixassem o poder: tanto as áreas de interesses controladas pelos militares e aliados de dentro e de fora do governo, quanto os interesses afinados a uma política econômica ultra neoliberal, politicamente

enquadrada à extrema direita, permeada pelos valores culturais e conservadorismo, como também ao combate aos chamados “inimigos” eleitos, como lhes é peculiar.

Percebamos assim, do que foram – e provavelmente ainda são – capazes de fazer para permanecerem no poder e manter a agenda comum a todos os grupos e atores de dentro e de fora do Estado. A própria existência da ABIN Paralela, é mais um exemplo da mesma sinergia de atos e conexão entre atores durante todo o governo Bolsonaro, neste caso com a função de colher informações ameaçar adversários, pressionar aliados e desvirtuar informações quando conveniente, produzindo conteúdos falsos para disseminar nas redes, em sincronia com o Gabinete do ódio, demais aliados e liderados.

É importante pontuarmos aqui, uma visão crítica sobre um detalhe do relatório da PF, chancelado pela PGR e aceito para julgamento pelo STF, em que pese o acerto em relação aos denunciados e ao reconhecimento de indícios de materialidade e autoria nas provas obtidas pela Polícia Federal. Observamos que, assim como os invasores que depredaram as sedes dos três poderes em Brasília no 8 de janeiro não se tratavam de inocentes “*velhinhas com bíblias na mão*”, pelo menos o Exército não deveria estar figurando na denúncia da PGR como uma “***vítima de conspirata***”, como destacou o Procurador Geral da República, Paulo Gonet.

De acordo com nossa análise, embora boa parte da cúpula esteja incluída e condenada no processo, não é razoável que os militares não tenham sido enquadrados claramente como “**núcleo militar**”, mas, como “**núcleo responsável por incitar militares**”. Realmente, houve militares da cúpula, pelo que está claro nas investigações, que oficialmente não apoiaram ou não aderiram à tentativa de golpe. Porém, ao longo do tempo, concorreram para que a situação chegasse a tal ponto e o silêncio fúnebre nos momentos mais graves, no mínimo indica prevaricação ou conivência velada.

Mesmo os que não aderiram, ao tomarem conhecimento de planos como o ‘*Punhal Verde e Amarelo*’ que previa o assassinato do presidente Lula, do vice Alckmin e do Ministro Alexandre de Moraes, como também de minutas golpistas analisadas e/ou em andamento, deveriam ter feito imediata e publicamente a denúncia de tais atos ou mesmo decretado a prisão dos envolvidos.

De fato, não cabe em uma tese “especular”, mas, pode-se refletir e questionar: o que teria ocorrido se o presidente Lula tivesse decretado uma “GLO” ao invés de uma Intervenção Federal? Se por um lado, o Exército Brasileiro e demais Forças Armadas foram, **no mínimo**, aparelhadas e aparelharam os mais diversos setores do governo de então, como demonstraram os números detalhados no Capítulo 2, sobre a ocupação de cargos civis e militares nas estruturas governamentais, por outro lado, membros do alto comando e de outros escalões e patentes, inclusive da ativa e oriundos de uma mesma escola de formação, estiveram na proa, deram suporte e **atuaram diretamente** na costura da tentativa de golpe, em alguns momentos por ação e em outros por inação.

Além disso, como atos preparatórios, anteriormente ao 8J, silenciaram durante todos os momentos em que as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral foram atacados – até mesmo pós-relatório sobre as urnas onde nada foi encontrado em relação às supostas chances de fraudes, como também, **não refutaram publicamente** durante todo o período do governo Bolsonaro e do evento estudado nesta pesquisa, as falas do então presidente, de seus ministros e do candidato à vice na chapa de tentativa de reeleição em 2022, também militar. Conforme The Intercept Brasil (2024) “*O golpe veste farda. Bolsonaro, Heleno, Braga Netto e Costa Neto: quem são os indiciados por tentativa de golpe*”. Em outra reportagem, com base nos documentos que também analisamos, a participação dos militares fica ainda mais clara, pois houvera

conivência, participação e apoio de setores do Exército e da polícia da cidade de Brasília. A manifestação e invasão teriam sido planejadas para legitimar intervenção das Forças Armadas e decretação de Estado de Sítio, atos que provocariam anulação do processo eleitoral (THE CONVERSATION, 2024).

Destaque também aos “Kids-Pretos”: membros treinados por forças especiais no Exército, que ofereceram “treinamento” nos acampamentos em frente QGEx/BSB, que serviram às ações táticas do 8J, na invasão e depredação dos prédios públicos.

Na chamada “Reunião do Golpe”, ilustrada pela Figura 4 abaixo, em 05 de julho de 2022, na qual foram registradas 33 pessoas, entre **militares da ativa e da reserva** e civis do alto escalão do governo Bolsonaro, convém notarmos, além da cumplicidade, conivência e prevaricação, o silêncio dos presentes diante de fatos graves: “*Maioria na reunião golpista ficou calada, o que pode significar omissão: 23 autoridades sentadas à sua mesa não usaram a palavra*” (CORREIO BRAZILIENSE, 2024).

Figura 3 - Presentes na reunião do Golpe em 05 de Julho de 2022



Fonte: G1 (09/02/2024)¹⁴

Ao assistirmos o vídeo da reunião¹⁵, ficou perceptível que a constatação da iminente derrota também no 2º turno das eleições de 2022, motivou o desespero e impulsionou uma forte cobrança para que os presentes “fizessem algo” para colaborar com a tentativa de reversão dos resultados, para que não fosse preciso algo mais grave acontecer: *“Bolsonaro dispara ataques aos ministros do STF durante reunião ministerial de 5 de julho de 2022, convocada para discutir as eleições”* (G1, 2024).

Na reunião, Bolsonaro deixou ainda o seguinte aviso: *“se a gente reagir depois das eleições, vai ter um caos no Brasil, vai virar uma grande guerrilha, uma fogueira no Brasil. Agora, alguém tem dúvida que a esquerda, como está indo, vai ganhar as eleições? Não adianta eu ter 80% dos votos. Eles vão ganhar as eleições”* (G1, 2024).

Enfim, na leitura dos documentos da CPMI 8J, PF, PGR e STF, restou clareza também quanto à sinergia e sincronia, que se deu por meio das articulações via redes e mídias digitais. Aplicativos de mensagens, como temos demonstrado nesta tese, desde a fundamentação teórica, foram fundamentais na integração da comunicação entre os

¹⁴ Ver mais em: G1. **Veja quem é quem na reunião em que Bolsonaro e ministros discutiram estratégias golpistas.** G1, 09 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/02/09/veja-quem-e-quem-na-reuniao-em-que-bolsonaro-e-ministros-discutiram-estrategias-golpistas.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹⁵ Ver mais em: STF. Supremo Tribunal Federal. **STF torna público vídeo de reunião em investigação sobre tentativa de golpe de Estado.** Notícias STF, 09/02/2024. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=526687&ori=1>. Acesso em: 12 jan. 2025.

campos e atores político institucional e de fora da institucionalidade e entre os próprios internamente, e, também, como forma de difusão de conteúdos de interesse do grupo. O WhatsApp, SIGNAL, Facebook e Instagram, foram os principais meios de comunicação direta e difusa, que possibilitaram a articulação antes, durante e depois do 8J.

3.3 Bolsonarismo funcionando como base civil mobilizada dos militares no 8J

Cabe frisar, antes de desenvolvermos este tópico, o que consideramos nesta pesquisa como ***bolsonarismo***, visto que, o mesmo ao longo do tempo, esse movimento serviu como agente de reverberação dos discursos de Bolsonaro e dos ideais distorcidos sobre o que seria o papel e a tarefa dos militares, e funcionou também como massa de manobra necessária para dar visibilidade e pôr em prática os planos do grupo que os governava: militares, Bolsonaro e demais atores.

Compreendemos o bolsonarismo como um campo político, projetado a partir do espectro da extrema-direita que confronta ideias, ideologias e formas de ver o mundo e agir, em diversos aspectos da vida individual, familiar, social, política, econômica e espiritual. Com base em valores peculiares, não necessariamente exclusivos, o bolsonarismo se assemelha a outros grupos em várias partes do mundo, inclusive do ponto de vista da lógica de pensamento e ação ultra neoliberal e conservadora. O bolsonarismo, também pode ser concebido como mais um movimento da direita radical na contemporaneidade (CIANI E DELLA PORTA, 2018), visão também reforçada por Lavareda em entrevista à BBC (08/01/2024): “O *bolsonarismo é um movimento fortíssimo de extrema direita, que capturou o eleitorado de centro-direita brasileiro também, e é o polo à direita na política brasileira*” (BBC, 08/01/2024).

Para além dessa visão, é possível interpretar o bolsonarismo como “*designando ao mesmo tempo uma convergência de diferentes tendências sociais; um horizonte político; uma ecologia organizacional; uma infraestrutura afetiva e uma máquina que funciona mediante o estímulo e a contenção do excesso de sua base social*” (NUNES, 2024, p. 19). Por outro lado, fazendo uma analogia entre Lula e o “lulismo”, Nunes (2022) colabora ainda com um ponto de vista sobre o bolsonarismo, explicando que:

Assim como o Lulismo não se confunde com Lula, o Bolsonarismo não deve ser confundido com Bolsonaro. Esse é um fenômeno amplo, que vai muito além da figura da qual seu nome deriva. (...) consiste em uma convergência de diferentes tendências presentes na sociedade brasileira: (i) anti-

intelectualismo; (ii) militarismo; (iii) empreendedorismo; (iv) combate a corrupção; (v) conservadorismo; (vi) libertarianismo econômico; e (vii) anticomunismo. (NUNES, 2022, p. 22-52).

Segundo Drummond e Manginelli (2023), o bolsonarismo também pode ser analisado como uma ideologia reacionária que *“mobiliza uma tendência regressiva ao passado idealizado, marcado por uma cultura rural, agrária, religiosa e patriarcal* (Drummond e Manginelli, 2023, p.8); os mesmos autores, complementam o seu raciocínio citando Lynch e Cassimiro (2022): *“para criar um ambiente difusor dessas bandeiras, promovem uma ‘guerra cultural’ que vive de prolongar artificialmente o Estado de guerra civil latente no país, ao invés de pacificá-lo”* (LYNCH E CASSIMIRO, 2022, *apud* DRUMMOND E MANGINELLI, 2023, p.8).

Em sentido semelhante, no que diz respeito ao fato de que a “matéria prima” que forma o bolsonarismo não surgiu no processo eleitoral de 2018, Passetti e Lucato (2023) complementam que este movimento: *“cresceu, desde a ditadura civil-militar no meio da classe média e de pobres que sonham em ser classe média baixa, dos que amam obedecer, ser mandados, acompanhar os superiores e servir de escudo de carne”* (PASSETTI E LUCATO, 2023, p. 8). Grifo nosso. Por outro lado, para o professor Francisco Carlos Teixeira da Silva, em entrevista ao Instituto Humanitas, *“é preciso ser claro e direto para nomear o que estamos vivendo: a **ascensão do fascismo**. “Hoje, o fascismo brasileiro se apresenta sob a forma do **bolsonarismo**, forma de agir político que hegemonizou as direitas dispersas e competitivas no país”* (IHU, 2022).

Para Barbosa (2022), *“o bolsonarismo se apresenta também, sobretudo, como um fenômeno identitário”* (BARBOSA, 2022, p. 67) e explica a afirmação fazendo referência ao fato em que Hochschild (2016) fez uso das ideias de Durkheim (1965, *Apud* Hochschild, 2016), ao falar da *“efervescência coletiva”*, que diz respeito:

[ao] que sentem aqueles que se tornam membros de uma “tribo”, que se unem em torno de um “totem”, um símbolo que sela a unidade entre eles. E um político carismático pode servir de totem. **As pessoas confiam em quem fala o que elas pensam**, e unidos em torno do líder, os membros se sentem seguros e respeitados. (...) Bolsonaro é um político identitário para homens brasileiros brancos, heterossexuais e cristãos. E mesmo os que não são parte desse grupo, **o que os une em torno de Bolsonaro é a identificação que sentem com o que ele fala e pensa**. Sentem-se seguros, porque o capitão vocaliza o que eles sentem que não podem mais expressar livremente. (BARBOSA, 2022, P. 67). Grifo nosso.

Finalmente, sobre o perfil do bolsonarismo, encontramos um trabalho de pesquisa bastante ilustrativo, onde o mesmo é detalhado por Kalil (2018), chegando a identificar pelo menos dezesseis grupos distintos, que demonstram afinidades com pautas específicas, mas, que se agregam em torno da figura de Bolsonaro, especialmente nos eventos públicos. A partir dele, construímos o quadro abaixo:

Quadro 6 - Grupos de perfis do bolsonarismo

PERFIL	CARACTERÍSTICA PRINCIPAL
“Pessoas de bem”	Defensoras de instituições fortalecidas para o fim da impunidade, especialmente contra corrupção;
Masculinidade viril	Defensores de armas para os civis fazerem justiça com as próprias mãos, para resolver problemas da violência urbana;
Nerds, gamers, hackers e haters	Identificados com a construção de um mito e atacam perfis progressistas e LGBTQIAP+;
Militares da ativa e reserva [e familiares]	Declaram guerra às drogas como solução para a segurança pública e defendem o endurecimento das instituições no combate à criminalidade; *[e familiares]: acrescentado pelo autor.
Femininas e “bolsogatas”	Mulheres “empoderadas” para além do “mimimi”; Mulheres “femininas” em contraponto às “feministas”;
Mães de direita	Mães com filhos em idade escolar entre o ensino fundamental e o ensino universitário, que se unem por uma escola sem “ideologia de gênero, doutrinação marxista e sem kit-gay”;
Homossexuais conservadores	Para este perfil, “Homem é homem”, não importa se gay ou hétero, não cabendo o perfil “afeminado” e se posicionando contra movimentos LGBTQIAP+;
Etnias / minorias de direita	Sentem-se perseguidas por se posicionarem a favor de Bolsonaro; homens e mulheres, negros, indígenas, orientais, imigrantes; contra cotas, “vitimismo” e acreditam que governos de esquerda fragmentaram a unidade nacional;
Estudantes pela liberdade	Se posicionam por um voto “rebelde” contra a “doutrinação marxista”; acreditam que Bolsonaro é um <i>outsider</i> merecedor do voto de protesto;
Periféricos de direita	“Pobres” que desejam o “Estado mínimo”; “pobres de direita” (SOUSA, 2024), moradores das periferias, profissionais de carteira assinada, autônomos, pequenos empreendedores, desempregados e outros trabalhadores, que se revoltam com a violência urbana e a corrupção; críticos do Bolsa Família;
Meritocratas	Antipetismo dos se que veem como liberais que “venceram pelo próprio mérito” e apoiam o “Estado Mínimo”; não compram o discurso conservador de Bolsonaro;
Influenciadores digitais Liberais e conservadores	Creem estar salvando o Brasil de “virar uma Venezuela”; produzem conteúdo para redes Youtube, Instagram e Facebook; entre eles estão os “convertidos” que se veem como ex: comunistas, gays, feministas, ateus e militantes de esquerda; “celebridades”: cantores, atletas e artistas que declararam apoio à Jair Bolsonaro, e seus posicionamentos geram grande repercussão; “pensadores, intelectuais e jornalistas” que lançam tendências, realizam análises e, por vezes, possuem afinidades ideológicas com a direita internacional (liberal ou conservadora);
Líderes religiosos de grande, médio e	“Em defesa da família, contra o “kit gay” e outros “pecados”; padres, pastores, missionários, cantores evangélicos e indivíduos que têm importância e voz no meio religioso; muitos são formadores de opinião e podem ser detentores de grandes canais de comunicação como TV,

pequeno porte	cinema, rádios e outras plataformas de entretenimento religioso ou não religioso; contra o feminismo, aborto, “ideologia de gênero e kit-gay”;
Fieis religiosos	Cristãos pela defesa da “família tradicional”, contra a “ditadura gayzista”; lutam contra a corrupção e contra “os demônios da esquerda”;
Monarquistas	Defendem o retorno a um “passado glorioso e utópico”; perfil diversificado; apoiadores da eleição de Luiz Philippe de Orleans e Bragança, considerado príncipe na linha sucessória, como Deputado Federal; não reconhecem a Proclamação da República; a solução dos problemas do Brasil estaria na restauração dos poderes monárquicos, restabelecendo a família imperial Orleans Bragança;
“Isentos”	“Política, futebol e religião não se discute”: identificam-se com essa frase, comum aos tempos da ditadura militar; repudiam a polarização, a qual atribuem ao PT; Bolsonaro não é o ideal, mas são antipetistas, antissistema; contra a corrupção;

Fonte: adaptado pelo autor com base em Kalil (2018, p. 14-24)

Diante do exposto, é perceptível o quanto tais perfis são facilmente encontrados agregados nos eventos promovidos pelo bolsonarismo, desde antes da eleição de Bolsonaro e o quanto os mesmos são identificados com e estimulados pelos discursos deste líder político. Ressaltamos, porém, que estes perfis não são totalidades, nem necessariamente rígidos em si mesmos, ao ponto de se enquadrarem em caixinhas fechadas, pois, há variações e fluxo entre eles e suas características. Além disso, é importante frisar que ‘amostras’ ou representações destes perfis também estiveram presentes nos acampamentos nos quartéis do Exército e no 8J.

O bolsonarismo, ao que compreendemos, se encontra espalhado por meio de ‘representantes’ tanto pelo campo institucional, como pelo campo de fora da institucionalidade estatal, de maneira articulada e em composição diversa, formando uma espécie de colcha de retalhos.

É interessante notarmos que, de maneira geral, as instituições, leis e valores democráticos os quais têm sido atacados e relativizados pelo bolsonarismo, foram necessários à tentativa de guinada ao autoritarismo. Ou seja, para uma tentativa de fechamento do regime ou mesmo de golpe, como o caso do 8 de janeiro de 2023, foram mobilizados atores e instituições de dentro e até mesmo uma forçosa interpretação do Artigo 142 da Constituição Federal foi propagada, para atribuir às Forças Armadas um “poder moderador”, que, apesar de inexistente, externou também a confusão de visões sobre o real papel desta instituição e isso, facilmente observável ao longo do período estudado, ficou estampado em cartazes, faixas e discursos bolsonaristas.

Notamos que a visão deste grupo político sobre o papel dos militares – e a visão dos próprios também, externava claramente uma compreensão para além das fronteiras, da segurança externa do Brasil, acreditando que a missão desses estaria relacionada ao efetivo e direto combate aos inimigos internos. Sem dúvidas, tal fato fora facilitado a partir de discursos históricos do passado e do presente, da própria cúpula das Forças Armadas e de líderes populistas autoritários, configurando a instrumentalização política de um órgão que deve ser compreendido e tratado como sendo de Estado e não de governo, ou, muito menos, de qualquer que seja o líder político. Tal distorção apresentava este órgão de Estado, como garantidor da segurança, da lei e da ordem interna e o pior, como um poder ‘moderador’ e que, na prática, estaria além e acima dos três únicos poderes constitucionais: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Este é mais um elemento que reforça nosso argumento sobre a participação dos militares na política, neste caso, evidenciando um poder imaginário difundido por redes digitais e arraigado nas consciências dos próprios e de parte da população brasileira que os legitimaria como “representantes”, quiçá guardiões de uma pretensa “vontade popular”. Não à toa, nos eventos bolsonaristas, os mesmos sempre empunhavam faixas e cartazes e entoavam discursos clamando pela proteção e intervenção dos militares. É discurso internalizado como verdade, fortalecendo a construção de uma realidade paralela e criando potencial para materializar-se em ações práticas, como ocorrera no 8J.

3.4 O perfil e o papel da base civil bolsonarista à serviço da insurreição golpista

Neste tópico, trataremos dos atores que protagonizaram a parte mais visível da insurreição golpista e apontaremos algumas das suas respectivas ações criminosas. Ao que parece, estivemos diante de um perfil de apoiadores que engrossaram as fileiras favoráveis a um movimento político defensor da preservação/perpetuação de um projeto de governo e de sociedade, que é excludente em relação aos próprios.

O Quadro 7 abaixo, pode ser lido como uma amostra que reflete compatibilidades com o perfil das manifestações bolsonaristas que se deram ao longo do governo Bolsonaro, neste caso, especificando as principais características de composição da base radical bolsonarista que agiu presencialmente no 8J em Brasília.

Além disso, pudemos notar uma sinergia entre os diversos atores, por meio da *“reunião de diversas agremiações em seu funcionamento, que transitam desde as forças policiais, passando aos caminhoneiros, taxistas e os pequenos empresários/MEI, até agrupar os membros do agronegócio nacional”* (SILVA E SCHURSTER, 2023, P. 58).

Quadro 7 - Perfil dos manifestantes do 8 de Janeiro e enquadramentos

PERFIL E ENQUADRAMENTOS DOS MANIFESTANTES DO 8J	
Nº DE PESSOAS PRESAS	2.151 pessoas foram presas em flagrante, no próprio domingo ou no dia seguinte, durante a desocupação do acampamento golpista em frente ao quartel-general do Exército em Brasília.
Nº DE DENUNCIADOS	Após investigação, o Ministério Público Federal ofereceu 1.390 denúncias: 239 relativas aos executores materiais, que teriam participado ativamente das invasões e depredações dos edifícios públicos; e 1.150 relativas aos incitadores, principalmente acampados, acusados de incitação ao crime.
GÊNERO E FAIXA ETÁRIA DAS PESSOAS PRESAS	Segundo os dados divulgados pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (Seape-DF), cerca de 60% dos denunciados são homens entre 36 e 55 anos; os outros 40% são mulheres com idade média de 46,3 anos.
ORIGEM DAS PESSOAS	A maior parte vem de cidades do interior do Brasil, principalmente de São Paulo, Minas Gerais e Paraná.
DADO SOCIOECONÔMICO	Metade dos denunciados recebeu auxílio emergencial durante a pandemia de covid-19.
FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	Menos de 20% têm filiação partidária.
ANTECEDENTES CRIMINAIS	A imensa maioria não tem antecedentes criminais.
PERFIL PROFISSIONAL GRÁFICO	Heterogêneo: há aposentados, servidores públicos, profissionais liberais, microempresários individuais, agentes culturais, trabalhadores autônomos, donas de casa, entre inúmeros outros.
ESCOLARIDADE	O nível de escolarização é variado: há muitas pessoas com curso superior (professores, advogados, administradores, médicos veterinários) e outras com o ensino fundamental incompleto.

Fonte: CPMI8J (2023, p. 76-77). Autoria: Elaborada pelo autor.

Há um número de bolsonaristas que protagonizaram a invasão e depredação dos três poderes, que, em virtude dos crimes em que foram enquadrados, permaneceram na prisão [pelo menos até maio de 2026] e por lá deverão ficar por um bom tempo. Outros, poderiam ter saído da prisão, mas permaneceram presos por se recusarem a admitir os crimes e a fazerem acordo com a justiça, convertendo a pena em trabalhos sociais e uso de tornozeleiras eletrônicas, e por se verem como “heróis da pátria”. Como apontado pela CPMI8J, *“2151 pessoas foram presas entre os dias 8 e 9 de janeiro [2023], durante o ato e no dia seguinte, no acampamento de manifestantes em frente ao*

quartel-general do Exército. Dessas, 1390 foram denunciadas pela Procuradoria-Geral da República” (THE CONVERSATION, 2024; AGÊNCIA BRASIL, 2024).

Em reforço do que ora apresentamos, especialmente no que diz respeito ao imaginário heroísmo dos bolsonaristas radicais, e o uso dos instrumentos de redes e mídias digitais, impulsionados pela extrema direita brasileira e internacional, uma matéria do The Conversation (2024) destaca que outro fator importante

a ser considerado é a ação de propaganda e persuasão de grupos políticos e empresariais de extrema direita. Eles exercem forte influência sobre uma parte considerável da população, propondo um claro revisionismo histórico ao disseminar, por exemplo, uma imagem positiva dos anos de ditadura militar que o país viveu entre 1964 e 1985, sustentar que os acontecimentos de 8 de janeiro são motivo de orgulho e que os presos por envolvimento na depredação dos prédios da Praças dos Três Poderes seriam heróis, “patriotas” e “perseguidos políticos” (THE CONVERSATION, 2024).

Nas sedes de todos os poderes, a destruição era praticamente incalculável pelos valores históricos e simbólicos que centenas de objetos representavam. No caso do Palácio do Planalto, *“a depredação do patrimônio cultural, incluía objetos históricos e obras de arte, como o quadro de Di Cavalcanti, que fora perfurado ao menos seis vezes por um dos vândalos, [e depredado o] relógio doado por D. João VI (MEMÓRIA GLOBO, 25/07/2023).*

Ainda assim e diante de tudo o que estamos trazendo à tona, há quem defenda que a prisão dos mesmos ou algumas penas aplicadas seriam injustas, pois, estes grupos bolsonaristas teriam sido usados em benefício das autoridades militares de alta patente e alto escalão governamental que estavam por trás, como também dos líderes de diversos grupos de interesses econômicos, político-partidários, ideológicos e religiosos que os inflamavam pelos bastidores e pelas redes. Em que pese a cúpula de mentores ter sido julgada com a maioria de seus membros já em cumprimento de prisão, figurar como um dos atores manipulados, diante de tudo o que ocorreu, não significa que não possam e não devam ser responsabilizados e, portanto, não implica em inimizabilidade criminal.

Há diversos projetos na Câmara e Senado, instituições que foram completamente despedaçadas pelos autointitulados “patriotas”, argumentando neste sentido e clamando por “anistia”. Porém, não seria uma anistia apenas aos grupos “manipulados”. Estes, mais uma vez, serviriam apenas bodes expiatórios, pois, na verdade, o desejo dos articuladores seria, incluir no momento da votação um artigo que permitisse uma anistia ampla, geral e irrestrita, anterior e posterior ao episódio do 8J, que, na verdade, livraria

também de todos os crimes a cúpula que planejou tudo, incluindo a cúpula militar das FA e o próprio ex-presidente Bolsonaro, que desejava voltar a ficar elegível para concorrer às eleições presidenciais de 2026.

Este último, não conseguiu estar habilitado para concorrer às eleições de 2026, e permanecera preso, [pelo menos até junho de 2026] cumprindo pena de 27 anos e três meses de prisão, mas, o campo bolsonarista no Congresso Nacional conseguiu aprovar uma espécie de “anistia desidratada”, chamada de “dosimetria” das penas – o presidente Lula vetou integralmente o texto e o veto foi derrubado em 30 de abril de 2026. De um modo resumido, o projeto autorizou a redução das penas, por meio da aplicação à condenação pelo crime mais grave cometido pelos envolvidos, contando apenas o tempo de prisão deste crime, sem somar os tempos de prisão dos demais crimes.

Tal fato, fora possível diante de negociações que envolveram um alto grau de fragilidade da cúpula das casas legislativa, como os senadores Davi Alcolumbre (presidente da Casa) e Ciro Nogueira, presidente do PP, e do presidente da Câmara Hugo Motta, do Republicanos, além de ministros do STF, como Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Nunes Marques, igualmente fragilizados diante das investigações e graves denúncias apuradas pela Polícia Federal, em relação ao maior escândalo de fraude bancária da História do Brasil, envolvendo o Banco Master.

Em meio ao desespero que se abateu sobre as mentes dos que, por algum instante, recuperaram a lucidez, fossem do grupo de atores da cúpula ou dos grupos bolsonaristas radicalizados, se iniciou mais uma vez, a tentativa frustrada, de inundar as redes e os focos de boataria com notícias falsas, tentando reverter o irreversível que saltava aos olhos. Tentaram disseminar a narrativa de que “infiltrados” da esquerda e do PT é quem teriam promovido os ataques no 8J para colocar a culpa nos “patriotas, cidadãos de bem, família brasileira”. Mesmo diante do absurdo e do negacionismo destes grupos, *“Nenhuma investigação da Polícia Federal ou da Procuradoria-Geral da República apontou envolvimento da gestão petista nos ataques que depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o STF”* (CNN, 2024-B).

CAPÍTULO 4 Analisando a participação das Forças Armadas na política e no 8 de janeiro de 2023 como contribuição à crise da democracia no Brasil

4.1 O 8 de janeiro de 2023 no Brasil é uma repetição do 6 de janeiro de 2021 nos EUA?

Para analisar essa questão, compartilhamos algumas impressões dos que relacionaram o 8 de janeiro de 2023 ao episódio ocorrido no Capitólio estadunidense, em 6 de janeiro de 2021, seja encontrando semelhanças ou diferenças. Um ponto no mínimo curioso, ao que nos parece, é que, se o dia 6 de janeiro tivesse coincidido com um domingo no Brasil, até a data poderia ter sido a mesma.

Em contraponto aos que os entendem como eventos “gêmeos”, o pesquisador estadunidense Steven Levitsky, em entrevista ao Euronews (2023), afirmou que as insurreições ‘*aparentam*’ ser idênticas, considerando o enredo tumultuado de ambas, onde os presidentes, extremistas de direita, encorajaram seus seguidores a reagirem com firmeza na contestação de suas derrotas eleitorais, usando para isso instrumentos como as plataformas de redes e mídias digitais, em especial o Twitter/“X”, resultando em revoltas violentas contra a sede de poderes que são símbolos da democracia.

Porém, como confirmou ao responder uma pergunta nossa sobre o episódio do 8J, na oportunidade em que estivemos em um seminário do departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo-USP, em 16 de agosto de 2024¹⁶, o *timing* das insurreições foi diferente e isso foi um ponto chave:

Minha primeira reação foi de que isso era uma farsa, que foi um esforço teatral estranho para copiar o que os Trumpistas fizeram nos Estados Unidos. Quero dizer, isso foi após a transição de poder. **O levante nos EUA foi um esforço ativo.** Não obteve sucesso, não chegou nem perto de ter sucesso. Mas foi um esforço **para bloquear a transferência de poder. A transferência de poder já tinha ocorrido no Brasil.** Então, eles não iriam fazer isto. Agora, apenas posteriormente, eu e muitos outros soubemos dos detalhes do quão longe foi o plano de Bolsonaro para perturbar as eleições. Então, o processo maior, **em última análise, foi ainda mais sério no Brasil do que nos Estados Unidos.** Mas a tomada de três prédios parecia uma farsa. Novamente, eu posso estar exagerando a diferença aqui e talvez esteja dando muito crédito para a política brasileira. Mas eu **fiquei felizmente surpreso ao ver políticos de direita pressionando para a, o que foi mesmo, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), uma investigação do Congresso sobre o 8 de Janeiro, o**

¹⁶ LEVITSKY, Steven. **Seminário e lançamento do livro de Levitsky e Ziblatt.** Canal do Youtube. USP FFLCH. 16/08/2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lgMH9ML7_nY. Acesso em 12 jan. 2025.

que não ocorreu com a direita dos Estados Unidos. E eu não acompanhei as discussões sobre o 8 de Janeiro do Brasil no último ano, portanto eu realmente não posso comentar. Mas **nos Estados Unidos, Trump está abertamente abraçando o 6 de Janeiro e clama para.** O Judiciário dos EUA foi muito bom em processar aqueles que invadiram o Capitólio dos EUA. E por isso há inúmeras pessoas presas por esse evento, tal como há no Brasil. Trump começou a tratar aqueles insurrecionistas condenados como heróis, patriotas, como presos políticos. E **Trump e seus aliados começaram a abraçar o 6 de Janeiro, o que é uma coisa incrivelmente perigosa. Eu não vi isso acontecer tanto, pelo menos fora do Bolsonarismo puro, no Brasil,** mas eu posso estar errado. Então, minha impressão ingênua e desinformada é de que a resposta da direita brasileira para isso foi, pelo menos e de alguma forma, mais saudável que a dos Estados Unidos. (LEVITSKY, 16/08/2024).

Além dessa questão, em outra oportunidade, Seminário Democracia em Perspectiva na América Latina e no Brasil, em 12 de agosto de 2025¹⁷, promovido pelo Senado Federal brasileiro, **perguntamos** ao professor da universidade de Harvard: como o sr. vê **a participação dos militares no Brasil**, já que, nos moldes tradicionais, como o sr. fala no seu livro *Como as democracias morrem*, não temos mais os “tanques nas ruas”, mas, no Brasil, os militares foram os avalistas da candidatura de Bolsonaro, que é um militar e já estão avalizando a candidatura do governador de SP Tarcísio, que é outro militar [não concretizada posteriormente]; eles foram sócios do governo de Bolsonaro, com todo esse rol de ataques à democracia que nós estamos observando. Então, no Brasil, eles tiveram uma participação no mínimo camuflada. Como o sr. analisa essa questão? Esta **forma disfarçada de participação dos militares na política** estaria acontecendo também em outros países? Eis a resposta de Levitsky:

Os militares não têm hoje nem perto do papel que eles tinham na Guerra Fria. Graças a Deus, golpes militares continuam sendo quase inexistentes no mundo ocidental e a maioria dos militares não quer governar; isso é algo muito bom. **Os militares estão se metendo**, como no caso do Brasil, você mencionou a candidatura de Tarcísio, governador de São Paulo, a parceria de Bolsonaro, **mas, no final do dia, o Exército se opôs ao golpe.** Mas, nós **tivemos influência militar aqui no Brasil.** Eu acho que não é igual à década de 80, **mas é muito mais do que era há 20 anos atrás.** E não é só no Brasil: você viu isso em Honduras, El Salvador, no Peru, e eu acho que tem que ser confrontado ativamente (LEVITSKY, 12/08/2025). Grifo nosso.

Esta resposta respalda a nossa argumentação central de tese em relação à participação política dos militares das FA no Brasil e até mesmo acaba por respaldar o nosso contraponto também em relação à afirmação de Przeworski (2020) de que, os militares não seriam uma preocupação na América Latina e no Brasil.

¹⁷ LEVITSKY, Steven. **Seminário Democracia em Perspectiva na América Latina e no Brasil.** Em 12/08/2025. Transmitido pelo Youtube da TV Senado. Pergunta no Minuto 1:17:24—1:19:00; resposta no minuto 1:34:06—1:35:35. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8duWEkIQsmg>. Acesso em: 12/10/2025.

Porém, é necessário pontuar que, pelo menos no caso do Brasil, ao que apuramos ao longo de toda esta tese, não nos pareceu que “*a maioria dos militares não quer governar*” como avaliado pelo professor Levitsky. Pelo que ficou claro para nós, os militares se moveram dentro de um projeto de poder e não perderiam, como não perderam, a oportunidade de governar. Foram sócios e governaram com Jair Bolsonaro. A questão que fica é: a que custo?

Por outro lado, em outras palestras e entrevista à imprensa Euronews (2023), desde 2023 ao ano de 2025, Levitsky tem feito avaliações, com as quais concordamos, de que o Poder Judiciário, em nosso caso, tem servido de exemplo aos EUA, especialmente pelo fato de que, em seu país, por não ter havido freios e punições a Donald Trump, o mesmo retornou à Casa Branca e uma de suas primeiras atitudes foi perdoar todos os crimes e libertar todos os criminosos que haviam sido punidos pela justiça, o que é péssimo ao regime e às instituições democráticas. Tal argumento foi reforçado inclusive pela revista britânica The Economist (2025) e repercutido por jornais no mundo inteiro, às vésperas do julgamento de Bolsonaro no Brasil; a manchete destacava o seguinte texto, acompanhado da Figura 6:

Figura 4 - Capa da The Economist



Fonte: The Economist (2025)

Traduzindo, temos que “O Brasil oferece aos Estados Unidos uma lição de maturidade democrática. É um teste de como os países se recuperam de uma febre populista” (THE ECONOMIST, 2025). Em comparação com o nosso país, Levitsky afirmara em 2023 que o papel desempenhado pelos militares das FA era “*bastante distinto*” em ambas as revoltas que atacaram à democracia:

“Antigos membros das Forças Armadas podem ter sido implicados nos ataques do Capitólio dos EUA. Já no Brasil, **oficiais militares de alto nível apoiaram** os protestos pró-Bolsonaro que precederam os tumultos, embora

ficando aquém no que toca à participação nas invasões de domingo” (EURONEWS, 2023); grifo nosso.

Já esse ponto de vista, reforça um dos argumentos que temos apresentado em relação à participação dos atores militares das FA nos episódios de ataque à democracia no Brasil e ajuda a responder às indagações que fizemos três parágrafos acima. Aqui, temos a percepção por parte do Professor Levitsky, de que esses militares não teriam participado dos ataques no 8J. Porém, como já detalhamos anteriormente, algo saltou aos olhos: a omissão (não-ação) da cúpula das FA, como uma forma de ação, que contribuiu para o trágico desfecho.

Ressaltamos ainda o fato de que sim, esses militares, como avalistas e sócios do governo Bolsonaro e, pretendendo permanecer no poder, ofereceram todo o suporte à tentativa de impedir a transição e transferência efetiva do poder ao grupo eleito nas urnas. Como exemplo, lembramos o apoio à instalação e manutenção dos acampamentos golpistas. Mas, aparentemente, feita a transição e, já no início do governo Lula III, sondando o Judiciário, demais militares da cúpula e autoridades dos Estados Unidos, ficaram receosos de embarcarem na etapa da ruptura, que ocorrera no 8 de janeiro de 2023 – embora tenham sido omissos neste dia, especialmente após o Decreto de Intervenção Federal na Capital Federal, Brasília, em detrimento do que os militares Golpistas, Bolsonaro e seguidores esperavam, que seria a decretação de uma “Garantia da Lei e da Ordem – GLO”.

Prosseguindo com a comparação entre os eventos, pesquisador brasileiro Piero Leirner, professor titular de Antropologia na UFSCAR, há décadas especialista em estudos sobre o envolvimento dos militares das FA com a política no Brasil, concorda com um ponto da avaliação de Levitsky em relação à comparação com o Capitólio:

embora a pintura pareça com a do **Capitólio**, é bem diferente. É tão heterodoxo que não se chega ao menor consenso terminológico para classificar aquela horda: golpistas, terroristas, bolsonaristas radicais e até manifestantes – deu para ouvir tudo isso. Difícil sintetizar, até onde sei, tinha gente com as mais variadas 'chaves de acionamento' ali: religiosas, morais, liberais, anticomunistas, antipovo, enfim, um monte de gente diferente, mas com uma régua comum: **implodir a política** – amplo senso – evocando um **ethos da guerra**. Nos EUA, as Forças Armadas se opuseram publicamente ao movimento golpista. E por aqui? **No Brasil, as Forças Armadas são agentes operacionais** que, de certa forma, estão produzindo esse negócio há anos. Se, no dia seguinte ao segundo turno, o comandante do Exército se pronunciasse sobre a lisura das eleições e reconhecesse o resultado das urnas, uma vez que eles estavam inseridos no processo eleitoral,

ele teria tirado o combustível desse movimento (PIERO LEIRNER, FOLHA DE SP, 2023-A). Grifo nosso.

Na mesma linha de análise que Leirner (Folha de São Paulo, 2023-A), Trindade (Agência Brasil, 07/01/2024), concorda no que diz respeito à leniência desses militares, inclusive em relação ao acampamento ilegal em frente ao QG do Exército de Brasília e em relação ao desejo dos mesmos em preservarem interesses estratégicos dentro do governo Lula III e colabora com uma importante distinção entre o Capitólio e o 8J, na perspectiva das implicações políticas que a conjuntura brasileira passara a oferecer:

A grande diferença é justamente a participação dos militares no Brasil (...) o evento em nossa capital federal funcionou como uma espécie de **advertência**, de um aviso dizendo o seguinte, **‘olha as regras do jogo agora mudaram’**. Não é mais aquela disputa que estava colocada ali na lógica PT e PSDB. **A briga passou a ser com a extrema direita**. (TRINDADE, AGÊNCIA BRASIL, 07/01/2024). Grifo nosso.

Em sentido semelhante ao apontado por Trindade (AGÊNCIA BRASIL, 07/01/2024), os autores Arantes, Frias e Meneses (2024) destacam no comparativo aos dois eventos protagonizados por trumpistas e bolsonaristas que, em ambos, há o que ele considera uma inversão de sinais, onde o que se tem são:

as massas radicalizadas de extrema-direita praticando o assalto ao centro do poder estabelecido. Tal aberração suscita estranhamento [pois] quem executou o feito não foram os sem-terra, sem-teto, povos indígenas, nem *black-blocs*, petistas, estudantes ou comunistas; a autoria foi dos autodenominados “patriotas”, “cristãos” e “cidadãos de bem”. (ARANTES, FRIAS e MENESES, 2023). Grifo nosso.

Aliás, pior é que não estávamos nessas ocasiões diante de lutas em torno de causas ou pautas motivadoras como a diminuição da desigualdade social, das perdas com a reforma da previdência, da diminuição e precarização dos empregos, pela luta por mais terras, moradia, vacinas e melhorias no SUS ou contra a devastação ambiental. Os terroristas se insurgiam contra o fantasma do comunismo, a farsa criada sobre a fraude eleitoral, o perigo imaginário do “*Brasil virar uma Venezuela*” e outras que os infectaram com a espécie de vírus que tem circulado pelo mundo em uma **pandemia antidemocrática** criada pela máquina de propaganda da extrema-direita mundial, representada no Brasil por Bolsonaro, pelos militares das FA e demais atores aliados nacionais e internacionais, institucionais e de fora das instituições do Estado.

Além disso, compartilhando outros pontos de vista sobre este debate, de acordo com a avaliação do professor da Universidade Federal Fluminense, Gustavo Sampaio, o que ele chamou de atos terroristas no 8J, são comparáveis ao episódio do Capitólio e se

“configuraram [como] um dos maiores ataques contra a democracia brasileira” (MEMÓRIA GLOBO, 2023). Já o historiador argentino Federico Finchelstein, especialista em História Fascista, avalia o evento como “*Uma patética imitação de uma tentativa de golpe de Estado [nos EUA], por Bolsonaro*” (EURONEWS, 2023). E sobre esse aspecto, segundo Ricupero (2024), de modo semelhante ao que Piero Leirner chamou de *golpe de vista*:

Fica-se até com **a impressão** que mais do que realizar o golpe estavam **interessados em encená-lo**. As semelhanças são tamanhas que não faltou quem sugerisse que os tupiniquins, mais uma vez, imitam os ianques. De maneira sugestiva, o colunista do The New York Times, Ross Douthat, defendeu que **o 8 de janeiro seria “ato de pura performance”** sem maiores compromissos com “as realidades do poder”. **A análise é engenhosa. No entanto, é falsa.** Falsa principalmente no que tem de reconfortante, ao sugerir que fenômenos como o trumpismo e o bolsonarismo são pura aparência (RICUPERO, 2024). Grifo nosso.

Já o historiador estadunidense Rafael Ioris afirma, de modo mais assemelhado ao ponto de vista de Levitsky, que “*é justo dizer que segmentos do Exército Brasileiro estavam a encorajar o que aconteceu, mas, no final de contas, as Forças Armadas não agiram*” (EURONEWS, 2023). De fato, as Forças Armadas não agiram. Mas, aqui, vale a pena destacarmos dois aspectos: um é a “não-ação” em si no dia da “*Festa da Selma*”, que possibilitou a concretização dos ataques terroristas e o outro é o que argumentamos um pouco acima no que se refere ao fato de que esses militares, junto a Bolsonaro, foram protagonistas dos ataques até o último minuto, tanto por ações, quanto por omissões em relação às suas obrigações constitucionais.

4.2 Visões, interpretações e análises do 8J na ótica de pesquisadores acadêmicos

4.2.1 O 8 de janeiro como a materialização de um processo

Em meio ao aprofundamento da nossa pesquisa, nos deparamos com diferentes perspectivas de análises e interpretações sobre o 8J, compartilhadas por pesquisadores acadêmicos. Identificamos e destacamos a seguir, como exemplos, pelo menos seis delas que enfatizaram o aspecto de que o episódio fora o cume de um processo, como temos defendido nesta tese.

Para Couto (2023) *“A Intentona do 8 de Janeiro foi apenas o ponto culminante e mais dramático desse processo de ataque à democracia, um ato desesperado de tentar obter numa última tentativa aquilo que não se logrou conquistar nos quatro anos anteriores”* (COUTO, 2023, P10). Em sentido semelhante, Araújo e Balardim (2024) avaliaram que o ataque do 8J *“comprovou ser o apogeu mais dramático desse processo de boicote à democracia, uma atitude desesperada de tentar adquirir, em última instância, aquilo que não foi possível obter nos quatro anos anteriores”* (ARAÚJO e BALARDIM, 2024, p. 3).

De acordo com o professor Lúcio Rennó, do Instituto de Ciência Política da UnB: *“o 8 de janeiro é o ponto mais alto de um processo continuado de crise da democracia no Brasil. De mudança das expectativas da população sobre o funcionamento do regime democrático”* (AGÊNCIA BRASIL, 2024). Outro destaque reforça a ideia de processo e relembra um importante episódio antecedente: *“hostis à democracia e arquitetados no período de 12 de dezembro de 2022 a 8 de janeiro de 2023. Durante esses dias, a constitucionalidade brasileira manteve-se em estado crítico, resultado da intervenção desses novos círculos radicais na política representativa”* (SILVA e SCHURSTER, 2023).

Na mesma linha, os professores e pesquisadores Tiago Medeiros, Rodrigo Ornelas, Sinval Silva de Araújo e Fábio Baldaia, também em sintonia com o pensamento que apresentamos nesta tese, de que o 8J é resultado de um processo urdido no governo Bolsonaro e do peso dos discursos empreendidos pelo ex-presidente, além do peso histórico de práticas autoritárias, destacam que:

esse episódio é a **culminância de uma sequência de episódios dispersos** e abraçados por mensagens de direcionamento de um **ativismo anti-institucional radical** [que] tem assumido desde o processo eleitoral **modulações que autorizariam o extremismo político violento, o que se materializou em ações mais hostis contra o patrimônio material e imaterial do país, que são parte significativa da imagem da democracia brasileira** (...). Esse fato demonstra que os sucessivos ataques de Bolsonaro ao STF e ao sistema político como um todo tiveram **reverberação entre seus seguidores**. Os episódios vinham ocorrendo ao longo do mandato do ex-presidente Bolsonaro, mas as mensagens os antecedem [e] indicam que há uma **sensibilidade anti-institucional que se confunde com a pauta da extrema-direita no país**, mas que não constitui a totalidade do bolsonarismo (IHU, 2023). Grifo nosso.

Um outro ponto que vincula o 8J ao resultado de um processo, porém, destacando a estratégia da comunicação, por meio do uso um dos instrumentos manipulados de maneira síncrona pelos atores institucionais e extra institucionais, como

as redes e mídias digitais, que colaboraram com a construção de realidades paralelas, é explorado por Garrossini, Santos, Tonhá e Guimarães (2023), para os quais:

O processo é sistêmico e não pode ser respondido por poucas variáveis analisadas, mas sem dúvida a comunicação ocupa um papel central no debate, pois se por um lado as Tecnologias da Informação e Comunicação ampliam o direito à participação e dá voz e expressão aos cidadãos, considerando o potencial de conectividade, comunicação e mediação, por outro lado, pode representar um grande problema onde impera a desarticulação da sociedade com relação à realidade vivida, imensa em desigualdades (p. 47). Grifo nosso.

Também ressaltando o peso dos instrumentos de redes e mídias digitais operados pelos atores do espaço extra institucional, em sintonia com o espaço e atores institucionais, o professor Conrado Hubner Mendes destacou que o 8 de janeiro se tornou o símbolo de um momento *“crucial e culminante de um projeto de ruptura da democracia brasileira, que mobilizou, por meio de milícias digitais, muita gente para causar um grau de desordem e de instabilidade política que justificasse um decreto de intervenção que já estava pronto”* BOVI et. Al, (2024). Grifo nosso.

No mesmo sentido, reforçando a importância das plataformas de redes e mídias digitais enquanto instrumentos de conexão e promoção de sincronicidade nas ações, aplicadas ao episódio que estamos estudando, Garrossini, Santos, Tonhá e Guimarães (2023) afirmam que as redes digitais *“estão no centro de como os eventos do dia 8 de janeiro ocorreram, [e para eles] não é nenhuma surpresa [já que] elas fazem parte de uma estrutura telemática que nos conecta de forma instantânea e contínua”* (p. 43).

4.2.2 O 8 de janeiro como ataque, no contexto da crise da democracia liberal contemporânea

Um dos aspectos destacados dentre as avaliações, foi, conforme o que temos argumentado, o de que o 8J, assim como os ataques à democracia, está inserido no contexto da crise da democracia liberal contemporânea. Neste sentido, Lúcio Rennó aborda o fenômeno da polarização como um elemento que contribui ao processo de crise da democracia, pois colabora com a construção de visões de mundo de tal forma autoritárias que acaba por dificultar uma necessária convivência entre antagonistas:

“Existe um clima de que há pessoas certas na política e pessoas erradas, e as pessoas [supostamente] erradas precisam ser combatidas; seria o caso do núcleo duro do bolsonarismo que é a favor de golpe, da derrubada do regime

democrático; essa parcela é a que foi às ruas de forma violenta” (AGÊNCIA BRASIL, 2024).

Igualmente relacionando o episódio do 8J à situação de crise da democracia, Ricupero (2024) aborda um aspecto interessante sobre o fato de que deveríamos “*buscar as razões da crise para além das aparências ou das instituições*” (RICUPERO, 2024) porque a crise não se encerrou com a derrota de Bolsonaro, nem com isso alcançamos ainda a estabilidade democrática. Em outro aspecto, sobre o chamado “ativismo” ou “protagonismo” de uma das instituições, refere-se ao caso de um dos poderes da república, o Judiciário, com ênfase no papel desempenhado pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes. Para o autor:

Caem, por motivos opostos, no mesmo erro das interpretações sobre a “crise da democracia”, os que imaginam que a democracia deveria voltar ao seu funcionamento “normal”, como se tal coisa fosse possível ou desejável. Não é difícil, porém, perceber que não foi a “**resiliência das instituições**” que **salvou a democracia no 8 de janeiro ou antes da tentativa do golpe** frustrado. Até porque, paradoxalmente, **foi crucial para o desfecho**, até agora feliz, uma “anomalia institucional”: o protagonismo do Judiciário [em que] tiveram particular peso certas ações tomadas pelo ministro Alexandre de Moraes, algumas delas, como a abertura do inquérito das *fakenews*, tomadas no “arrepio da lei”. Isto é, **mecanismos semelhantes aos que contribuíram para desestabilizar a democracia com a Operação Lava Jato ajudaram, pouco depois, a salvá-la** (RICUPERO, 2024). Grifo nosso.

A análise de Fonseca e Costa (2023), destaca que o 8J não era totalmente inesperado ou imprevisível e o considera também como apenas mais uma das manifestações da crise vivida pela democracia no Brasil, na última década “*levando expressiva parcela da sociedade a apoiar atores políticos com perfil autoritário, que assume comportamentos de cariz claramente antidemocráticos*” (FONSECA E COSTA, 2023, p. 33).

4.2.3 Enquadramentos do 8J: tentativa de golpe, guerra híbrida, ruptura institucional e fruto do autoritarismo e conservadorismo

Observando outros ângulos para compreensão do 8J, levamos em conta agora o aspecto histórico das crises sofridas pela democracia no Brasil, bem como os atores responsáveis pelos respectivos ataques. Foi uma tentativa de golpe?

Assim, no entendimento de outros autores, tudo o que se tem observado nesta conjuntura estudada pela nossa tese “*não é diferente do que aconteceu quando Getúlio*

Vargas foi levado ao suicídio, tentaram impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart ou quando se deu o golpe de 1964; portanto, estamos diante dos mesmos tipos de atores e instrumentalização das instituições” (GARROSSINI, SANTOS, TONHÁ E GUIMARÃES, 2023, p. 37).

Na interpretação do antropólogo Piero Leirner em entrevista ao IHU (2023), o episódio não deveria ser enquadrado *“exatamente na chave do "golpe", pois se essa foi uma ação com componentes militares: ela estava terceirizada em agentes dos mais variados, mobilizados e interessados apenas em consagrar-se na sua própria bolha”* (IHU, 2023). Na mesma análise, destaca ainda que o enquadramento do que o mundo presenciou no 8J, se daria mais adequadamente na leitura das *“guerras híbridas”*, nas quais elementos políticos, militares e econômicos, dentre outros, acabam se misturando, mas se unindo por um objetivo comum e explica ainda que:

a característica 'organizada' de um golpe com atores que visam uma troca de regime estava obliterada. Isso é típico de uma chave militar pós-moderna, tal como se vê nas tais guerras híbridas, quando agentes dos mais variados matizes entram num processo de **dissonância cognitiva** e agem como procuradores de algo cujo objetivo não está claro nem para eles mesmos. Além de invadidos, os poderes foram atacados. Como foram os três, isso tem que ser lido na chave de um ataque ao Estado. Mas há algo que salta aos olhos por contraste: trata-se dos poderes civis propriamente ditos. E quem atacou estava carregando uma bandeira, que alguns podem alegar *“não autorizada”*, mas que não vi ser *“desautorizada”*, que é a bandeira militar. Então, para resumir, **tivemos um ataque ao Estado produzido pela “bandeira militar”**. O Estado foi atacado e quem deveria defendê-lo não só não estava ali como ficou assistindo tudo sair de sua porta e carregar seu nome, sem que isso fosse um problema (IHU, 2023). Grifo nosso.

Para o professor Leirner, se estivemos diante de uma tentativa de golpe, como avaliam alguns, este seria *“um golpe de vista”*, do qual inclusive, os militares das FA participaram direta e indiretamente, por ações e inações; um golpe *“de faz de conta”* para, diante de uma dificuldade criada por eles mesmos, negociar permanência de espaços político-administrativos no novo governo Lula III, como frisamos mais acima. Nessa linha de raciocínio, destaca ainda que *“Entre as pessoas que protagonizaram os ataques estavam militares da reserva e parentes de militares. Estavam acampados há tempos na frente aos quartéis. Em Brasília, estavam ao lado do Centro de Inteligência do Exército”* (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023).

Segundo a avaliação de Tales Ab'sáber, psicólogo, escritor, cineasta e professor de filosofia da psicanálise no curso de Filosofia da UNIFESP, o 8 de janeiro foi uma *“insurgência de extrema direita que contava com **conexão mágica e imaginária com as***

Forças Armadas, que viriam salvar o Brasil; o Exército manteve um “comportamento ambíguo” em relação aos apelos antidemocráticos” e, de acordo com o pesquisador, fora, na ocasião, “visto por parte da sociedade como uma força que poderia intervir no caos brasileiro” (AGÊNCIA BRASIL, 2024).

Concordamos que, de fato, boa parte da população brasileira enxergava as Forças Armadas como agentes da ordem, ou mesmo salvadores da pátria, habilitadas a intervir em nome da salvação nacional. Porém, no nosso entendimento, e em sintonia com Leirner (2022), as mesmas figurariam, na verdade, no máximo, como salvadoras do país em relação ao caos criado pelas mesmas. E, quanto à “posição ambígua”, discordamos veementemente, já que, defendemos o argumento desenvolvido ao longo da tese que compreende as Forças Armadas como protagonistas, através de atores de cúpula, que agiram politicamente, contribuindo decisivamente com o desfecho do 8J.

Neste contexto, entendemos que a base radical bolsonarista, freneticamente alimentada com essa visão distorcida de um papel atribuído aos militares, ao final do dia, talvez em parte, tenha compreendido que o comportamento da cúpula militar, foi o de usá-los para promover o caos e criar dificuldades ao governo que acabara de assumir, com o intuito de negociar posições na nova gestão. O desfecho, que deixou a muitos incrédulos foi que, os militares das FA, não chegaram às sedes dos três poderes ao final do dia para consumir o tão esperado golpe que reporia Bolsonaro no poder. Ao contrário de suas expectativas, seus “heróis” acabaram prendendo os integrantes dos grupos golpistas que ainda estavam nas sedes depredadas dos três poderes e mais um restante, no dia seguinte, no acampamento em frente ao QG do Exército.

Ainda no que se refere à comparação com episódios semelhantes na história, e reconhecendo que há uma diversidade de tentativas em classificá-los, sob óticas distintas, destacamos a do historiador Francisco Teixeira (IHU, 2024):

Todo o modelo, o que aconteceu em 2014 na Praça Maidan (Kiev, na Ucrânia), em La Paz (Bolívia) em 2019, e no Capitólio, é insurreição. **É um movimento caracterizado por insurreição, que geraria necessidade, então, de uma intervenção militar. E isso se afirmaria através de um golpe de Estado.** Deu certo na Praça Maidan, deu certo em La Paz, não deu certo no Capitólio, em Washington, e não deu certo no Brasil. **É uma técnica** perfeitamente identificada na Marcha sobre Roma de 1922, **de Benito Mussolini**. É um **modelo da insurreição fascista** (IHU, 2024). Grifo nosso.

Acreditamos que, possivelmente, esta pode ser a classificação que melhor se adequa aos processos do 6J estadunidense e ao 8J brasileiro, em que pese as peculiaridade de ambos, ao considerarmos a experiência prática e acadêmica do professor Francisco Teixeira, já que o mesmo presidiu Instituto Pandiá Calógeras de Estratégia Internacional do Ministério da Defesa durante o governo Lula anterior, é professor emérito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e professor titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ.

Quanto às visões do 8J, a partir de inspirações autoritárias, fascistas e fruto de conluio com militares das forças armadas, enquanto atores neste teatro de operações que resultou neste violento ataque à democracia no Brasil, compartilharemos a seguir uma sequência de leituras de pesquisadores que sintonizam com estas avaliações:

- a) A recusa do Alto Comando do Exército em apoiar as "aventuras golpistas" de Bolsonaro **não significa uma conversão democrática irrestrita**, mas reflete uma mágoa da cúpula militar em relação aos civis que, segundo eles, "abandonaram" a empreitada de 1964 (SILVA E SCHURSTER, 2023); Grifo nosso.
- b) Belisário dos Santos Júnior, membro da Comissão de Justiça e Paz, Mortos e Desaparecidos e sua presidência na Comissão de Indenização à Tortura/SP, reforça que os atentados do 8J constituíram o governo autoritário do ex-presidente Jair Bolsonaro. “Ele sempre foi a favor da Ditadura Militar. Em seu governo, fez plataformas contra a democracia, contra a urna eletrônica, contra as eleições. Enfim, até o fim do seu governo, ele tentou reverter uma situação que as urnas haviam decretado inexoravelmente” (<https://youtu.be/nEsEJiokdZQ> in: BOVI ET AL, 2024).
- c) Fernando Facury Scaff, professor/**FDUSP**: muitas pessoas pensam que o 8J foi um passeio no parque, uma brincadeira, uma singela manifestação democrática contra as eleições. “Não foi nada disso. Foi uma tentativa de golpe, manifestada por diversas mentes da sociedade, pessoas que manipularam outras que foram à praça para desequilibrar o sistema e o novo governo que estava assumindo”. <https://youtu.be/9akBGQcK92A> IN: BOVI ET AL , 2024.
- d) Prof. José Eduardo Faria: o Brasil aprendeu muito com os erros cometidos no passado. “A afronta, no 8J, contra as instituições democráticas, mostrou o preço que o País pagou por ter temporizado a punição dos militares golpistas em atentados anteriores” (<https://youtu.be/5cY67VD7OWo> in: BOVI ET AL, 2024).
- e) Na visão do Instituto Tricontinental, O 8J sepultou as dúvidas quanto à **participação de generais e coronéis na intentona bolsonarista**, tornando o cenário mais tenso e incerto. Por isso, além da área econômica e do Congresso, a relação com os militares completava os três principais desafios domésticos do primeiro ano de governo. Passado um ano, diante da “conciliação”, nenhuma

unidade militar se sublevou. (...). Por outro lado, ao optar pelo apaziguamento via capitulação com o generalato, preservando espaços de poder dos militares o Estado, teria perdido uma oportunidade histórica de adoção de medidas que melhorassem a correlação de forças visando abrir caminho para reformas na relação com os militares. Com a imagem comprometida por escândalos de corrupção envolvendo altos oficiais durante o governo Bolsonaro e na tentativa de golpe, as Forças Armadas estariam em sua situação mais frágil desde 1985, quando tombou por acordo a ditadura dos generais. (TRICONTINENTAL, 2024).

- f) Em matéria do The Conversation, o 8J aparece como golpe e como herança cultural autocrática: A tentativa de golpe de Estado no país não é algo novo. Tentativas anteriores, sob o clamor de um nacionalismo antidemocrático extremado, foram elementos constantes na história política brasileira contemporânea. Há uma herança cultural autocrática que vigora na história e na conjuntura nacional do século XX, e que, infelizmente, chega ao século XXI (THE CONVERSATION, 2024).
- g) Sociólogo William Nozaki: “**os atos gravíssimos evidenciam que a fronteira da polarização social foi ultrapassada em direção ao terrorismo, ao vandalismo e à barbárie.** (...) Esses atos resultam da cultura política autoritária e miliciana inerente ao bolsonarismo. Tudo isso depositado sobre um tecido social marcado por fenômenos como as desinformações e distorções produzidas pelas redes sociais, a apologia armamentista e o fundamentalismo religioso. O resultado: uma parte da sociedade brasileira se radicalizou e se descolou da realidade, há uma espécie de histeria coletiva, de catarse caótica”. Os episódios “inauguram um novo capítulo da **atuação da extrema-direita** no país, por isso eles devem ser enfrentados com rapidez e contundência”. (...) O que assistimos no domingo foi a falência dos acordos imediatos de **Brasília**. Quando vemos o governador de Brasília pedir desculpas ao **Lula**, percebemos que ele está completamente perdido. A política brasileira, com sua tradição de conciliação, acabou estabelecendo, inclusive na esquerda, debates e jogos com a direita mais fanática possível. Estamos contaminados até a alma com isso. **O que esses atos indicam?** O tamanho do vínculo que tivemos com a noção de anti-história, de antipolítica e, principalmente, de anti-humanidade (IHU, 2023). Grifo nosso.
- h) Passeti e Lucato: no 8J, só havia autoritários acobertados por certas forças repressivas, empresariais, políticas e jurídicas. Não havia nem houve confronto entre facções políticas, forças diversas, só houve o desfile destrutivo de legião fascista, sob o olhar cúmplice de policiais. (...) desde a sua eleição Bolsonaro acena para a possibilidade de golpe. Tomou posse, vestiu a faixa que lhe foi colocada pelo presidente, que era vice de Dilma Rousseff, depois do impeachment. E já esbravejou que a próxima eleição para presidente seria por voto impresso para evitar fraudes. Acusou o TSE durante os seus anos de mandato, contestou as urnas eletrônicas, mobilizou para que seus seguidores armassem um golpe de Estado, caso não fosse reeleito. (PASSETTI E LUCATO, p.2);
- i) Já o historiador Michel Gherman (IHU, 2023), ressalta que os ataques antidemocráticos do 8J são: a efetivação do bolsonarismo na sua dimensão mais natural, que é a **dimensão da morte e da destruição como projeto** [e que] ações violentas indicam que

estamos contaminados com uma **releitura do nazismo** no âmago da nossa política [e que] setores importantes da política nacional se vincularam ao bolsonarismo, achando que ele era uma alternativa política concreta (IHU, 2023). Grifo nosso.

- j) Santos, Kubic e Cunha (2024) analisam que “**tendências conflitantes sobre o profissionalismo militar no alto comando, somada às condições de legitimidade do rival político Lula da Silva, que havia vencido as eleições, a pressão internacional e institucional dos demais poderes da República acabaram impedindo a quebra institucional**. A tentativa de golpe no 8 de janeiro reverteu qualquer possibilidade de apoio. O que se segue agora, mais de um ano depois da intentona bolsonarista, é a lenta e desconfiada reconstrução do controle civil” (Santos, Kubic e Cunha, 2024, p.125). Grifo nosso.

Na sequência, compartilhamos visões que interpretam o 8J em um enquadramento mais institucional, com foco numa ruptura jurídica/constitucional, que visava a tentativa de mudança do regime democrático, e que terminara impedida por ações, em especial, do Poder Judiciário, na contenção do golpismo.

- a) Jefferson Barbosa, Professor de Ciência Política/Unesp. A data será lembrada e estudada como uma tentativa frustrada de ruptura institucional, onde os manifestantes golpistas se empenharam para gerar uma conjuntura de caos, que poderia ser instrumentalizada para justificar uma intervenção militar, em um contexto de Estado de Exceção (THE CONVERSATION, 2024);
- b) Nuno Coelho, diretor da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP: no 8J, o País foi abalado pela tentativa violenta de um novo golpe de Estado. Depois de quatro anos de um governo abertamente corrupto e responsável pela morte de centenas de milhares de brasileiros, nós não podemos dizer que ficamos surpreendidos com a violência de que os inimigos do Estado de Direito são capazes no Brasil. (https://youtu.be/xiOoBR_6HhQ IN: BOVI ET AL , 2024);
- c) Torquato Castro Júnior, diretor da Faculdade de Direito do Recife: Ficamos (e estamos) estupefatos que, em pleno Século XXI, tenha havido uma tentativa de golpe de Estado no Brasil. Isso é quase incompreensível se não tivesse enredado em acontecimentos já evidentes na política nacional de extremismo, intolerância e desrespeitos às instituições” (<https://youtu.be/EjnPNGIiTpA> IN: BOVI ET AL , 2024);
- d) Os ataques do 8J a símbolos das instituições políticas do país materializam este comportamento terrorista em busca de uma suposta redenção daqueles que se entendem como aviltados pelo sistema corrompido (DRUMMOND E MANGINELLI, 2023, p.10);
- e) O avanço e aprofundamento dos movimentos bolsonaristas que culminaram com as depredações do patrimônio público no centro do poder político são o ápice dos conflitos sociopolíticos contemporâneos. Tanto a moralidade rígida como o terrorismo dela decorrente sinalizam a guerra cultural travada a partir da deslegitimação de diversos saberes, dentre eles o científico. Um dos exemplos que sustentam esta revolta é a negação do resultado das

eleições em virtude de fraude nas urnas eletrônicas (DRUMMOND E MANGINELLI, 2023, p. 10);

- f) Professor Oscar Vilhena Vieira, diretor da FGV Direito: a regra básica do jogo democrático é que aquele que é derrotado numa eleição vá para casa (aceite o resultado), e aquele que assume o poder não faça um ato de retaliação em relação aos derrotados. “O que nós assistimos no 8J, claramente, foi um ato de infidelidade muito clara à democracia e à constituição brasileira. Por quê? Porque um grupo de pessoas quis contestar o resultado daquilo que foi decidido pela maioria nas urnas. Felizmente os que habitam as instituições brasileiras, ainda que possam ter agido com a ambiguidade em alguns momentos, no 8J se uniram em torno da defesa da democracia, das instituições” (<https://youtu.be/shMXxUyljl8> in: BOVI et al, 2024)

Já o antropólogo Orlando Calheiros, colabora nesta discussão com uma visão intrigante, ao propor uma leitura para além das aparências, forma e estética do fenômeno materializado no 8J, no que diz respeito a refletir sobre o que os golpistas realmente desejavam com os ataques, se referindo especificamente a esses grupos bolsonaristas, já que estava óbvio o que os mandantes, articuladores de bastidores pretendiam: *“eles queriam à profundidade da pele: que o país seguisse governado por Jair Bolsonaro e seus asseclas”* (THE INTERCEPT BRASIL, 2024).

Um primeiro ponto ressaltado, nesse sentido, é que, em sua avaliação, não há nada de excepcional no 8J, seja no movimento ou na pauta que o moveu, pois, a base civil bolsonarista naquele episódio via a si própria como uma *“resposta à suposta marcha progressista, tida por eles como um projeto de destruição dos valores nacionais e de degeneração da ordem”* (ibidem).

Não é por coincidência que **os golpistas de Brasília respondiam que não se tratava de uma tentativa de um novo golpe militar, mas de uma “intervenção militar para restauração da ordem”**. E devemos levar essa frase a sério, pois não é um simples eufemismo para disfarçar a natureza criminosa da tentativa de golpe. Até porque pessoas capazes de se filmar invadindo e depredando prédios do governo não estão particularmente preocupadas em esconder seus crimes. Mas digo isso lembrando que o golpe de 1964 também foi pensado dessa forma, como um movimento pela restauração da ordem (THE INTERCEPT BRASIL, 2024). Grifo nosso.

Além disso, o mesmo autor também destaca, a título de comparação, que assim como em 1964, em 2023 os integrantes da ala conservadora do movimento, se enxergavam como *“os últimos defensores de uma nação em declínio moral [e no contexto antecedente] percebemos outros pontos em comum, como a campanha de terror promovida por veículos de comunicação (hoje por meio das redes), pânico*

moral e notícias falsas sobre o que poderia acontecer se a “esquerda” continuasse no poder” (THE INTERCEPT BRASIL, 2024).

O antropólogo ressalta ainda que, parte dessa antiga ordem conservadora que permeia a história política do Brasil, é volátil e problemática, pois, do mesmo modo que deu suporte a governos anteriores do próprio PT/Lula I e II, respaldou sem dificuldades o *impeachment* de Dilma Rousseff, a eleição de Bolsonaro e o surgimento do bolsonarismo, como a ocorrência do 8J. Conclui assim, diante desta constatação que o que os golpistas realmente queriam não era o Brasil do futuro, mas, o Brasil de sempre.

4.3 Analisando alguns detalhes da participação das Forças Armadas no 8J

As Forças Armadas, ainda que sem o uso do fuzil e dos tanques de guerra nas ruas, como nos moldes clássicos dos golpes e tentativas de golpes, ao mesmo tempo em que foram cúmplices de todo o processo que culminou no 8J, funcionaram de modo protagonista como atores institucionais estratégicos nessa empreitada, seja por meio de ações ou mesmo omissões dos seus integrantes de cúpula – especialmente do Exército, como detalhamos nos capítulos anteriores.

Essa constatação, fundamentada ao longo de nossa tese, conserva sintonia com nossa argumentação central no que se refere às formas atuais de erosão democrática, em contraponto à visão de Levitsky e Ziblato (2018) e à de Przeworski (2020), sobre uma ‘não’ participação relevante dos militares enquanto atores políticos.

Essa participação se deu também a partir do acesso a informações de inteligência, captadas clandestinamente, e operacionais, mediante ocupação e mobilização de estruturas orçamentárias, cargos efetivos e comissionados, atuando por dentro do governo do qual foram sócios-avalistas e em conexão com outros atores, inclusive, militares da reserva.

Apesar disso e de tantas demonstrações de que o 8J foi urdido durante o governo Bolsonaro, com a participação decisiva da cúpula militar das FA de dentro e de fora dos quartéis, há uma discussão que põe em dúvida se o envolvimento dos militares teria sido algo pontual, fruto da ação de um pequeno grupo ou institucional, embora, saibamos que instituições são operadas por pessoas físicas e não o contrário.

Se atentarmos ao conteúdo apurado pelas investigações da PF e PGR, conforme apresentado no Capítulo 3, é possível concordarmos com a avaliação do então ministro da justiça Flávio Dino, no que se refere aos acampamentos, os quais seriam *incubadoras de terroristas*. Nas palestras para os acampados, houve preparação para o evento, ao ponto de se orientar a invasão das sedes dos três poderes para aguardar a decretação de uma GLO e a chegada das FA, as quais dariam respaldo ao golpe de Estado.

Percebamos que mesmo com tantos movimentos às portas dos quartéis e tendo a cúpula do governo Bolsonaro (também composta por militares da ativa e da reserva de alta patente), o controle sobre os comandos militares, o Gabinete de Segurança Institucional e a Agência Brasileira de Inteligência, nada foi feito. Aliás, a ação foi justamente a “não-ação”. Ainda assim, “[Alexandre de] Moraes fez questão de dizer, no entanto, que, *“justiça seja feita, em nenhum momento, as Forças Armadas, enquanto instituição, flertaram com essa possibilidade”* (CNN, 2024).

Porém, diante dos fatos que apresentamos, é difícil crer na avaliação do ministro do STF, mesmo com uma parte da cúpula militar não aceitando apoiar o golpe, nos momentos finais do seu desfecho. Isso porque, para além das doutrinas militar e políticas incutidas em suas mentes, desde os primórdios de sua formação, a ramificação no governo e seu nível de politização vinculado a um projeto de poder, eram profundos.

Como evidenciado pelos pesquisadores Araújo e Balardim (2024), ao refletirem sobre ter havido incompetência ou conivência com para com os atos de terrorismo praticados no 8J, no mínimo, as Forças Armadas:

não atribuíram esforços para prevenir o agravamento de uma situação de crise ou encerrar, de forma célere, uma contenda já deflagrada. **A militarização do gabinete e a partidarização das forças armadas** tornou as duas instituições **epicentros de planejamentos golpistas** que, notoriamente, culminaram no atentado do dia 8 de janeiro em Brasília. (ARAÚJO E BALARDIM, 2024, p. 8). Grifo nosso.

Na análise de Teixeira (IHU, 2024), a ação dos militares se deu de maneira *“passiva, mas muito clara, no sentido de que não aceitariam uma intervenção militar. (...) eles fizeram uma resistência passiva. Uma situação que a gente chamaria, o verbo attendere, em francês, “atentismo”, de ficar atento para esperar o que ia acontecer”* (IHU, 2024, FRANCISCO TEIXEIRA). E justamente esse *atentismo* teria

feito com que os membros mais bolsonaristas do Alto Comando não mergulhassem no intento golpista, ao avaliarem nos momentos finais, as condições desfavoráveis.

Segundo o mesmo pesquisador, outro fator também foi importante à não aderência total dos militares: a não validação e pressão em contrário por parte do STF: *“Em vários momentos, o ministro Toffoli, mas não só ele, fez contato com alguns desses generais e disseram que não ia haver validação, como houve em 1964, de um golpe de qualquer tipo que fosse desferido pelo bolsonarismo”* (IHU, 2024). Tal apoio implicaria na aceitação do uso, tão propagado nas redes, eventos e acampamentos bolsonaristas, do Artigo 142 da CF, de modo distorcido, com essa finalidade. O mesmo professor ressaltou ainda alguns momentos de tensão e preocupação durante a véspera e após o 8J:

Houve, durante alguns momentos de 6 de janeiro, até terça-feira, dia 10, **um certo medo** de alguns generais do **Alto Comando**, de que um coronel qualquer, sei lá, em Quixeramobim (CE), ou em Pouso Alto (MG), **colocasse as tropas na rua**. Ou seja, **não se tinha o controle sobre o conjunto das Organizações Militares**. E que, colocadas as tropas na rua, outras seguissem e que não haveria condições de usar uma força militar para combater outra. Haveria, então, um **dominó de adesões** (IHU, 2024). Grifo nosso.

Na mesma linha, de acordo com pesquisadores do Tricontinental (2024), o 8J *“sepultou as dúvidas quanto à participação de generais e coronéis na intentona bolsonarista, tornando o cenário mais tenso e incerto”* (p.1). Analisam que a participação dos militares, especialmente do Exército, *“foi mais incisiva a partir de seu ingresso como fiscal das eleições pelo TSE, sob presidência de Barroso, com o general Braga Netto, seguido do general Nogueira, no comando de ações desestabilizadoras do processo eleitoral pelo uso de técnicas de “contra inteligência””* (p. 4). Grifo nosso.

Como relembram Araújo e Balardim (2024), o discurso político do general Braga Netto, então ministro da Defesa, de que **“os militares estariam em prontidão para intervir nas eleições de 2022, demonstra o comprometimento das Forças Armadas, ou pelo menos, boa parte dela, com Bolsonaro e sua desobediência ao Estado Democrático de Direito”** (p. 7) grifo nosso. E ainda, o general Heleno *“foi apontado como articulador desse processo de impulsionamento de militares na política e o GSI sob seu comando funcionava como uma “Central” de controle estratégico, podendo decidir o que constitui uma ameaça e acionar medidas”* (LEIRNER, 2022). Destaque-se também, o general Júlio César Arruda, acoitando os acampados no QG de Brasília e resistindo às diversas tentativas de desmonte dos acampamentos, como já detalhamos.

Analisando o contexto, identificamos mais uma questão problemática: o ministério da defesa, ao lado do Gabinete de Segurança Institucional, foram as únicas áreas do governo Bolsonaro que não passaram pelo processo normal da transição do poder e da gestão para o governo Lula, e enfrentaram problemas adiante, como explicado pelo Tricontinental (2024): *“titulares do Ministério da Defesa e do GSI se recusavam a fazer a transição, assim como os então comandantes, em conversar com representantes do governo eleito. Ao final, a Defesa foi a única área a ficar de fora dos grupos de transição”* (TRICONTINENTAL, 2024, p. 2).

Uma outra forma de participação dos militares no processo que culminou com o desfecho do 8 de janeiro de 2023, que também ajuda a desconstruir a afirmação do ministro Alexandre de Moraes, foi o fato de os mesmos integrarem a Comissão Eleitoral. Como destacou Teixeira (IHU, 2024), o ministro Barroso, do TSE/STF surpreendeu a muitos *“ao convocar militares para compor aquela comissão eleitoral, ele errou enormemente. Ele abriu a porta a que os militares tivessem opinião sobre urna eletrônica, sobre sistema de apuração, sobre código-fonte, sobre tudo isso”* (INSTITUTO HUMANITÁ UNISINOS, 10/01/2023), que acabou colaborando, em virtude da cumplicidade entre Bolsonaro e esses militares, com a protelação do falso discurso de fraudabilidade das urnas que motivava os bolsonaristas acampados.

Mesmo diante desta tentativa de tutela do processo eleitoral, e ficando claro que não havia nada que descredibilizasse as urnas eletrônicas nos próprios relatórios preparados pelos militares, **estes seguraram a divulgação do relatório**, e depois ainda o publicaram através de uma nota ambígua, para deixar permanecer o máximo possível a desconfiança nas urnas. Isso, como analisamos, juntamente com o fato do presidente derrotado não reconhecer o resultado das urnas, deixando fluir a teoria sobre a suposta fraude, foi elemento fundamental à mobilização dos bolsonaristas que acamparam no Brasil inteiro e protagonizaram os ataques do 8J.

Somando-se à essa constatação, temos o Relatório Final da CPMI 8J, apontando claramente o que considerou falhas – às quais consideramos omissões deliberadas – das FA em meio ao contexto e tensão que pairava sob a Capital Federal do país, e o relato de alguns momentos cruciais do “dia d” pelo pesquisador Francisco Teixeira:

coronel Fernandes da Hora, comandante da **Guarda Presidencial**, tinha os homens, tinha os meios, tinha as formas de dar alerta prévio do que estava

acontecendo, mas não agiu; não fez nada do que suas funções o obrigavam a fazer; o **general Dutra**, comandante militar do Planalto, que tem todo um aparelho ali, e que a gente sabe, quando tem manifestações populares, tudo isso é colocado em funcionamento – mas no 8J não foi. [E] alguns elementos de dentro do **GSI** e das **Forças Armadas**, particularmente no **Comando Militar do Exército**, tiveram uma atuação muito clara no sentido deixarem invadir o **Palácio Presidencial**, o que é de extrema gravidade (IHU, 2024). Grifo nosso.

Mais que isso, em nossa Cronologia Geral¹⁸, se encontram muitos outros atos e ações de militares da ativa e reserva, de dentro e de fora do governo, em cargos efetivos e comissionados, de todas as patentes e em todas as esferas de governo, levantadas pelas investigações da CPMI 8J, e pela PF, referendadas pela PGR e STF, e que não podem ser esquecidas nem desconsideradas nesta análise.

Toda essa desordem institucional, acaba reforçando o nosso entendimento de que os ataques à democracia ao longo do governo Bolsonaro e nos mesmos moldes o 8J, se deram por dentro das instituições, em sincronia com atores externos às mesmas, numa articulação com as digitais de civis e militares, mesmo que de maneira camuflada.

Estes atores políticos operaram estruturas de Estado como se fossem meras instituições politicamente alinhadas e a serviço de um governo extremista e derrotado, em favor de um golpe, partindo para o “tudo ou nada” ou, no mínimo, em favor da desestabilização do novo governo, para forçar negociações e concessões, o que daria à intentona antidemocrática a configuração de “*um golpe de vista...uma farsa*”, como interpretado por Leirner (2022). Este entendimento, que, como dito, consideramos plausível, é reforçado pela análise desenvolvida por membros do Tricontinental (2024):

De um lado, generais liderados por Braga Netto, Augusto Heleno e Eduardo Ramos, com reforço de coronéis da ativa, buscavam adesão do ACE na desestabilização do governo eleito, visando impedir sua posse [via] decretação de Estado de Defesa, prisão de ministros do STF e opositores, anulação do resultado eleitoral e convocação de novas eleições. **De outro**, generais da **cúpula do Exército** percebiam a ausência de condições mínimas para o plano de golpe de Estado. Estruturalmente **alinhados aos EUA**, esses militares receberam sinais claros de ausência de suporte nessa direção [Joe Biden era presidente]. Diante do risco grande de fracasso político e do **alto custo** para a instituição, se limitavam a **manter os acampamentos para aumentar seu poder de barganha com o novo governo**. (p. 3). Grifo nosso.

Consideramos que, pelo menos em relação à essa temática, podemos concluir então, que, sim, os militares das FA, participaram e concorreram para o episódio do 8J, mas, que, por falta de apoios suficientes internamente e, inclusive, internacionalmente,

¹⁸ <https://bit.ly/cronologiageraldatase>

não aderiram à etapa da derrubada do regime democrático ou à anulação das eleições para que Bolsonaro voltasse dos EUA, retornando ao Brasil no comando do país.

Ao que percebemos, diante do iminente fracasso da tentativa de golpe, os militares usaram, portanto, o 8J para negociar a permanência de espaços de poder no governo Lula III, o não retorno, pelo menos imediato, aos quartéis e a permanência de uma não submissão automática ao comando civil. Conforme complementado por LEIRNER/AGÊNCIA BRASIL (2024)

A quimera da insurreição foi funcional aos militares para “entrar no novo governo, numa posição de vantagem” e [tentar] manter sob seu controle áreas de interesse, como a Secretaria de Segurança Institucional, a circulação nas fronteiras, portos e aeroportos (LEIRNER/AGÊNCIA BRASIL, 2024).

Apesar de tudo isso, e em meio a revelações e desconfianças, “a segurança presidencial passou a ser realizada pela Polícia Federal (PF) e a Agência de Inteligência Brasileira (Abin), deixou o GSI para ser vinculada à Casa Civil” (TRICONTINENTAL, 2024, P. 4).

Em meio à construção do que pareceu apontar à tentativa de um “acordo de paz”, o presidente Lula, em seu terceiro mandato, chegou inclusive a pedir que não houvesse eventos em alusão à ditadura militar, o que fora estranhado pelos seus apoiadores. Mas, por outro lado, aparenta ter conseguido negociar junto ao STF, o sepultamento da forçosa interpretação do Artigo 142/CF, proveniente do período imperial, em que os militares seriam um poder, e, mais ainda, um poder moderador: “*julgamento histórico do STF derrubou a interpretação golpista do artigo 142 da Constituição Federal. A Corte formou maioria contra o "poder moderador" das Forças Armadas, com o voto do decano Gilmar Mendes*” (BRASIL 247, 2024).

Esse foi um dos principais discursos usados por Bolsonaro e militares ao longo de todo o período estudado e especialmente pós-derrota e era freneticamente repercutido pelos seus apoiadores nos eventos e acampamentos, por meio de redes digitais, faixas e cartazes, e que acabou servindo de combustível ao episódio do 8 de janeiro.

O desfecho de tudo isso seguiu com a condenação de parte cúpula militar e do alto escalão do governo da ocasião, pelo STF, após investigação da PF e denúncia da PGR. Mesmo com a interpretação de alguns, de que os condenados seriam parte integrante de “uma banda podre” que “usou” as FA e demais instituições de estado e governo, discordamos, visto que, as Forças Armadas, ainda que por indução da cúpula, acabaram metamorfoseando seu próprio *habitus militar* para a ocupação de espaços e exercício do poder, aproveitando-se de brechas institucionais e inúmeros benefícios.

Finalmente, de acordo com a nossa análise, devemos tratar estes fatos, não como um câncer localizado e identificado a ser extirpado, mas, como um caso de metástase, com células cancerígenas espalhadas por toda a corporação das três Forças Armadas, representadas por aqueles que se afinam com a ideologia, discursos e projeto de ocupação e exercício do poder e sentimento de superioridade em relação aos civis. Até porque, a disciplina foi quebrada pelos representantes que estavam topo da hierarquia e esses sentimentos, ideologias e desejos, não cessam em uma mudança de governo.

4.4 A conexão entre os ataques e a crise da democracia: o que estava em jogo no caso do Brasil e ainda segue em disputa?

*“Fui eleita presidenta por 54 milhões e meio de votos para cumprir um programa cuja síntese está gravada nas palavras **“nenhum direito a menos”**”.*

O que está em jogo no processo de impeachment não é apenas o meu mandato”.

(ROUSSEFF, 29/08/2016)

Aprofundando o nosso olhar à realidade do Brasil, é possível perceber que sinais de conexão ideológica e política com líderes de extrema direita mundial e com o ultra neoliberalismo econômico eram dados desde a pré-campanha de Bolsonaro (EL PAÍS, 10/09/2018; BRASIL DE FATO, 2018) e persistiram ao longo do tempo.

Quando Jair Bolsonaro foi empossado em janeiro de 2019, muitos acreditavam que seu discurso, o comportamento antidemocrático, antipolítico e o “temperamento explosivo” teriam sido ‘apenas’ retóricos para mobilizar eleitores na campanha. Porém, ao contrário, o *modus operandi* foi sendo ampliado e materializado estrategicamente, ao nosso ver, por meio de mais ações – ou inações, condutas individuais e em grupo, bem como na forma de ‘governar’, até para encobrir os desgastes fruto do desgoverno e das políticas econômicas impopulares que vinham sendo implantadas desde a gestão Temer.

Nesse contexto, é necessário notar que, por trás de tudo isso e em sintonia com contextos internacionais, não estavam em jogo no Brasil somente as ‘polêmicas’ rotineiramente fabricadas pelo então presidente, muitas vezes usadas como cortina de

fumaça para ofuscar os rumos (ultra) neoliberais da economia de um país que se situa na periferia do capitalismo, mas, os riscos a determinados direitos sociais, civis e políticos, conquistados duramente pelos cidadãos.

Percebamos que, em paralelo, pautas econômicas ultraliberais eram tocadas pelo seu então ministro da economia, Paulo Guedes, que, enquanto professor de economia no Chile à época (EL PAÍS BRASIL, 31/10/2018), fora muito próximo do círculo acadêmico e ideológico dos “*Chicago-Boys*”, que influenciaram a equipe econômica do general Augusto Pinochet, o qual implantou durante a ditadura chilena as bases do que ficou conhecido mundialmente como ‘o berço do neoliberalismo’. Paulo Guedes inclusive expressou publicamente o seu entusiasmo por tal modelo.

Tudo isso, chancelado por militares das FA, que cresceram no governo Temer e governaram com Bolsonaro. Mas, não à toa. Pois o projeto político de ocupação do poder, também influenciado por uma mentalidade militar não neutra, contemplava um tipo de modelo econômico para o país, como apontado por Lentz (2022-B):

A partir do apanhado empírico da doutrina da ESG, é possível perceber que a organização sistemática e coerente de um conjunto de crenças, valores e ideias dos militares sobre a organização política nacional jamais foi estruturada na centralidade do Estado como indutor do desenvolvimento econômico. Ao contrário, desde sua primeira versão consolidada, **a doutrina foi erguida sob a convicção do mercado como o principal ator das decisões econômicas da sociedade nacional**. Ademais, a vinculação entre natureza humana e sistema econômico demonstra uma **aderência ontológica da doutrina ao capitalismo**, estruturada pelas vigas da liberdade de iniciativa individual, igualdade de oportunidades e a compreensão de um “bem comum” (Lentz, 2022-B, p.59-artigo). Grifo nosso.

Portanto, as teorias críticas da democracia, diferentemente das institucionais, se mostram mais adequadas para explicar as relações e afinidades entre o neoliberalismo, os militares das FA, o autoritarismo e a democracia. Explicam a relação entre o pensamento político e econômico desses militares, formado a partir da doutrina ideológica da ESG, que influenciam as suas ações na área da economia e até mesmo em um modelo e visão de sociedade a ser implementada. A conquista do poder político por esses militares, serviria, então, para implantar um modelo de mundo, de vida, de sociedade-conservadora e de economia, plasmados a partir de uma plataforma de mercado, que, como entendem, deveria implicar assim, no próprio modelo de Estado.

Mesmo pós-derrota de Bolsonaro em 2022, esses sinais permaneceram. Como exemplo, em julho de 2025 o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em seu retorno ao poder, fez claras ameaças à soberania nacional do Brasil em defesa de Jair

Bolsonaro, questionando o julgamento o qual este enfrentava no Supremo Tribunal Federal, como principal artífice da tentativa de golpe no 8 de janeiro de 2023. Isso tudo, articulado pelo seu filho, deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) que se mudara para os EUA objetivando criar pressões externas para a não punição do pai. Trump ameaçou e taxou em 50% os produtos brasileiros, pois Bolsonaro estaria sendo “*perseguido em uma verdadeira caça às bruxas*” pela suprema corte do país JORNAL NACIONAL (2025). Posteriormente, o episódio foi revertido em um longo processo de negociação envolvendo a diplomacia e a ação política do governo Lula III.

Como vemos, os ataques à democracia, às instituições e valores democráticos, como estamos tentando demonstrar ao longo desta pesquisa, não se originaram “do nada” ou sem qualquer intenção, nem se constituíram como mera retórica discursiva. Sempre houve, há, e continuará havendo muitos interesses em jogo.

Para não irmos tão distante do período recortado para análise, delimitado metodologicamente do governo Bolsonaro ao 8 de janeiro de 2023, citaremos dois episódios de ataque à democracia fora desse período, mas, que a ele estão totalmente conectados e traduzem em fatos o nosso raciocínio: o golpe parlamentar que interrompeu o segundo mandato de Dilma Rousseff em 2016 e o impedimento da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à presidência em 2018, o que facilitou a chegada de Jair Bolsonaro ao poder em 2019.

Daí, surgem as perguntas: o que estaria de fato em jogo e haveria em comum diante destes episódios? Há alguma conexão entre os ataques e a crise da democracia?

A resposta é sim, visto que todos esses episódios estão conectados, e, para tentar responder ao que estava por trás de tudo isso, convém iniciarmos com a citação de um trecho do discurso da ex-presidente Dilma Rousseff, que já nos esclarece muita coisa:

*O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição. (...) são as **conquistas** dos últimos 13 anos: os ganhos da população, das pessoas mais pobres e da classe média; a **proteção** às crianças; os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas; a **valorização** do salário mínimo; os médicos atendendo a população; a realização do sonho da casa própria. (...) é o **investimento** em obras para garantir a convivência com a seca no semiárido, é a conclusão do sonhado e esperado projeto de **integração** do São Francisco. (...) é, também, a grande **descoberta** do Brasil, o pré-sal. (...) é a inserção soberana de nosso País no cenário internacional, pautada pela ética e pela busca de interesses comuns (...) é a **autoestima** dos brasileiros e brasileiras, que resistiram aos ataques dos pessimistas de plantão à capacidade do País de realizar, com sucesso, a Copa do Mundo e as Olimpíadas e Paraolimpíadas. (...) é a **conquista da estabilidade, que busca o equilíbrio fiscal, mas não***

*abre mão de programas sociais para a nossa população. (...) é o futuro do País, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais. (...) Quem afasta o Presidente pelo “conjunto da obra” é o povo e, só o povo, nas eleições. E nas eleições o programa de governo vencedor não foi este agora ensaiado e desenhado pelo Governo interino e defendido pelos meus acusadores. O que pretende o governo interino, se transmutado em efetivo, é um verdadeiro **ataque às conquistas** dos últimos anos. **Desvincular** o piso das aposentadorias e pensões do salário mínimo será a destruição do maior instrumento de distribuição de renda do país, que é a Previdência Social. O resultado será mais pobreza, mais mortalidade infantil e a decadência dos pequenos municípios. A **revisão dos direitos e garantias sociais** previstos na CLT e a **proibição do saque do FGTS** na demissão do trabalhador são ameaças que pairam sobre a população brasileira caso prospere o impeachment sem crime de responsabilidade. **Conquistas** importantes para as **mulheres**, os **negros** e as populações **LGBT** estarão comprometidas pela submissão a princípios **ultraconservadores**. O nosso **patrimônio** estará em questão, com os recursos do **pré-sal**, as **riquezas** naturais e minerárias sendo **privatizadas**. A ameaça mais assustadora desse processo de impeachment sem crime de responsabilidade é **congelar por inacreditáveis 20 anos** todas as despesas com **saúde, educação, saneamento, habitação**. (...) o resultado eleitoral de 2014 foi um rude golpe em setores da elite conservadora brasileira. Desde a proclamação dos resultados eleitorais, os partidos que apoiavam o candidato derrotado nas eleições fizeram de tudo para impedir a minha posse e a estabilidade do meu governo. **Disseram que as eleições haviam sido fraudadas, pediram auditoria nas urnas [Aécio Neves], impugnaram minhas contas eleitorais**, e após a minha posse, buscaram de forma desmedida quaisquer fatos que pudessem justificar retoricamente um processo de impeachment. (ROUSSEFF, 29/08/2016).*

Este trecho do discurso de Dilma Rousseff, nos faz lembrar os discursos de Temer, e, especialmente de Bolsonaro, que se converteram nas agendas prioritárias destes governos, sendo os mesmos reproduzidos massivamente, no segundo caso, pelos seus seguidores, o que fazia transparecer um certo viés de apoio popular, um certo verniz democrático. Os atores que concorreram para os ataques à democracia no governo Bolsonaro e aqueles que se fizeram representar, implícita ou explicitamente, institucional ou por fora da institucionalidade no episódio do 8 de janeiro de 2023, reuniram nesta mesma tentativa de golpe, aqueles que queriam dar continuidade à agenda pós-Dilma, iniciada por Temer e amplificada e acelerada por Bolsonaro, inclusive para além das pautas econômicas, mas, igualmente, não por acaso.

De acordo com Teixeira (IHU, 2022) esses interesses em jogo mobilizaram antigas forças em contrário: “*Para as direitas no Brasil, a questão central, desde a sucessão de Vargas, em 1954, [como] em 2022, foi sempre barrar o crescimento das reformas progressistas que ampliam o “demos” da democracia brasileira e a conseguinte ampliação do caráter social da Nova República*” (IHU, 2022).

Porém, como tal agenda (ultra) neoliberal gera perdas significativas aos mais desvalidos, que muitas vezes não conseguem discernir o que de fato está acontecendo em meio ao bombardeio de desinformações protagonizado por discursos extremistas e polarizadores, um outro recurso acaba sendo acionado tanto para arregimentar cidadãos ‘favoráveis’ a tais pautas, quanto para mantê-los ocupados com outros debates que os desviem das questões centrais que, de fato, os prejudicam: a manipulação ideológica, ancorada em instrumentos midiáticos.

Com isso, segundo Dowbor, *“Desigualdade e frustrações deslocaram o eixo da política para o campo dos valores – onde opera uma aliança entre interesses financeiros, preconceitos de gênero e religião”* (DOWBOR, OUTRAS PALAVRAS, 2024). Ou seja, todas essas questões estão ligadas estrategicamente e, justamente neste contexto e chancelado pelos militares, *“Bolsonaro soube aproveitar os sentimentos de frustração com a democracia e propor “uma agenda também conservadora de costumes, liberal economicamente - muito alinhada com movimentos [da extrema direita] de outras partes do mundo”* (LUCIO RENNÓ, AGÊNCIA BRASIL, 2024).

Esse fenômeno, como dissemos, acaba sendo possível por meio da manipulação de instrumentos midiáticos tradicionais e digitais, atrelados aos interesses dominantes dos espectros políticos da direita e extrema direita, já abordados nesta tese e contidos no discurso de Dilma Rousseff, na ocasião de sua deposição.

Em um plano analítico mais profundo, o que estava em jogo nos bastidores, portanto, eram ataques do (ultra) neoliberalismo à democracia no Brasil, empreendidos especialmente pelo governo civil-militar de Bolsonaro e pelos demais atores e grupos de interesses alinhados à estas pautas.

Diante desse entendimento, ao que nos parece, trocar a expressão “ataques à democracia” por “avanço da agenda (ultra) neoliberal sobre a democracia”, não geraria tanta diferença e é deste modo que estes fatores se conectam e se relacionam. Ao que nos parece, confirmam a lógica da relação entre essa vertente econômica, o autoritarismo, a derrubada de Dilma, o bloqueio à candidatura de Lula em 2018, o pensamento e ação dos militares junto a Bolsonaro e a ocorrência do 8J, na tentativa de não interromper a agenda econômica que estava em curso e que representava um freio à vontade e necessidades do *demos*, ampliando, assim, a crise da democracia.

Em reforço do nosso argumento (BALLESTRIN, 2018, 2019; ANDRADE, CORTÊS E ALMEIDA, 2021; CESARINO, 2021, *apud* Teixeira e Trindade, 2022), analisando os impactos das políticas econômicas de Bolsonaro no Brasil, afirmam que *“o programa econômico ultraliberal de seu “todo-poderoso” ministro da Economia, o Chicago Boy Paulo Guedes, representa um fenômeno que também tem sido interpretado por diversas análises como mais uma evidência do avanço neoliberal sobre a democracia”* (BALLESTRIN, 2018, 2019; ANDRADE, CORTÊS E ALMEIDA, 2021; CESARINO, 2021, *apud* Teixeira e Trindade, 2022, p. 12).

Considerados esses fatos, é interessante percebermos um ponto: mesmo diante de ataques sistemáticos, às vezes, um recuo temporário ou a manutenção de um verniz de democracia parece ser útil quando a democracia ainda é conveniente, pois, foi por meio dela que esses grupos chegaram ao poder e por dentro dela estavam operando mudanças nas regras. Vale a pena lembrar, neste contexto, que as políticas econômicas tocadas por Paulo Guedes, como narrado logo acima, em parte, foram freadas e quase interrompidas, quando a maioria do grupo político junto a Bolsonaro, que pretendia permanecer no poder, especialmente a classe política fisiológica e os militares das FA, perceberam a forte chance de derrota, diante das pesquisas que apontavam uma crescente insatisfação com o governo e com o então presidente (BBC, 2018; OUTRAS PALAVRAS 2019; SCHAEFER, 2024).

Ou seja, quando é inconveniente, a democracia pode ser desestabilizada, mas precisa sobreviver e quando não suportável, é atacada de maneira desmedida, podendo vir a ruir junto com todo o sistema jurídico-democrático-institucional. Nestes casos, a vontade popular é totalmente descartada e agrava-se a crise. Para contê-la, em geral, se tenta dar um golpe, como no 8J e em seguida, o fechamento do regime e a ampliação de medidas autoritárias, ditatoriais, como já ocorrera no Brasil.

De todo modo, talvez nem seja tão interessante aos grupos dominantes acabar com as instituições democráticas, mas modificá-las por dentro, a partir das mesmas, para que se preserve minimamente “ares de legalidade” e uma aparência simbólica de legitimidade e respeito mínimo à vontade do *demos*, para que não haja rupturas drásticas. Do contrário, enfrentar o custo do uso da força bruta e desestabilizadora das FA nos moldes tradicionais, pode gerar até guerras civis e desestabilização em um nível que comprometa os lucros, a propriedade privada, os investimentos dos capitalistas e o relacionamento geopolítico e comercial com outros países.

Portanto, o que nos parece é que o nível de tensão e disputa das agendas que refletem os interesses dos diferentes grupos sociais é quem vai apontar a dose tolerável de democracia, especialmente para as elites dominantes, que avaliarão os custos de mantê-la domesticada ou arcarem com as consequências de uma ruptura.

4.5 Correlações entre crise, ataques e 8 de janeiro

Os ataques diversos que abordamos aqui, bem como, especialmente o ocorrido no 8J, deterioraram a democracia, seus valores e instituições e constroem ao longo de um roteiro recheado de traços autoritários em nossa história, as condições necessárias à *subrepressão* da democracia, que foi o que se tentou fazer antes e, no desespero, no 8J.

Conforme havia sido anunciado pela ex-presidente Dilma Rousseff, na ocasião de sua deposição, em discurso no Senado, citamos como exemplo de ataque à democracia, o projeto ultra neoliberal e autoritário que estava em curso, sendo marcado inicialmente pela reforma trabalhista no governo Temer e pelo fato de neste governo ter sido iniciado o aumento da presença dos militares das FA em órgãos do governo, assumindo funções que deveriam ser executadas por civis no que se refere às políticas públicas, especialmente na área da segurança pública. Como enfatizado por Leirner (2022), já estávamos diante da ampliação de um projeto político de ocupação do poder do Estado pelos militares das FA, o que configura uma forte contradição dentro de um regime que conserva pelo menos um verniz de democracia.

A continuidade deste processo de ocupação militar do Estado brasileiro, por meio do preenchimento de cargos no governo federal se deu a passos acelerados e mais incisivos no governo civil-militar de Bolsonaro. Em paralelo, também se deu a aceleração das pautas econômicas, a exemplo da reforma previdenciária – inclusive privilegiando os militares, dentre outras, além de uma série de ataques, já elencados¹⁹.

¹⁹ O principal agente civil, junto ao parlamento, foi o então deputado federal Rogério Marinho, condutor das reformas trabalhista (governo Temer) e previdenciária (governo Bolsonaro) que, em consequência do resultado negativo de sua atuação junto à população, fora derrotado na tentativa de reeleição. Mas, na sequência, o então ex-deputado foi “premiado” com um ministério no governo Bolsonaro e posteriormente, em 2022, fora eleito senador pelo PL/RN, alinhado aos mesmos discursos e pautas econômicas, sendo escolhido em seguida como líder da oposição ao governo Lula no Senado. Essa sequência de fatos, exemplifica o interesse na continuidade de agentes específicos conectados a uma mesma pauta econômica, que, pós-Dilma, transpôs os governos de Temer e Bolsonaro.

Como destacaram os autores Levitsky e Ziblath (2018), na contemporaneidade as democracias morrem não apenas por meio da execução de golpes violentos, mas frequentemente por um processo de subversão interna, que vai se dando com ares de legalidade e de maneira gradual, se utilizando das próprias instituições democráticas: ou seja, a implosão ocorre por dentro.

No caso do Brasil, vivenciamos no período do governo Bolsonaro, dentre outras formas de ataques bem-sucedidos ou intentados, quase o mesmo passo a passo que Przeworski (2020) já alertava como caminhos à deterioração democrática, onde, neste ponto, concordamos com o autor no que se refere:

ao perigo de que os governantes intimidem a mídia de oposição e criem uma máquina de propaganda própria; de que politizem as agências de segurança, persigam adversários políticos, usem o poder do Estado para recompensar empresas que lhes são simpáticas, apliquem a lei de maneira seletiva, provoquem conflitos externos para explorar o medo e fraudem eleições (Przeworski, 2020, p. 231-232).

Como apontamos nos Capítulos 2 e 3, o processo eleitoral foi extremamente atacado, e conflitos foram estimulados diversas vezes para provocar medo, instabilidade, pânico e engajamento. O caos era um pano de fundo estratégico e marcante no governo, as agências e setores de segurança foram aparelhadas e politizadas por Bolsonaro, a exemplo do Ministério da Defesa, ABIN, GSI, PF, PRF e PMs, e adversários e movimentos sociais foram perseguidos com base no abuso da aplicação da Lei de Segurança Nacional – LSN, como ilustrado pela constatação de Tatagiba, Almeida, Silva e Lavalle (2022):

passaram a atuar sob frequentes ameaças perpetradas pelas novas coalizões no poder nos diferentes níveis da federação, incluindo as forças milicianas. Ataques persistentes, inclusive com ameaça de morte ou mesmo assassinatos, atingiram não apenas as lideranças de movimentos sociais e de partidos de esquerda, mas grupos, organizações e indivíduos publicamente associados à defesa da agenda igualitária, com especial destaque para aqueles vinculados às agendas de gênero e sexualidade, raça, meio ambiente, defesa dos povos originários e tradicionais e da reforma agrária, incluindo aqueles que atuavam desde a academia, transformada ela própria, nos discursos de ministros e do presidente, em inimiga do desenvolvimento e da soberania nacional (TATAGIBA, ALMEIDA, SILVA E LAVALLE, 2022, p. 20).

Na áreas econômica e ambiental, empresas e empresários formais e informais que eram apoiadores e alinhados aos discursos negacionistas e do estado mínimo, foram beneficiados com o desmonte de órgãos de controle ambiental como IBAMA, ICMBIO, FUNAI, INPE, dentre outros e pela Lei 13.874/2019, chamada de “Lei de Liberdade Econômica”, coordenada pelo seu ministro da economia, Paulo Guedes.

No que se refere à intimidação da mídia de oposição e criação de uma máquina de propaganda própria, restou evidente o combate à boa parte da mídia tradicional e criação de canais próprios para uma comunicação direta, via plataformas de redes e mídias digitais, classificadas, de acordo com esta pesquisa como o principal instrumento utilizado por este grupo político para manipular o debate público, difundir conteúdo falso e mobilizar aliados. Como avaliado por Moreira (2020) “*como causa ou sintoma da crise das democracias, as novas tecnologias e sua influência sobre a vida cotidiana têm um impacto evidente sobre esse processo*” (MOREIRA, 2020, p. 23).

4.6 O 8J inserido no contexto da crise da democracia brasileira

Diante do que expomos até aqui, argumentamos que foi justamente no vácuo da crise da democracia, que militares das FA e outros atores, atentos ao contexto, lançaram e impulsionaram a candidatura do líder populista autoritário Bolsonaro e chegaram ao poder, com apoio das redes e mídias digitais figurando entre os principais instrumentos mobilizadores dos discursos que direcionaram as ações de ataques à democracia.

Na prática, esses ataques se deram por dentro e por fora das instituições, em um contexto que envolveu atores, estratégias, atos e ações, instrumentos, discursos, recursos e financiadores, e todo esse processo, criou um somatório de condições que se converteram no clima de preparação para a ocorrência do episódio do 8 de janeiro de 2023, o qual, compreendemos, foi consequência e ápice de um processo que se deu minimamente ao longo do governo, sendo acelerado após a derrota no 1º turno. Quanto aos seus elementos e ingredientes, estes foram dados no decurso do período analisado.

Ou seja, a “sopa antidemocrática” já estava pronta e o caldeirão entornou no 8J. Para além de uma atitude desesperada, o 8J funcionou como uma forma de tentar se aproveitar dessas condições para dar um golpe, real – se tivessem obtido apoio suficiente, ou “*de vista*” – para os militares negociarem espaços no governo Lula III, usando os que se expuseram e se prestaram aos atos terroristas nas sedes dos poderes.

A insurreição antidemocrática que visava dar um golpe, serviu para ‘vender mais caro’ a formação da base do governo – que já estava deveras comprometido, tendo que relativizar e contemporizar certas questões, visto que já havia sido eleito com a

formação de uma ‘*ampla coalizão democrática*’ inclusive com a direita, para tentar assegurar a derrota de Bolsonaro e de tudo o que ele representa. Serviu ainda, para criar dificuldade na implementação de pautas caras ao governo Lula III, fruto de promessas de campanha, travando o governo especialmente a partir das agendas econômicas.

O primeiro resultado foi que, de certo modo, se por um lado se estancou a sangria desatada, e algumas políticas públicas e pautas foram retomadas e o governo reorganizado institucionalmente, por outro, prevaleceu o sentimento de que o governo Lula III “*ganhou, mas não levou*” – pelo menos tudo que deveria ou esperava levar – até porque o seu programa de governo fora aprovado nas urnas de 2022.

O segundo resultado repousa no fato de que, se por um lado não houve a ruptura democrática como desejada pela cúpula bolsonarista, por outro lado, mesmo com a eleição de um governo progressista, também não estavam dadas as condições para avançar em um modelo de democracia que primasse por mudanças mais profundas nas instituições, quiçá, rompendo com o modelo falido da democracia liberal contemporânea, ao qual nutrimos críticas – como exposto no Capítulo 1.

Mesmo diante dos avanços pretendidos e conquistados pelo governo Lula III, como justiça tributária e recomposição de orçamentos e políticas nas áreas da assistência social saúde e educação, por exemplo, o modelo geral de democracia e sua incompatível convivência com o Capitalismo, permaneceram os mesmos, de forma que, estruturalmente, continua a ser gerador de desigualdades sociais abismais, e a fornecer elementos para o surgimento de um futuro “novo” líder populista, *outsider* ou uma espécie de “Bolsonaro mais polido e palatável”, disposto a tocar adiante as políticas (ultra) neoliberais, que pioram as condições de sobrevivência da população em geral.

Nesse sentido, no ano de 2026, tentou-se o bolsonarista e militar da reserva Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, mas, este acabou preferindo não arriscar uma tentativa de reeleição ao governo paulistano. Seguiu-se então a formatação da candidatura de Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente, que se encontra, na ocasião, preso. Este, tenta se apresentar como alguém mais moderado à sociedade e aos mesmos grupos que deram suporte ao pai, porém, sustentando as mesmas pautas.

O terceiro resultado, em sintonia com o segundo, é que mesmo com a derrota de Bolsonaro em 2022, o bolsonarismo continuou articulado e atuante, ainda sob efeitos de sua liderança e, o próprio desempenho de Flávio Bolsonaro nas pesquisas, pelo menos

até maio de 2026, confirmam essa compreensão. Assim, mesmo com a eleição de Lula III, há ainda a permanência de vários atores aglutinados sob o bolsonarismo, ligados ao “centrão” e a diversos grupos de interesses, além dos próprios **militares das FA**, que, ao que percebemos, não se conformaram com a derrota e nutrem muitas dificuldades em permanecerem do lado de dentro dos quartéis e subordinados ao controle do poder civil.

Importante frisar que o contexto em que Lula III governa (2023-2026) ainda é de crise, pois, tem minoria no Congresso, o que lhe causa dificuldades de governabilidade e, conseqüentemente, de cumprimento de determinadas agendas que foram aprovadas pela maioria do eleitorado em 2022. A maioria dos congressistas, segue impondo pautas afinadas a interesses neoliberais, econômico-financeiros e aos parlamentares de perfil bolsonarista, conservador e ultra neoliberal. Confirmando-se a tendência de reeleição de Lula para o seu quarto mandato, avalia-se que, permanecendo ou se ampliando o contexto de minoria no Congresso, o principal desafio será o da governabilidade.

Apesar de tudo, Lula III ainda tem conseguido navegar dentro dos limites democráticos, mesmo diante desta situação em que *“O gênio saiu da lâmpada e não temos um roteiro definido para fazer com que esses radicais voltem para dentro. Temos que ir aprendendo na prática”* (ALMEIDA, 2023). Nas palavras de Arantes, Frias e Meneses (2023), o terceiro governo de Lula pode ser visto como um

tampão contra a ascensão neofacista no Brasil, mas se não lutarmos por justiça social e futuros emancipatórios, seguiremos submetidos à pacificação pró-mercado, ao novo punitivismo às avessas e logo abriremos caminho para que a extrema-direita se reorganize e retome o comando (ARANTES, FRIAS E MENESES, 2023).

Portanto, na relação entre os impactos causados pelo governo Bolsonaro e pelo episódio do 8 de janeiro de 2023, com a crise da democracia contemporânea brasileira, o que está em jogo, como apontamos no tópico 4.4, são os interesses nacionais, soberanos, em detrimento dos interesses particularistas de grupos capitalistas nacionais e internacionais, afinados a uma mesma política econômica e que, com esse fim, se agregaram em torno de Bolsonaro e da extrema direita – especialmente dos EUA sob Trump – respaldando sua campanha, seu governo, seus discursos, ações e não ações.

Quanto à democracia, esta se resume, e segue, neste ambiente eternamente conflitivo, apenas como um recurso operacional, ora conveniente para respaldar as reformas e mudanças necessárias à guinada (ultra) neoliberal que atende a esses citados

interesses em detrimento do *demos*, ora inconveniente, podendo ser descartada, a depender do compensar ou não dos custos de sua ruptura e de toda ordem institucional.

Essa visível dimensão de instabilidade da democracia, como apontamos no Capítulo 1, eminentemente teórico, é reflexo das extremas desigualdades gestadas pelas suas incompatibilidades com o excludente sistema capitalista e suas respectivas políticas econômicas. O avanço do (ultra) neoliberalismo reduz o poder das decisões do Estado baseadas no interesse público. Reduz, assim, o peso da vontade do *demos*, para combater os vários males sociais. Reduz, enfim, até mesmo os direitos liberais à economia e à propriedade privada, usadas para limitar a vontade expressa nas urnas.

O certo, é que ‘todo cuidado é pouco’, pois a democracia brasileira, apesar de ainda de pé, passou por um momento delicado e se encontra neste momento (maio de 2026), com seus valores e instituições ainda fragilizados e abalados. Ou seja, o “estado de crise” da nossa democracia, não começou – apesar de ter sido agravado – com Bolsonaro, mas, igualmente, não cessou com a sua derrota. A democracia segue, portanto, travando a contínua e ininterrupta luta pela sua sobrevivência e nós, progressistas, devemos nos posicionar nas trincheiras de sua defesa, em contra-ataque aos que a querem, no máximo, domesticada e útil a interesses particularistas. Por fim, quanto aos militares das Forças Armadas, espera-se minimamente que permaneçam na condição, pelo menos oficial, de subordinação ao poder civil.

Considerações

Como tentamos defender ao longo desta tese, o episódio do 8 de janeiro de 2023 não se tratou de um fato isolado, estando, portanto, conectado às várias formas de ataques à democracia, cometidos na campanha de 2018 e durante o governo Bolsonaro, com apoio decisivo das Forças Armadas, por ações e omissões – especialmente do Exército e inserido no contexto de crise da democracia contemporânea.

Nosso trajeto de estudos e pesquisa, serviu como respaldo ao argumento central de tese, que, em contraponto a Przeworski (2020) e Levitsky e Ziblath (2018), se propôs a apontar o envolvimento dos militares com a política e o desejo dos mesmos por exercer o poder e governar, livre do necessário, porém frágil controle civil, básico em qualquer regime que se proponha democrático.

Tudo isso, ao que nos parece, refletiu o espírito de corpo da corporação *família militar* e o modelo mental que influencia o comportamento dos militares, desde as suas próprias afinidades ideológicas como cidadão, ao processo de socialização e formação nas escolas militares, como vimos, baseado na Doutrina de Segurança Nacional, via, pelo menos, ESG/AMAN.

Estivemos, com a ocorrência do 8 de janeiro de 2023, diante do resultado de um processo, fruto de uma sequência de escolhas bancadas pela cúpula dos militares das Forças Armadas, de dentro e de fora do governo. As FA, não foram “vitimadas” pelas ações da extrema direita ou mesmo de Bolsonaro e do bolsonarismo. Seus gestores fizeram a escolha por se somarem a esses grupos, por interesses políticos, que nutriam aspirações semelhantes em termos de projeto de poder, de país e de mundo. Os que não se somaram na reta final, pelo menos oficialmente, ao tido por núcleo duro, no mínimo foram omissos e coniventes, mesmo que, em nome de “salvar” as Forças Armadas e a nação – deles mesmos e do projeto político, econômico e ideológico que eles apoiaram.

Esses militares interferiram, sim, na democracia, causando-lhe prejuízos sérios e incalculáveis, não somente do ponto de vista material, mas também simbólico, que reverberarão por gerações. Afinal, como bem assinalado pelo professor Avritzer (2025), “o golpe bateu na trave”: a bola voltou para o jogo e continua a oferecer riscos contra a democracia. Apesar de tudo, ainda que de forma mínima, acabaram pagando o preço pelo desgaste e em alguns casos, pela primeira vez na História do Brasil, pelas condenações e prisões que chegaram à cúpula militar.

Por um lado, Bolsonaro, militares das FA e eleitos militarizados no campo da extrema direita, na prática, munidos de discurso ideológico e interesses não explícitos, apoiaram as políticas que enfraqueceram o regime democrático, até pelo fato de não incentivarem políticas sociais e econômicas que distribuíssem renda e avançassem nos projetos de fazer a democracia de fato ouvir e ser a voz representante da vontade do cidadão no parlamento. Por outro, apoiaram políticas que mantiveram o *status quo*, e que não fizeram chegar às camadas menos favorecidas mais direitos, mas pelo contrário, menos direitos. Esses militares, até por afinidades pessoais e ideológicas, chancelam a tudo isso, contribuindo assim com apoio e aprofundamento de pautas neoliberais e, conseqüentemente, com o aprofundamento da crise da democracia brasileira e de suas instituições e valores. Embora não tenham mantido controle total sobre Bolsonaro durante todo o governo, como certamente esperavam, para nós, é inegável que Bolsonaro é um produto dos militares e que, juntos, exerceram o poder, governando o país, somando-se a outros atores políticos que se agregaram ao longo do caminho.

Considerando o período do governo Bolsonaro ao 8J, tivemos a oportunidade de esboçar um fragmento de como os ataques aos valores e instituições democráticas se processaram, em um ambiente de crise da democracia liberal contemporânea. Nos esforçamos para apresentar uma sequência de processos, tanto de ataques, quanto de assimilação e de naturalização dos mesmos, os quais levaram à materialização de ideias e discursos a partir de ações concretas, operadas por atores diversos – e especialmente pelos militares das FA, os quais também foram aqui apresentados.

Destacamos que métodos e estratégias de ataques à democracia foram aplicados de modo gradual e constante ao longo do governo, e que seus resultados foram amplificados, por terem ocorrido em uma sociedade já preparada para assimilar tais discursos subterrâneos que apenas “autorizaram” sua reprodução por atores predispostos, em sincronia com interesses diversos, que se encontraram no mesmo barco da extrema direita, em meio ao mar revolto do (ultra) neoliberalismo, tocados adiante pelos ventos de um populismo de inspiração neofascista.

Neste contexto, chamou a atenção a intensidade com a qual a sincronia entre os atores institucionais e de fora da institucionalidade se deu. Em diversas áreas, o ataque por dentro à democracia, valores e instituições, por meio de atos, discursos e instrumentos mobilizados, colaboraram com o implemento de políticas (ultra) neoliberais em sintonia também, com diversas pautas e áreas de interesse da extrema

direita mundial, que “retribuíam” em forma de apoio no mínimo político, ao então presidente Bolsonaro. Tratam-se de atores internos e externos ao Brasil que, ao mesmo tempo em que serviram aos grupos de interesses econômico-financeiros amparados na agenda (ultra) neoliberal, se identificavam com seus valores extremistas, excludentes, conservadores e até religiosos. Internamente, era visível a sinergia entre: militares, que ocupando o lugar de civis no governo ainda obtiveram aumento de salários e privilégios na ocasião da reforma da previdência e na gestão de setores estratégicos do governo.

Além disso, como confirmação da nossa argumentação de tese, e contribuição desta pesquisa, ficou claro que os militares das FA nunca se afastaram da política no Brasil, nem mesmo no período de redemocratização, e que se constituíram como figuras de proa ao longo de todo o processo pesquisado e analisado por esta tese, restando assim refutada a visão de Przeworski e, em alguns pontos, a de Levitsky e Ziblato, o que, por sua vez, resulta na nossa contribuição, a partir do Sul Global, ao debate acadêmico internacional, geralmente sob forte influência dos trabalhos dos pesquisadores nortistas.

Portanto, objetivamente, dentre as considerações possíveis de serem feitas neste momento, com base nas dezenas de reportagens, artigos acadêmicos e documentos apurados e analisados nesta tese, estão: que o processo de ataques antidemocráticos se deu tanto por dentro de algumas instituições formais da república, a partir de suas lideranças militares e do então presidente, quanto por fora, refletido nas mobilizações sociais externas, articuladas especialmente ao bolsonarismo, no campo extra institucional; que ficou visível que o contexto internacional, em que pese diferenças e semelhanças, se tornou uma realidade também no Brasil contemporâneo, a partir de movimentos de extrema-direita; que em suas demonstrações, esses movimentos sociais extremistas, tanto nas ruas, quanto nas mídias, buscavam influenciar não só no debate público e eleitoral, onde há disputa de ideias, mas, também na construção da agenda pública junto aos congressistas e ao governo com o qual estavam sintonizados; que, em geral, as polêmicas rotineiramente fabricadas por Bolsonaro acabavam ofuscando ataques a direitos dos brasileiros e a sua incompetência em gerir, junto com os militares, a máquina pública brasileira; que a implementação da estratégia à brasileira e ao personagem Bolsonaro exigiram diversas adaptações aos movimentos (ultra) conservadores de direita, extrema-direita e parte do aparato estatal; que estes movimentos precisaram agir formando redes de ataques não só à democracia, mas também para o confronto às ideias e ideologias dos movimentos progressistas, de

esquerda e à toda a resistência que se formou em defesa da democracia; que parte da agenda (ultra) neoliberal do então ministro da economia Paulo Guedes, fez-se cumprir enquanto o caos estrategicamente fabricado, distraía a população e a imprensa; que se visibilizou aqui nesta pesquisa o detalhamento de boa parte das formas de ataque à democracia, protagonizadas por Bolsonaro e pelos bolsonaristas autointitulados paradoxalmente como defensores da democracia, como se fossem jogadores que atuavam “*dentro das quatro linhas da constituição*”, inclusive, pós 8J, o qual se constituiu no episódio mais explícito e contundente dentre as ameaças e tentativas de golpe de Estado já vivenciadas no Brasil.

Restou claro ainda, que este evento foi urdido durante a gestão Bolsonaro, a qual ofereceu todos os ingredientes simbólicos, discursivos e materiais para o seu acontecimento; que os principais atores que concorreram a tudo o que aqui apresentamos foram Bolsonaro junto a seus familiares, aos militares de cúpula das Forças Armadas e do Exército especialmente e aos grupos bolsonaristas; que os principais instrumentos foram as plataformas de redes e mídias digitais, utilizados na articulação, comunicação, mobilização e sincronia entre atores institucionais e extra institucionais, inclusive nos eventos de perturbação e/ou desestabilização da democracia, assim como ocorrera em outros países pelo mundo, desde pelo menos a primavera árabe entre 2010 e 2011: no Brasil, estudos apontaram o que poderia ser seu principal experimento, que começou nas jornadas de 2013, passando pelo golpe de 2016 no mandato de Dilma, sendo turbinado na campanha de Bolsonaro em 2018, ganhando escala ao longo do seu governo e ainda sendo essencial para as condutas de arregimentação, alienação e mobilização que se materializaram no 8J. Em comum por trás de todos esses episódios? O desejo de implantação de uma agenda (ultra) neoliberal.

Apuramos ainda que as principais estratégias foram a militarização do governo, especialmente na área de inteligência e o formato de comunicação populista-autoritário, de inspiração neofascista implementado; que, como retrato da sinergia, um governo carimbou sua marca com a presença dos militares e que, igualmente, carimbou os militares com a marca desastrosa de um governo, que saiu pela porta dos fundos do Palácio do Planalto ao não entregar a faixa presidencial ao seu sucessor e fugir para os EUA, poucos dias antes do 8J; que os principais atos e ações identificados foram os atos de governo em geral e os discursos; que os principais temas de discursos eram repletos de conteúdo falso e de ódio, negacionismo e ataque à imprensa e às instituições

democráticas, especialmente ao processo e à Justiça Eleitoral; que os principais recursos materiais e financeiros empregados na manutenção dos acampamentos golpistas que serviram de base à mobilização para os ataques do 8J, foram arrecadados de forma dispersa, sem megainvestidores, mas com expressiva ajuda dos militares, segundo a PF.

No mais, nos manifestamos, diante do que aprendemos com o processo desta pesquisa, no sentido de afirmarmos que sim, de fato, uma democracia não nasce, não evolui, nem morre da noite para o dia. Assim como a luta política entre os diversos grupos que disputam interesses na sociedade, cada um com suas armas, instrumentos e argumentos, é constante e interminável, do mesmo modo o é, assim acreditamos, a luta pela defesa da democracia, em moldes que caiba a chance real de diminuição das terríveis injustiças e desigualdades sociais, fruto da convivência insalubre com o (ultra) neoliberalismo e com a natureza excludente do sistema capitalista.

Se por um lado, pensando com o realismo de Maquiavel, como o que temos nesta quadra do Século XXI é este formato de democracia liberal contemporânea e, assim, deveríamos nos esforçar para preservá-la, por outro lado, porém, pensando com o “realismo esperançoso” de Ariano Suassuna, devemos seguir na luta por aperfeiçoá-la e avançar para um modelo cada vez menos excludente. Como diria o querido e saudoso ex-presidente uruguaio, *"A democracia é o melhor sistema que inventamos até agora, mas é uma porcaria, porque nos promete legalmente algo que está longe de se concretizar. Ela não pode ser perfeita, porque os humanos não são perfeitos. Mas temos que lutar para melhorá-la e não para sepultá-la"* (Pepe Mujica).

Em qualquer destas situações, nos deparamos com uma palavra: Processo. Esta palavra, tão citada ao longo desta tese, pode aqui significar que os ataques à democracia brasileira, marcada por crises desde as suas origens, não começaram com os militares da cúpula e Bolsonaro, nem terminaram com a derrota eleitoral desse grupo, nem com a condenação à prisão do mesmo grupo pelo Supremo Tribunal Federal, fruto de investigações da Polícia Federal e a pedido da Procuradoria Geral da República.

Bolsonaro e seus sócios militares, deram uma significativa contribuição, com os seus ataques à democracia brasileira, e neste período, sujeitaram-se a prestar serviço às mesmas forças conservadoras, excludentes, racistas, exploradoras, escravistas, extrativistas e financeiro-parasitárias, que operam em nossa pátria, desde o início formal em 22 de abril de 1.500, e continuaram, pelos seus netos, bisnetos e tataranetos e

respectivos bajuladores que destes dependem, a lutarem pelos seus interesses, os quais chocam, diariamente, com os das camadas menos favorecidas, como chocam com quaisquer lutas pela diminuição das desigualdades e injustiças sociais.

Há setores neste país, que, por mais que acumulem riquezas sem fim, abocanhando-as por “esforço” e “méritos” próprios ou por herança, querem sempre mais, porém, sem dividir ou abrir mão dos seus excessos, e ainda se incomodam quando os que têm menos, passam a ter um pouco a mais. Suas lutas por possuírem sempre mais, em detrimento de que a maioria tenha cada vez menos, não parou e continua a acontecer dia a dia, materializada nas pressões de bastidores de setores da mídia, congressistas e demais políticos a eles alinhados.

Por isso, a democracia se reveste de uma luta constante e interminável, que nos convida a defendermos um processo de educação das gerações atuais e futuras na arte do bem fazer a Política, com “P” maiúsculo, a compreender o que de fato é a democracia e como ampliar as diversas formas de participação política dos cidadãos. Isso porque, os riscos de ataques e ruptura permanecem e se renovam, pelo menos a cada processo eleitoral, e as novas gerações precisam também formar novos atores forjados nos valores democráticos que possam ocupar os espaços políticos e lugares de fala deixados por esta geração que está encerrando sua contribuição ao país. Isso precisa ocorrer tanto no plano nacional, quanto no plano local, em cada região, estado e município brasileiro. E não apenas nos referimos aos espaços institucionais, mas em igual importância aos que atuam por fora da institucionalidade, como os movimentos sociais, dentre diversos outros da sociedade civil.

Em meio a estas tarefas, um lembrete fundamental e aqui, algumas recomendações diante do que aprendemos ao longo dessa pesquisa: devemos lutar para que as forças de segurança se voltem às suas funções constitucionais, pois a mistura entre os profissionais das armas e a política não trazem, historicamente, resultados saudáveis à democracia e para que os militares das Forças Armadas de uma vez por todas retornem aos quartéis, e se aceitem como forças subordinadas ao poder civil, o que passa também por um processo de educação e formação dos futuros comandantes das forças em suas academias. Quem sabe, esse diagnóstico possa ajudar às novas gerações de pesquisadores a encontrarem novos caminhos e possíveis soluções. Mas, de todo modo, uma coisa é certa: ou os civis e a democracia encabrestam os militares ou os militares encabrestam a democracia em aliança com os próprios civis.

Finalmente, dentre nossas limitações, especialmente a de enfrentar um roteiro de pesquisa a respeito de uma temática que envolveu um evento recente e, portanto, ainda não decantado do ponto de vista da História, sentimos a falta de condições e mais fontes acadêmicas sobre o 8 de janeiro, que nos permitisse adquirir mais conhecimento aprofundado, para termos condições de oferecer mais sugestões, a fim de enfrentarmos as históricas e constantes crises da nossa democracia.

Porém, são justamente essas limitações que nos fazem abrir caminhos, sugerindo novas agendas de pesquisas que, a partir do que produzimos com a nossa, possa inspirar por exemplo, o estudo comparativo entre os ataques no 8 de janeiro de 2023 no Brasil e no 6 de janeiro de 2021 nos EUA; as formas de participação dos militares na política nos demais países da América Latina; sinais que podem alertar sobre os riscos de futuros golpes ou tentativas de golpes na região; pesquisar em detalhes como fizemos com os militares das FA, quem foram os demais atores, ações, estratégias, instrumentos, discursos, recursos e financiadores por dentro e por fora das instituições democráticas que concorreram para os ataques à democracia no período estudado e também especificamente no 8 de janeiro. E, por fim, outras agendas que possam se beneficiar das referências e do vasto material coletado, selecionado e organizado na **Cronologia Geral**²⁰ da nossa tese, que ajudará a quem se interessar, na economia de bastante tempo na localização de peças relacionadas ao tema, bem como na montagem de novos quebra-cabeças.

²⁰ Disponível em <https://bit.ly/cronologiageraldatese> ;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ACADÊMICAS

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo entre o Estado e a sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 35, p. 52-84, jan./abr. 2011.

ADORNO, Sérgio. A incompletude democrática e a fragilidade das instituições políticas brasileiras. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 835-851, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44055/33673>. Acesso em: 12/01/2025.

ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. **Revista Sociedade e Estado**. Volume X nº 2, Jul./Dez. 1995.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Ataques de 8 de janeiro: o que aprendemos e como fortalecer a democracia? In: DIAS, O. (org.). **Debates Fundação FHC**. São Paulo: Fundação FHC, 19/01/2023. Transmissão online.

ALVAREZ, Marcos César *et al.* Revisitando a noção de autoritarismo socialmente implantado: entrevista com Paulo Sérgio Pinheiro. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 301-332, 2021.

AMES, J. L. Lei e violência ou a legitimação política em Maquiavel. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 34, n. 1, p. 21-42, 2011.

ANTUNES, Mait Paredes. Os discursos conservador e neoliberal na fala de Bolsonaro. **Estudos Linguísticos**, v. 51, n. 2, p. 508-525, ago. 2022.

ARANTES, Pedro Fiori; FRIAS, Flávio; MENESES, Maria Lucia. **8/1 a rebelião dos manés ou Esquerda e direita nos espelhos de Brasília**. São Paulo: Hedra, 2024.

ARAÚJO, Igor Vonder Atzingen de; BALARDIM, Rúbia. Os atos fascistas do 8 de janeiro de 2023: Uma análise sob a perspectiva de defesa e segurança nacional. **Conversas & Controvérsias**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 1-10, jan./dez. 2024.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**. São Paulo: Perspectiva, 2021. (Coleção Debates).

AVRITZER, Leonardo. O golpe bateu na trave: democracia, ordem e desordem no Brasil. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2025.

BARBOSA, C. M. R. **Do mito à balbúrdia: o bolsonarismo e o ressurgimento da direita conservadora no Brasil**. 2022. 227 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) -

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BARBOSA, Carlos M. G. Desvendando os bastidores do golpe fracassado: uma análise da insurreição fascista de 08 de janeiro de 2023. **Boletim do Tempo Presente**, São Luís, v. 12, n. 03, p. 57-60, mar. 2023.

BARBOSA, J. R. *et al.* **Extremismos políticos e direitas: Bolsonaro, Trump e as crises das democracias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.

BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 149-164, dez. 2018.

BOVI, K. *et al.* **08 de Janeiro: A democracia resiste**. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 2024. Disponível em: <https://direito.usp.br/noticia/56ac569a05df-08-de-janeiro-a-democracia-resiste>. Acesso em: 12/01/2025.

BÜLOW, Marisa von; ABERS, Rebecca Neaera. Denialism and Populism: Two Sides of a Coin in Jair Bolsonaro's Brazil. *Government and Opposition*, [s.l.], p. 1–19, 2022.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CADEMARTORI, D. M. L.; CADEMARTORI, S. U.; BARRETO JÚNIOR, W. S. Populismo, confusão de poderes e manipulação midiática: a democracia política sob ataque. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 44, n. 93, 2023.

CAFFAGNI, Luciano *et al.* (org.). **The Planalto Riots: Making and Unmaking a Political Event**. Amsterdam: Institute of Network Cultures, 2023.

CAIANI, Manuela; DELLA PORTA, Donatella. The Radical Right as Social Movement Organizations. In: RYDREN, Jens (org.). **The Oxford Handbook of the Radical Right**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

CALLEGARIA, J. A. Morte e vida da democracia: autoritarismo e resistência democrática. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 32-50, mar./ago. 2023.

CAMPELLO, Daniela. Crise democrática e dismantelamento do Estado. In: ZULINI, Jaqueline Porto (org.). **Democracia em foco: um balanço dos desafios da trajetória política brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. cap. 10.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Robson. Os protestos em defesa da democracia: Um estudo sobre a ação das torcidas antifascistas em junho de 2020. In: CONGRESSO MUNDIAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 27., 2023, Buenos Aires. **Anais**. Buenos Aires: Argentina, 2023.

CARVALHO, Robson. **Pergunta à Levitsky e Ziblat em Seminário e lançamento de livro do Levitsky e Ziblat – 16/08/24.** [Vídeo]. São Paulo: USP FFLCH, 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lgMH9ML7_nY. Acesso em: 12/01/2025.

CASTRO, Celso (org.). **General Villas Bôas: conversa com o comandante.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira; ROCHA, André Luis Guimarães da. O discurso da precarização do trabalho no governo Bolsonaro: ultraneoliberalismo e a destruição das bases de proteção social do Estado. **Leitura.** N. 76. mai. / jul. 2023.

CHOMSKY, Noam. Entrevista exclusiva: O linguista Noam Chomsky debate o papel da mídia na preservação do capitalismo [...]. Entrevistador: Daniel Mermet.[Veículo], 01/08/2007.

CLEMENTINO JUNIOR, Jesus. 8J. In: CAFFAGNI, Luciano *et al.* (org.). **The Planalto Riots: Making and Unmaking a Political Event.** Amsterdam: Institute of Network Cultures, 2023.

COECKELBERGH, Mark. Deveríamos democratizar a inteligência artificial. Entrevistador: Eduardo Lima. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 23/02/2024.

CONSULTOR JURÍDICO. **Ataques de Bolsonaro podem configurar crime comum e de responsabilidade.** Consultor Jurídico, 10 jul. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jul-10/ataques-bolsonaro-podem-configurar-crime-comum-responsabilidade/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

COUTO, Cláudio G. O Brasil de Bolsonaro: uma democracia sob estresse. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 28, 2023.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos.** 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

DA EMPOLI, Giuliano. **A hora dos predadores: como autocratas e magnatas digitais estão levando o mundo à beira de um colapso orquestrado.** 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2025.

DALMOLIN, Aline Roes; MATHIAS, Maria Eduarda. Marcha sobre Brasília: uma interpretação da ação bolsonarista na insurreição de 8 de Janeiro de 2023. In: CAFFAGNI, Luciano *et al.* (org.). **The Planalto Riots: Making and Unmaking a Political Event.** Amsterdam: Institute of Network Cultures, 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE MARIO, Cleyton G.; TRINDADE, Thiago A.; TAVARES, Francisco M. M. Apresentação do dossiê Participação política e movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **Ideias**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 07-16, jan./jun. 2018.

DOWBOR, Ladislau. **Para decifrar o enigma da ultradireita**. Outras Palavras, 04/09/2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/dowbor-paradecifrar-o-enigma-da-ultradireita/>. Acesso em: 12/01/2025.

DRUMMOND, Daniela; MANGINELLI, F. **O ataque de 8 de janeiro nos editoriais dos jornais brasileiros**. SciELO Preprints, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7040>. Acesso em: 12/01/2025.

FERNANDES, Edite; FERREIRA, Caio N.; FONSECA DA LUZ, Victor. Vigiar a democracia, punir o golpismo: narrativas oficiais sobre o protesto de 08 de janeiro de 2023 na sede dos Três Poderes, em Brasília. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 27, n. 2, jul./dez. 2023.

FERREIRA MARQUES; CARVALHO ALVES; SÁ BRASILEIRO. Práticas de desinformação do presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19. **Comunicação Midiática**. v. 19, n. 1, p. 77-92, jan.-jun., 2024.

FINCHELSTEIN, Federico. **Bolsonaro talvez nunca será o fascista que gostaria de ser**. Deutsche Welle Brasil, 19/06/2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3e1kU>. Acesso em: 19/06/2025.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.

FONSECA, P. M.; COSTA, A. L. V. A democracia sob pressão: crise e sequência de autocratização no Brasil. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan./abr. 2023.

FONTES, P. V. Crise da democracia e desafios da participação política. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, 2024.

FRASER, Nancy. O neoliberalismo não se legitima mais. Entrevistadores: Nádia Junqueira Ribeiro e Nathalie Bressiani. **Capitalismo em debate**, 26/03/2020.

GARROSSINI, D. F. *et al.* As redes sociais, a fabricação de manifestações populares e os atentados contra a democracia em 8 de Janeiro de 2023 no Brasil. **Journal of Latin American Communication Research**, v. 11, n. 1, 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Brasil: Bolsonaro ameaça democracia**. Human Rights Watch, 15 set. 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2021/09/15/379911>. Acesso em: 12 jan. 2025.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Pesquisa do Instituto Sou da Paz analisa aumento de ex-policiais e militares nas eleições**. Instituto Sou da Paz, 27/09/2022. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/pesquisa-do-instituto-sou-da-paz-analisa-aumento-de-ex-policiais-e-militares-nas-eleicoes/>. Acesso em: 12/01/2025.

JACKSON II, Ronald L., DRUMMOND, Darlene K. and Câmara, Sakhile'What Is Qualitative Research?', **Qualitative Research Reports in Communication**, 8:1, 21 - 28. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17459430701617879>.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KALIL, Isabela. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018. (Relatório de pesquisa).

KAYSEL, André; BIANCHI, Álvaro. BOLSONARISMO COMO COALIZÃO DISCURSIVA DE EXTREMA-DIREITA. Caderno CRH. ISSN: 1983-8239. Salvador, volume 38. p 1-14. e025054. 2025. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v38i0.66145>

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. *O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo*. São Paulo: Contracorrente, 2022.

LEIRNER, Piero. Muito além de um tuite: a sinergia política dos militares e o processo de conquista do Estado. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 53, p. 83-114, set./dez. 2021.

LEIRNER, Piero C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2022.

LEIRNER, Piero. **Assume General Div. Richard Nunes**. Publicado em 15/02/2019. Disponível em: defesanet.com.br/terrestre/ccomsex-assume-gen-div-richard-nunes/. Acesso em: 12 jan. 2025.

LENTZ, Rodrigo. O pensamento político dos militares brasileiros: a doutrina de “segurança nacional” revisitada (1930-1985). *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 70, p. 39-71, jan./abr. 2019.

LENTZ, Rodrigo. *República de segurança nacional – militares e política no Brasil* – São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2022. 384 p.

LENTZ, Rodrigo. Pensamento econômico na doutrina de ação política das Forças Armadas brasileiras (1974-2014). **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 45-63, maio/ago. 2022-B.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEVITSKY, Steven. **Seminário e lançamento do livro de Levitsky e Ziblatt**. Canal do Youtube. USP FFLCH. 16/08/2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lgMH9ML7_nY. Acesso em 12 jan. 2025.

LEVITSKY, Steven. **Seminário Democracia em Perspectiva na América Latina e no Brasil**. Em 12/08/2025. Transmitido pelo Youtube da TV Senado. Pergunta no Minuto

1:17:24—1:19:00; resposta no minuto 1:34:06—1:35:35. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8duWEkIQsmg>. Acesso em: 12/10/2025.

LÖWY, Michael. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. In: FARIA, G. F.; MARQUES, M. L. B. (org.). **Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador**. Sobral: Sertão Cult, 2020.

LUXEMBURGO, Rosa. **A revolução russa**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.

MACHADO, Vinícius Brito da Silva. **A escalada militar ao governo e suas consequências para a Amazônia**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2023.

MAGALHÃES, R. F. Os usos ambíguos do argumento do conflito em Maquiavel e Aristóteles. **Sociologia & Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 53-65, jun. 2011.

MARQUESI, Sueli Cristina; AGOSTINHO, Ana Lúcia. Plano de texto, construção de sentidos e violência verbal em uma crônica anunciada: Brasília, 8 de janeiro de 2023. **(Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 17, n. 37, p. 54-73, 2023.

MARRA, K. C. F. C. **Identidades políticas e afetos: um estudo sobre polarização afetiva na perspectiva das representações sociais**. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

MARTINS FILHO, J. R. Ordem desunida: militares e política no governo Bolsonaro. **Perseu: História, Memória e Política**, São Paulo, v. 13, n. 18, p. 167-193, 2019.

MARTINS FILHO, J. R. (2014). Adeus à ditadura militar? (A. Grandemange, Trad.). Em *O golpe militar 50 anos depois* (pp. 17–32). Open Edition Journals. Brasil (es) Ciências Humanas e Sociais. 5 | 2014. <https://doi.org/10.4000/bresils.809>

MARTINS FILHO, J. R. (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021.

MELLO, Ricardo. Entre o consenso e o conflito ou qual o lugar dos movimentos sociais na relação entre teoria social e democracia? **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, n. 4, p. 271-291, 2014.

MELLO, W. S. De volta aos holofotes: militares e política na crise brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 39, e262782, p. 1-8, 2022. Resenha de: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.39.262782>. Acesso em: 15/02/2025.

MENDONÇA, Ricardo F.; CAETANO, Renato Duarte. Populism as Parody: The Visual Self-Presentation of Jair Bolsonaro on Instagram. *The International Journal of Press/ Politics*, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 210–235, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. **A Democracia Domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 483-511, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. Democracia na periferia: receitas de revitalização democrática à luz da realidade brasileira. **Mediações**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 9-23, jan./jun. 2003a.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 123-140, fev. 2003b.

MIGUEL, Luis Felipe. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 92, p. 13-43, 2014a.

MIGUEL, Luis Felipe. Deliberacionismo e os limites da crítica: uma resposta. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 118-131, abr. 2014b.

MIGUEL, Luis Felipe. Resgatar a participação: Democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 83-118, jan./abr. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. **Estamos vivendo o capítulo brasileiro da falência global da democracia liberal**. Entrevistador: Vitor Necchi. Instituto Humanitas Unisinos, 25/10/2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/584059-estamos-vivendo-o-capitulo-brasileiro-da-falencia-global-da-democracia-liberal-entrevista-especial-com-luis-felipe-miguel>. Acesso em: 12/01/2025.

MIGUEL, Luis Felipe. **Colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao Golpe de 2016**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 2, p. 26-40, mai./ago. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MILLS, Charles Wright. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

MISHRA, Pankaj. **Entrevista com Pankaj Mishra** Entrevistador: Enrico Franceschini. **La Repubblica**, 14/07/2019. Publicado por Instituto Humanitas Unisinos.

MONTEIRO, J. M. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar**. São Paulo: LiberArs, 2016.

MOREIRA, M. S. Democracias no século XXI: causas, sintomas e estratégias para superar. **Lua Nova**, São Paulo, n. 111, p. 15-49, 2020.

MOUFFE, Chantal. **Entrevista com Chantal Mouffe**. Entrevistador: Sebastian Abrevaya. Página/12, 25/11/2018. Publicado por **Instituto Humanitas Unisinos**.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Site oficial**. Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 12/01/2025.

NETO, O. A. e ACÁCIO, I. De Volta ao Centro da Arena: Causas e Consequências do Papel Político dos Militares sob Bolsonaro. **Journal of Democracy em Português**. v. 9, n. 2, São Paulo, novembro de 2020.

NOZAKI, William. **A Militarização da Administração Pública no Brasil: projeto de nação ou projeto de poder?** Brasília, DF: Fonacate, 2021. (Cadernos Reforma Administrativa).

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NUNES, Rodrigo. A palavra e a coisa: bolsonarismo como convergência, horizonte, infraestrutura, ecologia e máquina. **Lua Nova**, São Paulo, n. 122, 2024.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA USP (NEV-USP). **Cinco Leituras sobre os atentados golpistas de 8 de janeiro**. São Paulo: NEV-USP, 2023. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/noticias/30-1-23-leituras-sobre-os-atentados-golpistas-de-8-de-janeiro/>. Acesso em: 12/01/2025.

OLIVEIRA, I. C.; TAVARES, F. M. M. Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio epistêmicos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 19, p. 11-45, jan./abr. 2016.

OLIVEIRA, R. C. Hereditariedade e família militar. *In*: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021.

PASQUARELLI, B. V. L.; ARIELO, F. S. Filosofia política e democracia: a importância do antagonismo e do conflito para a construção da política. **Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, v. 9, n. 2, p. 125-142, 2017.

PASSETTI, Edson; LUCATO, D. 8 de janeiro de 2023, um golpe de ar azedo. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 2-35, 2023.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PENTEADO, C., LERNER, C. “A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff”. Em *Debate*, Belo Horizonte, vol. 10, nº. 1, p. 12-24, abr. 2018.

PEREIRA, M. A. G. O que a internet tem a ver com as promessas não cumpridas da democracia? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., 2012, Gramado. **Anais...** Gramado: ABCP, 2012b.

PEREIRA, M. A. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 68-87, jun. 2012a.

PENIDO, A.; MATHIAS, S. K. Pensando a educação de militares na democracia. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021.

PENIDO, A.; COSTA, F.; JANOT, M. Forças Armadas no Brasil: profissão e intervenção política. **BIB**, São Paulo, n. 96, p. 1-22, 2021.

PENIDO, A.; LENTZ, R.; MATHIAS, S. K. Medalhas no peito e política no coração. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 13, e026004, p. 1-26, 2026.

PENIDO, Ana Amélia; MATHIAS, Suzeley Kalil; FAUSTINI, André Cavaller Munhoz. “Cadete! Ides comandar, aprendei a obedecer”: como se formam os generais do futuro. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, e26615, p. 1-28, 2022.

Piaia, V., Matos, E., Almeida, S., Dienstbach, D., & Barboza, P. “Breque dos Apps”: Uma Análise Temporal de Comunidades e Influenciadores no Debate Público Online no Twitter. **Comunicação e Sociedade**, (39), 57–81. 2021. [https://doi.org/10.17231/comsoc.39\(2021\).2855](https://doi.org/10.17231/comsoc.39(2021).2855)

PIERANTI, Octavio Penna. Políticas para Mídia: dos militares ao Governo Lula. **Lua Nova**, São Paulo, n. 68, p. 91-121, 2006.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

REGINATO, A. D. A; VITÓRIA, P. R.; SOUZA, M. A. D. Apresentação. In: OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA UFS (org.). **25 registros de ataques e ameaças à democracia brasileira (2019-2021)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2022.

RENNÓ, Lucio; AVRITZER, Leonardo; CARVALHO, Priscila Delgado de. Entrenching right-wing populism under covid-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [s.l.], n. 36, p. e247120, 2021.

RICUPERO, Bernardo. **O que foi o 8 de janeiro?**. Jornal das USP. 08/01/2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-que-foi-o-8-de-janeiro/>. Acesso em: 12/01/2025.

ROCHA, S. M. **8 de janeiro: relatos de um patriota preso**. São Paulo: Editora Albatroz, 2024.

RODRIGUES, T. M.; BELLATO, C. A crise da democracia liberal no início do século XXI: duas abordagens da teoria política. **Agenda Política**, São Carlos, v. 9, n. 1, p. 253-279, jan./abr. 2021.

RUEDELL, Eduardo. Experiência e barbarismo em Brasília: Uma viagem selvagem para compreender o coração dos manifestantes conservadores brasileiros. In: CAFFAGNI, Luciano *et al.* (org.). **The Planalto Riots: Making and Unmaking a Political Event**. Amsterdam: Institute of Network Cultures, 2023.

RUEDIGER, Marco A. *et al.* **Eleições 2022, desinformação e ataques ao sistema eleitoral: repercussão do debate público digital das eleições presidenciais brasileiras de 2022**. FGV Editora: 2023.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SABOIA, Haroldo. **Das Diretas ao Fora Bolsonaro**. S.d. Disponível em: <https://flcmf.org.br/das-diretas-ao-fora-bolsonaro/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SANTOS NETO, A. B. dos; FERNANDES, E. N. S. (Orgs.). **Coronavírus e crise do capital: impactos aos trabalhadores e à natureza**. Goiânia: Editora Phillos Academy, 2020.

SANTOS, K.S. *et. al.* O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(2): 655-664, 2020

SANTOS, E. H. J. Ativismo e extrema-direita no meio militar: tensões e discursos que antecedem o bolsonarismo (1984-1998). **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 113-138, 2021.

SANTOS, E. H. J.; KUBIK, E.; CUNHA, P. R. Controle civil sob ameaça? Militarismo, politização e radicalização dos militares no Brasil de Bolsonaro. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 11, n. 2, p. 107-133, jul./dez. 2024.

SCHAEFER, B. M. (2024). Paulo Guedes e o (neo) liberalismo: apontamentos preliminares acerca da nova (velha) direita brasileira. **Missões: Revista De Ciências Humanas E Sociais**, 4(3), 97–121. Recuperado de <https://revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/217> ;

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução de Ruy Jungmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHURSTER, K.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C.. Militares e bolsonarismo: um caso da transição falhada e democracia inacabada. **Relaciones Internacionales**, La Plata, v. 30, n. 60, e130, p. 1-19, jun./nov. 2021.

SILVA, Maurício Ferreira da; BENEVIDES, Silvio César; PASSOS, Ana Quele da Silva. O papel da mídia na legitimação do conservadorismo na América Latina. In: CONGRESSO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS E ACADÊMICAS DE COMUNICAÇÃO (FOMERCO), 8., 2017,

Anais. 2017. Disponível em: https://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505949482_ARQUIVO_ArtigoCompletoFOMERCO.pdf. Acesso em: 12/01/2025.

SILVA, Ergon Cugler de Moraes; CASTRO, Samara Mariana de; SANTOS, Nina Fernandes dos. Desordem informacional e instituições sob ataque: como se caracterizaram as narrativas do ex-presidente Bolsonaro contra o Judiciário brasileiro entre 2019 e 2022? **47º Encontro Anual da ANPOCS**, 2023.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl. **Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023**. 1. ed. Recife: Editora Universidade de Pernambuco, 2023.

SILVA, Mayra Goulart da; RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 86-107, 2021.

SOUSA, Jessé. **O pobre de direita: a vingança dos bastardos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

SOARES, G. A. D. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 388 p.

SOARES, J. P. **Projeto Bolsonaro presidente foi construção de generais**: Para antropólogo que pesquisa o meio militar há 30 anos, livro de memórias do general Villas Bôas explicita politização do Exército iniciada durante o governo Lula e endosso do Alto Comando à candidatura de Bolsonaro. [Entrevista com Piero Leirner]. DW Brasil, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3pY7U>. Acesso em: 15/02/2025.

SOUZA, M. P. J. A palavra convence e o exemplo arrasta. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 125-142.

STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 92, p. 35-56, mar. 2012.

SVANELID, Oscar. The Stories of the Victims: The Planalto Riots from the Perspective of Terrorized Art. In: CAFFAGNI, Luciano *et al.* (org.). **The Planalto Riots: Making and Unmaking a Political Event**. Amsterdam: Institute of Network Cultures, 2023.

SZWAKO, José; SOUZA, A. M. Balbúrdia? Sobre anti-intelectualismo e ativismo científico no Brasil contemporâneo. In: TATAGIBA, Luciana *et al.* (org.). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. Porto Alegre: Zouk, 2022.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago A.; TEIXEIRA, Ana Claudia T. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André;

CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andréia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 64-90, jan./abr. 2019.

TATAGIBA, Luciana *et al.* (org.). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. Porto Alegre: Zouk, 2022.

TAVARES, Francisco M. M. Em busca da deliberação: mecanismos de inserção das vozes subalternas no espaço público. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, p. 39-70, set./dez. 2012.

TEIXEIRA, Ana C.; ALMEIDA, Carla; MORONI, José A. (org.). **A democracia necessária e desejada: dilemas e perspectivas**. Brasília: INESC, 2020.

TEIXEIRA, Ana C.; TRINDADE, Thiago A. A última onda de desdemocratização no Brasil: o caso brasileiro em diálogo crítico com a literatura internacional. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 46., 2022, Campinas. **Anais**. Campinas: ANPOCS, 2022.

TEIXEIRA, Marilane; PISMEL, Vladimir. Crise sanitária e a (falta de) coordenação política no Brasil. **Estudos Avançados**, SÃO PAULO, V. 34, N. 99, P. 7-26, maio/ago. 2020.

TEIXEIRA SILVA, F. C. Militares, “abertura” política e o bolsonarismo: o passado como projeto. *In*: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 31-52.

TILLY, Charles. **How to Detect, Describe, and Explain Repertoires of Contention**. 1992.

TRICONTINENTAL. **Governo Lula 3 e as forças armadas**. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024. (Boletim Especial n. 1).

TRINDADE, Thiago A. Os limites da democracia: a legitimidade do protesto no Brasil participativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 97, jun. 2018.

UNISINOS. **Neto de ministro da ditadura e ‘guru liberal’ será presidente do Banco Central**. Instituto Humanitas Unisinos, 16/11/2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/584690-neto-de-ministro-da-ditadura-e-guru-liberal-sera-presidente-do-banco-central>. Acesso em: 12/01/2025.

VITULLO, G. E. O lugar do conflito na teoria democrática contemporânea. **Teoria & Pesquisa**, v. 16, n. 1, p. 61-83, 2007.

VICTOR, Fábio. Prólogo: A volta dos que não foram. *In*: VICTOR, Fábio. **Poder camuflado: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 11-20.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

YOUNG, I. M. Desafios ativistas à democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 13, p. 187-212, jan./abr. 2014.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre os atos de 8 de janeiro de 2023. **Relatório Final**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2023.

Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. **Petição n. 12.100 – BRASÍLIA/DF**. Relator: Alexandre de Moraes. 18/02/2025. Disponível em: https://s3.glbimg.com/v1/AUTH_fc6afad0a4904ac59af695eda9ae0f57/InqueritoPF/finalPET12100denuncia.pdf. Acesso em: 12/01/2025.

POLÍCIA FEDERAL. **PF conclui investigação que apurou golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito**. Brasília, DF: Polícia Federal, 21/11/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/11/pf-conclui-investigacao-que-apurou-golpe-de-estado-e-abolicao-violenta-do-estado-democratico-de-direito>. Acesso em: 12/01/2025.

POLÍCIA FEDERAL. **RELATÓRIO Nº 4546344/2024 2023.0050897-CGCINT/DIP/PF**. Brasília, DF: Polícia Federal, 2024b. Disponível em: https://midias.jb.com.br/midias/pdf/2024/11/26/relatorio_final_pf_site_2024_1-973953.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

ROUSSEFF, Dilma. **Íntegra do discurso de defesa de Dilma no Senado**. Brasília, DF: Agência Senado, 29/08/2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado>. Acesso em: 12/01/2025.

SCHMIDT, F. H. **Presença de militares em cargos e funções comissionadas do Executivo federal**. Brasília, DF: IPEA, 2022. (Nota Técnica Diest).

SILVA, Emanuel C. de M. **Desinformação sobre urnas eletrônicas persiste fora dos períodos eleitorais**. Rio de Janeiro: FGV, 2023. (Nota Técnica 16).

STF. Supremo Tribunal Federal. **Por unanimidade, ministros do STF rejeitam tese de poder moderador das Forças Armadas**. Notícias STF, 08/04/2024. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=531731#:~:text=Por%20unanimidade%2C%20ministros%20do%20STF%20rejeitam%20tese,intervir%20nos%20Poderes%20Executivo%2C%20Legislativo%20e%20Judici%C3%A1rio>. Acesso em: 20 fev. 2025.

STF. Supremo Tribunal Federal. **STF confirma anulação de condenações do ex-presidente Lula na Lava Jato**. Notícias STF, 15/04/2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464261&ori=1>. Acesso em: 12/01/2025.

STF. Supremo Tribunal Federal. **A pedido da PGR, STF abre três inquéritos e amplia investigação sobre atos terroristas de 8/1.** Notícias STF, 23/01/2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=500967&ori=1>. Acesso em: 12/01/2025.

STF. Supremo Tribunal Federal. **Inquérito 4920.** STF. 2023.

STF. Supremo Tribunal Federal. **Inquérito 4874. Pet 12100 / DF.** Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Brasília, DF, 2024.

STF. Supremo Tribunal Federal. **STF torna público vídeo de reunião em investigação sobre tentativa de golpe de Estado.** Notícias STF, 09/02/2024. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=526687&ori=1>. Acesso em: 12 jan. 2025.

STF. Supremo Tribunal Federal. **Pet 13.236 / DF.** Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Brasília, DF, S/d.

STF. **STF concluiu julgamento de ações contra réus que planejaram golpe de Estado.** 17/12/2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-concluiu-julgamento-de-acoes-contr-reus-que-planejaram-golpe-de-estado/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

REFERÊNCIAS DA MÍDIA

ABRAJI. **Ataques de Bolsonaro deterioram liberdade de imprensa no país, segundo RSF.** Abraji, 05 mai. 2020. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/ataques-de-bolsonaro-deterioram-liberdade-de-imprensa-no-pais-segundo-rsf>. Acesso em: 12 jan. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Eduardo Bolsonaro diz que basta 'um soldado e um cabo' para fechar STF.** Agência Brasil, 22/10/2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/eduardo-bolsonaro-diz-que-basta-um-soldado-e-um-cabo-para-fechar-stf>. Acesso em: 12/01/2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Especialistas apontam intenções por trás da tentativa de golpe em 8/1.** Agência Brasil, 07 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-01/especialistas-apontam-intencoes-por-tras-da-tentativa-de-golpe-em-81>. Acesso em: 12 jan. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Moraes nega que STF esteja condenando “velhinhas com a bíblia na mão”.** Agência Brasil, 17/04/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-04/moraes-nega-que-stf-esteja-condenando-velhinhas-com-biblia-na-mao>. Acesso em: 12/01/2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Testemunhas implicam ex-diretor da PRF em bloqueios na eleição de 2022.** Agência Brasil, 11/07/2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/justica/audio/2025-07/testemunhas-implicam-ex-diretor-da-prf-em-bloqueios-na-eleicao-de-2022>. Acesso em: 12/01/2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Veja lista dos 37 indiciados pela PF no inquérito do golpe de Estado.** Agência Brasil, 21/11/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-11/veja-lista-dos-37-indiciados-pela-pf-no-inquerito-do-golpe-de-estado>. Acesso em: 12/01/2025.

AGÊNCIA BRASIL. **“Não foi um passeio no parque”, diz Moraes sobre ataques golpistas.** Agência Brasil, 23 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-03/nao-foi-passeio-no-parque-diz-moraes-sobre-ataques-golpistas>. Acesso em: 12 jan. 2025.

AGÊNCIA PÚBLICA. **Governo gastou mais de R\$ 30 milhões em rádios e TVs de pastores que apoiam Bolsonaro.** Agência Pública, 23/06/2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/governo-gastou-r-30-milhoes-em-radios-e-tvs-de-pastores-que-apoiam-bolsonaro/>. Acesso em: 12/01/2025.

AGÊNCIA PÚBLICA. **A estratégia discursiva dos cartazes que pediram golpe no 7 de Setembro.** Agência Pública, 08/09/2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/09/a-estrategia-discursiva-dos-cartazes-que-pediram-golpe-no-7-de-setembro/>. Acesso em: 12/01/2025.

AGÊNCIA PÚBLICA. **Dobradinha Denarium-Bolsonaro em Roraima mantém garimpo em terra Yanomami.** Agência Pública, 29/09/2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/09/dobradinha-denarium-bolsonaro-em-roraima-mantem-garimpo-em-terra-yanomami/>. Acesso em: 12/01/2025.

AGÊNCIA PÚBLICA. **Dívida de igrejas com a União dobrou durante governo Bolsonaro.** Agência Pública, 07/11/2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/11/divida-de-igrejas-com-a-uniao-dobrou-durante-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 12/01/2025.

AGÊNCIA SENADO. **Governo perdoa dívidas de grandes empresários, mas prejudica servidores e aposentados, aponta Ângela.** Agência Senado, 01/11/2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/11/01/governo-perdoa-dividas-de-grandes-empresarios-mas-prejudica-servidores-e-aposentados-aponta-angela>. Acesso em: 12/01/2025.

AGÊNCIA SENADO. **Atos de 8 de Janeiro.** Agência Senado. (s.d.). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/destaques/atos-de-8-de-janeiro/pagina/1>. Acesso em: 12 jan. 2025.

AGÊNCIA SENADO. **Presidente do Instituto Butantan afirmou que o Brasil poderia ter 60 milhões de vacinas em dezembro.** Agência Senado, 27 mai. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/05/27/presidente-do-instituto-butantan-afirmou-que-o-brasil-poderia-ter-60-milhoes-de-vacinas-em-dezembro>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BARRETTO, Eduardo. **CGU avança em investigação sobre apagão de dados do governo Bolsonaro.** Metrôpoles, 09/11/2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/cgu-avanca-em-investigacao-sobre-apagao-de-dados-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: 12/01/2025.

BBC NEWS BRASIL. **Bolsonaro presidente: Investidor ultraliberal, polemista e investigado: as faces de Paulo Guedes, guru econômico de Jair Bolsonaro.** BBC News Brasil, 29/10/2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45770911>. Acesso em: 12/03/2025.

BBC NEWS BRASIL. **8 de janeiro: o que aconteceu com as obras de arte destruídas por golpistas?** BBC News Brasil, 08 jan. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c06y1vekdgeo>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BBC NEWS BRASIL. **Quais os poderes de Carlos Bolsonaro no governo do pai?.** BBC News Brasil, 04/11/2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50263127>. Acesso em: 12/01/2025.

BBC NEWS BRASIL. **Os gastos bilionários que Bolsonaro propõe para a Defesa e que levarão a cortes em outras áreas.** BBC News Brasil, 27/10/2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53969636>. Acesso em: 12/01/2025.

BBC NEWS BRASIL. **Reconhecimento da derrota de Bolsonaro por aliados foi grande diferença com eleição nos EUA, diz Levitsky.** BBC News Brasil, 31/10/2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63453815>. Acesso em: 12/01/2025.

BBC NEWS BRASIL. **Diplomação de Lula presidente: TSE ignora atos contra eleição e antecipa cerimônia.** BBC News Brasil, 13/12/2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63925130>. Acesso em: 12/01/2025.

BBC NEWS BRASIL. **Como se compara o ataque à democracia no Brasil com o dos EUA?** BBC News Brasil, 09/01/2023. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2023/01/09/como-se-compara-o-ataque-a-democracia-no-brasil-com-o-dos-eua>. Acesso em: 12/01/2025.

BBC NEWS BRASIL. FRANÇA, Tiu. **8 de janeiro: o que aconteceu com as obras de arte destruídas por golpistas?** BBC News Brasil, 08/01/2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c8xp9l4qxxjo>. Acesso em: 12/01/2025.

BBC NEWS BRASIL. **Quanto tempo irá demorar para o TikTok ser banido dos EUA? 7 questões para entender nova lei.** BBC News Brasil, 24/04/2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw4d03nqqwyo>. Acesso em: 12/01/2025.

BBC NEWS BRASIL. **Trump: como sanções à China podem afetar o Brasil.** BBC News Brasil, 13/07/2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx2xnn4wplrq>. Acesso em: 12/01/2025.

BOMFIM, Camila *et al.* **Cid diz em delação que pai o ajudou a repassar dinheiro vivo para Bolsonaro.** G1, 19/02/2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/19/mauro-cid-pai-repasse-dinheiro-bolsonaro-delacao.ghtml>. Acesso em: 12/01/2025.

BRASIL 247. **Entenda o julgamento histórico do STF que derrubou a interpretação golpista do artigo 142 da Constituição Federal.** Brasil 247, 02/04/2024. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/entenda-o-julgamento-historico-do-stf-que-derrubou-a-interpretacao-golpista-do-artigo-142-da-constituicao-federal>. Acesso em: 12/01/2025.

BRASIL DE FATO. **Bolsonaro repete métodos de Donald Trump em sua campanha.** Brasil de Fato, 04/10/2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/04/bolsonaro-repete-metodos-de-donald-trump-em-sua-campanha>. Acesso em: 12/01/2025.

BRASIL DE FATO. **Vandalismo, inação da PM: mundo político reage aos ataques de golpistas pró-Bolsonaro.** Brasil de Fato, 08 jan. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/08/vandalismo-inacao-da-pm-mundo-politico-reage-aos-ataques-de-golpistas-pro-bolsonaro>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL DE FATO. **8 de janeiro: narrativa, anistia e sobrevivência da democracia.** Brasil de Fato, 08 jan. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/08/8-de-janeiro-narrativa-anistia-e-sobrevivencia-da-democracia>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRUM, Eliane. **A facada e o ‘mito’.** El País, 10/09/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/10/opinion/1536578069_430072.html. Acesso em: 12/01/2025.

CARTA CAPITAL. **Bolsonaro em 25 frases polêmicas.** Carta Capital, 30/10/2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 12/01/2025.

CARTA CAPITAL. **Acompanhe: protestos pela defesa da educação tomam o país.** Carta Capital, 15/05/2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/acompanhe-protestos-pela-defesa-da-educacao-tomam-o-pais/>. Acesso em: 12/01/2025.

CARTA CAPITAL. 25/10/2019. Disponível em: [Bolsonaro nomeia agente secreto para lidar com ONGs e movimentos sociais – CartaCapital](#) . Acesso em 12/10/2025.

CARTA CAPITAL. **Bolsonaro aparece a cavalo em protesto contra STF e CPI.** Carta Capital, 15/05/2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-aparece-a-cavalo-em-protesto-contrastf-e-cpi/>. Acesso em: 12/01/2025.

CARTA CAPITAL. **Em livro, Villas Boas confirma que pressão sobre o STF contra Lula foi articulada pela cúpula do Exército.** Carta Capital, 12/02/2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-livro-villas-boas-confirma-que-pressao-sobre-o-stf-contralula-foi-articulada-pela-cupula-do-exercito/>. Acesso em: 12/01/2025.

CARTA CAPITAL. **Bolsonarista preso por bomba em caminhão em Brasília planejava impor 'estado de sítio' com explosões.** Carta Capital, 26/12/2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonarista-presopor-bomba-em-caminhao-em-brasilia-planejava-impor-estado-de-sitio-com-explosoes/>. Acesso em: 12/01/2025.

CNN BRASIL. **Bolsonaro discursa em ato em frente a quartel com pedidos de intervenção militar.** CNN Brasil, 19 abr. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/04/19/bolsonaro-discursa-em-ato-em-frente-a-quartel-com-pedidos-de-intervencao-militar>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CNN BRASIL. **Moro x Bolsonaro: A cronologia de tensões desde 2019, segundo depoimento à PF.** CNN Brasil, 13/05/2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/moro-x-bolsonaro-a-cronologia-de-tensoes-desde-2019-segundo-depoimento-a-pf/>. Acesso em: 12/01/2025.

CNN BRASIL. **Queiroz admite esquema de 'rachadinhas' ao MP e tenta inocentar Flávio Bolsonaro.** CNN Brasil, 18/12/2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/queiroz-admite-esquema-de-rachadinhas-ao-mp-e-tenta-inocentar-flavio-bolsonaro/>. Acesso em: 12/01/2025.

CNN BRASIL. **STF mantém decisão que declarou Sergio Moro parcial ao condenar Lula.** CNN Brasil, 22/06/2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-mantem-decisao-que-declarou-sergio-moro-parcial-ao-condenar-lula/>. Acesso em: 12/01/2025.

CNN BRASIL. **Mais de 18 horas após derrota, Jair Bolsonaro segue em silêncio e sem reconhecer vitória de Lula.** CNN Brasil, 31/10/2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mais-de-18-horas-apos-derrota-jair-bolsonaro-segue-em-silencio-e-sem-reconhecer-vitoria-de-lula/>. Acesso em: 12/01/2025.

CNN BRASIL. **Leia a íntegra do discurso de Alexandre de Moraes na diplomação de Lula.** CNN Brasil, 12/12/2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/leia-a-integra-do-discurso-de-alexandre-de-moraes-na-diplomacao-de-lula/>. Acesso em: 12/01/2025.

CNN BRASIL. **Acampados em quartéis tiveram palestras sobre invasão de poderes e plano de golpe, diz Moraes à CNN.** CNN Brasil, 05 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/acampados-em-quarteis-tiveram-palestras-sobre-invasao-de-poderes-e-plano-de-golpe-diz-moraes-a-cnn/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CNN BRASIL. **Análise: Um ano após o 8/1, existem dois lados quando se fala em democracia.** CNN Brasil, 08 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/analise-um-ano-apos-o-8-1-existem-dois-lados-quando-se-fala-em-democracia/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CNN BRASIL. **À CNN, Bolsonaro critica evento pela democracia e pena de até 17 anos para invasores do 8/1.** CNN Brasil, 08 jan. 2024. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/a-cnn-bolsonaro-critica-evento-pela-democracia-e-pena-de-ate-17-anos-para-invasores-do-8-1/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CNN BRASIL. **Silvio Santos apoiou todos os presidentes e se dizia "office boy de luxo do governo"**. CNN Brasil, 09/08/2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/silvio-santos-apoiou-todos-os-presidentes-e-se-dizia-office-boy-de-luxo-do-governo/>. Acesso em: 12/01/2025.

CNN BRASIL. **Veja a cronologia das explosões na Praça dos Três Poderes**. CNN Brasil, 14/11/2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/veja-a-cronologia-das-explosoes-na-praca-dos-tres-poderes/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CNN BRASIL. **Bolsonaro usou cartão corporativo para financiar motociatas, diz Cid**. CNN Brasil, 20/02/2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-usou-cartao-corporativo-para-financiar-motociatas-diz-cid/>. Acesso em: 12/01/2025.

CNN BRASIL. **Trump assina decreto que oficializa tarifas de 50% ao Brasil**. CNN Brasil, 12/07/2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/trump-assina-decreto-que-oficializa-tarifas-de-50-ao-brasil/>. Acesso em: 12/01/2025.

CONGRESSO EM FOCO. **Temer ainda é alvo de 30 pedidos de impeachment; quatro já foram arquivados**. Congresso em Foco, 14/07/2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/corruptao/temer-ainda-e-alvo-de-30-pedidos-de-impeachment-quatro-ja-foram-arquivados/>. Acesso em: 12/01/2025.

CONGRESSO EM FOCO. **Comentário do dia: dez vezes em que o presidente Jair Bolsonaro fez ameaças à democracia**. Congresso em Foco, 28 jul. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/comentario-do-dia-dez-vezes-em-que-o-presidente-jair-bolsonaro-fez-ameacas-a-democracia/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CONGRESSO EM FOCO. **Em reação à diplomação de Lula, manifestantes bolsonaristas tentam invadir sede da PF em Brasília**. Congresso em Foco, 12 dez. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/em-reacao-a-diplomacao-de-lula-manifestantes-bolsonaristas-tentam-invadir-sede-da-pf-em-brasil/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CONGRESSO EM FOCO. **PCDF prende bolsonarista que planejava atentado terrorista em Brasília**. Congresso em Foco, 25 dez. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/justica/pcdf-prende-bolsonarista-que-planejava-atentado-terrorista-em-brasil/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CONGRESSO EM FOCO. **Ataques de Bolsonaro às eleições foram semanais, revela estudo da USP e FGV**. Congresso em Foco, 26 jun. 2023. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/ataques-de-bolsonaro-as-eleicoes-foram-semanais-revela-estudo-da-usp-e-fgv/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. **Juntos, ministérios militares devem ter mais orçamento que Saúde e Educação.** Correio Braziliense, 13/01/2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/01/13/interna_politica,730531/juntos-ministerios-militares-devem-ter-mais-orcamento-que-saude-e-edu.shtml. Acesso em: 12/01/2025.

CORREIO BRAZILIENSE. **Simone Tebet diz que Bolsonaro possui 'coleção de ataques à democracia'.** Correio Braziliense, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/07/5023066-simone-tebet-diz-que-bolsonaro-possui-colecao-de-ataques-a-democracia.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. **Bolsonaro ataca STF e desqualifica carta em defesa da democracia.** Correio Braziliense, 03 ago. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5026493-bolsonaro-ataca-stf-e-desqualifica-carta-em-defesa-da-democracia.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. **Brasília é atacada por atos extremistas cometidos por bolsonaristas.** Correio Braziliense, 13 dez. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/12/5058663-brasilia-e-atacada-por-atos-extremistas-cometidos-por-bolsonaristas.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. **Maioria na reunião golpista ficou calada, o que pode significar omissão.** Correio Braziliense, 09 fev. 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/02/6804233-maioria-na-reuniao-golpista-ficou-calada-que-pode-significar-omissao.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

EL PAÍS. **O laço de Paulo Guedes com os ‘Chicago boys’ do Chile de Pinochet.** El País, 31/10/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/politica/1540925012_110097.html. Acesso em: 12/01/2025.

EL PAÍS. **Estratégia de política externa de Bolsonaro representa graves riscos para o país.** El País, 10/09/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/10/opinion/1536578069_430072.html. Acesso em: 12 jan. 2025.

EL PAÍS. **O ‘bolsonarismo puro’ testa sua força em manifestações de rua pela primeira vez.** El País, 24 mai. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/24/politica/1558724882_630332.html. Acesso em: 12 jan. 2025.

EL PAÍS. **Bolsonaro anuncia projeto que permite garimpo em área indígena e sugere 'confinar' ambientalistas.** El País, 05/02/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-05/bolsonaro-anuncia-projeto-que-permite-garimpo-em-area-indigena-e-sugere-confinar-ambientalistas.html>. Acesso em: 12/01/2025.

EL PAÍS. **Diretor da Pfizer escancara atraso letal do Governo Bolsonaro na compra de vacinas.** El País, 13 mai. 2021. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/diretor-da-pfizer-escancara-atraso-letal-do-governo-bolsonaro-na-compra-de-vacinas.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

EL PAÍS. **Bolsonaro turbina nova crise militar e põe ministro Braga Netto à prova.** El País, 30 mai. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-31/bolsonaro-turbina-nova-crise-militar-e-poe-ministro-braga-netto-a-prova.html>.

Acesso em: 12 jan. 2025.

EL PAÍS. **O método Bolsonaro, um assalto à democracia em câmera lenta.** El País, 18 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-18/o-metodo-bolsonaro-um-assalto-a-democracia-em-camera-lenta.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

EL PAÍS. **Extrema Direita.** El País, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/noticias/extrema-derecha/>. Acesso em: 12/01/2025.

ESPAÇO CIDADÃO. **Daniel Diniz | A luta pela preservação dos recursos das Universidades Federais.** Entrevista com Daniel Diniz. Canal do Youtube Robson Carvalho. 26/12/2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8-_p96-vJC0. Acesso em: 12 jan. 2025.

ESTADÃO. **Golpe de 8 de janeiro foi ‘incitado, organizado e financiado em ambiente digital’, diz diretor da PF.** Estadão, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/golpe-de-8-de-janeiro-foi-incitado-organizado-e-financiado-em-ambiente-digital-diz-diretor-da-pf/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

ESTADO DE MINAS. **Bolsonaro volta atrás e perdoa dívida de R\$1,4 bilhão de igrejas.** Estado de Minas, 18/03/2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/18/interna_politica,1248010/bolsonaro-volta-atras-e-perdoa-divida-de-r-1-4-bilhao-de-igrejas.shtml. Acesso em: 12/01/2025.

EURONEWS. **Como se compara o ataque à democracia no Brasil com o dos EUA?** Euronews, 09 jan. 2023. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2023/01/09/como-se-compara-o-ataque-a-democracia-no-brasil-com-o-dos-eua>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FLECHEIRA LIBERTÁRIA. **Flecheira Libertária.** N. 699, de 29 de novembro de 2022., p. 18. Disponível em <http://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2022/11/flecheira699.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Bolsonaro admitiu atos de indisciplina e 'deslealdade' no Exército.** Folha de S.Paulo, 15 mai. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884033-bolsonaro-admitiu-atos-de-indisciplina-e-deslealdade-no-exercito.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. GASPARI, Elio. **Bolsonaro não é Trump, a alma de sua retórica está nas Filipinas.** Folha de S.Paulo, 28/10/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2018/10/bolsonaro-nao-e-trump-a-alma-de-sua-retorica-esta-nas-filipinas.shtml>. Acesso em: 12/01/2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Bolsonaro diz que miliciano morto era um 'herói' quando foi homenageado por Flávio.** Folha de S.Paulo, 18/02/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/bolsonaro-diz-que-miliciano-morto-era-um-heroi-quando-foi-homenageado-por-flavio.shtml>. Acesso em: 12/01/2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Bolsonaro esvazia acordo com o Butantan e acirra guerra das vacinas.** Folha de S.Paulo, 21 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/10/bolsonaro-esvazia-acordo-com-o-butantan-e-acirra-guerra-das-vacinas.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Bolsonaro mantém afagos a militares ao preservar verbas e tirar do papel escola de Defesa.** Folha de São Paulo, 09 jan. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/bolsonaro-mantem-afagos-a-militares-ao-preservar-verbas-e-tirar-do-papel-escola-de-defesa.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Luta de Bolsonaro contra máscara é política e prejudica combate à Covid, dizem especialistas.** Folha de S.Paulo, 27 ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/08/luta-de-bolsonaro-contramascara-e-politica-e-prejudica-combate-a-covid-dizem-especialistas.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Como a Jovem Pan virou a voz do bolsonarismo.** Folha de S.Paulo, 25/09/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/como-a-jovem-pan-virou-a-voz-do-bolsonarismo.shtml>. Acesso em: 12/01/2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Bolsonaro beneficia evangélicos e aliados com sanção de lei para TV paga.** Folha de S.Paulo, 23/09/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/09/bolsonaro-beneficia-aliados-com-sancao-de-lei-para-tv-paga.shtml>. Acesso em: 12/01/2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Comparar ataques em Brasília a Capitólio oculta 'dedo' de militares, diz antropólogo.** Folha de S.Paulo, 14 jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/comparar-ataques-em-brasilia-a-capitolio-oculta-dedo-de-militares-diz-antropologo.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Marcha do golpismo se acirrou em 2020 e culminou em ataques; veja cronologia.** Folha de S.Paulo, 14 jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/marcha-do-golpismo-se-acirrou-em-2020-e-culminou-em-ataques-veja-cronologia.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Organizador de ato golpista chamou Jordy de 'meu líder' em mensagens de WhatsApp.** Folha de S.Paulo, 18 jan. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/organizador-de-ato-golpista-chamou-jordy-de-meu-lider-em-mensagens-de-whatsapp.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. **PF mira deputado federal bolsonarista em nova fase de investigação sobre o 8/1.** Folha de S.Paulo, 18 jan. 2024. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/pf-mira-deputado-federal-bolsonarista-em-nova-fase-de-investigacao-sobre-o-81.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Governo Bolsonaro dobrou benefício a militares em acordo com Congresso.** Folha de S.Paulo, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/governo-bolsonaro-dobrou-beneficio-a-militares-em-acordo-com-congresso.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

G1. **Governo abre mão de mais de R\$ 10 bilhões com alívio de dívidas de ruralistas.** G1, 03/08/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/governo-abre-mao-de-mais-de-r-10-bilhoes-com-alivio-de-dividas-de-ruralistas.ghtml>. Acesso em: 12/01/2025.

G1. **Ex-aliada de Bolsonaro, Joice detalha à CPI da Fake News como atua 'gabinete do ódio'.** G1, 04 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/04/ex-aliada-de-bolsonaro-joice-detalha-a-cpi-da-fake-news-como-atua-gabinete-do-odio.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

G1. **Em reunião ministerial, Bolsonaro diz: 'Eu não vou esperar foder a minha família toda'; assista.** G1, 22/05/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/em-reuniao-ministerial-bolsonaro-diz-eu-nao-vou-esperar-foder-a-minha-familia-toda-assista.ghtml>. Acesso em: 12/01/2025.

G1. **Apoiadores de Bolsonaro realizam ato em frente ao STF com tochas e máscaras.** G1, 31 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/31/apoiadores-de-bolsonaro-realizam-ato-em-frente-ao-stf-com-tochas-e-mascaras.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

G1. **Carta em defesa da democracia e do sistema eleitoral ultrapassa 1 milhão de assinaturas no dia em que foi lida.** G1, 11 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/08/11/carta-da-usp-em-defesa-da-democracia-e-do-sistema-eleitoral-registra-1-milhao-de-assinaturas.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

G1. **Bolsonarista preso por tentar explodir caminhão-tanque diz que recebeu bomba no acampamento do QG do Exército em Brasília.** G1, 19 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/19/bolsonarista-preso-por-tentar-explodir-caminhao-tanque-diz-que-recebeu-bomba-no-acampamento-do-qg-do-exercito-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

G1. **'Essa cadeira, estar comigo, é uma cagada', disse Bolsonaro durante reunião com ministros; veja frases.** G1, 09 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/02/09/esta-cadeira-estar-comigo-e-uma-cagada-disse-bolsonaro-durante-reuniao-com-ministros.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

G1. **Veja quem é quem na reunião em que Bolsonaro e ministros discutiram estratégias golpistas.** G1, 09 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/02/09/veja-quem-e-quem-na-reuniao-em->

que-bolsonaro-e-ministros-discutiram-estrategias-golpistas.ghml. Acesso em: 12 jan. 2025.

G1. PF realiza operação contra financiadores e incentivadores dos atos golpistas de 8 de janeiro. G1, 20/06/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/06/20/pf-realiza-operacao-contra-financiadores-e-incentivadores-dos-atos-golpistas-de-8-de-janeiro.ghml>. Acesso em: 12/01/2025.

G1. Mauro Cid e pai repassa US\$ 86 mil a Bolsonaro da venda de joias e relógios, indica delação. G1, 19 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/19/mauro-cid-pai-repasse-dinheiro-bolsonaro-delacao.ghml>. Acesso em: 12/01/2025.

GADELHA, Igor. Bolsonaro cita 2 motivos para não passar a faixa presidencial a Lula. Metrôpoles, 07/12/2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadella/bolsonaro-cita-2-motivos-para-nao-passar-a-faixa-presidencial-a-lula>. Acesso em: 12/01/2025.

GAZETA DO POVO. Militares terão mais verbas da Lava Jato do que o previsto e satélite na Amazônia. Gazeta do Povo, 06/02/2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/militares-verba-lava-jato-satelite-amazonia/>. Acesso em: 12/01/2025.

GAZETA DO POVO. Após um ano, narrativas sobre 8/1 ainda alimentam autoritarismo e perseguição. Gazeta do Povo, 06 jan. 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/apos-um-ano-narrativas-sobre-8-1-ainda-alimentam-autoritarismo-e-perseguiacao/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Militares atuaram em 8 de Janeiro por omissão e também por ação, diz historiador. IHU Online, 09 jan. 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/635820-militares-atuaram-em-8-de-janeiro-por-omissao-e-tambem-por-acao-diz-historiador>. Acesso em: 12 jan. 2025.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Crimes contra a democracia são a efetivação do bolsonarismo, visando a morte e a destruição como projeto. Entrevistas especiais com Michel Gherman, Piero Leirner, William Nozaki. IHU Online, 10 jan. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/625380-crimes-contra-a-democracia-sao-a-efetivacao-do-bolsonarismo-visando-a-morte-e-a-destruicao-como-projeto-entrevistas-especiais-com-michel-gherman-piero-leirner-william-nozaki>. Acesso em: 12 jan. 2025.

INSIGHT INTELIGÊNCIA. Decodificando Bannon – Manual da comunicação fascista. EDIÇÃO 92. Peter Johann Coutinho, Físico. S/d. Disponível em: <https://insightinteligencia.com.br/decodificando-bannon-manual-da-comunicacao-fascista/>. Acesso em: 12/01/2025.

JOVEM PAN. Ana Paula Henkel: ‘Voto impresso caiu na graça do povo, que não vai esquecê-lo’. Jovem Pan, 11/08/2021. Disponível em:

<https://jovempan.com.br/programas/os-pingos-nos-is/ana-paula-henkel-voto-impresso-caiu-na-graca-do-povo-que-nao-vai-esquece-lo.html>. Acesso em: 12/01/2025.

JORNAL DA USP. **Na Faculdade de Direito, um grito unísono em defesa da democracia.** Jornal da USP, 11 ago. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/na-faculdade-de-direito-um-grito-unissono-em-defesa-da-democracia/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

JORNAL GGN. **Pesquisadores listam os 183 ataques de Bolsonaro à democracia.** Jornal GGN, 23 jun. 2023. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/justica-2/pesquisadores-listam-os-183-ataques-de-bolsonaro-a-democracia/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

JORNAL NACIONAL. **Chantagem tarifária de Trump contra o Brasil ecoa no mundo todo.** Jornal Nacional, 10/07/2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/07/10/chantagem-tarifaria-de-trump-contr-o-brasil-ecoa-no-mundo-todo.ghtml>. Acesso em: 12/01/2025.

LE DIPLOMATIQUE BRASIL. **Defender a democracia na era da IA: o papel crucial dos sindicatos.** Abridor de Latas Comunicação Sindical, S/d. Disponível em: <https://abridordelatas.com.br/defender-a-democracia-na-era-da-ia-o-papel-crucial-dos-sindicatos/>. Acesso em: 12/01/2025.

MEMÓRIA GLOBO. **Ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023.** Memória Globo, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/fantastico/reportagens/noticia/ataques-golpistas-de-8-de-janeiro-de-2023.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

METRÓPOLES. **Bolsonaro ameaçou democracia com ataques ao STF e às eleições, diz ONG.** Metrôpoles, 13 jan. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-ameacou-democracia-com-ataques-ao-stf-e-as-eleicoes-diz-ong>. Acesso em: 12 jan. 2025.

METRÓPOLES. **MPF recupera vídeo apagado por Bolsonaro após 8/1 e manda ao STF.** Metrôpoles, 15 dez. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/mpf-recupera-video-apagado-por-bolsonaro-apos-8-1-e-manda-ao-stf>. Acesso em: 12 jan. 2025.

NETTO, Vladimir; PIMENTEL, Guilherme; AGUIAR, Raoni. **Cid diz na delação que motociatas de Bolsonaro eram financiadas com cartão corporativo.** G1, 19/02/2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/19/cid-diz-na-delacao-que-motociatas-de-bolsonaro-eram-financiadas-com-cartao-corporativo.ghtml>. Acesso em: 12/01/2025.

NEXO JORNAL. **Tentativa de golpe de Lula em 2022: quem financiou?** Nexo Jornal, 12/01/2025. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2025/01/12/tentativa-de-golpe-lula-2022-quem-financiou>. Acesso em: 12/01/2025.

O GLOBO. **Bolsonaro diz que mandou filho condecorar miliciano morto.** O Globo, 18/02/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/bolsonaro-diz-que-mandou-filho-condecorar-miliciano-morto-24251455>. Acesso em: 12/01/2025.

O GLOBO. **'Reitor de universidade federal não pode ser esquerdista', diz ministro da Educação.** O Globo, 10/08/2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/reitor-de-universidade-federal-nao-pode-ser-esquerdista-diz-ministro-da-educacao-25148562>. Acesso em: 12/01/2025.

O GLOBO. **Ministério da Defesa lidera verba para investimentos em 2022.** O Globo, 21/12/2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/ministerio-da-defesa-lidera-verba-para-investimentos-em-2022-25329706>. Acesso em: 12/01/2025.

O GLOBO. **Investigado por incitar atos golpistas, Bolsonaro fez um ataque grave à democracia a cada 23 dias.** O Globo, 15 jan. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/investigado-por-incitar-atos-golpistas-bolsonaro-fez-um-ataque-grave-a-democracia-a-cada-23-dias.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA. **Relatório sobre ataques à democracia – abril 2019.** Observatório da Democracia, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://observatoriodademocracia.org.br/2019/04/30/%EF%BB%BFrelatorio-sobre-ataques-a-democracia-abril-2019/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

OLIVEIRA, Rosane de. **'Quanto menos dessa gente por aí, melhor para todo mundo', diz Bolsonaro sobre Ibama e ICMBio.** GZH, 04/09/2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2024/09/quanto-menos-dessa-gente-por-ai-melhor-para-todo-mundo-diz-bolsonaro-sobre-ibama-e-icmbio-cm119o0xt01gg01516rayh3vl.html>. Acesso em: 12/01/2025.

OUTRAS PALAVRAS. **A aliança que sustenta o governo Bolsonaro.** 18/12/2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/a-alianca-que-sustenta-o-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 21/04/2025.

OUTRAS PALAVRAS. **Dowbor: Para decifrar o enigma da ultradireita.** Outras Palavras, 04 set. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/dowbor-paradecifrar-o-enigma-da-ultradireita/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PODER 360. **2017: Congresso enterra denúncias contra Temer e adia Reforma da Previdência.** Poder 360, 29/12/2017. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/2017-congresso-denuncias-enterradas-reforma-adiada/>. Acesso em: 12/01/2025.

PODER 360. **Veja imagens dos protestos contra cortes na educação.** Poder 360, 15 mai. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/veja-imagens-dos-protestos-contra-cortes-na-educacao/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PODER 360. **Bolsonaro atacou imprensa 87 vezes no 1º semestre de 2021, diz levantamento: clã Bolsonaro é responsável por 88% de todos os ataques registrados no período.** 28/07/2021.

PODER 360. **Bolsonaro viaja para os EUA e não vai passar faixa a Lula.** Poder 360, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-viaja-para-os-eua-e-nao-vai-passar-faixa-a-lula/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PODER 360. **MPF recupera vídeo de Bolsonaro para investigação do 8 de Janeiro.** Poder 360, 15 dez. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/mpf-recupera-video-de-bolsonaro-para-investigacao-do-8-de-janeiro/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PRAGMATISMO POLÍTICO. **Bolsonaro apagou dados de 192 computadores antes de deixar a Presidência, mostra levantamento.** Pragmatismo Político, 04/01/2023. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2023/01/bolsonaro-apagou-dados-de-192-computadores-antes-de-deixar-a-presidencia.html>. Acesso em: 12/01/2025.

R7. **PF encontra minuta de golpe na sala de Bolsonaro no PL, em Brasília.** R7, 08 fev. 2024. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/pf-encontra-minuta-de-golpe-na-sala-de-bolsonaro-no-pl-em-brasil-08022024>. Acesso em: 12 jan. 2025.

REDE BRASIL ATUAL. **ORÇAMENTO 2021: Bolsonaro amplia orçamento dos militares e reduz o da educação. ‘Volta à idade das trevas’.** Rede Brasil Atual, 01 set. 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/bolsonaro-orcamento-educacao-militares/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

REVISTA PIAUÍ. **Como se deu o suporte dos militares ao golpismo de 8 de janeiro.** Revista Piauí, 02/06/2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/como-se-deu-o-suporte-dos-militares-ao-golpismo--de-8-de-janeiro/>. Acesso em: 12/01/2025.

RODA VIVA. **Andrei Rodrigues, diretor-geral da PF, no Roda Viva.** [S. l.]: TV Cultura, 29/01/2025. 1 vídeo (1h 30min). Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ciLPMFI5ajk>. Acesso em: 12/01/2025.

SCHREIBER, Mariana. **Bolsonaro vira réu por tentativa de golpe de Estado: o que acontece agora?** BBC News Brasil, 26/03/2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czxnj9deyk4o>. Acesso em: 12/01/2025.

TERRA. **Dono da Record TV, bispo Macedo reafirma apoio a Bolsonaro e critica Lula.** Terra, 26/10/2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/tv/dono-da-record-tv-bispo-macedo-reafirma-apoio-a-bolsonaro-e-critica-lula,73d26485f8242292b362dd1b04683603rsazkr43.html>. Acesso em: 12/01/2025.

THE CONVERSATION. **8 de janeiro, um ano depois: uma análise do fato mais estarrecedor da história política recente do Brasil.** The Conversation, 08 jan. 2024. Disponível em: <https://theconversation.com/8-de-janeiro-um-ano-depois-uma-analise>

do-fato-mais-estranhador-da-historia-politica-recente-do-brasil-220650. Acesso em: 12 jan. 2025.

THE ECONOMIST. **Brazil offers America a lesson in democratic maturity. It is a test case for how countries recover from a populist fever.** 28/08/2025. <https://www.economist.com/leaders/2025/08/28/brazil-offers-america-a-lesson-in-democratic-maturity>. Acesso em: 12/01/2025.

THE INTERCEPT BRASIL. **É isto que o 8 de janeiro realmente significou para o Brasil.** The Intercept Brasil, 08 jan. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/01/08/e-isto-que-o-8-de-janeiro-realmente-significou-para-o-brasil/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

THE INTERCEPT BRASIL. **O golpe veste farda. Bolsonaro, Helene, Braga Netto e Costa Neto: quem são os indiciados por tentativa de golpe.** The Intercept Brasil, 21/11/2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/11/21/bolsonaro-indiciados-golpe/>. Acesso em: 12/01/2025.

TV CULTURA. **Há mais de três anos, Bebianno falou sobre plano de Carlos Bolsonaro para criar 'Abin paralela'.** TV Cultura, 25/01/2024. Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias/64094-ha-mais-de-tres-anos-bebianno-falou-sobre-plano-de-carlos-bolsonaro-para-criar-abin-paralela.html>. Acesso em: 12/01/2025.

UOL. **Câmara derruba decreto de Bolsonaro que ampliava sigilo de documentos.** UOL Notícias, 19/02/2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/02/19/camara-derruba-decreto-sigilo.htm>. Acesso em: 12/01/2025.

UOL. **Bolsonaro sanciona reforma da Previdência de militares; veja regras.** UOL Economia, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/12/17/bolsonaro-sanciona-reforma-previdencia-militares.htm>. Acesso em: 12 jan. 2025.

UOL. **Bolsonaro quer subsidiar conta de luz de igrejas.** UOL Economia, 10/01/2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/01/10/bolsonaro-quer-subsidiar-conta-de-luz-de-igrejas.htm>. Acesso em: 12/01/2025.

UOL. **É falso que Bolsonaro foi expulso do Exército e preso por atos terroristas.** UOL Confere, 22 set. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2022/09/22/e-falso-que-bolsonaro-foi-expulso-do-exercito-e-preso-por-atos-terroristas.htm>. Acesso em: 12 jan. 2025.

UOL. **Relembre presidentes que não passaram a faixa e o que aconteceu na posse.** UOL, 01/01/2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2023/01/01/alem-de-bolsonaro-relembre-presidentes-que-nao-passaram-a-faixa-presidencial.htm>. Acesso em: 12/01/2025.

UOL. **Desinformação sobre 'código-fonte' da urna mobilizou bolsonaristas que invadiram Congresso.** UOL Notícias, 09/01/2023. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2023/01/09/desinformacao-sobre-codigo-fonte-da-urna-mobilizou-bolsonaristas-que-invadiram-congresso.htm>. Acesso em: 12/01/2025.

UOL. **Governo Bolsonaro sabia de garimpos na Terra Yanomami, mas não agiu, mostra documento.** [Vídeo]. São Paulo: UOL, 12 mai. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A-sPcMN3IQQ>. Acesso em: 12/01/2025.

UOL. **Medidas de Bolsonaro atacaram a democracia brasileira, diz relatório da ONU.** UOL Notícias, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/06/28/medidas-de-bolsonaro-atacaram-a-democracia-brasileira-diz-relatorio-da-onu.htm>. Acesso em: 12 jan. 2025.

UOL. **Garimpo em áreas protegidas cresceu 90% na gestão Bolsonaro, diz MapBiomas.** UOL Notícias, 22/09/2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/09/22/garimpo-em-areas-protegidas-cresceu-90-na-gestao-bolsonaro-diz-mapbiomas.htm>. Acesso em: 12/01/2025.

VEJA. **A opção equivocada do governo de privilegiar a Defesa em vez da Educação.** Veja Negócios, 24/10/2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/a-opcao-equivocada-do-governo-de-privilegiar-a-defesa-em-vez-da-educacao/>. Acesso em: 12/01/2025.

VEJA. **Igreja evangélica recebe R\$ 3,7 milhões em propaganda do governo Bolsonaro.** Veja, 09/12/2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/igreja-evangelica-recebe-r-37-milhoes-em-propaganda-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 12/01/2025.